

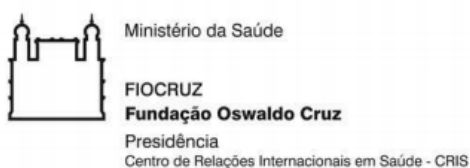
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 15/2024
15 a 27 de agosto de 2024



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

13 - Nações Unidas acelera o passo para a Assembleia Geral 2024 – *Paulo Buss e Santiago Alcázar*

18 - Alcançando a paz na nova era multipolar - *Jeffrey D. Sachs*

21 - A saga continua: Nova Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

27 - Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional: Impactos e oportunidades para o Brasil - *Eduardo Hage Carmo, Deisy Ventura, Tiago Mocellin Pittas, Leandro Viegas, Fernando Aith, Pedro Dallari, Luiz Augusto Galvão, Isabela Serra, Paula Reges, Luana Bermudez e Paulo Buss*

50 - Reflexões sobre a necessidade de desconstruir e abandonar o conceito de resiliência, particularmente no domínio dos direitos humanos - *Armando De Negri Filho*

58 - Semana Mundial da Água e a Urgência na Garantia de Água Potável Segura - *Danielly Magalhães e Guto Galvão*

65 - Limite ético humano para emissões de CO2 e projeção de vida perdida por emissões em excesso - *Juan Garay*

67 - OIT lança relatório sobre *Tendências Mundiais de Emprego Juvenil 2024* que mostra o crescimento das disparidades inter-regionais, aumento da proporção dos jovens que nem estudam e nem trabalham, e jovens cada vez mais ansiosos com o seu futuro - *René Mendes*

80 - Refugiados e Migração: Análise da crise no Rio Grande do Sul e Roraima e o controle no Aeroporto de Guarulhos - *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Caio Murta e Deisy de Freitas Lima Ventura*

84 - Promoção e proteção dos direitos das crianças: Relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência contra as Crianças - *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

89 - Mercados territoriais: um novo velho conceito para construir segurança alimentar e nutricional e resiliência - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

98 - Informe UNESCO: educação, ciência e cultura - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

104 - O combate ao crime organizado na América Latina e Caribe: BID e a Aliança para a Segurança, Justiça e Desenvolvimento - *Isis Pillar Cazumbá*

107 - Relatório Anual da OMC de 2024 - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

116 - Tudo novo de novo: adaptações e mobilizações para uma saúde global para todos - *Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño*

Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 135 - A Cooperação Sul-Sul cada vez mais em evidência - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*
- 155 - Participação Social no G20 e Geopolítica no G7 - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 165 - Balanço dos compromissos políticos e de saúde dos países BRICS nos anos pandêmicos 2020-2022 - *Claudia Hoirisch*
- 180 - Consensos políticos na América Latina ainda são possíveis? - *Samia de Brito, Miryam Minayo e Sebastian Tobar*
- 191 - África, terreno fértil para surtos de doenças - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 209 - União Europeia: nova gestão, novas prioridades - parte 2 - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 213 - Parceria de Diálogo Setorial ASEAN-Brasil 2024-2028: Saúde entra na pauta - *Lúcia Marques*
- 217 - Mercado eficaz e Estado ativo - *André Costa Lobato*
- 221 - Reformulando a saúde como uma questão econômica: a visão estratégica da vice-presidente Kamala Harris - *Guto Galvão*
- 226 - A lei da Terra e o desmando dos homens - *Adhemar Bahadian*

Autores deste fascículo - 228

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 231

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 232

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 15/2024 – 15 a 27 de agosto de 2024

Apresentação

Nas **Nações Unidas**, a Secretaria Geral ultima os preparativos para a *79ª. Assembleia Geral*, que se realiza de 10 a 28 de setembro de 2024, em Nova York. Em Brazzaville, República do Congo, na semana de 26 a 30 de agosto, a **OMS África** realiza a *74ª. sessão do Comitê Regional da OMS para África*. Na **OMS**, o DG Tedros Adhanom, apoiado em comitê de especialistas, declara novamente a *mpox* como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). A diplomacia da saúde global recomeça a mover-se neste quase início de primavera no hemisfério norte.

Sob a presidência do **G20** do Brasil, realizam-se consultas inovadoras no espaço político do *G20 Social*, com o *G20 Favelas*, realizado recentemente no Rio de Janeiro. A **Fiocruz** sedia, de 9 a 11 de setembro a *Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do G20*, em associação com a IANPHI (Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública) e o CDC África. Também se dinamizam as atividades do **BRICS+**, sob a presidência da Rússia, incluindo reuniões sobre a *Rede de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento em Vacinas* e de uma *rede de pesquisa em saúde pública*.

As guerras

Tudo o que não precisava lamentavelmente está acontecendo no **Oriente Médio**: negociações de paz entre Israel e o Hamas quase na estaca zero no Cairo, neste final de semana que passou; uma possibilidade real de ampliação da guerra no sul do Líbano, com bombardeios entre o Israel e o Hezbollah; ampliação do conflito na Cisjordânia; o Irã subindo o tom das ameaças de retaliação; e Israel colocando forças armadas em maior prontidão e alertando a população civil para o pior – com suspensão de voos em Beirute e Tel Aviv. O Itamaraty divulgou nota na qual o Brasil conclama todas as partes envolvidas a exercerem máxima contenção, a fim de evitar a intensificação de hostilidades na região e o alastramento do conflito para o restante do Oriente Médio. Além disso, o Itamaraty ‘desencorajou’ fortemente viagens para a região e tem orientado a comunidade brasileira no Líbano por meio da página na internet e das mídias sociais da embaixada em Beirute.

Ucrânia

A guerra na Ucrânia teve mudanças na sua configuração, com a incursão das tropas do país sobre a região fronteiriça russa de Kursk e, segundo Kiev, com a captura de 594 prisioneiros desde o início da invasão-surpresa há três semanas. A Rússia vem retaliando, com novos ataques com mísseis e drones contra a Ucrânia, que deixaram pelo menos cinco mortos, após os maiores bombardeios contra a ex-república soviética desde o início da guerra há dois anos e meio. Continuam, de lado-a-lado, mortes e mais sofrimentos entre a população civil, além da destruição de infraestrutura, inclusive de serviços de saúde. Não há processo de negociação de paz entre as partes litigantes, o que sugere que a guerra se estenda ainda por longo e indefinido tempo, com perdas de vida e de recursos, estes faltando para impulsionar o desenvolvimento dos países mais pobres no processo da Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável.

Sudão

A revista *Foreign Affairs* publicou no seu último número, em 31 de julho de 2024, o artigo “*How International Pressure Can Stop the Genocidal Violence*”¹, escrito por John Prendergast and Anthony Lake, no qual os autores chamam a atenção que, se nada for feito pela comunidade internacional, nos próximos quatro meses, dois milhões e meio de sudaneses podem morrer de causas relacionadas à fome. Como recentemente afirmou Martin Griffith, a principal autoridade humanitária das Nações Unidas, o mundo jamais teve um número tão elevado de pessoas em risco de fome, concentrado em um único território.

Os autores afirmam que a expansão explosiva de mortes na região sudanesa de Darfur e a violência genocida que marca as batalhas por suas principais cidades são a ponta visível de um imenso sofrimento humano, não havendo paralelo mesmo com as guerras em outras partes do mundo. Desde que a guerra civil eclodiu em abril de 2023, dez milhões de sudaneses fugiram de suas casas. Uma em cada oito pessoas deslocadas internamente no mundo é sudanesa, e mais crianças foram deslocadas de suas casas no Sudão do que em qualquer outro lugar.

Segundo a *OMS*, no seu terceiro relatório resumindo a situação de saúde da emergência regional causada pelo conflito no Sudão, a população de muitas áreas do país permanece em severo risco de fome enquanto o conflito e o acesso humanitário limitado continuarem. Pelo menos 12 dos 18 estados do Sudão estão enfrentando três ou mais surtos simultaneamente. Após um relatório em 22 de julho de 2024, um surto de cólera oficialmente declarado e notificado está em andamento em Kassala e vários outros estados. A estação chuvosa anuncia chuvas severas e inundações em diferentes estados do Sudão, exacerbando o risco à saúde pública.

Com intensos combates renovados, o deslocamento adicional dentro do Sudão e para países vizinhos pode impactar ainda mais o acesso aos cuidados de saúde. Os sistemas de saúde dos países vizinhos continuam sobrecarregados pelo fluxo de refugiados do Sudão, agravado pelas más condições de água, saneamento e higiene, e por uma elevada carga de doenças infecciosas e outros problemas de saúde.

E, no entanto, o mundo parece mal notar a agonia do Sudão e de seu povo. Os doadores contribuíram com apenas 31% dos US\$ 2,7 bilhões que a ONU solicitou para o Sudão – um déficit que está agravando a crise da fome. Ocasionalmente, os governos anunciam sanções ou líderes mundiais e organizações internacionais fazem declarações expressando preocupação. Na maioria das vezes, no entanto, eles não estão tomando medidas significativas para estancar o derramamento de sangue.

Haiti

No **Haiti**, lamentavelmente, a situação está longe de se normalizar. A Comunidade do Caribe (Caricom) expressou preocupação com as alegações de corrupção no Conselho Presidencial de Transição do país. Um relatório, divulgado após a visita de uma delegação da Caricom ao Haiti, indica que as alegações de corrupção exigirão uma resolução rápida para preservar a integridade da instituição e a confiança do público no processo de transição. O relatório aponta que “em reuniões com um amplo espectro de representantes da sociedade civil e de partidos políticos não representados na CPT e no Governo, houve uma visão comum de que o que era necessário era uma redefinição e reconfiguração da CPT”.

¹ Ver: [The UAE’s Secret War in Sudan | Foreign Affairs](#)

Eleições

No **Uruguai**, se se confirmarem as pesquisas desta quinzena, a esquerda deve ganhar eleições com ampla margem. O candidato da *Frente Ampla* supera adversários liberais e de extrema direita por mais de 20 pontos. Trata-se de *Yamandu Orsi*, candidato escolhido nas primárias, que lidera com 43% das intenções de voto, enquanto a soma dos partidos de direita, composta pelo *Partido Nacional*, *Partido Colorado*, *Cabildo Abierto* e *Partido Independente*, atinge 37%. A direita, dividida entre diferentes frentes, terá como candidatos Álvaro Delgado, representando o atual governo no Partido Nacional, Andrés Ojeda, do partido Colorado e Guido Manini Ríos pelo Cabildo Abierto, partido fascista que não ganhou tração política na população uruguaia. Essa é a coalizão que sustenta o governo, mas não se unificou para as eleições nacionais de 2024. O Partido Nacional possui 22%, seguido pelo Partido Colorado com 11%. Cabildo Abierto e Partido Independente somam 2% e 1%, respectivamente. 52% dos uruguaios acreditam que o próximo governo será liderado pela esquerda, independentemente de suas próprias preferências, refletindo uma percepção de mudança no cenário político do país.

Nos **Estados Unidos**, a cada dia que passa consolida-se a candidatura Kamala Harris, que vence em quase todas as pesquisas. Nosso analista Guto Galvão e o Embaixador Adhemar Bahadian, colaborador dos Cadernos, fazem análises do processo político em curso nos Estados Unidos.

Na **Venezuela** o impasse continua e as opções para resolver a crise parecem esgotadas. Por um lado, o poder de Nicolás Maduro continua: a coligação de forças institucionais que o mantêm no poder, incluindo as Forças Armadas, permanece coesa. Por outro lado, a oposição insiste em não perder a esperança de mudança e em pressionar de todas as formas: nas ruas, nos meios de comunicação, na comunidade internacional que, por sua vez, tenta mediar entre as forças, mas cujas propostas, inclusive a do Brasil, foram rejeitadas por ambos os lados.

O mundo

Com seu artigo sobre a Assembleia Geral das **Nações Unidas** de 2024, **Buss e Alcázar** procuram introduzir o leitor no processo que já está em preparo na Organização há algum tempo, sinalizando seus principais momentos, ademais, de apontar um conjunto de documentos que vem sendo analisados pelas delegações dos Estados-membros para aprovação durante a Assembleia Geral. Destacam particularmente a *Cúpula do Futuro*, com seus vários momentos, e a *Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana*, da qual trazem o acesso ao *draft zero da Declaração Política* que será adotada pela AGNU 2024.

Sachs advoga que há uma **nova ordem multipolar** vigente, a qual sumariamente apresenta no seu artigo, embora os EUA se iludam ao pensar que ainda detêm a hegemonia mundial. A paz é imprescindível para o mundo evoluir, mas há três possibilidades de convívio entre os potenciais litigantes ou parceiros, que são apresentados pelo autor.

Analisando a quinzena na **Organização Mundial da Saúde**, nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão** argumentam que a *mcox*, novamente declarada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), é reflexo da negligência global em relação à doença. A falta de investimentos contínuos, especialmente na África, onde a *mcox* é endêmica, contribuiu para o ressurgimento da epidemia. A complexidade da transmissão do vírus e a variação regional das variantes tornam o controle da doença ainda mais desafiador. A comunidade internacional precisa agir urgentemente para garantir acesso equitativo a recursos e implementar medidas de prevenção e controle efetivas em todos os países afetados. Já no

âmbito das Nações Unidas, a *Assembleia Geral* se reunirá em setembro de 2024 quando vai discutir a grave ameaça da *resistência antimicrobiana (RAM)*, que torna as infecções comuns mais difíceis de tratar. Espera-se que líderes mundiais se comprometam a tomar medidas urgentes para enfrentar essa crise global, como desenvolver planos nacionais para combater a RAM, fortalecer a coordenação internacional, aumentar investimentos em pesquisa e prevenção, garantir o acesso equitativo a medicamentos essenciais e monitorar a disseminação da resistência. O objetivo é reduzir as mortes causadas pela resistência bacteriana em 10% até 2030 e proteger a saúde global.

O **Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)**, parceria entre a *Universidade de São Paulo* e a *Fundação Oswaldo Cruz*, lançou em 15 de agosto de 2024 a sua **5ª. Nota Técnica**, na qual apresenta as *emendas ao RSI* que foram adotadas, em junho de 2024, pela 77ª Assembleia Mundial da Saúde. A nota também avalia as implicações desta reforma para o Brasil, em particular as medidas necessárias para sua implementação. Ao final, apresenta recomendações para que o Brasil construa um enfoque autônomo das emergências de saúde, à altura dos princípios do SUS e de suas potencialidades, e em contraponto aos enfoques biomédico e securitário patrocinados pelos países ricos. Acesso: <https://saudeglobal.org/atualidades/resposta-as-emergencias-de-saude-gt-usp-fiocruz-lanca-nota-tecnica-sobre-as-emendas-ao-regulamento-sanitario-internacional/>. Neste fascículo, a Nota vem transcrita na íntegra.

No seu informe, situado entre a 56ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** concluída em 12 de julho e sua 57ª Sessão, que começa no dia 09 de setembro de 2024, **De Negri Filho** propõe-se a provocar uma reflexão sobre o **conceito de resiliência**, instalado de forma insidiosa no vocabulário político, econômico e social desde o final do século XX, com um efeito despolitizador, que tem como objetivo desconstituir os conflitos gerados pelos dissensos (e a possibilidade de transformações ou revoluções) e apontar o caminho da adaptação ou aceitação da inevitabilidade da realidade imposta pela hegemonia neoliberal global.

Rios e pântanos são cruciais para a manutenção do acesso a água e devem ser melhor protegidos frente às ameaças das mudanças climáticas e degradação ambiental, sendo reconhecidos por várias convenções internacionais e ODS. No entanto, segundo nossos analistas **Magalhães e Galvão**, as estratégias globais atuais não valorizam adequadamente esses ecossistemas, cuja rápida degradação compromete o desenvolvimento e as respostas às crises climáticas. A restauração e conservação em larga escala exigem a colaboração de diversos setores e esforços coordenados. A **Semana Mundial da Água 2024** destacou a necessidade de cooperação para uma gestão hídrica sustentável e incluiu temas como resiliência e cooperação transfronteiriça. Um estudo recente revelou que mais da metade da população global em países de baixa e média renda não tem acesso a serviços de água potável gerenciados com segurança, afetando a saúde e a pobreza. O **PNUMA** está organizando encontros regionais para aumentar as ambições dos países nas preparações para as próximas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs 3.0); essa quinzena ocorreu a reunião nos países do Pacífico. Diante da tripla crise planetária e extrapolação dos limites planetários, um "*Roteiro para a Saúde Planetária*" foi proposto visando melhorar a governança, educação e práticas empresariais para enfrentar desafios ambientais e de saúde global.

O artigo de **Mendes** dá visibilidade ao relatório *Tendências Globais de Emprego para Jovens 2024: Trabalho decente, futuros mais promissores*, lançado pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, em 12 de agosto. Entre os destaques deste robusto documento, a OIT alerta que o número de jovens de 15 a 24 anos que não estão empregados,

estudando ou se capacitando (NEET) é preocupante, e que a recuperação do emprego pós-pandemia da COVID-19 não foi universal. Jovens em certas regiões e muitas mulheres jovens não estão vendo os benefícios da recuperação econômica. Segundo o relatório da OIT, a taxa de desemprego juvenil de 2023, de 13%, equivale a 64,9 milhões de pessoas, com tendência a reduzir, porém de forma extremamente desigual. O documento global é organizado por regiões do mundo (em organização adotada pela OIT), e nosso artigo analisa mais profundamente o Relatório Regional das Américas, do qual de extraem as seguintes observações: a taxa de desemprego juvenil na região atingiu uma redução importante; mulheres jovens ainda estão em desvantagem no acesso a empregos; a taxas de NEET entre jovens são altas e com progresso limitado; empregos decentes são escassos na América Latina e no Caribe: a maioria é de tempo parcial, insegura e informal; os salários estão estagnados para jovens na região representam um desafio significativo; a maioria dos jovens na região e sub-regiões trabalha nos setores de serviços tradicionais de comércio, transporte, hotelaria e alimentação; incidências crescentes de incompatibilidades educacionais (para mais ou para menos); as ansiedades dos jovens estão aumentando: eles se sentem estressados com a perda e estabilidade do emprego, o estado da economia, o aumento da violência e dos conflitos, sem mencionar os muitos outros estressores conhecidos, como as mudanças climáticas e o progresso tecnológico, que não foram diretamente abordados no relatório.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** explora a situação pós enchentes dos mais de 43 mil refugiados que viviam no *Rio Grande de Sul*. Também destaca os aspectos e desafios da *migração* indígena Warao pelo Brasil. Outro destaque é a *decisão brasileira* de inadmitir diversos passageiros, como resposta ao crescente uso do Aeroporto de Guarulhos como rota de contrabando de migrantes.

Na área da **saúde da mulher, criança e adolescente**, as autoras destacam que o ano de 2024 marca o décimo quinto aniversário da criação do *Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças*. **Santos, Massari e Gomes** ressaltam que esta é uma oportunidade para fazer um balanço dos esforços, abordar os fatores e manifestações da violência contra as crianças e para garantir sua proteção e bem-estar como uma dimensão fundamental para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A violência contra as crianças atingiu níveis sem precedentes, causada por crises multifacetadas e articuladas. Faltando seis anos para cumprir a promessa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Representante Especial reforça que é possível acabar com a violência contra as crianças.

Nilson e Oliveira discutem o conceito e aplicação dos mercados territoriais, que traz muitos elementos que já conhecemos na área da **segurança alimentar e nutricional**, em uma perspectiva ampliada e renovada, destacando seu potencial papel na garantia da segurança alimentar e nutricional e de resiliência dos sistemas alimentares locais, em contraposição aos sistemas alimentares hegemônicos, dominados pelas corporações e longas cadeias de produção, distribuição e consumo.

A **UNESCO** reafirmou seu compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante a reunião ministerial de desenvolvimento do G20, final de julho, na cidade do Rio de Janeiro. A reunião marcou um passo decisivo na presidência brasileira do G20, com a aprovação de um documento que estabelece essa Aliança Global proposta pelo Brasil e seu lançamento oficial ocorrerá durante a Cúpula de Líderes do G20 em novembro. Os autores deste informe, **Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues**, também trazem maiores informações sobre o *Forum Transforming Knowledge for Africa's Future*, que ocorrerá na Etiópia no final do mês.

A **Organização Mundial do Comércio** lançou o **Relatório Anual de 2024**, que abrange as atividades da Organização em 2023 e no início de 2024. Segundo **Chamas e Cesário**, o texto destaca o trabalho contínuo dos comitês da OMC para tratar das preocupações comerciais, inclusive propriedade intelectual e transferência de tecnologia, e evitar conflitos, bem como o uso contínuo do sistema de solução de controvérsias. Os membros trabalham para reformar o processo de solução de controvérsias, visando a um sistema funcional até o final de 2024.

Para conter o avanço da violência e do crime organizado na América Latina e no Caribe, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** propõe a criação da Aliança para Segurança, Justiça e Desenvolvimento. Segundo **Cazumbá**, a região vem sofrendo fortemente com os altos índices de violência e a Aliança visa criar medidas que ajudem na mudança deste cenário, promovendo assim maior segurança e impactos positivos na sociedade.

Na última quinzena, das 53 **organizações da sociedade civil** monitoradas para este informe, 37 fizeram manifestações relevantes para o campo da saúde global. Como destaque, tanto as **organizações de interesse público** como as de **interesse privado** registraram preocupações com a mpox, declarada emergência de saúde pública internacional. Em geral, as manifestações se referiram à necessidade de uma melhor preparação global. Ademais, as organizações de interesse público publicaram mensagens, salientando os diversos modos pelos quais as crises humanitárias em curso impedem ou dificultam o gozo do direito à saúde por parte das populações. As mudanças climáticas também foram tema frequente entre as organizações, em especial, no que tange à possibilidade de adaptação pelos sistemas de saúde. A questão dos direitos humanos de pessoas sem teto, migrantes e mulheres também foi citada pelas OSC. Um tema bastante mencionado pelas organizações da sociedade civil de interesse privado foram, como sempre, seus investimentos e parcerias em Pesquisa & Desenvolvimento. Por fim, vale registrar uma série de temas mencionados por uma ou outra organização: treinamento de profissionais da saúde, doenças negligenciadas, tabagismo, regulação de medicamentos, o caso de poliomielite em Gaza, após 25 anos sem registro da doença, a Cúpula do Futuro da ONU, a gripe aviária que está impactando aves em todo o mundo, e os surtos de sarampo que têm atingido crianças não vacinadas. É o que nos informa o **GT sobre sociedade civil global** dos Cadernos, sob a liderança de **Luis Eugênio de Souza**.

Considerando o tema do último seminário avançado em saúde global e diplomacia da saúde do CRIS, realizado em 21 de agosto de 2024, "*A Cooperação Sul-Sul no seguimento da 3ª Cúpula do Sul: A voz do Sul Global*", **Ungerer, Kastrup e Nery** oferecem aos leitores um breve sumário das apresentações dos painelistas.

O principal destaque do **UNOSSC** foi o relatório de 2024 do Secretário Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul, incluindo a implementação das recomendações contidas no documento final do BAPA + 40 com estratégias e recomendações para melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular.

A **cooperação Sul-Sul do Brasil** foi bastante intensa no período, desde o fortalecimento e consolidação de programas da Rede de Alimentação Escolar Sustentável da América Latina e no Caribe, passando pelo compartilhamento das práticas brasileiras no cultivo do caju e proteção de tartarugas e animais marinhos com o Benin. Destaque também para a oficina de planejamento estratégico do Programa de Parceria Brasil e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para a Promoção da Cooperação Sul-Sul e Trilateral e o projeto de cooperação em resíduos sólidos e agropecuária com Comores. Junto com o Fundo IBAS e a Agência Palestina de Cooperação, o Brasil vai contribuir com um projeto para promover a

agricultura familiar e ações que protejam os direitos agrários das comunidades envolvidas, por meio de capacitação. O Brasil participou do 5º Seminário do Observatório de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, que teve como foco a inclusão digital e o desenvolvimento sustentável na América Latina, e contribuiu para capacitar professores no Timor Leste.

O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** (NAMYO) destacou o aumento das temperaturas globais e o risco de perda irreversível dos ecossistemas marinhos e costeiros e a importância dos direitos humanos. Um grande destaque foi para o Dia Mundial Humanitário e publicou mais um post da série "História do Movimento dos Países Não Alinhados", desta vez, dedicado à 10ª Conferência de Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo do MNA, realizada em 1992, que incluiu a cooperação econômica no Sul em sua declaração final.

Já o **Centro Sul** destacou o apelo da ONU para reforçar a cooperação internacional para o desenvolvimento de capacidades em inteligência artificial; os ToR para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação e as Lições para o Sul Global da Legislação dos EUA sobre Patentes.

A quinzena no **G20** foi marcada por encontros que mobilizaram sobretudo a importância de uma maior *participação social* no bloco. O encontro preparatório para a *Cúpula Social* em novembro, por exemplo, avançou no diálogo com movimentos de base e lançou novas estratégias para a participação ampliada. Enquanto isso, o *G20 Favelas* promoveu conferências ao longo do país com o intuito de integrar perspectivas das favelas no diálogo global. No **G7**, o destaque da quinzena vai para pronunciamentos do Ministro das Relações Exteriores da Itália, em que reitera o apoio à Ucrânia e instiga a oposição ao assumir a posição contrastante de defender que estudantes migrantes adquiriram a cidadania italiana. Os destaques da **OCDE** se dividem entre três atualizações de seus índices estatísticos econômicos mundiais referentes aos primeiros meses de 2024 e a publicação de um estudo sobre ferramentas digitais e tecnologias inovadoras em ambientes de trabalho e seu impacto na saúde e produtividade. São as informações sobre estes arranjos de países, que nos traz o grupo de trabalho do CRIS: **Burger, Kavanami, Estephanio, Cury, Bouqvar e Esteves**.

Hoirisch apresenta-nos um relato sobre **BRICS**: a história do grupo, a análise dos principais compromissos nas Declarações de Líderes durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022), e em que medida houve cumprimento dos compromissos em saúde no período. Com este importante artigo de revisão crítica, os **Cadernos** iniciam os preparativos para acompanhar sistematicamente a presidência pro tempore do Brasil no BRICS+, durante todo o ano de 2025.

O relatório de **Tobar, Brito e Minayo**, sobre o panorama político e econômico recente da **região latino-americana**, destaca a repercussão da declaração da OMS sobre o mpox na região e desdobramentos da crise venezuelana. Além disso, acompanham as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento. A **ORAS-CONHU** realizou agendas nos temas de vacinação e gestão de risco de emergências, desastres e mudanças climáticas; a **COMISCA** realizou agenda nos temas de HIV, Resposta Rápida e doenças zoonóticas; e a **OTCA** realizou reunião sobre cooperação policial na região Amazônica.

O informe sobre **África** repercute extensamente os últimos desenvolvimentos relativos à varíola símia que foi, pela primeira vez na história do continente, objeto de duas declarações oficiais: a do **CDC África** enquanto Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental, e da **OMS**, como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. Note-se grande articulação do CDC África com os Chefes de Estados africanos como o da África do Sul e o de Angola e com parceiros internacionais relevantes. **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** também

analisa o novo acordo firmado entre a *União Africana e ACNUR* para aplicação daquilo que denominam Mecanismo de Trânsito de Emergência de refugiados da Líbia para Ruanda, lembrando o episódio recente com o Reino Unido, embora não tenha nada a ver uma coisa com a outra. A *Comissária de Agricultura da União Africana* continua a chamar a atenção sobre o impacto da crise econômica mundial sobre o progresso da agricultura no continente. E como não poderia deixar de ser, o informe também repercute a chamada de atenção do *UNICEF* de que milhares de crianças no Sudão poderão morrer nos próximos meses se não forem adotadas medidas de proteção, incluindo um cessar-fogo imediato e o acesso sem entraves da ajuda humanitária a este país africano. Analisamos também como os Estados-Membros da *Organização dos Estados de África, do Caribe e do Pacífico* colaboram com a União Europeia para apoiar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. E para fechar, apresentamos uma análise interessante feita pelo El País sobre o papel crescente da *Turquia na geoestratégia do Corno da África*.

Freire segue comentando sobre a nova gestão na **União Europeia**. Nesta edição, traz o foco para novas lideranças que assumem cargos estratégicos em saúde na União Europeia, como as Comissões formadas no âmbito do *Parlamento Europeu*, como a nova gestora do ECDC e o novo programa da agência. Em nota à imprensa, o diretor-geral da **OMS Europa**, Hans Kluge, clama por uma solidariedade europeia para com Região Africana da OMS para conter a emergência internacional da mpox.

A **ASEAN** é parceira de crescente relevância para o Brasil. Os países-membros da ASEAN (com Timor Leste em vias de se tornar o 11º membro) situam-se em região estratégica e em crescimento. Com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, a ASEAN representa a quinta maior economia do mundo. As relações do Brasil com o bloco do sudeste asiático ganharam força a partir agosto de 2022, quando o Brasil foi oficialmente reconhecido com o status de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN. E avançou com a adoção do documento "*Áreas de Cooperação Prática 2024-2028*", que contempla temas e setores prioritários para a cooperação entre Brasil e ASEAN. **Marques** aponta que depois da bioenergia, do agronegócio sustentável e agricultura familiar, a **saúde** entra na pauta da parceria desse diálogo. Brasil e os aseanos são países tropicais de grande diversidade biológica que, embora com níveis de desenvolvimento diferentes, vivem similaridades da dependência de tecnologias e financiamento do Norte Global: são grandes compradores de farmacêuticas internacionais. Seus sistemas de saúde enfrentam desafios semelhantes. Assim como o Brasil, os países aseanos são impactados por epidemias de doenças infecciosas tropicais, principalmente dengue. Cada país tem sua expertise, que pode interessar ao Brasil – e suas necessidades, nas quais o Brasil pode colaborar. Especialmente a Fiocruz com seu ecossistema de pesquisa e produção e por sua experiência internacional.

Da **China**, o presidente Xi Jinping parabenizou Nicolás Maduro e Keir Starmer, reafirmando a importância das relações estratégicas com Venezuela e Reino Unido. Em Moscou, o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, se reuniu com Vladimir Putin para fortalecer laços bilaterais. Nos Estados Unidos, Tim Walz, candidato à vice-presidência, tem um histórico de interação com a China, mas sua postura em relação ao país asiático pode complicar as relações sino-americanas. Segundo **Lobato**, a China intensificou a vigilância sanitária devido à mpox, enquanto as Olimpíadas de Paris foram um marco no esporte chinês. No plano socioeconômico, o governo revisou a "Lista Negativa" para acesso ao mercado chinês, reduzindo barreiras e focando em novas áreas como inteligência artificial e energia. Além disso, um simpósio celebrou os 120 anos de Deng Xiaoping, destacando seu legado de reforma e abertura.

Galvão discute a reformulação da saúde como questão econômica nos **Estados Unidos** e a visão estratégica da vice-presidente Harris sobre o tema. Ela introduziu uma mudança transformadora na forma como os cuidados de saúde são discutidos na arena política, enquadrando-os como uma questão econômica essencial que afeta diretamente a estabilidade financeira de milhões de americanos.

Os democratas lutam para alcançar o sistema de saúde universal há um século. Diz Harris: “Temos orgulho de ser o partido do Medicare, Medicaid e do Affordable Care Act”. Devido à administração Obama-Biden e do Affordable Care Act, mais de 100 milhões de americanos com condições pré-existentes, de doenças cardíacas a asma e outras, estão seguros de que as seguradoras não podem mais discriminá-los. As mulheres não podem mais ser cobradas mais do que os homens apenas pelo seu gênero. E mais americanos podem obter cobertura de saúde mais do que nunca.

Bahadian analisa os resultados da convenção do Partido Democrata, ressaltando as repercussões que representam a opção Kamala Harris a Donald Trump nas eleições americanas de novembro próximo, inclusive para o Brasil.

=====

Saudamos o dr. **Faustine Engelbert Ndugulile**, médico da Tanzânia, eleito no dia 27 de agosto na reunião anual da OMS para África como **novo diretor-regional da Organização**, pelos próximos 5 anos, a partir de 2025 (ver nota no informe sobre África, neste fascículo).

Convidamos a todos os leitores a acompanhar a cerimônia de outorga do título de **Doutor Honoris-Causa da Fiocruz** ao **Embaixador Celso Amorim**, pelos relevantes serviços prestados à saúde global e à diplomacia da saúde, no dia **30 de agosto de 2024**, a partir das **10h**, pelo link: [\(21\) Fiocruz - YouTube](#)

O leitor também fica convidado para assistir no mesmo endereço de YouTube a **Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do G20**, dias **9 a 11 de setembro de 2024**.

Boa leitura, e até o próximo **Caderno CRIS 16/2024**, fascículo com o qual comemoramos os **100 Cadernos** editados desde o início da publicação, em março de 2020.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 29 de agosto de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz



Nações Unidas acelera o passo para a Assembleia Geral 2024

Paulo Buss e Santiago Alcázar

A 79.ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU)², a se realizar de 10 a 28 de setembro, em Nova York, será um marco crucial no esforço global para analisar as dificuldades e propor ações visando acelerar o progresso rumo ao alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030, assumidamente atrasado desde sua proposta em 2015.

Neste curto artigo, pretendemos introduzir o leitor no processo que já está em preparo nas Nações Unidas há algum tempo, sinalizando seus principais momentos, ademais, de apontar um conjunto de documentos que vem sendo analisados pelas delegações dos Estados-membros para aprovação durante a Assembleia Geral.

Destacamos particularmente a *Cúpula do Futuro*, com seus vários momentos, e a *Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana*, da qual trazemos o acesso ao *draft zero da Declaração Política* que será adotada pela AGNU 2024. A agenda completa a AGNU 2024 encontra-se em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/184/31/pdf/n2418431.pdf>, enquanto os 179 itens a serem abordados vêm mais detalhados na agenda comentada, a ser acessada em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/110/73/pdf/n2411073.pdf>.

Cúpula do Futuro

A **Cúpula do Futuro**^{3,4,5}, que ocorrerá durante a Assembleia Geral, em 22 e 23 de setembro, é a grande aposta no âmbito das Nações Unidas para o revigoramento do papel político da entidade. Vai focar na necessidade urgente de melhorar a cooperação internacional para enfrentar os tremendos desafios globais, como as alterações climáticas, a pobreza e a desigualdade, ao mesmo tempo que promete abordar os impactos dos conflitos atuais e das crises sanitárias globais. Pretende enfrentar os desafios e lacunas mais prementes na governança global, que têm, entre suas principais consequências, a notória incapacidade de resolver os conflitos militares em curso em diversas regiões do mundo, incluindo os mais proeminentes, a guerra na Ucrânia e o massacre das populações civis em Gaza. Visa também reafirmar os compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Carta das Nações Unidas, ao mesmo tempo que buscará reforçar a cooperação e lançar as bases para um sistema multilateral revigorado, segundo propostas da Secretaria Geral da ONU.

² Ver: <https://www.un.org/en/ga/79/agenda/>

³ Ver: <https://www.un.org/es/summit-of-the-futuree>

⁴ Cúpula do Futuro. Programa provisório. Ver: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/240710_summit_of_the_future_provisional_programme_final.pdf

⁵ Ver: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf_overview.pdf



Summit of the Future

Our Common Agenda



A Cúpula inclui a negociação de um *Pacto para o Futuro*⁶, documento com 58 ações a serem pactuadas pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membro, que visa reforçar a cooperação global, adaptando-se simultaneamente aos desafios atuais para o benefício de todos e das gerações futuras, segundo seu enunciado. Inclui também uma *Declaração sobre as Futuras Gerações*⁷ e uma *declaração sobre as tecnologias digitais no âmbito global*⁸. Em 20 e 21 de setembro, realizam-se os [Dias de Ação da Cúpula do Futuro](#)^{9,10}, com o intuito de gerar oportunidades adicionais para engajamento de todos os atores, inclusive a sociedade civil, visando o compromisso de todas as partes.

Ainda no âmbito da Cúpula serão realizados quatro *Diálogos Interativos*¹¹: 1) Transformando a governança global e turbinando a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; 2) Reforçar o multilateralismo para a paz e a segurança internacionais; 3) Rumo a um futuro digital comum: reforçar a inovação e a cooperação inclusivas para enfrentar as lacunas digitais; 4) O futuro começa agora: aprimorando o sistema global para as gerações atuais e futuras.

UNGA 79: Debate geral

Entre 24 e 28 de setembro, e em 30 de setembro, os líderes mundiais reunir-se-ão para participar no **Debate Geral** anual de alto nível sob o tema “*Não deixar ninguém para trás: agir em conjunto para o avanço da paz, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana para as gerações presentes e futuras*”. Segundo o esperado, os Chefes de Estado e de Governo e ministros explorarão soluções para os desafios globais interligados de promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável.

⁶ Ver: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/pact_for_the_future_-_rev.2_-_17_july.pdf

⁷ Ver: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf-declaration-on-future-generations-rev3.pdf>

⁸ Ver: https://www.un.org/techenvoy/sites/www.un.org.techenvoy/files/general/GDC_Rev_3_silence_procedure.pdf

⁹ Ver: [Jornadas de Acción de la Cumbre del Futuro | Naciones Unidas](#)

¹⁰ Dias de Ação da Cúpula do Futuro. Programa provisório. Ver: [Title subtitle \(un.org\)](#)

¹¹ Ver: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf-concept-note-sotf-interactive-dialogues.pdf>



Secretário-Geral António Guterres e
Dennis Francis, Presidente da 78ª sessão da AGNU
Foto da ONU / Eskinder Debebe

Reuniões de alto nível durante a UNGA 2024

Segundo as Nações Unidas, a **Reunião de Alto Nível sobre a Elevação do Nível do Mar**¹² reunirá líderes globais, especialistas e partes interessadas para enfrentar a ameaça urgente e crescente da subida do nível do mar. Este *High-Level Meeting* se realiza dia 25 de setembro e centrar-se-á na construção de um entendimento comum, na mobilização de liderança política e na promoção da colaboração multissetorial e multilateral e da cooperação internacional com o objetivo de "enfrentar as ameaças colocadas pela subida do nível do mar". Os participantes trabalharão no sentido de desenvolver soluções abrangentes e compromissos viáveis para combater a subida do nível do mar, garantindo um futuro resiliente e sustentável, nomeadamente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e para as zonas costeiras baixas.

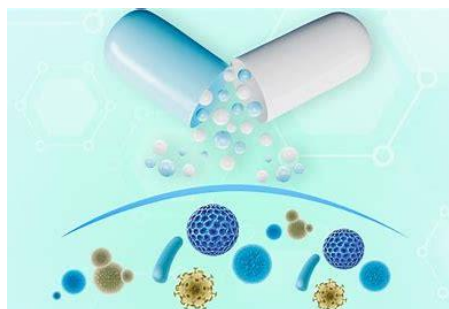
Já a **Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)**, segundo a ONU e a OMS, representa uma oportunidade para os países e as partes interessadas renovarem os esforços e acelerarem os progressos no combate à crescente ameaça da RAM. É a 2ª vez que a AGNU debate resistência antimicrobiana; a primeira vez foi em 2016¹³. Esta reunião servirá de base para a execução de políticas e para garantir a responsabilização pelo fortalecimento dos sistemas de saúde contra a RAM. Aproveitando a dinâmica das declarações e compromissos anteriores, os participantes concentrar-se-ão no reforço da cooperação internacional, na promoção da utilização responsável de agentes antimicrobianos e no avanço do desenvolvimento de novos tratamentos para salvaguardar a saúde global.

As infecções resistentes aos medicamentos não conhecem fronteiras, o que significa que nenhum país pode responder isoladamente à RAM. Esta reunião é uma oportunidade importante para os líderes mundiais abordarem coletivamente a ameaça iminente que a RAM representa para a saúde global, a segurança alimentar e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

¹² Ver: <https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n24/006/21/pdf/n2400621.pdf>

¹³ Ver: <https://www.un.org/pga/71/2016/09/21/press-release-hl-meeting-on-antimicrobial-resistance/>

Organizada pelo Presidente da Assembleia Geral, um painel multilateral sobre a RAM¹⁴ teve lugar em 15 de maio de 2024, como parte do processo preparatório para esta Reunião de Alto Nível. A audição foi um momento chave para as partes interessadas de diferentes setores contribuírem, antes das negociações intergovernamentais sobre a **Declaração Política que se pretende obter na UNGA**¹⁵. O painel foi apoiado pela OMS, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) e pela Organização Mundial da Saúde Animal (também conhecidas coletivamente como Organizações Quadripartidas) e por outros parceiros relevantes.



Finalmente, para 26 de setembro, o SG António Guterres convocou **Reunião de Alto Nível: Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares**¹⁶. Muito oportuno, diante do delicado momento de conflitos militares com alto potencial nuclear em curso, caso da guerra na Ucrânia, que pode colocar em confronto a OTAN e a Rússia. Alcançar o desarmamento nuclear global é a maior prioridade de desarmamento das Nações Unidas. Foi o assunto da primeira resolução da Assembleia Geral em 1946, que estabeleceu a Comissão de Energia Atômica (dissolvida em 1952), com mandato para fazer propostas específicas para o controle da energia nuclear e a eliminação de armas atômicas e todas as outras armas importantes adaptáveis à destruição em massa.



Escultura representando São Jorge matando o dragão. O dragão é criado a partir de fragmentos de mísseis nucleares soviéticos SS-20 e Pershing dos Estados Unidos. Foto da ONU / Milton Grant

As Nações Unidas têm estado na vanguarda de muitos esforços diplomáticos importantes para promover o desarmamento nuclear desde então. Em 1959, a Assembleia Geral

¹⁴ Ver: <https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/108/2024/04/Concept-Note-AMR-Multistakeholder-Hearing-1.pdf>

¹⁵ Draft da Declaração Política sobre RAM (maio 2024). Ver: https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/108/2024/05/20240520-AMR-Political-Declaration-Zero-Draft_FINAL.pdf

¹⁶ Ver informações sobre esta data e momentos marcantes do processo de negociações sobre desarmamento nuclear no âmbito da ONU em: <https://www.un.org/en/observances/nuclear-weapons-elimination-day>

endossou o objetivo do desarmamento geral e completo. Em 1978, a primeira Sessão Especial da Assembleia Geral dedicada ao desarmamento reconheceu ainda que o desarmamento nuclear deveria ser o objetivo prioritário no campo do desarmamento. Todos os secretários-gerais das Nações Unidas promoveram ativamente esse objetivo.

No entanto, ainda restam hoje cerca de 12.512 armas nucleares. Além disso, lamentavelmente os países que possuem essas armas têm planos de longo prazo e bem financiados para modernizar seus arsenais nucleares. Mais da metade da população mundial ainda vive em países que possuem essas armas ou são membros de alianças nucleares. Embora o número de armas nucleares implantadas tenha diminuído consideravelmente desde o auge da Guerra Fria, nenhuma arma nuclear foi fisicamente destruída. Além disso, não há atualmente negociações em curso sobre o desarmamento nuclear.

As Nações Unidas estabeleceram o dia 26 de setembro como o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares. Este Dia oferece uma ocasião para a comunidade mundial reafirmar seu compromisso com o desarmamento nuclear global como uma prioridade.

Considerações finais

Como sempre, chama a atenção o gigantismo da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que se repete nesta 179ª. Sessão. Uma diferença importante, entretanto, é que esta Assembleia se realiza num dos momentos politicamente mais desafiadores deste século XXI, com os ODS da Agenda 2030 definitivamente atrasados, guerras letais alastrando-se mundo a fora, uma tríplice crise ambiental (clima, perda da biodiversidade e poluição) de proporções gigantescas, muitas delas quase no ponto de não-retorno, e com a AGNU tomando para si a construção de um Pacto para o Futuro.

Se vai ser capaz de materializar um acordo geral quanto à Agenda 2030 na Cúpula do Futuro, e entendimentos em diversos pontos sensíveis e de alta dificuldade política, que ultrapasse a mera retórica de outros espaços políticos globais, só o tempo dirá. Esperamos que os líderes globais deste período histórico sejam dignos desta investidura que lhes é outorgada.

Alcançando a paz na nova era multipolar¹⁷

Jeffrey D. Sachs

Com o colapso da União Soviética em 1991, os Estados Unidos acreditaram que dominariam o mundo e teriam hegemonia incontestável. No entanto, o "momento unipolar" dos EUA durou pouco. A dominação geopolítica dos EUA terminou com a ascensão da China, a recuperação da Rússia após o colapso soviético e o acelerado desenvolvimento da Índia. Entramos em uma nova era multipolar.

Os EUA ainda lutam para manter sua hegemonia mundial, mas essa ideia é ilusória e está fadada ao fracasso. Os EUA não estão em posição de liderar o mundo, mesmo que o resto do mundo assim desejasse, o que não é o caso. A participação dos EUA na produção global (a preços internacionais) é de 16% e está em declínio, tendo caído de cerca de 27% em 1950 e 21% em 1980. A participação da China é de 19%. A produção industrial da China é aproximadamente o dobro da estadunidense, e a China rivaliza com os EUA nas áreas de tecnologias de ponta.

Os EUA também estão sobrecarregados em termos militares, com cerca de 750 bases militares no exterior em 80 países. Estão envolvidos em guerras prolongadas no Iêmen, Israel-Palestina, Ucrânia, Síria, Líbia e em outros lugares. Os EUA financiam suas guerras e sua busca pela hegemonia por meio de dívidas, inclusive se endividando com potências rivais como a China.

Além disso, a política orçamentária americana está paralisada. Os ricos, que financiam as campanhas políticas, querem pagar menos impostos, enquanto os pobres desejam o aumento dos gastos sociais. O resultado é um impasse, com déficits orçamentários crônicos (agora acima de 5% do PIB). A dívida pública aumentou de cerca de 35% do PIB em 2000 para 100% do PIB hoje.

Os EUA mantêm dinamismo tecnológico em áreas como inteligência artificial e design de microchips, porém suas inovações estão sendo rapidamente igualladas pela China, que se beneficia da disseminação do know-how e dos avanços liderados por ela. A maior parte dos equipamentos verdes e digitais do mundo – como módulos solares avançados, turbinas eólicas, usinas nucleares, baterias, chips, veículos elétricos, sistemas 5G e infraestruturas de transmissão de energia de longa distância – é fabricada na Ásia, em grande parte na China ou em cadeias de suprimentos dominadas pelos chineses.

Diante dos déficits orçamentários, os EUA se esquivam dos encargos financeiros de ser a liderança global. Exigem que os aliados da OTAN paguem por sua defesa militar, enquanto os EUA vêm sendo cada vez mais mesquinhos em suas contribuições ao sistema ONU para o financiamento climático e de desenvolvimento.

¹⁷ Publicado originalmente em *New World Economy* em 9/08/2024. Acesso ao original: <https://www.manilatimes.net/2024/08/09/opinion/columns/achieving-peace-in-the-new-multipolar-age/1962778>. Traduzido e publicado nos Cadernos com autorização do Autor. Tradução: Carolina Leocádio.

Em suma, embora os EUA se iludam ao pensar que ainda detêm a hegemonia mundial, já estamos em um mundo multipolar. Isso levanta a questão sobre o que deve significar essa nova multipolaridade. São três as possibilidades.

A primeira, a trajetória atual, é uma batalha contínua pela dominação entre as principais potências, colocando os EUA contra a China, a Rússia e outras nações. O principal pesquisador de política externa nos EUA, o Prof. John Mearsheimer, propôs a teoria do "realismo ofensivo", segundo a qual as grandes potências inevitavelmente disputariam o domínio, contudo as consequências podem ser trágicas, na forma de guerras devastadoras. Certamente a nossa tarefa é evitar a ocorrência desses desfechos trágicos e não os aceitar como algo inevitável.

A segunda possibilidade é uma paz instável através de um equilíbrio de poder entre as grandes potências, às vezes chamada de "realismo defensivo". Uma vez que os EUA não conseguem derrotar a China ou a Rússia, e vice-versa, as grandes potências deveriam manter a paz evitando conflitos diretos entre si. Os EUA não deveriam tentar forçar a entrada da OTAN na Ucrânia, contra as fortes objeções da Rússia, nem armar Taiwan contra a veemente oposição da China.

Resumindo, as grandes potências devem agir com prudência, evitando cruzar as linhas vermelhas umas das outras. Sem dúvida esse é um bom conselho, mas não o suficiente. Equilíbrios de poder podem se transformar em desequilíbrios, ameaçando a paz. O Concerto da Europa, o equilíbrio de poder entre as principais potências europeias no século XIX, acabou sucumbindo às mudanças no equilíbrio de poder no final do século XIX, o que levou à Primeira Guerra Mundial.

A terceira possibilidade, desprezada pelos líderes estadunidenses nos últimos 30 anos, mas nossa maior esperança, é a verdadeira paz entre as grandes potências. Essa paz seria baseada no reconhecimento compartilhado de que não pode haver um *hegemon* global e que o bem comum exige cooperação ativa entre as principais potências. Existem várias bases para essa abordagem, incluindo o idealismo (um mundo baseado na ética) e o institucionalismo (um mundo baseado no direito internacional e em instituições multilaterais).

A paz sustentada é possível. Podemos aprender muito com a longa paz que prevaleceu no Leste Asiático antes da chegada das potências ocidentais no século XIX. Em seu livro *Chinese Cosmopolitanism*, a filósofa Shuchen Xiang cita o historiador David Kang, que observou que "desde a fundação da dinastia Ming até as guerras do ópio – isto é, de 1368 a 1841 – houve apenas duas guerras entre China, Coreia, Vietnã e Japão. Foram a invasão do Vietnã pela China (1407-1428) e a invasão da Coreia pelo Japão (1592-1598)". A longa paz do Leste Asiático foi rompida pelo ataque da Grã-Bretanha à China na Primeira Guerra do Ópio, de 1839 a 1842, e pelos conflitos entre o Oriente e o Ocidente (e posteriormente sino-japoneses) que se seguiram.

A Prof. Xiang atribui o meio milênio de paz no Leste Asiático às normas confucionistas de harmonia que sustentavam a diplomacia entre China, Coreia, Japão e Vietnã, em contraste com a luta pela hegemonia que caracterizava a diplomacia europeia. Durante esse longo período, a China era a hegemonia incontestada da região, mas não usou seu poder predominante para ameaçar ou prejudicar a Coreia, o Vietnã ou o Japão.

A Dra. Jean Dong, especialista em formulação de políticas externas da China, destaca questões semelhantes sobre as diferenças entre a diplomacia chinesa e a europeia em seu livro [*Chinese Statecraft in a Changing World: Demystifying Enduring Traditions and Dynamic Constraints*](#).

Recentemente, propus [10 Princípios para a Paz Perpétua no Século XXI](#), baseados nos cinco princípios da China para a coexistência pacífica, acrescidos de outros cinco passos práticos, misturando assim a ética confucionista com o institucionalismo. Minha ideia é aproveitar a ética da cooperação e os benefícios práticos do direito internacional e da Carta da ONU.

Enquanto o mundo se reúne em setembro na [Cúpula do Futuro da ONU](#), a mensagem principal é esta: não queremos nem precisamos de um *hegemon*. Não precisamos de um equilíbrio de poder, que facilmente pode se transformar em desequilíbrio de poder. Precisamos de uma paz duradoura, baseada na ética, em interesses comuns e no direito e nas instituições internacionais.

A saga continua: Nova Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)

**Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão**

Resumo: A mpox, novamente declarada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), é reflexo da negligência global em relação à doença. A falta de investimentos contínuos, especialmente na África, onde a mpox é endêmica, contribuiu para o ressurgimento da epidemia. A complexidade da transmissão do vírus e a variação regional das variantes tornam o controle da doença ainda mais desafiador. A comunidade internacional precisa agir urgentemente para garantir acesso equitativo a recursos e implementar medidas de prevenção e controle efetivas em todos os países afetados.

A Assembleia Geral das Nações Unidas se reunirá em setembro de 2024 para discutir a grave ameaça da resistência antimicrobiana (RAM), que torna as infecções comuns mais difíceis de tratar. Líderes mundiais se comprometerão a tomar medidas urgentes para enfrentar essa crise global, como desenvolver planos nacionais para combater a RAM, fortalecer a coordenação internacional, aumentar investimentos em pesquisa e prevenção, garantir o acesso equitativo a medicamentos essenciais e monitorar a disseminação da resistência. O objetivo é reduzir as mortes causadas pela resistência bacteriana em 10% até 2030 e proteger a saúde global.

Palavras-chave: Mpox, Resistência Antimicrobiana

Abstract: Mpox, once again declared a Public Health Emergency of International Concern (PHEIC), reflects global neglect of the disease. The lack of continued investment, especially in Africa, where pox is endemic, has contributed to the resurgence of the epidemic. The complexity of virus transmission and the regional variation of variants make controlling the disease even more challenging. The international community must act urgently to ensure equitable access to resources and implement effective prevention and control measures in all affected countries.

The United Nations General Assembly will meet in September 2024 to discuss the serious threat of antimicrobial resistance (AMR), which makes common infections more difficult to treat. World leaders will commit to taking urgent action to address this global crisis, such as developing national plans to combat AMR, strengthening international coordination, increasing investments in research and prevention, ensuring equitable access to essential medicines, and monitoring the spread of resistance. The goal is to reduce deaths caused by bacterial resistance by 10% by 2030 and protect global health.

Keywords: Mpox, Antimicrobial Resistance

Mpox: novamente uma ESPII

A mpox, novamente declarada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)¹, após o ciclo de julho 2022 a maio de 2023, é reflexo de uma contínua falha na resolução de casos da doença em locais endêmicos. É sabido e acompanhado que crises

humanitárias, políticas, econômicas e sociais são gatilhos para cenários de crises de saúde. E não tem sido diferente com a mpox.

O Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, determinou que o aumento de mpox na República Democrática do Congo (RDC) e em um número crescente de países na África constitui uma ESPII sob o Regulamento Sanitário Internacional (2005) (RSI). A declaração do Dr. Tedros veio a conselho de um Comitê de Emergência do RSI, composto por especialistas independentes que se reuniram em 14 de agosto para revisar dados apresentados por especialistas da OMS e países afetados. Tal comitê conta com dois pesquisadores de referência brasileiros, Dr Eduardo Hage (Fiocruz Brasília) e Dra Clarissa Damaso (UFRJ). O Comitê informou ao Diretor-Geral que considera o aumento de mpox uma ESPII, com potencial para se espalhar ainda mais por países na África e possivelmente fora do continente. Até o momento, considera-se que a crise e falta de estruturas mínimas na RDC, associada a modificações e adaptações do vírus monkeypox, somam-se à equação do aumento do número de casos de mpox.

A mpox já havia sido declarada uma ESPII de julho de 2022², quando os números de novos casos subiram de forma escalonada nos Estados Unidos, Europa e América Latina. No período, o Brasil havia sido o segundo país em número de detecções de casos, que estavam vinculados ao clado IIb do vírus. Entretanto, no início de 2023 viu-se uma queda acentuada e sustentada de diagnósticos, o que se concluiu como o fim da ESPII declarada em maio de 2023³. Essa queda foi atribuída a esforços vacinais concentrados no Norte Global, mudanças comportamentais de grupos populacionais vulnerabilizados. Apesar do fim da emergência, à época, reconheceu-se as incertezas restantes sobre a doença, em relação aos modos de transmissão em alguns países, a baixa qualidade de alguns dados relatados e a contínua falta de contramedidas eficazes nos países africanos, onde a mpox ocorre regularmente. Considerou-se ainda que esses são desafios de longo prazo que seriam mais bem abordados por meio de esforços sustentados em uma transição para uma estratégia de longo prazo para gerenciar os riscos à saúde pública representados pela mpox, em vez das medidas de emergência inerentes a uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

Foi ainda enfatizada a necessidade de parcerias de longo prazo para mobilizar o suporte financeiro e técnico necessário para sustentar a vigilância, medidas de controle e pesquisa para a eliminação de longo prazo da transmissão de humano para humano, bem como a mitigação de transmissões zoonóticas, sempre que possível. A integração da prevenção, preparação e resposta à mpox dentro dos programas nacionais de vigilância e controle, incluindo para HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, foi reiterada como um elemento importante dessa transição de longo prazo. Em particular, em 2023 já havia sido pontuado que os ganhos no controle do surto multinacional de mpox foram alcançados em grande parte na ausência de suporte financeiro externo e que o controle e a eliminação a longo prazo são improváveis, a menos que tal suporte seja fornecido. Esses investimentos sustentados economizariam, a longo prazo, dinheiro e vidas, e reduziram o risco de um ressurgimento global de mpox, bem como o risco de zoonose reversa resultando em novas áreas onde o vírus pode circular.

E é assim que se chega ao cenário de 2024. Essas medidas sugeridas foram muito mal seguidas. Não houve sequer uma campanha vacinal em saúde pública direcionada ao continente africano. Muitos dos desafios com vigilância e testes na África não foram resolvidos durante os meses em que o "resto" do mundo pensou ter contido o vírus, e como tem sido uma constante, a mpox voltou ao seu caráter de negligência. E à medida que a urgência global em torno do mpox se dissipou em 2023, o mesmo aconteceu com o financiamento.

Agora, a RDC está vendo centenas de casos a cada mês causados por uma versão conhecida como clado I mpox que foi associada a uma taxa de mortalidade mais alta do que as infecções do clado II que impulsionaram o surto global. O clado I é dividido em clado Ia — um subclado que é endêmico há muito tempo na RDC — e clado Ib, que provavelmente surgiu em 2023⁴. Nos últimos meses, casos de clado Ib foram confirmados em países vizinhos que não relataram casos de mpox antes, incluindo Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda. Em meados de agosto, a Suécia relatou o primeiro caso de clado I mpox fora da África, em uma pessoa que viajou para uma área com surto. As autoridades confirmaram que o paciente estava infectado com o clado Ib⁵.

Como mencionado, o surto global que começou em 2022 foi impulsionado pelo clado II mpox, uma versão possivelmente menos transmissível e menos virulenta do que as variantes do clado I que agora estão se espalhando em países africanos e justificam a nova declaração de uma ESPII.

A grande maioria das quase 100.000 pessoas⁶ ao redor do mundo com casos de mpox confirmados em laboratório eram homens mais jovens. Os casos do clado II até agora foram transmitidos predominantemente por contato sexual, e cerca de 86% daqueles que contraíram mpox no surto global se identificaram como homens que fazem sexo com homens⁶. Mas a demografia das pessoas afetadas pelos surtos atuais do clado I na RDC, bem como nas áreas vizinhas, é diferente do surto global de 2022. Além disso, os indivíduos mais afetados parecem variar dependendo da região e do subclado. Por exemplo, a maioria dos quase 20.000 casos suspeitos de mpox do clado Ia e 975 mortes suspeitas de mpox do clado Ia na RDC entre janeiro de 2023 e abril de 2024⁷ ocorreram entre crianças de 15 anos ou menos, principalmente na província de Equateur, uma região localizada na parte noroeste do país. A mpox é uma doença zoonótica que se espalha por contato próximo — geralmente pele a pele —, então os surtos do clado Ia na África provavelmente são causados por alguma combinação de interação animal-humano, transmissão domiciliar e contato sexual.

Surto envolvendo o clado Ib, por outro lado, parecem estar se espalhando amplamente por contato sexual, com uma grande proporção dele heterossexual. Cerca de 52% das pessoas com mpox confirmada no Kivu do Sul da RDC no final de 2023 e início de 2024 eram mulheres, quase um terço das quais eram profissionais do sexo. Casos como esses foram algumas das primeiras evidências de que, assim como o mpox do clado II, o mpox do clado I também poderia ser transmitido por contato sexual — e foram o ímpeto para separar o clado I em subclados Ia e Ib.

Com base no que os pesquisadores sabem sobre esses surtos, o vírus agora está sendo transmitido de várias maneiras. É uma percepção equivocada de que exista apenas uma forma de transmissão, já que os surtos mundiais anteriores foram predominantemente transmitidos por contato sexual. A dinâmica específica da disseminação atual é bem diferente, dependendo de onde você se observa. Esse fato pode se dever a forma que os dados são coletados, a pontos culturais e questões atreladas realmente aos pontos epidemiológicos.

Conter o avanço da mpox não deve advir da concepção de evitar que chegue aos países mais ricos e saia do invólucro africano. É urgente que se garanta que os locais nos quais a infecção é endêmica possam ter suas necessidades atendidas e de forma contínua. A mpox não se assemelha a Covid-19 quando declarada uma ESPII. Já existem testes diagnósticos efetivos, possibilidades terapêuticas com antivirais e vacinas desenvolvidas para a mpox. Entretanto, a falta de distribuição adequada desses insumos é novamente vivida.

Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana - Assembleia Geral das Nações Unidas

A Assembleia Geral da ONU (AGNU) convocará uma Reunião de Alto Nível sobre resistência antimicrobiana (RAM) pela segunda vez, durante sua 79ª sessão (UNGA 79) em Nova York em setembro de 2024. As infecções resistentes a medicamentos não conhecem fronteiras, o que significa que nenhum país pode responder à RAM sozinho. Esta reunião é uma oportunidade importante para os líderes mundiais abordarem coletivamente a ameaça iminente que a RAM representa para a saúde global, a segurança alimentar e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030. A primeira Reunião de Alto Nível da ONU sobre RAM ocorreu em 2016.

Foi divulgado o rascunho do que se propõe ser a declaração de alto nível sobre o tema. Pode ser acessado neste [link](#). Intitulado "Political Declaration of the High-level Meeting on Antimicrobial Resistance", destaca a necessidade urgente de ação para proteger a capacidade de tratar doenças humanas, animais e ambientais, garantindo segurança alimentar, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. A resistência antimicrobiana impacta de maneira desproporcional os países em desenvolvimento, especialmente os de baixa e média renda, e está associada a milhões de mortes anuais e grandes perdas econômicas. Os líderes reconhecem a importância de medidas preventivas, como vacinação e saneamento, e a necessidade de esforços intersetoriais para enfrentar o problema de maneira eficaz. Eles se comprometem a reduzir as mortes causadas por resistência bacteriana em 10% até 2030 e a promover o acesso equitativo a serviços de saúde e medicamentos essenciais, respeitando os direitos humanos e a dignidade.

Os compromissos descritos na declaração política incluem várias ações-chave para enfrentar este problema de saúde global:

- Planos de Ação Nacionais Multissetoriais: Garantir que todos os países desenvolvam planos de ação nacionais multissetoriais para combater a resistência antimicrobiana, com mecanismos de coordenação específicos e funcionais até 2030.

- Coordenação Nacional Multissetorial: Estabelecer ou fortalecer um órgão de coordenação multissetorial que envolva os setores de saúde humana, animal, vegetal e ambiental, assegurando recursos humanos e financeiros adequados.

- Plano de Ação Global Atualizado: Solicitar às organizações do Quadripartite que atualizem o Plano de Ação Global sobre Resistência Antimicrobiana até 2026, para garantir uma resposta robusta e inclusiva de "Uma Saúde" que se alinhe com as realidades atuais.

- Secretariado Conjunto Quadripartite: Formalizar o Secretariado Conjunto Quadripartite Permanente sobre Resistência Antimicrobiana como o principal mecanismo de coordenação da resposta global de "Uma Saúde" à resistência antimicrobiana. Fazem parte do compromisso quadripartite a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, em inglês).

- Governança Participativa e Inclusiva: Promover abordagens participativas e inclusivas na governança da saúde para a resistência antimicrobiana, envolvendo todas as partes interessadas relevantes, incluindo comunidades locais, profissionais de saúde, pacientes, sobreviventes, organizações da sociedade civil e jovens na criação, implementação e revisão dos planos de ação nacionais.

●Painel Independente sobre Evidências: Recomendar a criação de um Painel Independente de Evidências para Ação contra a Resistência Antimicrobiana até 2025, por meio das organizações do Quadripartite, para monitorar tendências e fornecer orientações regulares aos Estados membros com base em ciência, dados e evidências em todos os setores relacionados à resistência antimicrobiana.

Esses compromissos visam fortalecer a coordenação global e multissetorial para enfrentar a resistência antimicrobiana de forma eficaz e sustentável.

O documento aborda ainda a necessidade urgente de aumentar os investimentos sustentáveis em nível nacional, regional e global para fortalecer os sistemas de saúde e melhorar a capacidade dos países de prevenir e responder à resistência antimicrobiana, com foco especial em países de baixa e média renda. Reconhece-se a importância de planos de ação nacionais multissetoriais totalmente financiados, mas expressa-se preocupação com o fato de apenas 11% dos países terem financiamento dedicado para essa finalidade. Embora os países em desenvolvimento tenham feito progressos, é necessário mais apoio financeiro para sustentar ações em todos os níveis.

Os compromissos incluem dedicar financiamento nos orçamentos nacionais para planos de ação sobre resistência antimicrobiana, com o objetivo de que pelo menos 60% dos países alcancem isso até 2030, e mobilizar recursos financeiros, especialmente para países em desenvolvimento, para apoiar a implementação desses planos. Também se propõe reforçar o financiamento através do Fundo Fiduciário Multi-Parceiro sobre Resistência Antimicrobiana e utilizar instrumentos de financiamento existentes, como o Banco Mundial, para ampliar o acesso a antimicrobianos eficazes e medidas de prevenção de infecções.

Além disso, o texto destaca o desafio de garantir o acesso equitativo a antimicrobianos eficazes e diagnósticos, especialmente em países em desenvolvimento, e observa que os altos preços de produtos de saúde e o acesso desigual continuam a dificultar o progresso no combate à resistência antimicrobiana. Os compromissos incluem acelerar os esforços para alcançar a cobertura universal de saúde, promover maior acesso a antibióticos essenciais e diagnósticos em países de baixa e média renda, e incentivar organizações a expandirem iniciativas de acesso global para garantir o acesso equitativo a antimicrobianos, diagnósticos e vacinas de qualidade. Por fim, a OMS é instada a aumentar o acesso global a antimicrobianos em áreas de maior necessidade, harmonizando registros de medicamentos e reformando os processos regulatórios.

Aborda-se também a necessidade urgente de melhorar a pesquisa, desenvolvimento, inovação e fabricação de vacinas, diagnósticos, antimicrobianos e alternativas para enfrentar a resistência antimicrobiana. Destaca-se a preocupação com a falta de avanços adequados em pesquisa e desenvolvimento, especialmente em relação aos antibióticos, e a importância de garantir o acesso equitativo a novos e existentes antibióticos e diagnósticos. Reconhece-se os benefícios das parcerias público-privadas no desenvolvimento de antimicrobianos e a necessidade de enfrentar barreiras que dificultam a entrada no mercado e a sustentabilidade da cadeia de suprimentos. Também menciona os perigos de produtos médicos *substandard*, falsificados e contrabandeados, e a influência da produção farmacêutica sobre a resistência antimicrobiana ambiental.

Os compromissos incluem explorar e promover incentivos e mecanismos de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, fortalecer parcerias entre os setores público e privado e a academia, e incentivar a transferência de tecnologia para melhorar a capacidade

local e regional de fabricação e acesso a ferramentas essenciais. Além disso, há um foco em aumentar a transparência dos preços dos produtos de saúde, apoiar iniciativas que desvinculem o custo de investimento em pesquisa do preço de venda, e fortalecer a produção sustentável de antimicrobianos para reduzir a resistência. Finalmente, o texto compromete-se a combater o comércio de medicamentos *substandard* e falsificados, melhorando a gestão da cadeia de suprimentos e a capacidade regulatória.

O texto estabelece em acréscimo diretrizes para o acompanhamento e a avaliação contínua das respostas globais à resistência antimicrobiana. Solicita que as organizações Quadripartite (FAO, PNUMA, OMS, WOH) continuem apoiando os países na construção de respostas coordenadas e setoriais contra a resistência antimicrobiana, colaborando com parceiros e comunidades afetadas e liderando revisões globais periódicas da resposta. Também pede que entidades relevantes da ONU ofereçam suporte contínuo aos Estados-Membros para fortalecer sistemas de saúde, promover sustentabilidade financeira e melhorar o treinamento e a retenção de recursos humanos.

Adicionalmente, solicita que o Secretário-Geral, em consulta com as agências pertinentes, forneça um relatório de progresso durante a 81ª sessão da Assembleia Geral, com recomendações sobre a implementação da declaração, a ser utilizado para informar a próxima reunião de alto nível de 2029 sobre o tema.

Referências

1. World Health Organization. WHO Director-General declares mpox outbreak a public health emergency of international concern [Internet]. Who.int. World Health Organization: WHO; 2024. Available from: <https://www.who.int/news/item/14-08-2024-who-director-general-declares-mpox-outbreak-a-public-health-emergency-of-international-concern>
2. Mpox outbreak - PAHO/WHO | Pan American Health Organization [Internet]. www.paho.org. Available from: <https://www.paho.org/en/mpox>
3. WHO declares end of mpox emergency, calls for sustained efforts for long-term management of the disease - PAHO/WHO | Pan American Health Organization [Internet]. www.paho.org. Available from: <https://www.paho.org/en/news/11-5-2023-who-declares-end-mpox-emergency-calls-sustained-efforts-long-term-management-disease>
4. Emmanuel Hasivirwe Vakaniaki, Kacita C, Kinganda-Lusamaki E, Áine O'Toole, Wawina-Bokalanga T, Mukadi-Bamuleka D, et al. Sustained Human Outbreak of a New MPXV Clade I Lineage in the Eastern Democratic Republic of the Congo. Nature Medicine [Internet]. 2024 Jun 13 [cited 2024 Aug 19]; Available from: <https://www.nature.com/articles/s41591-024-03130-3#:~:text=MPXV%20is%20an%20enveloped%2C%20double>
5. Risk assessment for the EU/EEA of the mpox epidemic caused by monkeypox virus clade I in affected African countries. 2024; Available from: <https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/mpox-risk-assessment-monkeypox-virus-africa-august-2024.pdf>
6. 2022 Monkeypox Outbreak: Global Trends [Internet]. worldhealthorg.shinyapps.io. Available from: https://worldhealthorg.shinyapps.io/mpx_global/
7. McQuiston JH. U.S. Preparedness and Response to Increasing Clade I Mpox Cases in the Democratic Republic of the Congo — United States, 2024. MMWR Morbidity and Mortality Weekly Report [Internet]. 2024 [cited 2024 May 22];73. Available from: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/73/wr/mm7319a3.htm>

**Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional:
Impactos e oportunidades para o Brasil**

***Amendments to the International Health Regulations:
Impacts and opportunities for Brazil***

***Eduardo Hage Carmo, Deisy Ventura, Tiago Mocellin
Pittas, Leandro Viegas, Fernando Aith, Pedro Dallari, Luiz
Augusto Galvão, Isabela Serra, Paula Reges, Luana Bermudez
e Paulo Buss***

Resumo. Esta nota técnica número 5 do *GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI Fiocruz-USP*, publicada em 15 de agosto de 2024, apresenta as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) que foram aprovadas em primeiro de junho de 2024 na Assembleia Mundial da Saúde, avaliando suas implicações para o Brasil, em particular as medidas necessárias para sua implementação. Ao final, apresenta recomendações para que o Brasil construa um enfoque autônomo das emergências de saúde, à altura dos princípios do SUS e de suas potencialidades, e em contraponto aos enfoques biomédico e securitário patrocinados pelos países ricos.

1. Introdução

Em 1º de junho de 2024, a 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), órgão deliberativo máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), adotou emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Trata-se de um dos instrumentos jurídicos internacionais de maior alcance geográfico, vigente em 196 Estados Partes¹⁸.

O processo de reforma teve início dois anos antes, quando uma decisão da 75ª AMS convidou os Estados a apresentarem propostas de emendas ao RSI, cuja versão mais recente datava de 2005; criou um Comitê de Revisão do RSI¹⁹, composto por especialistas para formular recomendações técnicas sobre as emendas propostas pelos Estados; e encarregou o "Grupo de Trabalho sobre as emendas ao RSI" (na sigla em inglês, WGHR)²⁰, aberto a todos os Estados, de propor emendas ao RSI à 77ª AMS²¹.

Cumprindo importante papel na reforma do RSI, o Comitê de Revisão sistematizou e analisou mais de 300 propostas de emendas apresentadas por 16 Estados Partes ou grupos de

¹⁸ Os 194 Estados-membros da OMS, além de Liechtenstein e Santa Sé.

¹⁹ Previsto pelo artigo 50 *a* do RSI, que atribui sua criação ao Diretor-Geral para emitir recomendações técnicas sobre eventuais emendas ao regulamento. Seus membros são selecionados e nomeados pelo Diretor-Geral dentre as pessoas integrantes do Cadastro de Peritos do RSI ou em outros painéis assessores da Organização (art. 50 *b*).

²⁰ Composto exclusivamente por Estados, trata-se da modificação do nome e do mandato do "Grupo de Trabalho sobre o fortalecimento da preparação e da resposta da OMS às emergências de saúde", criado em 2021 pela Decisão WHA74.7 (2021), disponível em https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_R7-en.pdf

²¹ OMS. WHA75(9) 27 mai 2022. Disponível em [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75\(9\)-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75(9)-en.pdf)

países²², que atingiam 33 dos 66 artigos e cinco dos nove anexos do RSI, além de propor seis novos artigos e dois novos anexos²³. Este comitê não contou com a participação do Brasil; embora uma especialista brasileira tenha sido convidada pela OMS a dele participar, seu nome foi vetado pelo governo brasileiro da época²⁴. O relatório do Comitê de Revisão foi apresentado ao Diretor-Geral da OMS em janeiro de 2023²⁵.

Com base no relatório do Comitê de Revisão, as negociações no âmbito do WGIHR tiveram início em fevereiro de 2023. Foram realizadas oito reuniões do grupo, além de consultas com especialistas, sociedade civil e outras partes interessadas²⁶, sendo as últimas rodadas realizadas noite adentro, durante a própria Assembleia²⁷. Segundo os co-presidentes do WGIHR, Abdullah Asiri (Arábia Saudita) e Ashley Bloomfield (Nova Zelândia)²⁸, diante de um multilateralismo em plena erosão, a aprovação por consenso da reforma do RSI no seio da 77ª AMS teria mostrado que a diplomacia ainda é viável, fortalecendo a credibilidade da OMS diante dos ataques coordenados que vêm sofrendo²⁹.

Do ponto de vista político, a aprovação das emendas ao RSI pode ser considerada uma vitória³⁰ para os defensores da saúde pública, considerando as dificuldades de obtenção de consenso entre os Estados, que foi agravada pelo crescente apagamento da memória a respeito do que ocorreu durante a covid-19, pelo arrefecimento da vontade política dos governos de assumir compromissos internacionais que dele decorre, assim como pela ofensiva de desinformação promovida por movimentos extremistas e anti-vacina em relação às negociações do acordo sobre pandemias e a reforma do RSI³¹.

²² Versão integral das propostas disponível em https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr1/WGIHR_Submissions-en.pdf

²³ Compilação das propostas de emendas dos Estados artigo por artigo disponível em https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr1/WGIHR_Compilation-en.pdf

²⁴ Colucci C (2022). Ministério veta para a OMS professora da USP que apontou falha na gestão da pandemia. Folha de S. Paulo. 29/09. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/09/ministerio-veta-para-a-oms-professora-da-usp-que-apontou-falha-na-gestao-da-pandemia.shtml>; Chade J (2022). Covid-19: Governo Bolsonaro veta nomeação de especialista brasileira na OMS. UOL. 29/09. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/29/covid-19-governo-bolsonaro-veta-nomeacao-de-especialista-brasileira-na-oms.htm>

²⁵ OMS (2023). Report of the Review Committee regarding amendments to the International Health Regulations (2005). Genebra, 06/02. Disponível em https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr2/A_WGIHR2_5-en.pdf

²⁶ Documentação disponível em <https://apps.who.int/gb/wgihhr/>

²⁷ Cullinan K (2024). 'The World Has Won': New International Regulations to Protect Against Pandemics Finally Approved. health Policy Watch. 01/06. Disponível em <https://healthpolicy-watch.news/the-world-has-won-new-regulations-to-protect-against-pandemics-finally-passed/>

²⁸ Também integraram a presidência do grupo, na condição de vice-Presidentes, Sultani Matendecheero (Quênia), Colin McIff (Estados Unidos), François Rivasseau (França) e Grata Endah Werdaningtyas (Indonésia), cf. OMS, A/WGIHR/1/5, disponível em https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr1/A_WGIHR1_5-en.pdf

²⁹ Bloomfield A, Assiri A (2024). The updated International Health Regulations: good news for global health equity. Lancet (London, England), 403(10446), 2761–2762.

³⁰ Carmo EH (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

³¹ Ramos VP, Viegas LL, Ventura DFL (2023). A captura ideológica dos mecanismos de participação social da OMS na negociação do acordo internacional sobre pandemias. Saúde E Sociedade, 32(3), e230439pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230439pt>

Tais fatores, entre outros, explicam que o mesmo consenso não tenha sido possível em relação às negociações do acordo sobre pandemias, ocorridas paralelamente às discussões das emendas ao RSI, cujo desfecho foi adiado para dezembro de 2024, ou para maio de 2025³². Neste sentido, a aprovação das emendas ao RSI também é percebida como um incentivo para que o consenso em relação ao acordo sobre pandemias seja alcançado³³.

A presente nota é composta de cinco seções. Após esta introdução, apresentamos as principais emendas aprovadas pela 77ª AMS. Para facilitar a compreensão do texto, os artigos que foram objeto de emendas serão precedidos da expressão *novo*. A seguir, breves seções abordarão a participação social no processo de reforma em apreço e o processo de incorporação das emendas à ordem jurídica brasileira. Por fim, será apresentado um balanço do impacto da reforma do RSI para o Brasil, com a formulação de algumas recomendações ao Estado e à sociedade.

2. Principais emendas ao RSI aprovadas pela 77ª Assembleia Mundial da Saúde

Diante das graves deficiências da resposta internacional às crises sanitárias, muito antes da criação do WGIHR já circulavam propostas de reforma do RSI, provenientes dos Comitês de Revisão anteriormente convocados pela OMS - que já haviam avaliado o desempenho do RSI durante a pandemia de Influenza AH1N1³⁴ e durante a pandemia de covid-19³⁵ -, assim como de outros comitês, grupos independentes e especialistas³⁶. As emendas adotadas pela 77ª AMS refletem, de forma limitada, o debate que precedeu a reforma. Em nosso entendimento, as modificações mais relevantes são as seguintes.

2.1. Criação de uma nova categoria: Emergência Pandêmica

Ao longo de sua história, a OMS adotou diferentes versões do RSI³⁷, fixando os direitos e obrigações dos Estados (como organização sanitária, regulamentação de transportes internacionais e medidas para evitar a propagação de doenças), sempre em relação a certas doenças específicas, como peste, cólera, varíola, febre amarela, tifo e febre recorrente³⁸.

³² Ver nota emitida pelo GT sobre este adiamento em <https://saudeglobal.org/atualidades/nota-da-coordenacao-do-gt-sobre-o-adiamento-da-conclusao-do-acordo-sobre-pandemias/>

³³ Carmo EH (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

³⁴ OMS (2011). Aplicación del Reglamento Sanitario Internacional (2005). Informe del Comité de Examen acerca del funcionamiento del Reglamento Sanitario Internacional (2005) en relación con la pandemia por virus (H1N1). WHA 64/10. Disponível em https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA64/A64_10-sp.pdf

³⁵ OMS (2021). Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations (2005) during the COVID-19 Response. 2021. Disponível em <https://www.who.int/publications/m/item/a74-9-who-s-work-in-health-emergencies>

³⁶ Para uma síntese destas propostas ver Viegas LL, Ventura DFL, Ventura M (2022). A proposta de convenção internacional sobre a resposta às pandemias: em defesa de um tratado de direitos humanos para o campo da saúde global. Cadernos De Saúde Pública, 38(1), e00168121. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-331X00168121>

³⁷ A primeira delas foi adotada pela AMS em 1951, e não em 1969 como costuma figurar em linhas do tempo e publicações sobre o assunto. A confusão provavelmente se deve ao fato de que a primeira versão levava o nome *International Sanitary Regulations*, e não *International Health Regulations*, embora o conteúdo seja similar à versão de 1969. Texto integral disponível em <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20175/volume-175-I-2303-English.pdf>

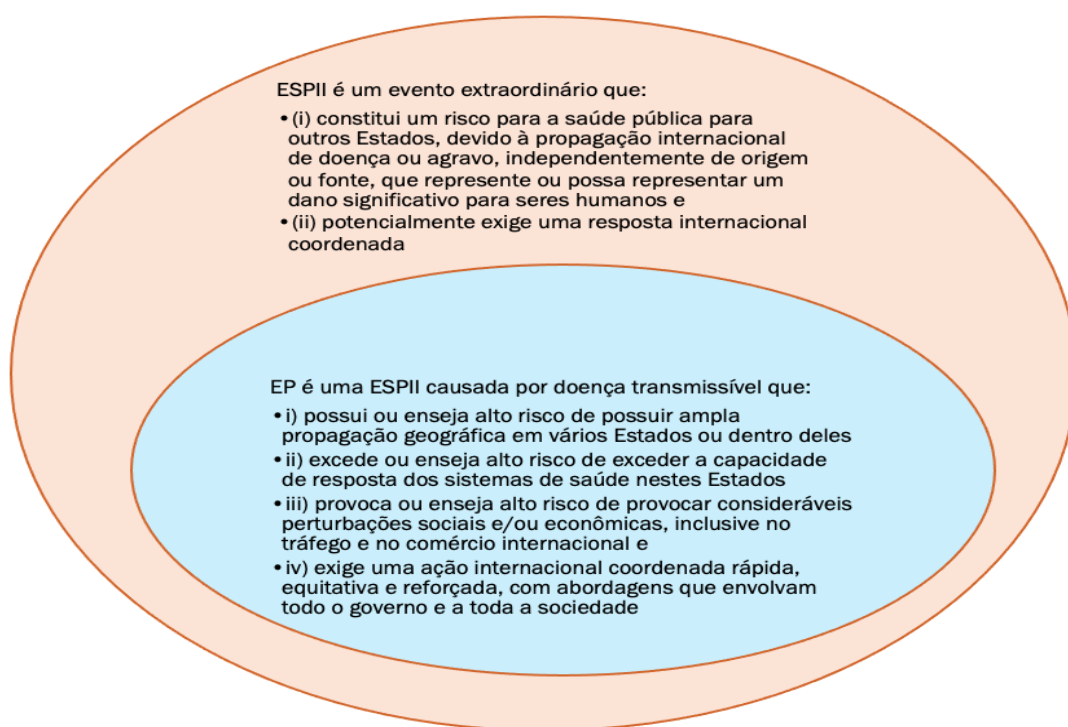
³⁸ Ventura D. (2013). Direito e saúde global. São Paulo: Dobra/Expressão Popular.

Em sua versão de 2005, o RSI introduziu uma importante inovação: a categoria Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). A versão de 2005, portanto, marca a transformação do RSI, que deixa de ser um instrumento de resposta a doenças previamente determinadas para alcançar um largo espectro de ameaças, por meio de uma categoria abstrata: a ESPII.

Entre as oito ESPIIs até hoje declaradas, incluindo a recente declaração de ESPII para a epidemia de mpox no continente africano³⁹, apenas duas foram consideradas pandemias: a influenza AH1N1 (2009-2010) e a covid-19 (2020-2023). As demais foram a poliomielite, a síndrome congênita do vírus zika, e as epidemias pelos vírus ebola (em dois eventos distintos) e mpox (também em dois eventos).

As emendas de maio de 2024 trazem ao RSI outra inovação: a criação da categoria "Emergência Pandêmica" (EP). Trata-se necessariamente de uma ESPII, porém com características específicas. A figura seguinte compara os conceitos de ESPII e EP.

Figura n. 1 - Conceitos de ESPII e EP segundo o novo art. 1º do RSI



Fonte: elaborado pelos autores, com base, para a ESPII, na tradução oficial do RSI (2005)⁴⁰; para a EP, livre tradução dos autores.

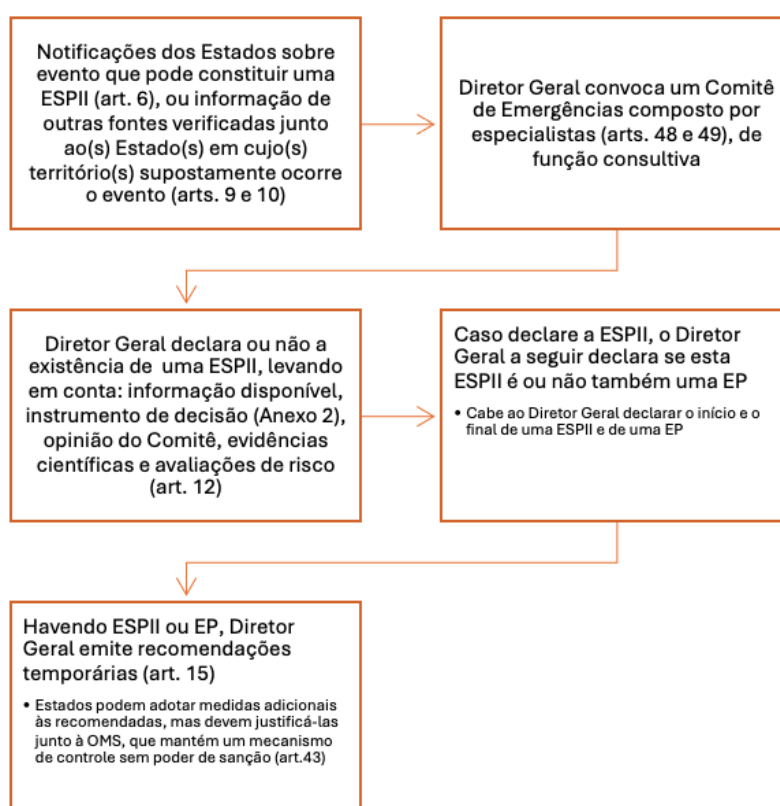
³⁹ OMS. WHO Director-General declares mpox outbreak a public health emergency of international concern. 14/08/2024. Disponível em <https://www.who.int/news/item/14-08-2024-who-director-general-declares-mpox-outbreak-a-public-health-emergency-of-international-concern>

⁴⁰ Brasil. Decreto n. 10.212, 30/01/2020. Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2019-2022/2020/Decreto/D10212.htm

A EP é, portanto, uma forma específica de ESPII. Segundo notícia publicada pela OMS, trata-se de um "nível mais alto de alarme"⁴¹. Assim, as características que tornam uma ESPII uma EP são: a escala do risco de propagação (amplo), a magnitude de impactos (sistemas de saúde) e danos (perturbações sociais, econômicas, no tráfego e no comércio internacional); e a intensidade da resposta devida (rápida, equitativa e reforçada). Note-se que, ao restringir expressamente a EP às doenças transmissíveis, o novo artigo 1º exclui a possibilidade de utilização da expressão para outras doenças que são frequentemente referidas por cientistas como pandemias, a exemplo da obesidade⁴².

Quanto ao procedimento de declaração, o processo original de declaração das ESPIIs não foi modificado, criando-se apenas uma segunda etapa de análise. Assim, segundo o novo artigo 12.4 bis, uma vez declarada a ESPII, o Diretor Geral deverá avaliar se ela constitui também uma EP. Este processo é representado pela Figura n. 2.

Figura n. 2 - Processo de declaração de uma ESPII ou EP



Fonte: Adaptado de Ventura, Aith e Rached, 2020⁴³.

Além da elevação do nível de alerta, a nova categoria EP serviria igualmente para estabelecer um vínculo com o acordo sobre pandemias, ainda em negociação no âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociação da OMS, no qual o Brasil ocupa uma das vice-

⁴¹ <https://www.who.int/news/item/01-06-2024-world-health-assembly-agreement-reached-on-wide-ranging--decisive-package-of-amendments-to-improve-the-international-health-regulations--and-sets-date-for-finalizing-negotiations-on-a-proposed-pandemic-agreement>

⁴² Ver, por exemplo, The Lancet Gastroenterology Hepatology (2021). Obesity: another ongoing pandemic. The lancet. Gastroenterology & hepatology, 6(6), 411. [https://doi.org/10.1016/S2468-1253\(21\)00143-6](https://doi.org/10.1016/S2468-1253(21)00143-6).

⁴³ Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH (2021). A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. Revista Direito e Práxis, 12(1), 102–138. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>

Presidências. Uma nota do Ministério da Saúde brasileiro sobre as emendas do RSI informa que em 2023, ao exercer a Presidência Pro Tempore do Mercosul, coube à delegação do Brasil apresentar e defender as propostas do Mercosul nas negociações do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao RSI, inclusive a respeito da definição de pandemia. Após intensos debates, teria havido consenso em torno do termo emergência pandêmica, "que remete ao 'contínuo pandêmico' – uma abordagem que reconhece pandemias como um *continuum* no esforço internacional para combater emergências de saúde"⁴⁴.

De fato, chegou a haver uma definição de pandemia em alguns dos rascunhos de textos apresentados pelo OIN, órgão encarregado da negociação do acordo sobre pandemias, que era a seguinte: "disseminação global de um patógeno ou variante que infecta populações humanas com imunidade limitada ou inexistente, por meio de transmissibilidade de pessoa para pessoa alta e sustentada, sobrecarregando os sistemas de saúde com altas morbidade e mortalidade, e causando perturbações sociais e econômicas, que exigem colaboração e coordenação nacionais e globais eficazes para seu controle" (art. 1 e)⁴⁵. Nota-se que alguns elementos desta definição do OIN foram transpostos para o conceito de EP do novo artigo 1º - ver figura n.1 - , mas outros não o foram, como a alta transmissibilidade de pessoa a pessoa, e as altas morbidade e mortalidade. Segundo a Presidência do OIN, chegou a haver um grande debate entre os Estados a respeito desta definição, que também envolvia a criação de um procedimento específico para declaração de pandemias no âmbito do acordo ainda inconcluso⁴⁶. No entanto, esta definição de pandemia consta da versão do rascunho do acordo datada de outubro de 2023, tendo desaparecido das novas versões do acordo que circularam desde então.

O principal desafio da implementação da nova categoria EP para o Brasil, assim como para os demais Estados, é a necessidade de interpretar os já citados critérios diante de um evento real, a fim de mensurar o que deveria ser considerado, por exemplo, como "ampla propagação geográfica" ou "consideráveis perturbações sociais e/ou econômicas"⁴⁷. É importante que diretrizes, guias de implementação e exercícios sejam providenciados pela OMS, a fim de garantir a homogeneidade da interpretação dos critérios nos diferentes países, levando em conta a persistência da colonialidade no campo da saúde global (por exemplo, diferentes interpretações quando se trata de um país de alta renda em comparação com países de média e baixa renda) ou ainda quando interesses de grandes corporações possam estar em jogo.

⁴⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Agenda Internacional. OMS aprova emendas ao Regulamento Sanitário Internacional com contribuição da delegação brasileira. 05/06/2024. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/oms-aprova-emendas-ao-regulamento-sanitario-internacional-com-contribuicao-da-delegacao-brasileira>

⁴⁵ Livre tradução dos autores. No original em inglês: "The global spread of a pathogen or variant that infects human populations with limited or no immunity through sustained and high transmissibility from person to person, overwhelming health systems with severe morbidity and high mortality, and causing social and economic disruptions, all of which require effective national and global collaboration and coordination for its control (art. 1 e)", cf. https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb7/A_INB7_3-en.pdf

⁴⁶ Driece RA, Matsoso P, Silva Nunes T, Soliman A, Taguchi K., Tangcharoensathien V (2023). A WHO pandemic instrument: substantive provisions required to address global shortcomings. *Lancet (London, England)*, 401(10386), 1407–1410. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00687-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00687-6)

⁴⁷ Hage Carmo, E. (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

2.2. Equidade e solidariedade: introdução do acesso equitativo a Produtos de Saúde Pertinentes e de um mecanismo de financiamento

A inserção da promoção de equidade e da solidariedade entre os princípios do RSI é um avanço a ser comemorado, pois grande parte das deficiências no enfrentamento das emergências de saúde pública precedentes está vinculada à não adoção desses princípios⁴⁸. Especialistas alinhados com a perspectiva dos países ricos criticaram esta inclusão, que resultaria da determinação dos países em desenvolvimento de transformar uma ferramenta técnica e operacional em um instrumento regulatório e político, trazendo o risco de "politização do RSI" e de "prejudicar suas funções operacionais, tanto no que diz respeito à função da OMS, que está se tornando quase regulatória, quanto no que se refere maiores expectativas dos países em desenvolvimento em contrapartida à sua cooperação"⁴⁹. Tais argumentos partem da falsa premissa de que o texto vigente não é regulatório ou político. Ao contrário, um instrumento que institui obrigações em matéria de capacidades nacionais de resposta e um mecanismo de declaração e coordenação da resposta às emergências, mas não inclui obrigações sobre equidade e solidariedade, desempenha um papel político de primeiro plano ao obnubilar o fato de que numerosos Estados não possuem os meios objetivos de cumprir as obrigações ali estabelecidas. Assim, referenda e reproduz assimetrias que são determinantes das deficiências persistentes da resposta internacional às emergências. Este tipo de análise nos alerta para os riscos de ter como referência especialistas do Norte global, e para a necessidade de consolidar massa crítica sobre os temas da saúde global nas instituições que se orientam pela perspectiva do Sul. Em especial, expõe as estratégias que estão e continuarão sendo utilizadas pelos especialistas e representantes da maioria dos países ricos nas negociações em torno do acordo sobre pandemias.

No entanto, estes princípios não foram conceituados pelo novo artigo 3º, que se limita a enunciá-los ao mencionar que "a aplicação do Regulamento será feita com pleno respeito à dignidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas, e promoverá a equidade e a solidariedade". Podemos interpretá-los no sentido de que a implementação do RSI, desde a fase de prevenção até a etapa de recuperação frente às emergências de saúde pública, deverá levar em conta a necessidade de reduzir ou eliminar as desigualdades no acesso às ações e serviços de saúde, assim como aos recursos tecnológicos e financeiros, com o objetivo de reduzir os riscos ou mitigar os efeitos desses eventos⁵⁰. Segundo os Presidentes do WGIHR, o processo teria chamado a atenção de todos os Estados Partes sobre os diferentes desafios e necessidades dos países de baixa e média renda⁵¹.

⁴⁸ Ramakrishnan, Nithin. IHR 2005 Amendments: Setting the Legal Framework for Equity. Disponível em https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-bulletin/pandemic-preparedness/kapitel-i/ihr-2005-amendments-setting-the-legal-framework?utm_source=substack&utm_medium=email

⁴⁹ Burci GL, Strobeyko A, Morich D (2024). Global Health Law Reforms: An Update on the Amended International Health Regulations and the Pandemic Agreement Negotiations. *American Society of International Law*. v. 8. n. 7. Disponível em <https://www.asil.org/insights/volume/28/issue/7>

⁵⁰ Carmo E. H. (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

⁵¹ Bloomfield, A., & Assiri, A. (2024). The updated International Health Regulations: good news for global health equity. *Lancet* (London, England), 403(10446), 2761–2762. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)01248-](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)01248-)

Concretamente, os princípios da equidade e da solidariedade podem ser identificados em quatro grupos de emendas ao Regulamento que instituem obrigações aos Estados e à OMS de⁵²:

- facilitar o acesso equitativo a insumos e tecnologias de saúde, incluindo a construção de capacidades nacionais básicas e da ampliação ou diversificação da fabricação de insumos de saúde (Artigo 13 e Anexo 1);
- ajudar uns aos outros na construção ou no fortalecimento de capacidades básicas e na implementação de regulamentos (Artigo 44);
- facilitar o acesso a recursos financeiros para atender às necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento (Artigo 44 e 44 bis); e
- estabelecer o Comitê dos Estados Partes para a Implementação do RSI 2005 para cuidar da implementação, especialmente por meio de colaboração e assistência internacional (Artigo 54 bis) - ver item 2.3.

Quanto ao acesso equitativo aos insumos, o novo artigo 1º introduz a categoria "produtos de saúde *pertinentes*" (na versão em inglês, *relevant*; em francês, *utiles*; em espanhol, *pertinentes* - embora nesta nota tenhamos adotado a tradução em espanhol para não gerar confusão; esperamos que a tradução oficial no Brasil adote uma expressão mais adequada). Eles são definidos de forma ampla, como "os produtos de saúde necessários para responder às ESPIIs, inclusive as EPs, e podem incluir medicamentos, vacinas, testes, insumos médicos, produtos para controle de vetores, equipamentos de proteção individual, produtos de descontaminação, produtos de apoio, antídotos, terapias celulares e genômicas, e outras tecnologias de saúde".

O novo artigo 13.8 estabelece as seguintes obrigações para a OMS:

- Durante uma ESPII ou EP, a OMS facilitará o acesso oportuno e equitativo dos Estados Partes aos produtos de saúde pertinentes, e buscará eliminar os obstáculos a tal acesso.
- Para esta finalidade, o Diretor-Geral avaliará as necessidades de saúde pública, da disponibilidade e da acessibilidade (inclusive a viabilidade econômica) de tais produtos, que serão levadas em conta na formulação de suas recomendações temporárias durante as ESPIIs e EPs; utilizará os mecanismos coordenados pela OMS ou facilitará, em consulta com os Estados, o estabelecimento de novos mecanismos e redes de provimento e distribuição; mediante solicitação, ajudará os Estados a ampliar e diversificar geograficamente a fabricação destes produtos; os apoiará na avaliação regulamentar e na autorização de produtos, inclusive por meio de diligências junto ao seu fabricante, assim como na promoção da pesquisa e do desenvolvimento para que reforcem a fabricação local destes produtos com qualidade, segurança e eficácia.

Por outro lado, o artigo 13.9 atribui aos Estados Partes a obrigação, sujeita à legislação aplicável e aos recursos disponíveis, de colaborar entre si, prestar mútua assistência e apoiar atividades de resposta coordenadas pela OMS.

⁵² Ramakrishnan, Nithin. IHR 2005 Amendments: Setting the Legal Framework for Equity. Disponível em https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-bulletin/pandemic-preparedness/kapitel-i/ihr-2005-amendments-setting-the-legal-framework?utm_source=substack&utm_medium=email

Alguns comentadores apontaram que os novos dispositivos implicam o risco de transformação da OMS em uma agência de abastecimento⁵³, com o desvirtuamento de sua missão constitucional de coordenar a ação internacional no campo da saúde. Eles refletiram também um grau de compromisso incipiente dos Estados, com muitas lacunas quanto ao encaminhamento de suas obrigações, pois condicionadas à sua própria legislação e ao orçamento disponível⁵⁴.

Outros, em sentido oposto, consideram que ele reforça o papel original da OMS, concentrando mecanismos e redes já existentes (como a *i-MCM-Net*, o *Health Technology Access Pool* ou o *International Coordinating Group on Vaccine Provision*) em uma estrutura jurídica que aumenta a responsabilidade e o dever de prestação de contas da OMS, e minimizando a natureza *ad hoc* ou "caritativa" das operações de assistência emergencial da OMS⁵⁵.

No que se refere ao financiamento da resposta às emergências, os Estados se comprometem a manter ou aumentar os recursos para preparação (art. 44 2 bis). Além disso, instituíram um Mecanismo Financeiro de Coordenação para promover um financiamento oportuno, previsível e sustentável da implementação do RSI, com a finalidade de desenvolver, reforçar e manter as capacidades básicas que os Estados devem desenvolver, já previstas na versão aprovada em 2005. Vinculado à AMS, este Mecanismo trabalhará para mobilizar recursos adicionais e incrementar a utilização eficiente dos recursos que já existem (art 44 bis 1). Entre suas funções, está a de apoiar os Estados Partes na obtenção de recursos financeiros e também a de recolher contribuições voluntárias de entidades para reforçar as capacidades dos Estados (art 44 bis 1).

A referência à equidade em várias emendas como referência fundamental para alcançar um maior nível de proteção global frente às ESPIIs, com destaque para a proteção dos países menos desenvolvidos e populações mais vulneráveis, pode exercer uma pressão positiva em prol da inclusão da equidade também no acordo sobre pandemias⁵⁶. Claro está que tais inovações não garantem a mudança de práticas já consolidadas na arquitetura global em relação às ESPIIs, que vêm gerando reiteradas deficiências da resposta global⁵⁷. Cabe mencionar ainda que o princípio da equidade não se restringe - ou não deveria se restringir - ao acesso mais equânime aos produtos pertinentes de saúde (conforme estabelecido no novo texto), mas

⁵³ Clark H, Sirleaf EJ (2024). No Time to Gamble. Leaders Must Unite to Prevent Pandemics. Report. Junho. Disponível em https://live-the-independent-panel.pantheonsite.io/wp-content/uploads/2024/06/The-Independent-Panel_No-time-to-gamble.pdf

⁵⁴ Fidler D (2024). The Amendments to the International Health Regulations Are Not a Breakthrough. Think Global Health. <https://www.thinkglobalhealth.org/article/amendments-international-health-regulations-are-not-breakthrough>

⁵⁵ Ramakrishnan, Nithin. IHR 2005 Amendments: Setting the Legal Framework for Equity. Disponível em https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-bulletin/pandemic-preparedness/kapitel-i/ihr-2005-amendments-setting-the-legal-framework?utm_source=substack&utm_medium=email

⁵⁶ Carmo EH (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

⁵⁷ Souza et al. The global failure of facing the pandemic, *Global Health Action*, 2022. 15:1, 2124645. Disponível em [Full article: The global failure of facing the pandemic \(tandfonline.com\)](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17445019.2022.2124645)

compreende outras dimensões relacionadas à redução das desigualdades sociais, que determinam ou condicionam os mesmos eventos de saúde contemplados pelo RSI⁵⁸.

2.3. Comitê de acompanhamento da implementação

Por meio do artigo 54 bis, uma emenda criou o Comitê dos Estados Partes para Aplicação do RSI, de caráter consultivo, que funcionará "de maneira não contenciosa, não punitiva, transparente e de assessoramento (54 bis 1, in fine). Composto por todos os Estados Partes, ele será reunido ao menos uma vez a cada dois anos (54 bis 2). Sua Presidência será eleita pelos Estados e exercida de forma rotativa entre as regiões da OMS, com mandato de dois anos (54 bis 3).

Seu mandato corresponde à promoção e ao apoio da aprendizagem, do intercâmbio de boas práticas e da cooperação entre os Estados para aplicação efetiva do RSI (54 bis 1 a). Um Subcomitê será estabelecido para oferecer assessoramento técnico ao Comitê (54 bis 1 b).

Embora o estabelecimento deste comitê atenda, em parte, às recomendações do Comitê de Revisão do RSI de 2021⁵⁹, constatamos que não ocorreram mudanças significativas nos mecanismos previstos na versão atual para monitoramento e prestação de contas. A ausência de garantias de *accountability* (no sentido de deveres de transparência e de prestação de contas) foi notada por comentaristas que defendem a necessidade de um mecanismo independente de monitoramento do cumprimento das obrigações pelos Estados e pela OMS⁶⁰. Entre as críticas mais duras feitas ao processo de reforma do RSI está justamente a ausência de mecanismos de *compliance* (no sentido de cumprimento efetivo de obrigações assumidas) capazes de constranger os Estados a, de fato, aplicarem o regulamento⁶¹. Um mecanismo de revisão periódica do cumprimento das obrigações pelos Estados, inspirado no modelo do Conselho de Direitos Humanos, chegou a ser proposto pelo grupo de países africanos na OMS, mas não prosperou⁶².

Não é nova a crítica de que a OMS é uma organização “sem dentes”, no sentido de que ela não dispõe de poderes para impor sanções aos Estados pelo descumprimento de suas obrigações⁶³. Neste sentido, o RSI limita-se a estipular que os Estados Partes e o Diretor-geral enviarão relatórios à AMS (art. 54). Para este fim, a OMS instituiu o Relatório Anual dos Estados Partes (SPAR), que é um instrumento de coleta de dados realizada pelos Estados desde 2010,

⁵⁸ Carmo EH (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global. Quo vadis? In: Fundação Oswaldo Cruz Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS). Cadernos CRIS/FIOCRUZ 18/2023. Disponível em [cadernos-cris-fiocruz - informe 18-23 sobre saude global e diplomacia da saude vfinal.pdf](https://cadernos-cris-fiocruz-informe-18-23-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude-vfinal.pdf)

⁵⁹ OMS (2021). Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations (2005) during the COVID-19 Response. 2021. Disponível em <https://www.who.int/publications/m/item/a74-9-who-s-work-in-health-emergencies>

⁶⁰ Clark H, Sirleaf EJ (2024). No Time to Gamble. Leaders Must Unite to Prevent Pandemics. Report. Junho. Disponível em <https://live-the-independent-panel.pantheonsite.io/wp-content/uploads/2024/06/The-Independent-Panel-No-time-to-gamble.pdf>

⁶¹ Cullinan K (2024). ‘The World Has Won’: New International Regulations to Protect Against Pandemics Finally Approved. health Policy Watch. 01/06. Disponível em <https://healthpolicy-watch.news/the-world-has-won-new-regulations-to-protect-against-pandemics-finally-passed/>

⁶² Ver nossa Nota Técnica n. 1, disponível em <https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/10/gt-NT-001-1.pdf>

⁶³ Ramos VP, Viegas LL, Ventura DFL (2023). A captura ideológica dos mecanismos de participação social da OMS na negociação do acordo internacional sobre pandemias. Saúde E Sociedade, 32(3), e230439pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230439pt>

disponíveis em uma plataforma de acesso público⁶⁴. Esta ferramenta é duplamente limitada: porque a OMS não pode obrigar um Estado a participar da avaliação, e porque se trata de uma autoavaliação. Existem outras formas de avaliação promovidas pela OMS, mas elas igualmente são voluntárias. Por conseguinte, caso os atuais mecanismos não sejam aperfeiçoados, o caráter vinculante (obrigatório) do RSI tende a ser atenuado⁶⁵.

Esta questão é particularmente sensível no que se refere às obrigações de desenvolver capacidades nacionais de preparação e resposta, que exigem um investimento estrutural e permanente para que o RSI possa ser cumprido; e no que tange ao cumprimento das recomendações temporárias emitidas pela OMS durante as emergências.

Entre as maiores controvérsias envolvendo o RSI estão as medidas adicionais de saúde previstas no artigo 43, que podem ser adotadas pelos Estados em conformidade com sua legislação nacional e as obrigações decorrentes do direito internacional, em resposta a riscos específicos para a saúde pública ou ESPIIs que confirmam um nível de proteção à saúde igual ou superior ao das recomendações da OMS. No entanto, elas não deverão ser mais restritivas ao tráfego internacional, nem mais invasivas ou intrusivas em relação às pessoas do que as alternativas preconizadas pela OMS. Os artigos relativos a estas medidas praticamente não sofreram alterações nesta reforma. Em matéria de implementação do RSI, isto pode ser um paradoxo, tendo em vista que em todas as ESPIIs são adotadas medidas mais restritivas do que as recomendadas pela OMS, infelizmente não havendo suspensão de tais medidas mesmo após manifestação expressa da Organização neste sentido, o que vem paulatinamente minando a confiança depositada na OMS⁶⁶.

É o caso, por exemplo, das frequentes medidas de fechamento de fronteiras ou restrição de viagens adotadas por países ricos durante emergências, à revelia das recomendações da OMS, com impacto negativo sobre a circulação internacional de pessoas, particularmente migrantes internacionais, e sobre o acesso de ajuda humanitária aos locais de crise. Muitas vezes, contrariando o disposto pelo artigo 43.2 do RSI, estas medidas não se baseiam em evidências científicas e não se justificam pela proteção da saúde pública, e poucos Estados se dispõem a prestar contas de suas ações perante a OMS⁶⁷, embora este dever seja previsto no artigo 43.3 do RSI.

No que se refere ao Brasil, é da maior importância levar em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) durante a pandemia de covid-19. Apenas no STF tramitaram 11.703 processos relacionados àquela emergência⁶⁸. No que se refere ao RSI, o entendimento firmado pelo STF é o seguinte:

⁶⁴ Disponível em <https://extranet.who.int/e-spar#capacity-score>

⁶⁵ Carmo EH. Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global. Quo vadis? In: Fundação Oswaldo Cruz Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS). Cadernos CRIS/FIOCRUZ 18/2023. Disponível em [cadernos-cris-fiocruz - informe 18-23 sobre saude global e diplomacia da saude vfinal.pdf](#)

⁶⁶ Carmo EH. Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global. Quo vadis? In: Fundação Oswaldo Cruz Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS). Cadernos CRIS/FIOCRUZ 18/2023. Disponível em [cadernos-cris-fiocruz - informe 18-23 sobre saude global e diplomacia da saude vfinal.pdf](#)

⁶⁷ Heymann DL et al. (2015). Global health security: the wider lessons from the west African Ebola virus disease epidemic. *Lancet*, 385(9980), 1884–1901. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60858-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60858-3)

⁶⁸ Dados disponíveis em <https://portal.stf.jus.br/covid19/>

*O direito à saúde é garantido por meio da obrigação dos Estados Partes de adotar medidas necessárias para prevenir e tratar as doenças epidêmicas e os entes públicos devem aderir às diretrizes da Organização Mundial da Saúde, não apenas por serem elas obrigatórias nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Mundial da Saúde (Decreto 26.042, de 17 de dezembro de 1948), mas sobretudo porque **contam com a expertise necessária para dar plena eficácia ao direito à saúde.***

*Como a finalidade da atuação dos entes federativos é comum, a solução de conflitos sobre o exercício da competência deve pautar-se pela **melhor realização do direito à saúde**, amparada em evidências científicas e nas **recomendações da Organização Mundial da Saúde**⁶⁹ (grifos nossos).*

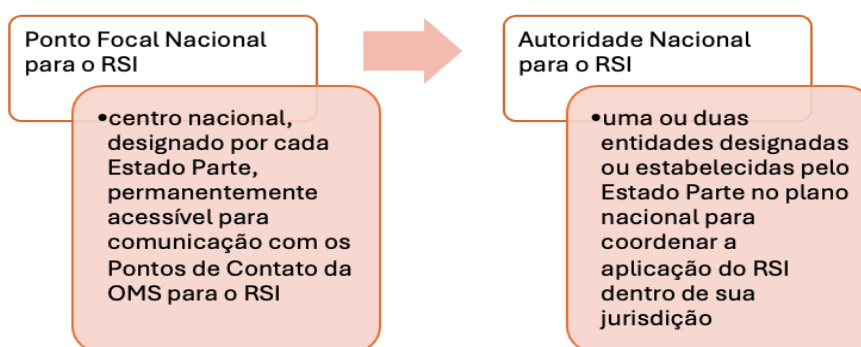
O artigo 22 da Constituição da OMS refere-se justamente aos regulamentos adotados no âmbito da organização, como veremos mais adiante (seção 4). Assim, o STF consagra a obrigatoriedade tanto do RSI como das recomendações dele emanadas durante uma ESPII. Não apenas reconhece o valor coercitivo da regra constitucional da organização, mas igualmente interpreta suas emanações como forma de realização do direito à saúde consagrado pela Constituição Federal brasileira.

2.4. "Autoridades Nacionais para o RSI"

Outra inovação trazida pelas emendas é a criação da "Autoridade Nacional para o RSI", definida como a entidade designada ou estabelecida pelo Estado Parte no plano nacional para coordenar a aplicação do RSI dentro de sua jurisdição (art. 1º), de acordo com a legislação e o contexto nacionais. Segundo o novo artigo 4.1, cada Estado Parte deve indicar uma ou duas entidades que prestem serviço como Autoridade Nacional, além do Ponto Focal Nacional que já era previsto na versão anterior.

Nota-se uma clara elevação de hierarquia na transição entre as duas categorias, como revela a figura n.3.

Figura n. 3 - Do ponto focal à autoridade nacional



Fonte: elaborado pelos autores com base no novo artigo 1º do RSI.

⁶⁹ Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.341 DF. Referendo na Medida Cautelar, 15/04/2020. Itens 6 e 7.

Logo, o novo texto visa empoderar as instâncias nacionais responsáveis pela implementação do RSI, eis que, até o momento, grande parte dessa tarefa tem sido atribuição do Ponto Focal Nacional do RSI, que frequentemente não desfruta de uma inserção governamental como uma entidade suficientemente dotada de competências para tomada de decisões⁷⁰. O papel do Ponto Focal, por vezes, fica restrito à área do governo responsável pela comunicação com a OMS quando da ocorrência de ESPIs reais ou potenciais. Esta insuficiência já havia sublinhada pelos membros do Comitê de Revisão sobre o funcionamento do RSI durante a pandemia de covid-19, que apontaram a necessidade de indicar como ponto focal uma entidade, e não um indivíduo, ademais devidamente organizada, financiada e posicionada dentro do governo, com suficiente senioridade e autoridade para mobilizar todos os setores correspondentes⁷¹.

Portanto, é tarefa do governo brasileiro indicar a(s) autoridade(s) que coordena(m) a aplicação do RSI dentro de sua jurisdição, podendo tratar-se, por exemplo, do Ministério da Saúde ou de órgão interministerial criado para este fim. Por um lado, a intersectorialidade é um dos maiores desafios de um país continental, governado no plano federal por uma ampla coalizão implica a difícil compatibilização de interesses amiúde antagônicos, e igualmente desafiado por sua estrutura federativa, o que tenderia a privilegiar a criação de um órgão capaz de reunir os diferentes setores do governo.

Por outro lado, a experiência recente da resposta à covid-19 revela que a coordenação da resposta por ente diverso do Ministério da Saúde, qual seja a Casa Civil sob o comando direto do Palácio do Planalto, desviou a resposta brasileiro do *ethos* da saúde pública que deve orientar o enfrentamento de toda e qualquer ESPI, passando a conduzi-la de acordo com interesses de setores econômicos e eleitorais.

Inicialmente, respeitando as normas vigentes sobre emergências (ver seção 4 desta Nota), a Portaria do Ministério da Saúde n. 188 de 03/02/2020 declarou uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e estabeleceu um Centro de Operações (COE-nCoV) como mecanismo de gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional⁷². Este Centro de Operações ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a quem caberia planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas empregadas durante a emergência, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministro; articular-se com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS; e divulgar à população informações relativas à emergência⁷³. O novo organismo somava-se ao Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, coordenado pelo

⁷⁰ Carmo EH. Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e proteção sanitária global. Quo vadis? In: Fundação Oswaldo Cruz Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS). Cadernos CRIS/FIOCRUZ 18/2023. Disponível em [cadernos_cris-fiocruz - informe 18-23 sobre saude global e diplomacia da saude vfinal.pdf](#)

⁷¹ Aavitsland P et al. (2021). Functioning of the International Health Regulations during the COVID-19 pandemic. *Lancet*, 398(10308), 1283-1287. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)01911-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)01911-5)

⁷² Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 188 de 03/02/2020. Disponível em https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html

⁷³ Ventura DV, Aith FMA, Reis RR et al. (2021). A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. Estudo elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil” do CEPEDISA/FSP/USP, atualizado mediante solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Disponível em https://cepedisa.fsp.usp.br/?page_id=32#:~:text=Clique%20para%20ver%20mais.%C2%A0

Ministério da Saúde e composto por 9 órgãos federais, criado em 30/01/2020 pelo Decreto n. 10.211⁷⁴, assinado pelos então Presidente da República e Ministro da Saúde, Jair Bolsonaro e Luiz Henrique Mandetta.

No entanto, em 16/03/2020, o Decreto n. 10.277 - desta vez assinado não mais pelo Ministro da Saúde, e sim pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto - instituiu o *Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da covid-19*, coordenado pela Casa Civil e composto por 27 autoridades, sendo apenas duas vinculadas ao Ministério da Saúde: o próprio Ministro e o Coordenador do já citado Centro de Operações. O novo Comitê de Crise foi definido como “órgão de articulação da ação governamental, de assessoramento ao Presidente da República sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia da covid-19 e de deliberação sobre as prioridades, as diretrizes e os aspectos estratégicos relativos aos impactos da covid-19”. Segundo o Decreto, este Comitê de Crise atuaria de forma coordenada com o Grupo Executivo Interministerial já referido. Por força do Decreto n. 10.289, de 24/03/2020, o Comitê de Crise passou a contar com seu próprio Centro de Coordenação de Operações. A seguir, o Decreto Presidencial n. 10.404, de 22/06/2020, transformou o Comitê de Crise em órgão de deliberação sobre as prioridades, as diretrizes e os aspectos estratégicos relativos aos impactos da covid-19. O resultado deste deslocamento de mando é bastante conhecido, e é preciso que seja lembrado no debate sobre a incorporação desta emenda ao RSI.

3. Participação social na negociação das emendas

O debate sobre a participação social no âmbito da OMS não é novo. A Organização historicamente tem falhado em promover uma participação inclusiva de atores não-estatais⁷⁵. Adotado em 2016, o marco de colaboração da OMS com atores não-estatais (FENSA, na sigla em inglês) é considerado largamente insatisfatório, entre outras razões por equiparar o setor privado e as fundações filantrópicas às instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil^{76 77}. Neste sentido, em 2023, a OMS reconheceu os limites deste mecanismo, criando uma Comissão para Sociedade Civil, com o intuito de fortalecer o diálogo, promover a colaboração e fazer recomendações que apoiem a OMS em seu envolvimento com a sociedade civil nos níveis global, regional e nacional⁷⁸. No entanto, esta comissão ainda não produziu resultados que possam ser avaliados.

As dificuldades em relação à participação social refletiram-se nas negociações das emendas ao RSI. Os mecanismos de participação para organizações da sociedade civil (OSCs) foram pouco transparentes e convidativos, inclusive em comparação com as negociações em curso no acordo sobre pandemias. No processo de emendas ao RSI, as modalidades de

⁷⁴ Brasil. Presidência da República. Decreto n. 10.211 de 30/01/2020. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10211.htm

⁷⁵ Gostin, L. O.; Friedman, E. A.; Finch, A. The Global Health Architecture: Governance and International Institutions to Advance Population Health Worldwide. *Milbank Quarterly*, v. 101, n. 1, p. 734–769, abr. 2023.

⁷⁶ Rached, D. H., & Ventura, D. de F. L.. (2017). World Health Organization and the search for accountability: a critical analysis of the new framework of engagement with non-state actors. *Cadernos De Saúde Pública*, 33(6), e00100716. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00100716>

⁷⁷ Fedatto, M. S. (2020). Conflict of interests or transparency at the World Health Organization? An analysis of the Framework of Engagement with non-State actors and the Member States' positions during the negotiations process (2012-2016). Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.101.2020.tde-25112020-113855. Recuperado em 2024-08-12, de www.teses.usp.br

⁷⁸ <https://www.who.int/about/collaboration/civil-society-and-ngo-engagement/civil-society-commission>

engajamento para atores não-estatais que não estivessem em relações oficiais com a OMS passaram a ser contempladas quando as reuniões já estavam em curso, com pouca abertura para participação⁷⁹. Já no acordo sobre pandemias, isso ocorreu logo a partir da primeira reunião, no início de 2022⁸⁰.

O documento que definiu a participação dos atores não-estatais⁸¹ subdividiu estes agentes em cinco categorias, sendo elas: a) organizações intergovernamentais com as quais a OMS possui relações; b) observadores (incluindo Estados que não são membros da organização); c) atores não-estatais em relações oficiais com a OMS; d) partes interessadas convidadas às seções abertas; e) partes interessadas convidadas a oferecer outras contribuições⁸². Nos dois últimos casos, a análise é feita a partir de indicação dos Estados-membros. No total dos cinco grupos, foram incluídas mais de 400 instituições, com as OSCs predominando nos três últimos.

A participação de cada ator variou em função do grupo em que se encontrava. Os quatro primeiros grupos foram convidados para assistir a sessões abertas do WGIHR, tiveram direito de fala nessas seções e foram convidados a oferecer contribuições com aval da Presidência. No entanto, a última categoria permitia aos convidados somente oferecerem contribuições por meio de portal eletrônico, audiências abertas ou participação em trechos de uma sessão. Cerca de 50 OSCs identificadas como *relevant stakeholders* pela OMS se pronunciaram sobre as emendas ao RSI. Ressalta-se, porém, que muitas entre essas 50 fazem parte de alianças com agentes que não estavam na lista da OMS. Assim, contam com o apoio de diversos outros movimentos, articulando seus interesses e aumentando a representatividade de suas manifestações⁸³.

As contribuições mais recorrentes referem-se à equidade (transferência de tecnologia, acesso a medicamentos, compartilhamento de patógenos, estímulo à pesquisa e desenvolvimento, entre outros), sendo também abordados temas como tratamento especial dos trabalhadores da saúde, questões de gênero, complementaridade com o acordo sobre pandemias, abordagem *Uma só Saúde*⁸⁴, financiamento e atenção a pacientes com doenças não-transmissíveis. O artigo 13, cujas emendas visam tornar o acesso a produtos de saúde mais equitativo, foi o mais citado e que contou com maior número de contribuições. O artigo 44 também ensejou propostas de mobilização de recursos e financiamento.

Os OSCs criticam a falta de transparência e o reduzido papel atribuído aos atores sociais, uma vez que ficaram afastados de grande parte das sessões e tiveram dificuldade de

⁷⁹ Save the Children International; STOPAIDS. Meaningful & Effective Civil Society Participation in Pandemic Accord & IHR Amendment Negotiations – Research Report. abril 2023. Disponível em <https://resourcecentre.savethechildren.net/document/pandemics-start-and-end-in-communities-why-civil-society-participation-in-the-governance-of-the-pandemic-accord-is-critical-short-summary/>

⁸⁰ A participação de atores não-estatais no processo negociador CA+ foi descrita em nossa Nota Técnica n.2, páginas 4 a 7: https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf.

⁸¹ Modalities of engagement for relevant stakeholders. Disponível em https://apps.who.int/gb/wgihr/pdf_files/wgihr7/A_WGIHR7_6-en.pdf.

⁸² Os brasileiros foram representados por 7 partes relevantes, todos no Anexo E. São eles a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Butantan, o Instituto Evandro Chagas (IEC), o Instituto de Estudos Para Políticas de Saúde (IEPS), a Fundação Oswaldo Cruz, o Instituto Todos pela Saúde (ITpS) e o Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (Universidade de São Paulo e Fundação Oswaldo Cruz).

⁸³ Exemplos são [People's Vaccine Alliance](#), [NCD Alliance](#), [Alliance for Health Promotion](#), [Pandemic Action Network](#), entre outros.

⁸⁴ Ver Nota Técnica n. 4.

participação. Apesar de avanços, como a já citada inclusão de atores sem relação oficial com a OMS e o aumento no número de sessões abertas. Contudo, a distância e o caráter informal de diversos dos encontros com atores sociais prejudicaram, em especial, a organizações de países em desenvolvimento, que nem sempre possuem recursos suficientes para deslocamento e estada em Genebra. Considerando o papel central desempenhado pelos movimentos sociais durante a pandemia de covid-19, esta limitação compromete a legitimidade e a eficiência do RSI como forma de resposta às emergências, sobretudo quando se trata de levar em conta grupos sociais vulneráveis⁸⁵. Entre as principais consequências do modelo de participação social na reforma do RSI, podemos observar:

- a) menor presença dos atores não-estatais em comparação às reuniões do OIN;
- b) recorrente confusão entre os dois processos negociadores nas declarações dos atores não-estatais;
- c) papel inexpressivo da sociedade civil nas emendas aprovadas, a despeito de sua atuação fundamental durante a pandemia de covid-19;
- d) e debate excessivamente centrado nos atores estatais, com pouca transparência, representando a perda de uma oportunidade importante de inclusão da sociedade civil.

De modo geral, quanto ao futuro da participação social na OMS, o Brasil poderia desempenhar um papel importante. Exemplo disto é a resolução recentemente adotada pela Assembleia Mundial da Saúde⁸⁶, liderada pelo governo brasileiro, cuja participação contou com a incidência do Conselho Nacional de Saúde (CNS)⁸⁷. A resolução reafirma a "necessidade de promover a participação de todas as mulheres e de todas as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade, pessoas com deficiência e povos indígenas, nos processos de tomada de decisão em saúde, para que políticas e planos relacionados com a saúde respondem às suas necessidades ao longo da vida". Esta visão sobre a participação social na saúde baseada em experiências nacionais deveria ser estendida à participação social no âmbito da OMS. O processo de internalização das emendas constitui uma boa ocasião para que o Brasil ponha em prática tal princípio.

4. Incorporação das emendas do RSI à ordem jurídica brasileira

Por força do artigo 59 do RSI - modificado, em 2022, pela 75^a AMS⁸⁸ para agilizar a implementação da reforma que estava em curso - , as emendas adotadas em 2024 entrarão em vigor 12 meses após notificação feita pelo Diretor-Geral da OMS aos Estados Partes. Até a data da vigência, os Estados poderão rechaçar completamente as emendas, ou formular reservas, como previsto nos artigos 61 e 62 do RSI.

A base legal para adoção do RSI é o artigo 21 da Constituição da OMS, segundo o qual a AMS tem autoridade para adotar os regulamentos respeitantes a medidas sanitárias e de quarentena e outros procedimentos destinados a evitar a propagação internacional de doenças.

⁸⁵ https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2023/02/GT-NT-3_2023_final-1.pdf .

⁸⁶ OMS. WHA 77.2. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_R2-en.pdf

⁸⁷ Brasil se torna referência mundial sobre Participação Social em Saúde. CNS. 29/05/2024. <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/3434-brasil-se-torna-referencia-mundial-sobre-participacao-social-em-saude>

⁸⁸ OMS. WHA75.12 Amendments to the International Health Regulations (2005). Disponível em https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75-REC1/A75_REC1_Interactive_en.pdf#page=1 Para os Estados que tenham rejeitado a emenda de 2022, o prazo em questão será de 24 meses.

A seguir, o artigo 22 da mesma Constituição estabelece: “Os regulamentos adotados em conformidade com o artigo 21 entrarão em vigor para todos os Estados-membros depois de a sua adoção ter sido devidamente notificada pela Assembleia [Mundial] da Saúde, exceto para os Estados-membros que comuniquem ao Diretor-Geral a sua rejeição ou reservas dentro do prazo indicado na notificação”.

Diferentemente dos acordos e convenções internacionais clássicos, previstos pelo artigo 19 da Constituição da OMS, que entram em vigor para os Estados-membros após incorporação às ordens nacionais em conformidade aos respectivos ritos constitucionais, os regulamentos dispensam esta incorporação. Logo, ao aprovarem a Constituição da OMS, os Estados aceitam a competência do órgão máximo da organização, no qual todos os Estados tomam assento (AMS), para adotar regulamentos que dispensam incorporação às ordens nacionais. Isto não significa que os Estados sejam obrigados a aceitar estes regulamentos quando com eles não concordam: preservando a margem de discricionariedade dos Estados, o mecanismo permite ou a rejeição completa do Regulamento, ou a formulação de reservas dentro de um prazo pré-determinado, correspondendo à técnica de *opting out*, típica das normas técnicas internacionais⁸⁹. Caso não se manifeste no prazo estipulado é que se presume seu consentimento.

No Brasil, segundo o artigo 49 I da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional: "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem *encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*" (grifo nosso). Neste sentido, a Constituição da OMS foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 6, de 14 de fevereiro de 1946; e promulgada pelo Poder Executivo através do Decreto n. 26.042, de 17 de dezembro de 1948⁹⁰, não sendo formuladas reservas nem declarações interpretativas quanto ao seu conteúdo. Por conseguinte, em nosso entendimento, os regulamentos baseados no artigo 21 da Constituição da OMS não necessitam ser submetidos à nova aprovação do Congresso Nacional, que já consentiu com o teor do artigo 22, reconhecendo a competência da OMS para adoção de regulamentos sanitários sob a forma de *opting out*. Trata-se claramente de uma norma de execução de um compromisso maior previamente aprovado, que é o pertencimento à OMS.

Revelando entendimento diverso, a versão do RSI adotada em 2005 foi submetida pelo Poder Executivo brasileiro ao Congresso Nacional em 2007, e aprovada pelo Decreto Legislativo n. 395, de 9 de julho de 2009. Uma versão em português foi publicada no mesmo ano pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁹¹. Embora não questione o seu conteúdo, o referido Decreto Legislativo aponta diversas correções formais à tradução oficial do regulamento para o português⁹².

⁸⁹ Ventura D. (2013). Direito e saúde global. São Paulo: Dobra/Expressão Popular.

⁹⁰ Brasil. Presidência da República. Decreto n. 26.042, de 17 de dezembro de 1948. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-26042-17-dezembro-1948-455751-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹¹ Disponível em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/regulamento-sanitario-internacional/arquivos/7181json-file-1>

⁹² "Esse gênero de ressalva não implica vincular o Executivo a elaborar reservas ou declarações interpretativas, nem possui impacto nas relações internacionais. Ao contrário, vincula o Presidente da República a promulgar o tratado traduzido ao português com texto correto. Portanto, não envolveria conflito de competência. Entretanto, somos da opinião de que a importantíssima obrigação de traduzir corretamente os tratados é do Executivo e, caso haja traduções insatisfatórias no seu conjunto, deve-se solicitar ao Executivo nova tradução, 10 mediante consultas, ou, em caso extremo, devolvê-la. Do contrário, as ressalvas começarão a ser feitas em grande número, como ocorreu no Decreto Legislativo n.

Curiosamente, o natural passo seguinte no rito de incorporação de um acordo internacional, que é a etapa de promulgação da norma pelo Poder Executivo, não foi seguido de imediato. Foi somente uma década depois, em 30 de janeiro de 2020, quando declarada a ESPII relativa à covid-19, que o Decreto Presidencial n. 10.212 promulgou o texto do RSI(2005)⁹³. A publicação do Decreto Presidencial faz parte de um conjunto de medidas jurídicas providenciadas pelo Poder Executivo com o intuito declarado de dar segurança jurídica ao repatriamento dos brasileiros que se encontravam em Wuhan, China, então o epicentro da ESPII, realizado por meio de uma operação das Forças Armadas denominada "Retorno à Pátria Amada Brasil"⁹⁴.

Ainda mais curioso é constatar que tal Decreto, em pleno 2020, reconhece que o Regulamento entrou em vigor para o Brasil, "no plano jurídico externo", em 15 de junho de 2007, nos termos de seu artigo 59. Qual seria, até então, segundo o Poder Executivo, seu estado de vigência no plano jurídico interno?

Vale registrar que tanto o Decreto Legislativo como o Decreto Presidencial em questão reproduzem uma *cláusula de reserva de competência congressional*, que é nada mais do que uma prática adotada pelo Congresso Nacional com o intuito de evitar que o Executivo "abuse da faculdade de não submeter certos tratados ao Parlamento"⁹⁵. Assim, o Decreto Presidencial em tela reproduz esta prática, ao afirmar, em seu artigo 2º, que "são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Regulamento de que trata o art. 1º e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição". Trata-se de uma interpretação extensiva do artigo 49 da Constituição Federal, pois a norma constitucional, como já foi dito, refere-se apenas a "encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

Na prática, é provável que o governo federal, à época, tivesse a intenção de evitar futuros questionamentos políticos ou jurídicos a respeito do RSI, e/ou de firmar uma determinada posição em matéria de direito internacional público que rechaça a aplicabilidade direta de normas de organizações internacionais - o que, a rigor, não é o caso do RSI, eis que existe a manifestação de anuência pela via do *opting out*.

Seja qual for a intenção, do ponto de vista técnico, deduz-se da submissão do Regulamento pelo Executivo ao Congresso Nacional a discutível interpretação de que o RSI(2005) acarretaria novos "encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional" em relação ao teor da Constituição da OMS. Em nosso entendimento, ao contrário, o Poder

395, de 9/7/2009", cf. Dal Maso Jardim T. Condicionantes impostas pelo Congresso Nacional ao Executivo Federal em matéria de celebração de tratados. s/d. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-13-condicionantes-impostas-pelo-congresso-nacional-ao-executivo-federal-em-materia-de-celebracao-de-tratados>

⁹³ Brasil. Presidência da República. Decreto n. 10.212 de 30/01/2020. Disponível em https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10212.htm

⁹⁴ Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH (2021). A emergência do novo coronavírus e a "lei de quarentena" no Brasil. Revista Direito E Práxis, 12(1), 102–138. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>

⁹⁵ São palavras de um Consultor Jurídico do Senado, cf. Dal Maso Jardim T. Condicionantes impostas pelo Congresso Nacional ao Executivo Federal em matéria de celebração de tratados. s/d. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-13-condicionantes-impostas-pelo-congresso-nacional-ao-executivo-federal-em-materia-de-celebracao-de-tratados>

Legislativo já havia reconhecido a competência da organização para adoção de regulamentos sanitários com vigência determinada pela técnica de *opting out*, podendo o Poder Executivo rechaçar integralmente ou formular reservas e declarações interpretativas caso entendesse pela impertinência dos regulamentos adotados pela AMS, na qual, ademais, toma assento. Considerando a limitação temática e o caráter técnico dos regulamentos, é penoso imaginar o impacto de sua tramitação nas casas legislativas do mundo inteiro.

Neste sentido, em 2008, um parecer elaborado pelo CEPEDISA/USP a pedido da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) já apontava os riscos da submissão desnecessária do RSI aos parlamentos nacionais:

- barganhas partidárias com um acervo normativo mundial inegociável;
- lentidão desnecessária em processo que requer urgência, eis que a propagação das doenças ignora formalidades;
- eventual modificação interna, pelo Parlamento, de um padrão internacional sanitário, gerando a formulação de reservas (possivelmente fora de prazo), comprometendo a eficácia global do instrumento;
- possível recusa extemporânea do Regulamento, sacrificando, entre outros aspectos, a imagem do país no exterior⁹⁶.

Por todo o exposto, foi gerado um precedente de aprovação (em nosso entendimento desnecessária) do RSI pelo Congresso Nacional, que constitui hoje um elemento complicador do encaminhamento que o atual governo federal dará às emendas recém adotadas pela 77ª AMS. A atual composição do Congresso Nacional, que inclui ativos propagadores de desinformação em saúde e ferrenhos opositores à OMS, aporta o risco de captura ideológica e eleitoral desta agenda, com efeitos nefastos para a implementação do RSI no Brasil. Neste sentido, resta ao governo ou amparar tecnicamente a não submissão ao Congresso Nacional, fazendo evoluir seu entendimento sobre a natureza das normas do RSI, ou diligenciar para que a tramitação do RSI no Parlamento receba a devida atenção e o investimento político de alto nível adequado.

Importante esclarecer que a aprovação do RSI pelo Congresso Nacional e sua promulgação pelo Poder Executivo são independentes da verdadeira tarefa de implementação do Regulamento, que é compatibilizar as obrigações assumidas em seu âmbito com a legislação vigente. Um recente estudo sobre a legislação de 48 países revelou a ausência de uniformidade das categorias utilizadas durante as ESPIIs, eis que 40 dos Estados investigados não possuíam referência às ESPIIs em sua legislação⁹⁷, o que não é o caso do Brasil, como será explicado, resumidamente, a seguir.

De modo geral, a legislação epidemiológica brasileira é insatisfatória e ameaça a eficiência da resposta às emergências, caracterizando-se por:

⁹⁶ CEPEDISA/USP (2008). Rumbo a las políticas regionales de salud. Estudio preliminar sobre la incorporación del Reglamento Internacional (2005) en los derechos nacionales comunitarios. OPAS. Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34528>

⁹⁷ Wenham C, Stout L (2024). A legal mapping of 48 WHO member states' inclusion of public health emergency of international concern, pandemic, and health emergency terminology within national emergency legislation in responding to health emergencies. *Lancet*, 403(10435), 1504–1512. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)00156-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)00156-9)

- elaboração reativa e casuística de instrumentos normativos;
- fragmentação do ordenamento jurídico numa diversidade de instrumentos de diferentes hierarquias, cuja consistência pode ser questionada;
- ausência do imprescindível debate democrático e de participação social em sua elaboração; e
- pendência de normatização de numerosos detalhes decisivos para a correta implementação da lei, constatado um ainda insuficiente exercício do poder regulamentar⁹⁸.

A implementação do RSI (2005) no Brasil foi realizada principalmente por atos normativos do Poder Executivo, ou seja, hierarquicamente inferiores às leis. A Portaria n. 104, de 25 de janeiro de 2011, buscou adaptar a terminologia utilizadas na legislação brasileira ao léxico do RSI⁹⁹.

No mesmo ano, por meio do Decreto n. 7.616, de 17 de novembro de 2011¹⁰⁰, regulamentado pela Portaria n. 2.952¹⁰¹, foi instituída a categoria jurídica da *Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional* (ESPIN). Embora a ESPIN constitua claramente uma transposição da categoria da ESPII ao ordenamento jurídico pátrio, os institutos são independentes entre si. Por exemplo, a ESPIN declarada "em decorrência de desassistência à população Yanomami" foi exclusivamente nacional¹⁰².

Por ocasião da pandemia de covid-19, em razão da mesma preocupação já citada sobre o repatriamento dos brasileiros que se encontravam na China, além da plena consciência das autoridades a respeito dos limites da legislação epidemiológica vigente, em particular quanto à necessidade de adoção de medidas que poderiam restringir liberdades e direitos individuais em prol da proteção coletiva. Assim, foi adotada, em tempo recorde, a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Esta lei é da maior importância na história da resposta brasileira às emergências, pois atendeu ao disposto no RSI(2005), inclusive no que se refere à proteção de direitos humanos; definiu e regulou minimamente a adoção de medidas de saúde pública como quarentena, tratamento obrigatório, isolamento, uso de máscaras, restrições de circulação, entre outras; determinou a concessão gratuita de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores em atividades essenciais; estabeleceu regras excepcionais para autorização e distribuição de insumos, dotações orçamentárias, compras públicas, contratação de pessoal, requisição de bens e serviços, entre outras matérias decisivas na contenção da pandemia. Ela foi alvo de intensos embates políticos e, sobretudo, de um imponente contencioso judicial, sofrendo dezenas de

⁹⁸ Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH (2021). A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito E Práxis*, 12(1), 102–138. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>

⁹⁹ Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 104, de 25 de janeiro de 2011. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html

¹⁰⁰ Brasil. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7616.htm

¹⁰¹ Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.952, de 14 de dezembro de 2011. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2952_14_12_2011.html

¹⁰² Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 28, de 20 de janeiro de 2023. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-28-de-20-de-janeiro-de-2023-459177294>

alterações ao longo da evolução da crise, tanto por meio de emendas do Poder Legislativo como por decisões do Poder Judiciário.

No entanto, os avanços obtidos por meio da Lei n. 13.979/2020 deixaram de existir, na medida em que a lei não está mais em vigor. Inicialmente prevista para vigorar enquanto durasse a ESPIN, ainda em 2020 ela foi alterada para que sua vigência fosse vinculada à persistência do estado de calamidade pública, declarada pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo¹⁰³.

Isto significa que, em caso de uma nova ESPII, voltamos a dispor somente de normas genéricas herdadas do regime militar, datadas dos anos 1970¹⁰⁴, além dos atos normativos do Poder Executivo, já citados, que estão longe de regulamentar as necessidades mínimas de uma resposta à emergência ou pandemia. Aspecto importante, que será tratado em futura nota técnica específica de nosso GT, diz respeito aos crimes contra a saúde pública e outros delitos praticados no contexto da covid-19, e a necessidade de debater e atualizar as interpretações do direito penal no contexto das pandemias.

Ressalte-se que, independentemente da necessária atualização da legislação epidemiológica brasileira em seu conjunto, a devida incorporação das emendas ao RSI exige a modificação das normas vigentes, como já foi exposto na seção 2 desta nota.

5. Balanço e recomendações

Embora a reforma do RSI tenha buscado o avanço de seu estágio de implementação pelos Estados, por si só ela não é suficiente para que as capacidades nacionais e a capacidade internacional de lidar com as ESPiIs sejam aperfeiçoadas¹⁰⁵. No entanto, ela constitui uma oportunidade valiosa para pautar aspectos que necessitam ser enfrentados em matéria de preparação e resposta às emergências.

Durante a pandemia de covid-19, a postura do governo federal privou o Brasil do papel de liderança que poderia ter desempenhado. Esse protagonismo vem sendo resgatado agora, principalmente no que diz respeito ao relançamento do Complexo Industrial da Saúde. Tanto no âmbito da OMS como do G20, o Brasil vem pautando a construção de uma *Aliança Global para a Produção Local e Regional e Inovação*¹⁰⁶. Entendemos que esta agenda é de importância decisiva, inclusive no sentido de resgatar a tradição do Brasil no campo da saúde global¹⁰⁷, mas está longe de ser a única quando se observa a realidade da gestão das emergências.

Os limites dos enfoques biomédico e securitário das pandemias, assim como a tentação da *bala mágica* que historicamente assombra o setor da saúde, devem ser reconhecidos e

¹⁰³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/DLG6-2020.htm

¹⁰⁴ Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH (2021). A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito E Práxis*, 12(1), 102–138. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>

¹⁰⁵ Carmo E. H. (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

¹⁰⁶ Brasil. Ministério da Saúde. No G20, Brasil apresenta proposta de Aliança Global para produção local de insumos e inovação. 06/06/2024. Disponível em. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/no-g20-brasil-apresenta-proposta-de-alianca-global-para-producao-local-de-insumos-e-inovacao>

¹⁰⁷ Ventura D. (2023). After testing times, Brazil is back. *BMJ*, 380, 48. Disponível em <https://doi.org/10.1136/bmj.p48>

enfrentados. A experiência da covid-19 no Brasil ensina que mesmo uma gestão correta da aquisição e da distribuição das vacinas (que não houve) estaria longe de atender as necessidades de preparação e resposta que ocorrem antes, durante e depois da imunização.

Há aspectos fundamentais de governança que precisam ser enfrentados para que se alcance uma resposta eficiente. Por outro lado, a gestão catastrófica da pandemia de covid-19 no plano federal não impediu que valiosas experiências se desenvolvessem no Brasil, inclusive no âmbito do SUS, que devem ser levadas em conta nos planos nacionais de resposta e podem ser convertidas em boas práticas com vocação à difusão no plano internacional.

A fim de colaborar com a construção de um enfoque eficiente e ético da resposta às emergências, formulamos as seguintes recomendações:

- Atualização da legislação brasileira sobre emergências de saúde em seu conjunto, por meio da proposição de um projeto de lei que as regule de forma geral e permanente - ou seja, não adstrita a uma emergência específica¹⁰⁸, levando em conta a experiência da Lei n. 13.979/20 e a respectiva jurisprudência -, elaborada com ampla participação social e atenta escuta dos trabalhadores da saúde (em particular da linha de frente da resposta à covid-19 e das vigilâncias), que sistematize e preencha lacunas das diversas normas infralegais em vigor (sobretudo as matérias tratadas pela Lei n. 13.979/2020, hoje sem cobertura legal em razão do término de sua vigência), a fim de dar segurança jurídica à atuação do Estado em matéria de emergências de saúde.
- Especificamente no que se refere às emendas ao RSI, promoção de um debate aprofundado, com a participação de especialistas e entidades sociais, sobre a definição da autoridade nacional para o RSI, levando em conta, de um lado, a intersetorialidade, e, de outro, o necessário predomínio do enfoque de saúde pública na resposta às emergências; e igualmente uma discussão sobre o encaminhamento das emendas ao Congresso Nacional que, caso ocorra, deverá ser acompanhado de uma estratégia política de alto nível.
- Atualização dos planos de resposta às ESPIIs, levando em conta as emendas ao RSI, em particular no que se refere aos princípios de solidariedade e equidade, de forma intersetorial e com ampla participação social e de especialistas, a fim de estender o foco destes instrumentos em direção à proteção social durante emergências, especialmente alimentação; questões de gênero e raça, proteção de trabalhadores da saúde e de grupos vulneráveis, mecanismos de participação social durante emergências, impacto de medidas restritivas de direitos, entre outros.
- Revisão e atualização dos mecanismos de coordenação e gestão das emergências em saúde pública, reforçando o papel do setor saúde como ente responsável pela implementação de uma política de Estado, conforme estabelecido na Política Nacional de Vigilância em Saúde (2018)¹⁰⁹, de forma integrada intra e intersetorialmente, a fim

¹⁰⁸ Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH (2021). A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. Revista Direito E Práxis, 12(1), 102–138. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>

¹⁰⁹ Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 588, de 12 de julho de 2018. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36469447/do1-2018-08-13-resolucao-n-588-de-12-de-julho-de-2018-36469431

de garantir a efetiva participação social no processo como garantia social de controle do processo de formulação, execução e avaliação das ações oficiais de resposta.

- Na discussão sobre a implementação do RSI, atribuição de especial atenção aos temas que não foram tratados no âmbito do RSI, e também não estão sendo devidamente tratados na negociação do acordo sobre pandemias, como, por exemplo, a emergência climática, estabelecendo vínculos com outros acordos internacionais e discussões em outros fóruns multilaterais que tratam desses temas¹¹⁰; o impacto da resposta às emergências sobre as migrações internacionais e os deslocamentos forçados, ou ainda os desafios de implementação do RSI em regiões atingidas por conflitos armados.

¹¹⁰ Carmo E. H. (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE. 07/06. Disponível em [https://cee.fiocruz.br/?q=77-
assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional](https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional)

Reflexões sobre a necessidade de desconstruir e abandonar o conceito de resiliência, particularmente no domínio dos direitos humanos

Armando De Negri Filho

Neste informe, situado entre a 56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU concluída em 12 de julho e sua 57ª Sessão, que deve começar no dia 09 de setembro de 2024, me animo a provocar uma reflexão sobre o conceito de **resiliência**, o qual foi instalado de forma insidiosa no vocabulário político, econômico e social desde o final do século XX, com um efeito despolitizador, que tem como objetivo desconstituir os conflitos gerados pelos dissensos (e a possibilidade de transformações ou revoluções) e apontar o caminho da adaptação, da aceitação, da inevitabilidade da realidade imposta pela hegemonia neoliberal global.

A resiliência como conceito acompanha os conceitos de gestão social de riscos e de vulnerabilidade, categorias que diminuem radicalmente a capacidade da gestão estatal da transformação social e que neutralizam a possibilidade de identidade e organização coletiva dos explorados e empobrecidos.

Diego Fusaro, (filosofo italiano, cuja obra “Eu odeio Resiliência” exploraremos a seguir), afirma que “para o benefício de poucos, o *Homo Resiliens* se abaixa e se levanta de novo e de novo, mas sem nunca questionar o mundo objetivo que o faz cair de novo e de novo, ele nem é capaz de condená-lo com críticas ou sujeitá-lo a uma acusação contundente, o resiliente aceitou a submissão em vez da revolução, é adaptável em vez de rebelde, escolhe modificar-se para se ajustar ao status de que está convencido, escolheu falar a linguagem de seu inimigo de classe, é por isso que a resiliência é de todas as qualidades a mais apropriada para o sucesso da cultura neoliberal.”

Desmontar o efeito paralisante da Resiliência como um conceito mal utilizado (o seu bom uso estaria no campo da psicologia), nos permitiria sair da letargia passiva que experimentamos frente a violações massivas e sistemáticas dos direitos humanos, tais como vemos no massacre de Gaza e no efeito reiterado de sistemas de saúde reconhecidamente incapazes de atender às necessidades da população (ou seja o seu direito à saúde) e ainda assim limitados severamente em sua expansão pelas políticas de austeridade que privilegiam a remuneração do capital financeiro em detrimento dos direitos humanos. A estes sistemas desfinanciados e a estas populações desassistidas ou massacradas, o sistema doutrinário hegemônico pede que sejam resilientes, ou seja que se adaptem a uma realidade que os degrada e penaliza.

O fato de reiteradamente clamarmos, ingenuamente ou de forma mal intencionada, por sistemas resilientes sem sequer mencionar que devem ser primariamente robustos ou seja transformados em sua insuficiência que nega a materialidade universal, integral e igualitária dos direitos, termina por impedir transformar os sistemas de saúde e promover uma aceitação de sistemas insuficientes por parte de usuários adaptados à esta insuficiência de atenção e de autoridades públicas (os garantes de direitos) adaptados às insuficiências de recursos.

O pensamento de Fusaro pode ser explorado inicialmente mediante sua obra “*Pensando diferente: Uma filosofia de dissidência*” da Editorial Trota. E que podemos acessar de forma

sintética mediante o vídeo [Pensando diferente. Uma filosofia de dissidência. DIEGO FUSARO \(youtube.com\)](#), de autoria de Claudio Alvarez Terán, que estreou em [19 de abril de 2024](#).

Neste livro, o filósofo italiano Diego Fusaro discute o momento difícil que o pensamento como dissenso atravessa, em meio a um consenso conformista dominante. Ele resgata a importância humana e moral de pensar diferente, de romper com o pensamento único e por isso expressa sem cerimônia um olhar crítico aguçado tanto para a direita quanto para a esquerda da cena política. "Pensando diferente" também é um livro que testa o leitor e seu posicionamento e preconceito. Isso te deixa desconfortável, descentraliza e desafia você a discordar do outro e de si mesmo.

O homem é a única criatura que pode definir o que ele é. A dissidência como motor da política, nega para afirmar e destrói para construir, a dialética do dissenso.

Tomamos assim o conflito como categoria central da política, e os dissensos como motores da transformação da realidade.

Podemos seguir com a leitura da obra de Diego Fusaro "Eu Odeio Resiliência. Contra a mística da resistência", sintetizada mediante o vídeo ["EU ODEIO RESILIÊNCIA" Uma palavra do poder. Diego Fusaro \(youtube.com\)](#), de autoria de Claudio Alvarez Terán, que estreou em [05 de julho de 2024](#). A obra do filósofo italiano foi publicada em espanhol por El Viejo Topo.

Nesta ocasião, Fusaro analisa e critica de forma contundente o conceito de "Resiliência", que considera uma "palavra de poder". A ideia é que haja um "bom uso" da palavra resiliência e um "mau uso". O bom uso estaria a cargo da psicologia, identificando a resiliência como o caminho para enfrentar os traumas irreversíveis que a vida nos apresenta, com especial ênfase na ideia do irreversível. O mau uso seria aquele realizado pelos campos disciplinares do social, do político e do econômico. Uma vez que aplicam o conceito de resiliência a situações que não são irreversíveis, mas mutáveis. Por isso, o conceito de resiliência torna-se sinônimo de adaptação e resignação. Para Fusaro, uma cidadania resiliente das esferas social, econômica ou política é uma cidadania que considera a realidade irreversível, impossível de ser transformada, e se rende ao inevitável, dando forma à profecia autorrealizável do sistema, que busca justamente sua eternização como presente e o desaparecimento de qualquer perspectiva de um futuro diferente.

A resiliência do homo é como um último homem que não tem nada pelo que lutar e acreditar, ele é filho do desencanto pós-moderno e do fim das grandes histórias da modernidade, deixando de lado a possibilidade do futuro devido à eterna repetição do presente. A resiliência faz parte das novas constelações de virtudes que compõem a cultura gerencial dos negócios, como o empoderamento, as práticas motivacionais e o *mindfulness*, prega adaptação desencantada ao que existe. Como única possibilidade, o resiliente poderia ser considerado um otimista, uma vez que tende a ler os eventos negativos como uma oportunidade de melhoria, adaptando-se camaleonicamente aos mais diversos contextos e às situações mais adversas quando há um desacordo entre objeto e sujeito. É o sujeito que deve se adaptar ao objeto superando traumas e desconfortos e nisso reside para o resiliente o segredo de uma vida feliz, a velha ideia de quebrar, mas não dobrar, é deslocada pelo ditado da resiliência: dobre, mas não quebre, o frágil para não quebrar se adapta a tudo tornando-se líquido em uma sociedade líquida, assumindo a fluidez como sua qualidade essencial. O famoso aforismo de Nietzsche - o que não me mata me fortalece não é, como geralmente se supõe, um exemplo de comportamento resiliente porque o sujeito resiliente é intrinsecamente fraco, pois aceita a força superior do objeto à sua frente, tomando a ideia hegeliana de que ele é mais do que um escravo

do que um mestre, ele prefere dobrar em vez de quebrar. Esse perfil líquido pós-moderno de resiliência homo está inserido no campo político com o neoliberal se ajustando ao imperativo de que não há alternativa no político. As massas são capazes de absorver sem pestanejar a violência cotidiana sobre a qual se baseia a estrutura do sistema, que se baseia na premissa básica da exploração da maioria. Para o benefício de poucos, a resiliência do Homo se abaixa e se levanta de novo e de novo, mas sem nunca questionar o mundo objetivo que o faz cair de novo e de novo, ele nem é capaz de condená-lo com críticas ou sujeitá-lo a uma acusação contundente, o resiliente aceitou a submissão em vez da revolução, é adaptável em vez de rebelde, escolhe modificar-se para se ajustar ao status de que está convencido, escolheu falar a linguagem de seu inimigo de classe, é por isso que a resiliência é de todas as qualidades a mais apropriada para o sucesso da cultura neoliberal.

Marx e Engels sustentaram que não existem apenas ideias, mas também palavras dominantes que respondem à classe dominante, tanto as ideias quanto as palavras dominantes traduzem a ordem dos grupos hegemônicos como natural e necessária, como universalmente boa e intrinsecamente apenas nossa maneira de chamar as coisas as determina, as palavras criam a realidade que é sempre acessível a nós através da linguagem e depois passam para o pensamento. Ou seja, ideias e palavras não refletem o ser, elas o determinam, por isso os grupos dominantes não só têm o monopólio dos meios de produção, mas também dos meios de comunicação e ao seu domínio material deve ser adicionado o domínio simbólico e cultural e ao longo desse caminho eles guiam os mapas conceituais do sujeito. A luta de classes contra o senhor global é atualmente e acima de tudo uma luta cultural e linguística, uma luta que visa pensar e falar de forma diferente e mapear de forma alternativa deixar de falar a língua dos responsáveis para produzir uma nova de baixo e de baixo, e para isso é necessário aprender a difícil arte de falar diferente neste caminho, a resiliência celebrada pelos grupos dominante como virtude universal deve ser chamada pelo que é resignação e desencanto ou como resistência apática de um mundo que pede para ser transformado. A palavra resiliência não é neutra, tem uma característica inequivocamente ideológica e está claramente embutida na novilíngua de hoje que tenta convencer da necessidade de suportar o esquema de relações de poder do mundo a ponto de a pessoa resiliente não apenas se submeter a aceitar injustiças, mas está convencida de que a resiliência como virtude se presta a santificar a ordem assimétrica existente por meio da louvável capacidade de adaptação e daqueles que resolvem biograficamente as contradições ligadas ao sistema no final do século XX, a palavra resiliência migra do campo semântico da física dos materiais para a esfera das relações humanas e da psicologia. Em linhas gerais, a psicologia assume a palavra como a capacidade de reagir a traumas e dificuldades para recuperar o equilíbrio psicológico, reorganizando os recursos internos e a vida de forma positiva. Resiliente é então o sujeito que se adapta aos traumas externos sem perder a forma para continuar funcionando como antes e ainda mais a experiência traumática torna-se um recurso precioso para a evolução pessoal de seu projeto de vida, mas é a partir de 2010 que a palavra começa a saturar e colonizar os discursos de todos os campos disciplinares. transmitindo um imperativo considerado bom da economia à política, da psicologia à ecologia, do esporte ao comércio. Ser resiliente torna-se o grande imperativo dos novos pedagogos do poder, eles nos explicam que as classes nacional e popular são chamadas a se adaptar sem criar movimentos de oposição individuais ou corais, enquanto os poderosos da ordem global, longe de serem resilientes, buscam ativamente transformar o mundo em um sentido estritamente capitalista.

Se examinarmos um dos muitos manuais publicados sobre o assunto, como o de Rick Hanson, "O Poder da Resiliência", de 2018, veremos alguns elementos centrais nessa migração

ideológica do conceito, a resiliência está ligada ao *mindfulness* no presente ao invés de se preocupar com o futuro e com os objetivos do que a Novilíngua pós-moderna chama de *life coaching* que visa a aprender aceitar a realidade, reduzir a negatividade e aumentar o positivo. Hanson nos exorta a evitar pensar em circunstâncias externas, pois ele sustenta que o que realmente importa é o que você sente dentro de você, abandonando assim todos os esforços para agir no mundo objetivo, devemos agradecer ao mundo além das misérias diárias e tomar consciência de todo o positivo que persiste apesar do negativo. Esse tipo de livro eleva a impotência como o mandamento supremo, incitando a extinguir a raiva e a se afastar da indignação para aqueles que consideram as paixões anti-adrenérgicas na pluralidade de empreendedores de si mesmos, competindo na arena global desprovida de toda consciência de classe e solidariedade, enganando-se de fazer parte da mesma classe que os mestres.

O mito do empreendedor autônomo implica que a miséria e a exploração do trabalho e dos fracassos só devem ser atribuídas àqueles que não demonstram que estão à altura dos desafios do mercado, o dispositivo discursivo da resiliência tenta convencer o sujeito de que os fracassos e as derrotas são de fato sucessos e triunfos que lhe permitem se fortalecer. É por isso que parece que a resiliência do Homo deve ser grata pelas fontes dos traumas e sofrimentos que afetam os resilientes, pois o precário é dócil e submisso, sempre disposto a mudar a si mesmo para não colidir com o mundo, um ser flexível e suave, tão flexível quanto o modelo neoliberal exige. O discurso da resiliência toma exemplos da natureza resiliente, uma natureza que se adapta às mudanças climáticas, glaciações, movimentos de terra ou meteoritos, mas igualar o ambiente natural ao político, social ou econômico revela sua característica ideológica, observa a contradição no sujeito e não no objeto, e a superação do trauma não consiste em eliminar as causas objetivas, mas em trabalhar os efeitos que elas geram: Não aspiramos mais a mudar um mundo insuportável, mas a mudar a nós mesmos – o sujeito deve trabalhar sobre si mesmo, não sobre a sociedade. Porque existem apenas sofrimentos individuais, a raiva é chamada a se tornar uma fortaleza muda que reforça a capacidade de adaptação, o novo espírito do capitalismo é totalitário e é assim porque ocupa a totalidade da realidade material e imaterial, tornando-se como o ar que respiramos e nos leva a refletir que tudo é pensado através da forma da mercadoria.

A burguesia e o proletariado em seu conflito dialético se desenvolveram na vida comunitária, ligada às famílias e à escola, aos sindicatos e ao Estado, mas o capitalismo totalitário elimina qualquer comunidade que não seja a comunidade do mercado e nessa ideia de construção da família, dos sindicatos, da escola e do Estado nacional – dando forma a um espaço único reduzido ao mercado como um espaço habitado apenas por consumidores desenraizados que carecem de consciência antagônica proletária, sem conflito que questione a ordem social. No lugar da classe dialética burguesa, encontramos hoje uma classe global que não é mais burguesa, mas ultra capitalista, cuja única crença é a do mercado e a velha burguesia em desgraça está atualmente se fundindo com a velha classe trabalhadora, ambas dando forma ao chamado precariado, junto com isso aparece a evaporação da política como um lugar de tomada de decisão soberana. A política torna-se uma simples continuação da economia por outros meios, os políticos não governam mais o mercado, mas para o mercado, neste quadro as classes dominantes não toleram a existência de sujeitos resistentes ou revolucionários, pelo contrário, esperam subjetividades passivas e resilientes, prontas a sofrer o massacre de classes - um massacre que consiste na ação da luta de classes, mas apenas de cima, passivamente apoiado pelos de baixo. A pós-modernidade se despediu de um projeto de transformação voltado para o futuro para se configurar como glorificação do novo espírito de resiliência, a grande narrativa da modernidade que buscou mudar o mundo, é substituída por pequenas

narrativas pós-modernas que tentam interpretá-la e suportá-la sozinha, perseguindo caminhos individuais de salvação, o fracasso das utopias transformadoras se corporiza no fracasso da paixão utópica. O discurso capitalista rompe as relações afetivas e solidárias ao substituí-las por uma nova ordem erótica onde prevalece o gozo individualista em detrimento de qualquer vínculo comunitário. Estamos diante de um mundo despolitizado e à mercê da governança dos tecnocratas e da soberania do mercado global e da fuga do sujeito para os espaços da vida privada porque, mutilado do sentido do futuro e da paixão, Homo resiliência porque moderno prefere se refugiar no espaço mínimo de sua individualidade. A fuga do político se manifesta na inversão da paixão transformadora que se expressava nas Praças, substituída pela paixão triste e desencantada dos resilientes que buscam cultivar seu próprio jardim, não é o homem, mas o mercado que se coloca como sujeito da história, condenando o homem a suportar com resiliência cada uma de suas imposições, é fundamental que as classes dominadas adiram a essa narrativa para que a profecia se cumpra, fazendo-os abandonar toda práxis transformadora da sociedade. Se resistir é inútil, então a única coisa que resta é se adaptar às circunstâncias, aceitar o inaceitável e viver com o sem sentido neste século XX há muitas evidências de injustiça, exploração, sofrimento e miséria que em outros tempos da modernidade teriam sido o motivo de surtos revolucionários, mas mesmo assim hoje a raiva se extingue com a dor dos resilientes que aceitam o que o sistema os faz sofrer. Nosso tempo testemunha a coexistência da desintegração social e a imobilidade política de injustiças insuportáveis, sem uma resposta coletiva, a paixão transformadora é substituída pela reconciliação com o existente e a esperança social e a ação coletiva são substituídas pelo individualismo de sujeitos isolados e indiferentes.

Resiliência como virtude em tempos de despolitização, as utopias coletivas de outrora são substituídas por pequenas utopias privatizadas em vez de privadas, privatizadas na forma de mercadorias, indivíduos a políticos narcisistas, individualistas e consumistas, cada um aspirando à sua peça, evitando qualquer predileção pelo existente para psicologizar as contradições sociais, o desconforto está no indivíduo que não o faz e mostrou-se capaz de dar uma solução biográfica pessoal aos problemas que respingam a realidade, cuja causa é sistêmica. O que se chama desconforto individual é o que substitui palavras como exploração ou injustiça social que têm uma clara referência ao conflito com o exterior, para identificá-las com o desconforto que diz respeito ao eu individual em sua relação consigo mesmo e com o mundo, é muito comum que as práticas de resiliência recorram à chamada mentalização. Ou seja, à capacidade do sujeito de mudar com sua visão o objeto, convencido de que no final toda a realidade depende de nossa maneira de vê-la, essa prática de mentalização nos permite mudar a nós mesmos em vez de transformar o mundo, com esse procedimento a estrutura objetiva das coisas e das relações sociais não mudará, o trabalho precário, a exploração, as injustiças sociais e a alienação não serão modificadas, mas um sujeito resiliente será capaz de aceitá-los com força, as contradições reais evaporam-se e restam apenas os desconfortos individuais que devem ser resolvidos no plano biográfico, a realidade não pode ser transformada se não se acredita que é transformável e não se pode agir se se pensa que toda ação será ineficaz e a ordem neoliberal triunfa precisamente quando consegue desativar a ideia de que a transformação do real é possível.

Jean Paul Sartre disse que um quarto de lua é perfeito em si mesmo e, no entanto, para a consciência humana parece incompleto. Isso porque a comparamos com o momento da totalidade da lua cheia, trata-se do poder de ser a potencialidade, o que faz com que o ser atual apareça como carente, pois se essa potencialidade não existisse, eles suporiam que fosse perfeito.

Traduzido por Teodor Adorno, a ideia seria que se o que está lá pode ser pensado como transformável, o que está lá não é tudo, daí decorre que a prática transformadora só pode surgir quando é possível pensar em uma alternativa possível, o que faz parecer defeituoso um presente que pretende ser definitivo, tomando a categoria de Marcuse, quando ele analisa o pensamento de Hegel, diríamos que o pensamento é essencialmente a negação da realidade que temos diante de nós, consiste na atenção entre o que é e o que deveria ser, entre a atualidade e a potencialidade, uma realidade de duas dimensões: uma positiva, a concreta, a real e outra negativa, aquela que se apresenta, mas ainda não existe. o abstrato embora possível, então o real positivo da dominação faz parte da realidade, tanto quanto o possível negativo da libertação, a contradição entre o real e o possível é aquilo que faz as coisas serem e não serem, transformando a realidade em um processo e a verdade e o ser no real, não é uma questão de uma totalidade de relações fixas. Por essa razão, realidade é realidade e possibilidade. O dever ser também faz parte da realidade, não é uma utopia abstrata, a realidade não é algo que deve ser aceito como definitivo, é algo que deve ser submetido à crítica e à negação, através do possível aquilo que pode transformar a realidade, não é inevitável que devamos aceitar a realidade, é uma condição para outra realidade.”

Podemos complementar e ampliar o proposto por Fusaro mediante as obras:

“Sensível. Resiliência individual ou sensibilidade social?” de Svenja Flaspöhler. Editorial Herder. Síntese de Claudio Alvarez Terán que estreou em 20 de maio de 2023 [SENSIBLE. ¿Resiliencia individual o sensibilidad social? Svenja Flaspöhler. \(youtube.com\)](#) e "Sorria ou morra. A armadilha do pensamento positivo", de Bárbara Ehrenreich. Editorial TURNER NOEMA. Síntese de Claudio Alvarez Terán, que estreou em 2 de abril de 2021 [Sorria ou morra \(youtube.com\)](#)

[Estas obras complementam a compreensão sobre a alienação imposta desde uma resiliência individual e sua expressão no pensamento positivo como forma de evadir a realidade e sua transformação.](#)

Como reflexão última e conectada com a resiliência que nos impõe adaptar nossa visão e forma de pertencer ao mundo hegemônico, destaco as posições publicadas pelo Conselho de Direitos Humanos sobre a situação na Venezuela geradas pela missão de apuração de fatos que projeta uma dimensão unilateral e sem historicidade do conflito político sem considerar os interesses e formas de atuação dos atores políticos e suas motivações e métodos, como pode ser o uso de agentes provocadores e a intensidade do uso da força por esses agentes. As fontes são enviesadas como já ocorreu na missão à Ucrânia ao dialogar maiormente ou quase exclusivamente com forças de oposição, gerando uma visão parcial. Resta uma posição unilateral que orienta a resiliência dos que argumentam a fraude sem mostrar provas e a posição do governo em reafirmar o processo eleitoral realizado utilizando os recursos legais disponíveis sem perder o controle sobre a escalada de fatos violentos e a pressão internacional longamente preparada e que termina atentando contra a soberania nacional em um grau que nenhum país aceitaria. Na tela de fundo não se considera a longa violação do direito ao desenvolvimento em Venezuela e o historial de atos golpistas e sabotagens que marcaram os últimos 20 anos da história venezuelana, sobretudo mediante as 987 medidas coercitivas unilaterais. Uma situação complexa que o informe da Missão de apuração não soube considerar como tal. Deixo a nota para suas considerações:

“Missão de Apuração de Fatos da Venezuela pede fim da repressão e investigações completas após eleições <https://www.ohchr.org/en/hr->

Genebra – O governo da Venezuela deve acabar imediatamente com a escalada da repressão que abalou o país desde as eleições presidenciais de 28 de julho e investigar minuciosamente a onda de graves violações dos direitos humanos que estão ocorrendo atualmente, disse hoje a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU sobre a República Bolivariana da Venezuela.

Os protestos de rua, bem como as críticas nas redes sociais, nas semanas seguintes à eleição, foram recebidos com forte repressão por parte do Estado, conforme orientado por suas mais altas autoridades, induzindo um clima de medo generalizado. A Missão registrou 23 mortes, a grande maioria causadas por tiros, entre 28 de julho e 8 de agosto no contexto dos protestos. Em 18 desses casos, as vítimas eram homens com menos de 30 anos.

"As mortes relatadas durante os protestos devem ser investigadas minuciosamente e, se o uso excessivo de força letal pelas forças de segurança e o envolvimento de civis armados agindo em conluio com elas forem confirmados, os responsáveis devem ser responsabilizados", disse Marta Valiñas, presidente da Missão de Apuração de Fatos. "As vítimas e suas famílias merecem justiça."

Depois de analisar dados publicados por várias organizações de direitos humanos, a Missão pode concluir preliminarmente que pelo menos 1.260 pessoas foram detidas desde 28 de julho, incluindo 160 mulheres. A maioria das detenções ocorreu no distrito da capital (18%), seguido pelos estados de Carabobo (16%) e Anzoátegui (9%). Dados do gabinete do procurador-geral indicam que pelo menos 2.200 pessoas, indiscriminadamente rotuladas como "terroristas", foram detidas.

A Missão identificou elementos comuns nessas detenções, que as qualificam como arbitrárias e constituem graves violações do devido processo legal, deixando as pessoas desprotegidas dentro do sistema de justiça. Esses elementos incluem audiências sumárias conduzidas remotamente pelos Tribunais de Terrorismo em Caracas, mesmo que os eventos tenham ocorrido em outro lugar; a imposição de acusações criminais graves, como terrorismo, conspiração e crimes de ódio, sem provas de apoio ou aplicadas de maneira desproporcional; a negação de informações aos membros da família ou o fornecimento de informações tardias e incompletas; e impedir que os detidos nomeiem um advogado de sua escolha.

"Todos os indivíduos detidos arbitrariamente devem ser libertados imediatamente", disse Patricia Tapatá, especialista da Missão. "As autoridades devem aderir estritamente aos padrões internacionais em relação ao devido processo legal e às condições de detenção, usando canais formais para se comunicar com os familiares."

Entre os detidos estão líderes, membros e apoiadores de partidos políticos, jornalistas e defensores dos direitos humanos, considerados ou percebidos pelas autoridades como parte da oposição. No entanto, a grande maioria dos detidos eram simplesmente indivíduos que expressaram sua rejeição aos resultados das eleições presidenciais anunciados pelas autoridades. Muitas dessas detenções ocorreram depois que indivíduos participaram de protestos ou expressaram suas opiniões nas redes sociais, com as autoridades visando-os seletivamente em suas casas.

A Missão recebeu informações particularmente preocupantes sobre a detenção de mais de 100 crianças e adolescentes, que foram acusados dos mesmos crimes graves que os adultos. Além disso, essas crianças não foram acompanhadas por seus pais ou responsáveis durante o processo judicial.

"A Missão recorda veementemente a obrigação de garantir que as crianças detidas sejam tratadas em estrita conformidade com as obrigações internacionais de proteção à criança, respeitando seus melhores interesses", disse Francisco Cox, especialista da Missão.

A Missão continua seu processo de documentação, análise, verificação e investigação de violações de direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela e exige que a repressão desencadeada desde 28 de julho cesse imediatamente."

Uma curiosidade final sobre as resoluções da 56ª Sessão do CDH (cujos textos ainda não foram publicados), onde apenas três foram adotadas mediante voto, em proporções similares para temas que deveriam ser consensos se houvesse uma verdadeira égide dos Direitos Humanos no Mundo

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session56/res-dec-stat>

Reforço da cooperação internacional no domínio dos direitos humanos - Aprovada por votação nominal (31 contra 14, com 2 abstenções), 34.ª reunião, 10 de julho de 2024

Direitos humanos e solidariedade internacional - Aprovada por votação nominal (29 contra 14, com 4 abstenções), 34.ª reunião, 10 de julho de 2024

Situação dos direitos humanos na Eritreia - Aprovada por votação nominal (20 contra 8, com 19 abstenções), 36.ª reunião, 11 de julho de 2024

Semana Mundial da Água e a Urgência na Garantia de Água Potável Segura

World Water Week and the Urgency of Ensuring Safe Drinking Water

Danielly Magalhães & Guto Galvão

Summary: Rivers and wetlands are crucial for maintaining access to water and must be better protected against the threats of climate change and environmental degradation, as recognized by various international conventions and SDGs. However, current global strategies do not adequately value these ecosystems, whose rapid degradation jeopardizes development and responses to climate crises. Large-scale restoration and conservation require collaboration across various sectors and coordinated efforts. World Water Week 2024 highlighted the need for cooperation in sustainable water management, addressing topics such as resilience and transboundary cooperation. A recent study revealed that over half of the global population in low- and middle-income countries lacks access to safely managed drinking water services, impacting health and poverty. UNEP is organizing regional meetings to increase countries' ambitions in preparations for the upcoming Nationally Determined Contributions (NDCs 3.0), with a meeting recently held in Pacific countries. In response to the planetary triple crisis and exceeding planetary boundaries, a "Planetary Health Roadmap" has been proposed to improve governance, education, and business practices to address global environmental and health challenges.

Keywords: Environmental Restoration; Drinking Water; Nationally Determined Contributions (NDCs); Planetary Health; World Water Week

Resumo: Rios e pântanos são cruciais para a manutenção do acesso a água e devem ser melhor protegidos frente às ameaças das mudanças climáticas e degradação ambiental, sendo reconhecidos por várias convenções internacionais e ODS. No entanto, as estratégias globais atuais não valorizam adequadamente esses ecossistemas, cuja rápida degradação compromete o desenvolvimento e as respostas às crises climáticas. A restauração e conservação em larga escala exigem a colaboração de diversos setores e esforços coordenados. A Semana Mundial da Água 2024 destacou a necessidade de cooperação para uma gestão hídrica sustentável e incluiu temas como resiliência e cooperação transfronteiriça. Um estudo recente revelou que mais da metade da população global em países de baixa e média renda não tem acesso a serviços de água potável gerenciados com segurança, afetando a saúde e a pobreza. UNEP está organizando encontros regionais para aumentar as ambições dos países nas preparações para as próximas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs 3.0), essa quinzena ocorreu a reunião nos países do Pacífico. Diante da tripla crise planetária e extrapolação dos limites planetários, um "Roteiro para a Saúde Planetária" foi proposto visando melhorar a governança, educação e práticas empresariais para enfrentar desafios ambientais e de saúde global.

Palavras-chave: Restauração Ambiental; Água potável; Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs); Saúde Planetária; Semana Mundial da Água

Rios e pântanos são campos de batalha cruciais na luta contra as mudanças climáticas e a degradação ambiental. Seu papel vital é reconhecido nas principais estruturas internacionais,

como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UNCCD), a Década das Nações Unidas para a Restauração de Ecossistemas, a Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas e a Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres. No entanto, as estratégias globais atuais estão aquém, deixando esses ecossistemas subvalorizados e seu rápido declínio ameaçando tanto o progresso do desenvolvimento quanto os esforços para enfrentar as crises climáticas e naturais.

Alcançar a restauração e conservação em larga escala requer o envolvimento ativo de todas as partes interessadas em vários setores, incluindo agricultura, infraestrutura, finanças, energia e planejamento urbano. O sucesso dependerá de esforços coordenados, desde reformas políticas de alto nível até iniciativas de base para reviver e proteger esses ecossistemas essenciais.

Nesse informe vamos dar destaque para a Semana Mundial da água, além de trazer outros informes na área de ambiente e saúde.

Semana Mundial da Água 2024: 25 a 29 de agosto

A Semana Mundial da Água 2024 ocorreu de 25 a 29 de agosto e teve como foco a cooperação pela água, pela paz e segurança em seu sentido mais amplo. O tema, *Construindo Fronteiras: Água para um Futuro Pacífico e Sustentável*, evoca para reconhecer a interconectividade regional e global de comunidades e nações e ressalta o esforço colaborativo necessário para alcançar um futuro pacífico e sustentável.

A página do evento pode ser encontrada aqui: <https://www.worldwaterweek.org/>. Houve mais de 15 mil inscritos de 193 países e territórios, sendo 52% deste mulheres.

O programa da Semana da Água apresentou uma gama diversificada de sessões focadas na gestão, resiliência e cooperação da água. Os tópicos incluem a criação de cidades resilientes, a proteção de fontes de água, o avanço da tomada de decisões inclusivas e a exploração da coleta de água da chuva. As sessões também abordam a cooperação transfronteiriça pela água, as dimensões sociais e de gênero na gestão da água e a integração do conhecimento indígena. Além disso, há discussões sobre como promover a paz por meio da gestão da água, abordar crises hídricas em regiões vulneráveis e abordagens inovadoras para futuros hídricos sustentáveis. O programa visa promover a segurança hídrica, a construção da paz e o desenvolvimento sustentável em vários setores e regiões.



Novo estudo revela dados alarmantes sobre o acesso à serviços de água potável gerenciados de forma segura

Serviços de água potável gerenciados de forma segura (sigla em inglês, *SMDWS - safely managed drinking water services*) referem-se à água que é acessível no nível domiciliar, disponível quando necessário e livre de contaminação. Especificamente, esses serviços atendem aos seguintes critérios:

1. **Acessibilidade:** A fonte de água está localizada nas instalações, garantindo que os indivíduos possam acessá-la facilmente a partir de suas casas.
2. **Disponibilidade:** A água está disponível sempre que necessário, significando que o suprimento é confiável e consistente ao longo do ano.
3. **Qualidade:** A água está livre de contaminantes, incluindo poluentes microbianos (como bactérias e vírus) e químicos (como arsênico e chumbo), tornando-a segura para consumo.

Essa definição está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6.1, que visa alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos até 2030. Os serviços de água potável gerenciados de forma segura representam um padrão mais elevado em comparação com os serviços básicos, pois garantem que a água não só esteja disponível, mas também seja segura e acessível em todos os momentos.

De acordo com um [novo estudo publicado na Science](#) em países de baixa e média renda, mais da metade da população mundial, cerca de 4,4 bilhões de pessoas, não tem SMDWS. O estudo revela que a contaminação fecal afeta quase metade das pessoas em áreas de baixa e média renda, tornando a meta de acesso universal à água potável até 2030 ainda mais distante. Apenas uma em cada três pessoas em 135 países analisados tem acesso seguro à água em 2020. A África Subsaariana e o Sul da Ásia são as regiões mais afetadas. O estudo destaca a importância de melhorar o acesso doméstico à água para reduzir a pobreza e melhorar a saúde e a igualdade de gênero, e aponta a necessidade de melhor gestão de dados e recursos hídricos.

A água potável contaminada com micróbios pode transmitir doenças diarreicas, cólera, disenteria, febre tifóide e poliomielite, [de acordo com a Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#). Essa poluição causa 505.000 mortes a cada ano por doenças diarreicas, de acordo com a agência, o que eleva para um milhão de mortes anuais por doenças diarreicas contraídas como resultado de água imprópria, saneamento insuficiente ou má higiene das mãos.

Para o estudo, os pesquisadores contaram com o apoio da OMS e do Unicef, [responsáveis por um programa conjunto de monitoramento do acesso à água potável, além de um questionário domiciliar sobre alterações da qualidade da água com a sazonalidade](#). Mais pesquisas serão necessárias antes que suas estimativas sejam oficializadas, dadas as grandes diferenças encontradas em relação às estimativas anteriores em algumas regiões – Esse estudo encontrou dados que dobram a estimativa atual da ONU.

Entre os problemas principais estimados no estudo estão:

1 - Fonte de água melhorada: A pesquisa utilizou quatro componentes da OMS e UNICEF para medir o uso de serviços de água potável gerenciados com segurança: se as famílias usam uma "fonte de água primária melhorada" (como água corrente ou poços protegidos), se é acessível em casa, se está disponível quando necessário e se está livre de contaminação fecal e química (este último não foi analisado por falta de dados). Usando pesquisas do UNICEF em 60.000

famílias de 27 países e dados geoespaciais, descobriu-se que 88% das pessoas em países de baixa e média renda usam uma fonte de água melhorada, mas quase metade dessas fontes está contaminada com fezes. A pesquisa destaca que mais de metade das populações da Oceania, África Subsaariana, Sudeste Asiático e América Latina e Caribe podem estar expostas a água contaminada. A falta de água potável no local afeta 36% da população, especialmente na África Subsaariana, onde mais de 650 milhões de pessoas são afetadas. Investir em água potável nas residências é crucial para reduzir a pobreza e melhorar a igualdade de gênero e a saúde.

2. Fatores ambientais e socioeconômicos: A disponibilidade, acessibilidade e qualidade da água potável são influenciadas por fatores ambientais e socioeconômicos, como clima, geologia, vegetação e uso do solo. A escassez de chuvas está ligada à falta de água, distâncias maiores para coleta e uso de fontes inseguras. Variáveis climáticas, especialmente altas temperaturas, aumentam a contaminação fecal por *E.coli*. No entanto, não há dados suficientes para prever tendências futuras ou os impactos das mudanças climáticas na água potável.

As políticas públicas focam na construção de infraestrutura, mas o serviço de água deve garantir também quantidade, segurança, confiabilidade, proximidade, acessibilidade e equidade, especialmente em áreas rurais da África e Ásia. Há a necessidade de sistemas de dados nacionais robustos e equilíbrio entre atendimento econômico e equidade, para que os mais vulneráveis não sejam excluídos.

Aqui estão algumas conclusões sobre saúde pública a partir da discussão desse artigo:

- **Prevalência de Contaminação Fecal:** A principal limitação ao uso dos Serviços de Água Potável Geridos de Forma Segura (SMDWS) em países de baixa e média renda (LMICs) é a contaminação fecal, indicada pelos níveis de *E. coli* nas fontes de água potável. Altos níveis de *E. coli* são uma grande preocupação para a saúde pública, pois estão associados a doenças diarreicas, que são contribuintes significativos para a mortalidade infantil global.
- **Desafios no Monitoramento:** Embora a quantificação de *E. coli* seja um método eficaz para detectar contaminação fecal, é intensiva em recursos e nem sempre está disponível. Isso resulta em lacunas significativas de dados, já que muitos países carecem de dados abrangentes de monitoramento. Confiar em um único indicador como *E. coli* pode não capturar totalmente os riscos para a saúde pública devido a variações nos tipos de patógenos e nas fontes de contaminação.
- **Necessidade de Abordagens Complementares:** Medidas isoladas de *E. coli* podem não refletir adequadamente o risco global para a saúde pública. Abordagens complementares baseadas em risco, como o planejamento da segurança da água e inspeções sanitárias, são essenciais para uma gestão eficaz da água e prevenção de contaminação. Além disso, métodos de teste molecular avançados podem melhorar a precisão e a segurança do monitoramento.
- **Caminhos de Exposição Mais Amplos:** A contaminação da água potável é apenas uma rota de transmissão de patógenos. Outras rotas, como solo, alimentos, mãos e moscas, também representam riscos. A gestão eficaz da água deve considerar essas múltiplas rotas de exposição para abordar melhor os riscos globais à saúde pública.
- **Lacunas de Dados e Desigualdades:** A disponibilidade melhorada de dados de alta resolução sobre SMDWS pode ajudar a identificar e abordar desigualdades no acesso à água. A urbanização e as disparidades de renda podem agravar essas desigualdades.

Variações temporais e sazonais nas práticas de uso da água também precisam ser consideradas para avaliações mais precisas.

- **Contaminação Química:** Embora o estudo não tenha incluído dados sobre contaminantes químicos como arsênico e flúor, essas substâncias também representam riscos significativos para a saúde. A contaminação química, especialmente em áreas com problemas conhecidos, deve ser monitorada juntamente com a contaminação microbiana para abordar a segurança da água de forma abrangente.
- **Alocação de Recursos:** O estudo destaca a necessidade de melhores dados para informar a alocação e mobilização de recursos. Compreender as limitações regionais em SMDWS pode ajudar a direcionar os recursos financeiros e humanos de forma mais eficaz para melhorar o acesso à água potável segura e abordar a subestimação do número de pessoas sem serviços adequados de água.

Preparação para as próximas Contribuições Nacionalmente Determinadas

Em 23 de julho de 2024, as Nações Unidas e parceiros anunciaram uma série de reuniões regionais para aumentar a ambição na próxima rodada de compromissos climáticos, conhecidos como NDCs 3.0, no âmbito do Acordo de Paris. Essas reuniões, programadas em várias regiões, visam ajudar os países a estabelecerem metas ambiciosas de redução de emissões para 2035 para limitar o aquecimento global a 1,5°C e aumentar a resiliência climática. O PNUMA, o PNUD e a Parceria NDC estão organizando esses eventos, que se concentrarão na mitigação, adaptação e integração da ação climática com outros compromissos globais. Os Fóruns Regionais das NDCs 3.0 envolverão funcionários do governo e partes interessadas na aprendizagem entre pares e no desenvolvimento de políticas inovadoras para garantir que as próximas promessas climáticas estejam alinhadas com a necessidade urgente de lidar com as mudanças climáticas.

O cronograma para os *Fóruns Regionais NDCs 3.0* que ocorrerão em 2024 foi definido da seguinte forma:

- [Fórum Regional para o Pacífico](#), de 12 a 16 de agosto de 2024, organizado pelo governo de Samoa em Apia. Durante o Fórum Regional do Pacífico, as nações do Pacífico, apesar de sua contribuição mínima para as emissões globais, se concentraram na construção de resiliência e no avanço de políticas climáticas ambiciosas. Todos os 14 países insulares do Pacífico enviaram suas primeiras NDCs, com 11 atualizando-as ou revisando-as e 5 enviando Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). O fórum enfatizou a importância da próxima geração de NDCs (NDCs 3.0), prevista para 2025, na condução de ações climáticas transformacionais alinhadas com o Acordo de Paris. As discussões destacaram o potencial dos mercados internacionais de carbono, como os do Artigo 6, para atrair investimentos em energia renovável e outros projetos verdes. O evento também enfatizou a necessidade de colaboração e apoio regional, particularmente dadas as restrições de capacidade dos países menos desenvolvidos e dos pequenos Estados insulares do Pacífico, para garantir uma transição inclusiva e justa.
- [Fórum Regional para a América Latina e o Caribe](#), de 27 a 29 de agosto de 2024, organizado pelo governo da Colômbia em Bogotá
- Regional para a Europa Oriental e Ásia Central, de 3 a 5 de setembro, organizada pelo governo da Turquia em Istambul

- [Fórum Regional para o Oriente Médio e Norte da África](#), de 23 a 25 de setembro de 2024, organizado pelo governo da Tunísia em Túnis
- Fórum Regional para a Ásia, de 30 de setembro a 2 de outubro em Bangkok, Tailândia

Roteiro em Saúde Planetária

O “[Roteiro para a Saúde Planetária](#)” foi desenvolvido pela Planetary Health Alliance, pela Universidade de Harvard e pela Fundação Rockefeller. Ele descreve estratégias para enfrentar os desafios ambientais e de saúde globais, integrando as dimensões ecológica, econômica e social. O roteiro enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável, reduzindo a degradação ambiental e promovendo a equidade em saúde. Também destaca desafios como a necessidade de colaboração intersetorial, superação de barreiras políticas e econômicas e abordagem das lacunas de conhecimento entre a ciência ambiental e as políticas de saúde pública.

O progresso humano levou a avanços significativos, mas a um alto custo para a Saúde Planetária. Os sistemas econômicos atuais priorizam o lucro e o crescimento em detrimento da gestão sustentável dos recursos, contribuindo para as mudanças climáticas, perda de biodiversidade e degradação ambiental. Para melhorar a Saúde Planetária, é necessária uma mudança fundamental na forma como governamos e gerenciamos as economias, exigindo um equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade da Terra. Essa transição exige uma transformação científica, ética e espiritual, enfatizando a necessidade de uma comunicação eficaz para engajar um público mais amplo no movimento da Saúde Planetária. O roteiro descreve estratégias para a mudança, enfatizando a importância de uma comunicação convincente, ações claras e promoção de um movimento global em direção a uma vida sustentável.

O Roteiro se concentra em três áreas principais de mudança:

1. Reimaginar a governança,
2. Revolucionar a educação e
3. Alinhar as operações de negócios com os princípios da Saúde Planetária.

Ele enfatiza a necessidade de abordagens integradas, ações coordenadas e colaboração global para enfrentar desafios ambientais complexos. O Plano de Ação fornece uma estrutura para iniciativas locais, regionais e globais, promovendo esforços coletivos em direção à mudança sustentável. O Roteiro visa facilitar a cooperação global, o compartilhamento de conhecimento e intervenções eficazes, enfatizando a urgência de agir agora para garantir um futuro sustentável e resiliente.

1. *Reimaginar a governança*

A abordagem de governança para a Saúde Planetária enfatiza a necessidade de reformar os sistemas de governança global para melhor enfrentar os desafios complexos e interconectados do Antropoceno, como mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade. A governança global atual é fragmentada e inadequada para essas tarefas. O Roteiro sugere reimaginar a governança integrando saúde, meio ambiente, sistemas alimentares, biodiversidade e outras áreas sob uma estrutura unificada de Saúde Planetária. Isso envolve alinhar instituições internacionais, como a OMS, o PNUMA e a UNFCCC, com uma perspectiva de Saúde Planetária para garantir uma governança coordenada, baseada em evidências e baseada em direitos dentro

dos limites planetários. O objetivo é criar uma estratégia coesa e coordenada globalmente que promova a colaboração entre vários setores e instituições para proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Os princípios da Saúde Planetária podem melhorar a governança global, particularmente por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS foram projetados para orientar o desenvolvimento sustentável, mas os desafios permanecem devido à governança fragmentada e à falta de coordenação entre as instituições internacionais. À medida que o prazo de 2030 para os ODS se aproxima, é necessária uma melhor harmonização e colaboração intersectorial para enfrentar os desafios globais de forma eficaz. Os defensores da Saúde Planetária devem trabalhar para quebrar silos, promover a interação do regime e pressionar por reformas de governança que priorizem a saúde, o meio ambiente e a ação internacional coesa. Para o efeito, devem apresentar argumentos fortes para integrar as prioridades em matéria de saúde e ambiente nas políticas económicas e de segurança, demonstrando os benefícios mais vastos de tal abordagem.

A seção sobre "Reconhecendo as incertezas geopolíticas" enfatiza a importância de considerar a dinâmica geopolítica no avanço da governança global informada pela Saúde Planetária. Ele argumenta que ignorar as realidades geopolíticas pode minar os esforços para promover a Saúde Planetária. É necessária uma mudança para uma perspectiva de "política planetária", que respeite os limites planetários e aborde os interesses econômicos e sociais de curto prazo que muitas vezes dificultam as reformas de governança de longo prazo. O texto defende uma abordagem baseada em direitos e orientada por valores que se alinhe com os princípios da Saúde Planetária, enfatizando a necessidade de comunicação e diplomacia eficazes para influenciar a governança global. Essa abordagem deve alavancar evidências científicas e exemplos do mundo real para persuadir os formuladores de políticas a integrar a Saúde Planetária em suas tomadas de decisão. O objetivo final é promover mudanças transformadoras que priorizem a saúde do planeta e de seus habitantes em estruturas de governança global.

2. Revolucionar a educação

O texto enfatiza a necessidade de uma ruptura global na educação para apoiar a Saúde Planetária. Essa mudança beneficiará todos os níveis da sociedade, promovendo cidadãos instruídos que podem impulsionar uma transição global justa. As mudanças recomendadas incluem o avanço da pesquisa transdisciplinar, a atualização de currículos, a valorização do conhecimento indígena e a melhoria da colaboração. Esses esforços visam aprimorar as experiências de aprendizagem, apoiar a saúde global e promover o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, garantindo acesso equitativo à educação para todos.

3. Alinhar as operações de negócios com os princípios da Saúde Planetária

Concentra em como as empresas podem fazer a transição para soluções globais justas e sustentáveis. Ele enfatiza que as empresas têm um papel crítico na abordagem da saúde planetária, adotando práticas que promovam a sustentabilidade e a equidade. O capítulo destaca a necessidade de as empresas alinharem suas operações com as metas ambientais e sociais, investirem em inovação para produtos sustentáveis e colaborarem entre os setores. Os desafios incluem superar modelos de curto prazo voltados para o lucro, dimensionar práticas sustentáveis e garantir que as transições beneficiem todas as partes interessadas, particularmente as comunidades marginalizadas.

Limite ético humano para emissões de CO₂ e projeção de vida perdida por emissões em excesso

Juan Garay

Desde 1850, quase 2.600 bilhões de toneladas métricas de dióxido de carbono (GtCO₂), equivalentes a 702 bilhões de toneladas de carbono, foram emitidas na atmosfera pela combustão de combustíveis fósseis e mudanças no uso do solo (1). Em 2022, as emissões globais de dióxido de carbono provenientes de combustíveis fósseis e indústrias totalizaram 37,15 bilhões de toneladas métricas (GtCO₂), e projeta-se que essas emissões tenham aumentado em 1,1% em 2023, alcançando um recorde de 37,55 GtCO₂ (2).

Há um consenso entre os cientistas de que perigos significativos surgirão se a temperatura média global aumentar mais de 2 graus Celsius (3). A relação entre as emissões cumulativas de carbono e o aquecimento global indica que um trilhão de toneladas de emissões de carbono está ligado a um aumento de 2 graus Celsius. Para evitar exceder esse aumento de 2 graus, só podemos emitir mais 300 bilhões de toneladas de carbono, equivalentes a 1.111 bilhões de toneladas de dióxido de carbono.

As Nações Unidas estimam que a população global crescerá de 8 bilhões em 2024 para 10,4 bilhões até 2100 (4), resultando na acumulação de 640 bilhões de anos de vida ao longo do restante do século. Para manter o aquecimento global abaixo de 2 graus Celsius durante este século (ODS 13.1), as emissões anuais médias máximas de dióxido de carbono por pessoa devem ser de 1,73 toneladas.

Se as tendências atuais de emissão continuarem, as emissões globais poderão dobrar para 75 bilhões de toneladas até 2100 (5), levando a emissões cumulativas de 4,26 trilhões de toneladas até lá, o que é 3,8 vezes o orçamento restante de dióxido de carbono. Esse aumento na temperatura poderia resultar em 218 milhões de mortes em excesso e uma perda de aproximadamente 6.500 milhões de anos de vida, com uma média de cerca de 20 anos perdidos por morte em excesso (5).

Emissões excessivas de carbono além dos limites éticos equivalem a cerca de dois meses de vida perdidos para cada tonelada excedente de dióxido de carbono emitida anualmente. Nos níveis e tendências atuais de emissão, isso se traduz em uma média de um ano de vida perdido para os cidadãos da UE e três anos para aqueles nos EUA.

As estimativas acima focam apenas no impacto das mudanças climáticas pelo aumento da temperatura. No entanto, o aquecimento global afeta a saúde humana de muitas outras maneiras, como tempestades e inundações, a interrupção dos sistemas alimentares, o aumento de zoonoses e doenças transmitidas por alimentos, água e vetores, deslocamentos populacionais e problemas de saúde mental.

Referências

(1) <https://www.statista.com/statistics/1267683/cumulative-co2-emissions-fossil-fuel-land-use-forestry-worldwide-by-country/>

- (2) <https://www.statista.com/statistics/276629/global-co2-emissions/#:~:text=Global%20carbon%20dioxide%20emissions%20from,by%20more%20than%2060%20percent>
- (3) <https://img.climateinteractive.org/2014/02/A-Trillion-Tons.pdf>
- (4) <https://population.un.org/wpp/>
- (5) <http://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/climate-change-atmospheric-carbon-dioxide#:~:text=If%20global%20energy%20demand%20continues,close%20to%2050%20million%20years>
- (6) <https://www.peah.it/2018/07/5498/>

OIT lança relatório sobre *Tendências Mundiais de Emprego Juvenil 2024* que mostra o crescimento das disparidades inter-regionais, aumento da proporção dos jovens que nem estudam e nem trabalham, e jovens ansiosos com o seu futuro

ILO launches report on *Global Youth Employment Trends 2024* which shows growing inter-regional disparities, increasing proportion of young people neither in education nor in employment, and young people increasingly anxious about their future

René Mendes

Resumo: O presente artigo dá visibilidade ao relatório **Tendências Globais de Emprego para Jovens 2024: Trabalho decente, futuros mais promissores**, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 12 de agosto. Entre os destaques deste robusto documento, a OIT alerta que o número de jovens de 15 a 24 anos que não estão empregados, estudando ou se capacitando (NEET) é preocupante, e que a recuperação do emprego pós-pandemia da COVID-19 não foi universal. Jovens em certas regiões e muitas mulheres jovens não estão vendo os benefícios da recuperação econômica. Segundo o relatório da OIT, a taxa de desemprego juvenil de 2023, de 13%, equivale a 64,9 milhões de pessoas, com tendência a reduzir, porém de forma extremamente desigual. O documento global é organizado por regiões do mundo (em organização adotada pela OIT), e nosso artigo analisa mais profundamente o Relatório Regional das Américas, do qual de extraem as seguintes observações: a taxa de desemprego juvenil na região atingiu uma redução importante; mulheres jovens ainda estão em desvantagem no acesso a empregos; a taxas de NEET entre jovens são altas e com progresso limitado; empregos decentes são escassos na América Latina e no Caribe: a maioria é de tempo parcial, insegura e informal; os salários estão estagnados para jovens na região representam um desafio significativo; a maioria dos jovens na região e sub-regiões trabalha nos setores de serviços tradicionais de comércio, transporte, hotelaria e alimentação; incidências crescentes de incompatibilidades educacionais (para mais ou para menos); as ansiedades dos jovens estão aumentando: eles se sentem estressados com a perda e estabilidade do emprego, o estado da economia, o aumento da violência e dos conflitos, sem mencionar os muitos outros estressores conhecidos, como as mudanças climáticas e o progresso tecnológico, que não foram diretamente abordados no relatório.

Palavras-chave: OIT, trabalho, emprego, jovens, disparidades regionais.

Abstract: *This article highlights the report **Global Youth Employment Trends 2024: Decent Work, Brighter Futures**, released by the International Labour Organization (ILO) on August 12. Among the highlights of this robust document, the ILO warns that the number of young people aged 15 to 24 who are not in employment, education or training (NEETs) is worrying, and that the post-COVID-19 pandemic employment recovery has not been universal. Young people in certain regions and many young women are not seeing the benefits of the economic recovery. According to the ILO report, the youth unemployment rate in 2023, at 13%, is equivalent to 64.9 million people, with a tendency to decrease, but in an extremely uneven manner. The global document is organized by regions of the world (in an organization adopted by the ILO), and our article takes a deeper look at the Regional Report for the Americas, from which the following observations can be drawn: the youth unemployment rate in the region has significantly reduced;*

young women are still at a disadvantage in accessing jobs; NEET rates among young people are high and progress is limited; decent jobs are scarce in Latin America and the Caribbean: most are part-time, insecure and informal; stagnant wages for young people in the region represent a significant challenge; most young people in the region and sub-regions work in the traditional service sectors of trade, transport, hospitality and food; increasing incidences of educational mismatches (both up and down); young people's anxieties are increasing: they feel stressed about job loss and job stability, the state of the economy, increasing violence and conflict, not to mention the many other known stressors, such as climate change and technological progress, which were not directly addressed in the report.

Keywords: ILO, work, employment, youth, regional disparities.

Introdução

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a perspectiva global do mercado de trabalho para os jovens melhorou nos últimos quatro anos, e a tendência ascendente deve continuar por mais dois, de acordo com um novo relatório lançado em 12 de agosto, intitulado **Tendências Globais de Emprego para Jovens 2024: Trabalho decente, futuros mais promissores** (*GET for Youth*)¹¹¹. O documento alerta que o número de jovens de 15 a 24 anos¹¹² que não estão empregados, estudando ou se capacitando (NEET) é preocupante, e que a recuperação do emprego pós-pandemia da COVID-19 não foi universal. Jovens em certas regiões e muitas mulheres jovens não estão vendo os benefícios da recuperação econômica.

Segundo o relatório da OIT, a taxa de desemprego juvenil de 2023, de 13%, **equivalente a 64,9 milhões de pessoas**, representa uma baixa de 15 anos e uma queda em relação à taxa pré-pandemia de 13,8% em 2019. Espera-se que caia ainda mais para 12,8% neste ano e no próximo. O quadro, no entanto, não é o mesmo em todas as regiões. Nos Estados Árabes, Leste Asiático e Sudeste Asiático e Pacífico, as taxas de desemprego juvenil foram maiores em 2023 do que em 2019.

O *GET for Youth* também alerta que os jovens enfrentam outros "ventos contrários" para encontrar sucesso no mundo do trabalho. Ele observa que muitos jovens em todo o mundo são NEET e as oportunidades de acesso a empregos decentes permanecem limitadas em economias emergentes e em desenvolvimento. **Um em cada cinco jovens, ou 20,4 por cento, globalmente eram NEET em 2023. Dois em cada três desses NEETs eram mulheres.**

Para os jovens que trabalham, o relatório observa a falta de progresso na obtenção de empregos decentes. **Globalmente, mais da metade dos jovens trabalhadores estão em empregos informais.** Somente em economias de renda alta e média-alta a maioria dos jovens trabalhadores hoje em um emprego regular e seguro. E três em cada quatro jovens trabalhadores em países de baixa renda obterão apenas emprego autônomo ou temporário remunerado.

¹¹¹ <https://www.ilo.org/es/publications/major-publications/tendencias-mundiales-del-empleo-juvenil-2024>

¹¹² Para a OIT, o termo "jovem" (adjetivo "juvenil") é normalmente considerado como abrangendo a **faixa etária de 15 a 24 anos**, com "adultos" considerados como aqueles com 25 anos ou mais. No entanto, quando possível, a discussão é expandida para cobrir a faixa etária mais ampla de 15 a 29 anos.

O relatório alerta que as altas taxas contínuas de NEET e o crescimento insuficiente de empregos decentes estão causando ansiedade crescente entre os jovens de hoje, que também são a coorte de jovens mais escolarizada de todos os tempos.

“Nenhum de nós pode esperar um futuro estável quando milhões de jovens ao redor do mundo não têm trabalho decente e, como resultado, estão se sentindo inseguros e incapazes de construir uma vida melhor para si e suas famílias. Sociedades pacíficas dependem de três ingredientes principais: estabilidade, inclusão e justiça social; e o trabalho decente para os jovens está no cerne de todos os três”, explicou Gilbert F. Houngbo, Diretor-Geral da OIT.

Além disso, o relatório conclui que os homens jovens se beneficiaram mais da recuperação do mercado de trabalho do que as mulheres jovens. As taxas de desemprego juvenil de mulheres jovens e homens jovens em 2023 eram quase iguais (12,9% para mulheres jovens e 13% para homens jovens), ao contrário dos anos pré-pandêmicos, quando a taxa para homens jovens era maior. E a taxa global de NEET entre jovens mulheres dobrou a dos homens jovens (28,1% e 13,1%, respectivamente) em 2023.

“O relatório nos lembra que as oportunidades para os jovens são altamente desiguais; com muitas mulheres jovens, jovens com meios financeiros limitados ou de qualquer origem minoritária ainda lutando. Sem oportunidades iguais de educação e empregos decentes, milhões de jovens estão perdendo suas chances de um futuro melhor”, acrescentou Houngbo.

O relatório da OIT pede maior atenção ao fortalecimento das bases do trabalho decente como um caminho para combater as ansiedades dos jovens sobre o mundo do trabalho e reforçar sua esperança por um futuro melhor.

Em uma mensagem aos jovens leitores, os autores do relatório pedem que eles adicionem suas vozes aos apelos por mudanças. “Vocês têm a possibilidade de influenciar políticas e defender o trabalho decente para todos. Conheçam seus direitos e continuem investindo em suas habilidades”, diz a mensagem. “Façam parte da mudança de que todos precisamos para garantir um mundo socialmente justo e inclusivo.”

Esta 12ª edição do *GET for Youth* marca o 20º aniversário do relatório. Ele analisa o que foi alcançado neste século para melhorar as perspectivas de trabalho dos jovens e considera o futuro do emprego jovem “em uma era caracterizada por crises e incertezas”. Olhando para tendências de longo prazo, o relatório conclui que:

- O crescimento em serviços “modernos” e em empregos para jovens na indústria tem sido limitado, embora a modernização possa ser levada aos setores tradicionais por meio da digitalização e da IA.
- Não há empregos de alta qualificação suficientes para a oferta de jovens escolarizados, especialmente em países de renda média.
- Manter o desenvolvimento de habilidades e competências, em sintonia com as crescentes demandas por habilidades verdes e digitais, será fundamental para reduzir as incompatibilidades educacionais (para mais ou para menos).
- O crescente número de conflitos ameaça os meios de subsistência futuros dos jovens e pode empurrá-los para a migração ou para o extremismo.

- As tendências demográficas, principalmente o "terremoto da juventude" africano, significam que a criação de empregos decentes suficientes será fundamental para a justiça social e a economia global.

O relatório pede um investimento maior e mais eficaz, incluindo o aumento da criação de empregos com uma meta específica em empregos para mulheres jovens; o fortalecimento das instituições que apoiam os jovens em suas transições no mercado de trabalho, incluindo jovens NEETs; a integração de emprego e proteção social para jovens e o enfrentamento das desigualdades globais por meio de melhor cooperação internacional, parcerias público-privadas e financiamento para o desenvolvimento.

Relatório Global: Síntese do Foco nas Américas¹¹³

Segundo esclarece a OIT, neste relatório, as “Américas” abrangem três sub-regiões: Caribe, América Latina e América do Norte. A América Latina é definida como todos os países da América Central e do Sul continental, incluindo o México e os estados não latinos de Belize, Guiana e Suriname, omitindo a Guiana Francesa. A região do Caribe é composta pelas Bahamas, Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Cuba, República Dominicana, Haiti e Comunidade de Porto Rico. A América do Norte inclui o Canadá e os Estados Unidos. No relatório principal do GET Youth, a América Latina e o Caribe são discutidos como um agregado, razão pela qual várias referências a esse agrupamento sub-regional permanecem em áreas deste Resumo Regional.

Visão Panorâmica e Pontos Chave

- Com 11,8%, a taxa de desemprego juvenil nas Américas se recuperou totalmente do pico observado durante a crise da COVID-19, representando uma baixa de várias décadas.

- Há muita heterogeneidade nos resultados do mercado de trabalho juvenil em toda a região. Em termos gerais, a circunstância de desemprego entre homens e mulheres jovens é mais forte nas sub-regiões da América Latina e do Caribe do que na América do Norte. Mas os jovens em todas as sub-regiões lutam quando se trata da transição para o trabalho decente.

- A América Latina viu a maior redução no desemprego juvenil de 2019 a 2023, com queda de 4,5 pontos percentuais, para 13,4%. As taxas para o Caribe e a América do Norte caíram para 18,1% e 8,2%, respectivamente. A taxa de desemprego juvenil na América do Norte foi a mais baixa de todas as regiões do mundo.

- As taxas de desemprego juvenil na América do Norte e no Caribe devem aumentar ligeiramente entre 2023 e 2025, ao contrário das tendências projetadas na maioria das outras regiões do mundo

- Em 17,0% em 2023, a parcela de jovens na região que **não estão empregados, estudando ou em treinamento/formação profissional (NEET)** estava abaixo da média global de 20,4%. No entanto, a variação entre as sub-regiões foi ampla; a taxa de 11,2% na América do Norte foi cerca de metade daquelas da América Latina (19,6%) e do Caribe (20,2%).

- As disparidades de gênero são um desafio tanto no Caribe quanto na América Latina. Na América Latina, as mulheres jovens tinham quase o dobro de probabilidade de estar no status NEET do que os homens jovens, e no Caribe, 1,6 vezes mais probabilidade. Em ambas as sub-

¹¹³ <https://www.ilo.org/es/publications/employment-trends-youth-americas>

regiões, as mulheres jovens também enfrentam taxas de desemprego mais altas e uma **proporção emprego-população (EPR)** muito reduzida.

- O aumento na incidência de emprego temporário entre jovens adultos na América Latina e no Caribe desde 2000 estava entre os maiores das regiões do mundo. Pouco mais da metade dos trabalhadores jovens adultos na sub-região estavam em uma forma de trabalho irregular (emprego temporário remunerado ou trabalho autônomo) em 2023. Somente na América do Norte na região a maioria dos trabalhadores jovens adultos (mais de 4 em 5) estava em um emprego remunerado com duração de contrato maior que um ano.

- O setor combinado de comércio, transporte, hotelaria e serviços de alimentação foi a maior fonte de emprego jovem na região. A parcela de emprego jovem no setor cresceu em quase 9 pontos percentuais nas duas décadas até 2021, com os maiores setores em retração sendo agricultura e a indústria.

Este **Resumo Regional** acompanha o relatório principal com uma análise mais aprofundada dos principais indicadores do mercado de trabalho para jovens na região das Américas, com base em estimativas modeladas pela OIT e estatísticas nacionais disponíveis do mercado de trabalho.

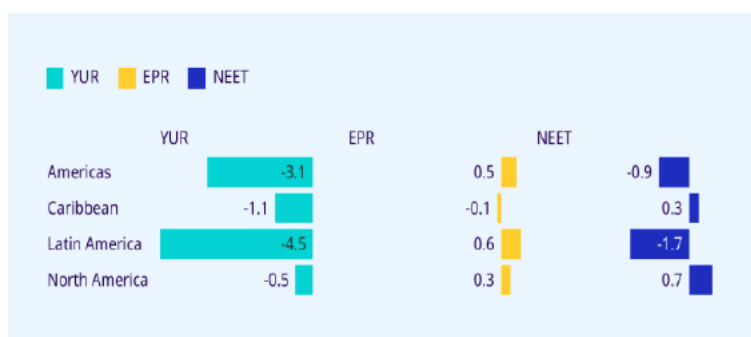
Serão aqui transcritos os principais tópicos selecionados do documento regional (texto traduzido do inglês, pois até esta data ainda não havia disponível a versão no idioma espanhol).

A taxa de desemprego juvenil na região atingiu uma redução correspondente a várias décadas

Em 11,8% em 2023, a taxa de desemprego juvenil para as Américas se recuperou totalmente do pico visto durante a crise da COVID-19 e atingiu seu ponto mais baixo em duas décadas. Ela caiu em até 3 pontos percentuais em relação ao pré-pandêmico de 2019 (Figura 1). Cada sub-região experimentou essa tendência, em graus variados.

A América Latina mostrou uma redução significativa em sua taxa de desemprego juvenil durante o período (2019-23) em 4,5 pontos percentuais (para 13,4%). As mudanças foram mais moderadas, mas ainda positivas no Caribe, caindo 1,1 ponto para 18,1%, e na América do Norte, caindo 0,5 ponto para 8,2%, a menor taxa de todas as regiões do mundo.

► **Figure 1. Change in key youth labour market indicators, the Americas region and subregions, 2019–23 (percentage point)**



Note: YUR = youth unemployment rate; EPR = (youth) employment-to-population ratio; NEET = (youth) not in employment, education or training.
Source: ILOSTAT, ILO modelled estimates, November 2023 (EPR), May 2024 (YUR) and August 2024 (NEET rate).

As taxas de emprego juvenil são altas, em parte devido à tendência de combinar trabalho e estudos, com os jovens caribenhos como exceção

As taxas de emprego juvenil em relação à população na América Latina e na América do Norte caem consistentemente acima da média global. Mais de 2 em cada 5 jovens nas duas sub-regiões estavam trabalhando em 2023 (41% e 47,9%, respectivamente). Uma tendência que elevou as taxas acima das de outras regiões é a tendência de muitos jovens trabalharem também enquanto estudam; com a Europa do Norte, do Sul e Ocidental, essas são as duas sub-regiões com as maiores parcelas de EPRs de jovens na escola. Em contraste, menos de um em cada três jovens estava trabalhando no Caribe em 2023, abaixo da média global de 35%.

Mulheres jovens ainda em desvantagem no acesso a empregos

Mesmo que as pressões do desemprego diminuam para os jovens em geral, as mulheres jovens ainda permanecem em desvantagem. Somente na América do Norte a taxa de desemprego juvenil de homens jovens foi maior do que a de mulheres jovens.

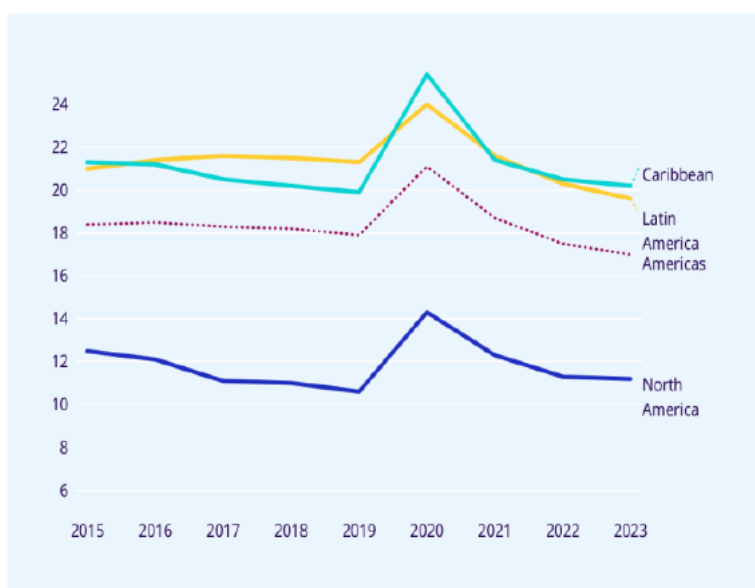
A taxa de desemprego juvenil de mulheres jovens excedeu a de homens em 4,8 pontos percentuais na América Latina em 2023 (em 16,2% e 11,4%, respectivamente). No Caribe, a diferença de gênero foi ainda maior; a taxa de desemprego de mulheres jovens foi 1,6 vezes maior do que a de homens jovens (em 23,4% e 14,6%, respectivamente). Do lado positivo, a diferença de gênero nas taxas de desemprego juvenil diminuiu em ambas as sub-regiões desde 2019.

Quanto à equidade nas taxas de emprego, aqui também existem diferenças de gênero substanciais no Caribe e na América Latina. As diferenças nas EPRs de homens e mulheres jovens foram de 15 e 16 pontos percentuais, respectivamente, em 2023, com as diferenças diminuindo ligeiramente ao longo do tempo. A América do Norte é uma raridade em sua paridade de gênero em sua EPR juvenil. De fato, excluindo o período da COVID-19 de 2020–22, a EPR de mulheres jovens (muito ligeiramente) excede a de homens jovens.

Taxas de NEET entre jovens são altas e com progresso limitado em reduzi-las ao longo do tempo

A parcela de jovens que não estão empregados, não estão estudando nem estão em treinamento (NEET) nas Américas atingiu 17% em 2023, abaixo dos 17,9% em 2019. Entre as sub-regiões, foi apenas a América Latina que apresentou a queda, de 21,3% para 19,6% (Figura 3). A combinação de taxas de desemprego juvenil relativamente baixas na sub-região com altas taxas de NEET entre jovens é um sinal de que muitos jovens podem estar se sentindo desencorajados sobre suas perspectivas futuras, desistindo da busca por emprego e/ou abandonando a escola antes da conclusão. No Caribe, a parcela de jovens em status NEET aumentou para 20,2%, tornando-se a mais alta entre as sub-regiões em 2023. Na América do Norte, a taxa de NEET entre jovens foi a mais baixa do mundo. Mesmo aumentando, ainda permaneceu em apenas 11,2% em 2023.

► **Figure 3. Youth NEET rates by Americas region and subregions, 2015–23 (percentage)**



Note: NEET = Neither in employment, education or training.

Source: ILOSTAT, ILO modelled estimates, August 2024.

A meta 8.6 do ODS desafia os países a reduzir significativamente seus números de jovens em status NEET. Com uma taxa regional ainda acima de 15% e um pequeno declínio em relação a 2015 (menos de 2 pontos percentuais), o progresso em direção à meta do ODS pode ser considerado apenas como "limitado".

Os preconceitos de gênero estão ligados às taxas de NEET, pois em todas as regiões do mundo a maioria dos jovens NEETs são mulheres. Na América Latina, um quarto (25,9%) das mulheres jovens estavam em status NEET em 2023, quase o dobro da taxa de homens jovens (13,5%). No Caribe, elas têm 1,6 vezes mais probabilidade de serem NEET, com taxas de 25,1% e 15,4%, respectivamente. A América do Norte, por outro lado, tem apenas uma margem muito pequena de diferença entre homens e mulheres jovens, com uma taxa de NEET entre jovens de 11,1% para homens e 11,3% para mulheres.

Perspectivas para 2024 e 2025

De acordo com o FMI, as tendências demográficas de longo prazo para a América Latina e o Caribe estão começando a pressionar para baixo o crescimento¹¹⁴. As previsões para o crescimento anual do PIB são menores do que as médias históricas, em cerca de 2% ao ano nos próximos cinco anos. O crescimento do PIB na América do Norte está previsto para uma média de 2% na próxima meia década, embora isso esteja mais de acordo com suas médias históricas e metas saudáveis.

A tendência de declínio do desemprego juvenil deve continuar na América Latina, caindo para uma projeção de 13,2% até 2025, devido a uma redução marginal na taxa de homens jovens. Essas notícias positivas não são apoiadas por uma queda na taxa de NEET entre os jovens, que deve permanecer aproximadamente no mesmo nível.

¹¹⁴ Gustavo Adler and Rodrigo Valdés, "Latin America's Shifting Demographics Could Undercut Growth", IMF blogs, 24 April 2024.

Prevê-se que tanto a América do Norte quanto o Caribe terão uma taxa de desemprego juvenil maior em 2025 do que em 2023 — crescendo 0,2 e 0,1 pontos percentuais, respectivamente — uma tendência vista em nenhuma outra região do mundo, exceto no Norte, Sul e Oeste da Europa. Nenhuma mudança é esperada para a taxa de NEET juvenil no Caribe, enquanto pode aumentar 0,1 ponto percentual na América do Norte.

Um cenário em mudança do emprego juvenil

O relatório *GET Youth 2024* traz evidências atualizadas para vários tópicos relevantes para o diálogo atual sobre emprego juvenil. Na medida do possível, o objetivo é destacar como o cenário que conecta as perspectivas dos jovens aos resultados do mercado de trabalho mudou desde o início do milênio. São aqui resumidos os principais pontos relevantes para a região.

Empregos decentes escassos na América Latina e no Caribe: a maioria é de meio período, insegura e informal

A incidência de emprego temporário – trabalho remunerado com duração de contrato inferior a 12 meses – aumentou nas últimas duas décadas na sub-região combinada América Latina e Caribe, de 29,2% dos jovens adultos empregados (de 25 a 29 anos) no início do milênio para 30,4% em 2023. Esta foi a segunda maior de todas as sub-regiões, atrás apenas da África Subsaariana. Quando somado ao trabalho autônomo, outra forma de trabalho que é menos segura em sua natureza e excluída de vários benefícios de proteção social, o relatório conclui que pouco mais da metade (51%) dos jovens trabalhadores adultos na América Latina e no Caribe trabalhavam em um emprego não seguro. A falta de segurança no emprego pode influenciar negativamente a capacidade dos jovens de dar os próximos passos em seu caminho esperado para a vida adulta (o que pode significar comprar uma casa, começar uma família ou outro marcador pessoal da vida adulta). A insegurança no emprego é um fator por trás dos níveis crescentes de ansiedade dos jovens). A América do Norte também viu um aumento na incidência de trabalho temporário entre trabalhadores adultos jovens, de 11,6 para 12,3%, ainda uma parcela comparativamente baixa. Adicionando os autônomos, a parcela de jovens adultos em uma forma de trabalho não segura em 2023 na América do Norte foi pouco menos de 20%.

Em comparação com todas as sub-regiões, a incidência de trabalho em tempo parcial entre trabalhadores adultos jovens na América Latina e no Caribe também é alta, especialmente para mulheres jovens, cujas participações atingiram 38,7% em 2023 (uma participação atrás apenas da África Subsaariana entre as regiões do mundo). O trabalho em tempo parcial pode ser voluntário e pode ajudar os jovens a ganharem alguma renda, especialmente enquanto estudam. Mas alguns trabalhadores jovens indicaram sua insatisfação com suas horas de trabalho, juntamente com o desejo de trabalhar mais horas. A taxa de subemprego relacionada ao tempo na sub-região foi a maior entre as sub-regiões disponíveis, com 9,2% em 2023. Na América do Norte, a taxa foi mínima, de 0,8%.

Finalmente, tanto o trabalho temporário remunerado quanto o trabalho autônomo se correlacionam fortemente com o emprego informal, que também responde por pelo menos metade do emprego de jovens adultos na América Latina e no Caribe. Com isso, vêm grandes desvantagens em obter acesso aos direitos e proteções dos trabalhadores sobre renda, duração da jornada, segurança e assim por diante.

Salários estagnados para jovens na região representam um desafio significativo

A insegurança no emprego é ainda mais exacerbada pela estagnação dos salários para trabalhadores adultos jovens (de 25 a 29 anos) em alguns países da América Latina. O *GET Youth 2024* relata a tendência preocupante de deflação salarial entre trabalhadores adultos jovens no Brasil, Colômbia e México em alguns anos no período de 2013 a 2022. Essa tendência, pela qual os ganhos mensais anuais de empregados pagos ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor (também conhecido como salário real), estagnou ou teve crescimento negativo ao longo do tempo, contrastou fortemente com alguns países que mostraram um crescimento impressionante dos salários reais para jovens adultos no mesmo período; a saber, Indonésia, Polônia e Vietnã. Os jovens adultos nos Estados Unidos também se beneficiaram de algum crescimento nos salários reais ao longo do período, medido como um ganho de quase 20% em relação a 2013.

Comparado ao salário real da coorte adulta (com 30 anos ou mais), o prêmio salarial permaneceu com os mais velhos, com exceção do México, onde nos últimos anos (a partir de 2020), o crescimento salarial real dos jovens adultos ultrapassou o da coorte com mais de 30 anos. A persistência dessa lacuna salarial (também conhecida como desconto salarial) pode estar relacionada à super-representação de trabalhadores jovens em trabalho de meio período e temporário, em certos tipos de ocupações e/ou setores econômicos e na economia informal, o que significa que seus salários reais aumentaram, enquanto os dos adultos mais jovens não. Esse foi o caso em todos os três países.

Nos Estados Unidos, os salários reais da coorte mais jovem superaram os dos adultos mais velhos. Isso pode sinalizar o contexto da economia de escassez de mão de obra, com forte demanda por trabalho de nível básico e uma oferta limitada de candidatos a emprego. Nesse contexto, os salários reais para a coorte de jovens adultos devem aumentar mais rápido do que para os adultos com mais de 30 anos.

Para a maioria das sub-regiões globais entre 2010 (ou ano mais próximo) e 2023 (ou ano mais próximo), a parcela de jovens adultos trabalhando em empregos mal remunerados diminuiu, em alguns casos com melhorias bastante consideráveis. A América do Norte foi um desses lugares, que viu a parcela de jovens adultos cair de 29,9% para 26,3%, um dos maiores ganhos em termos absolutos. Ainda assim, a sub-região ainda permanece como tendo uma das maiores parcelas de jovens adultos em empregos mal remunerados em geral (apenas a África Subsaariana e os Estados Árabes foram maiores).

A América Latina e o Caribe estavam entre as poucas sub-regiões a ver um aumento na parcela de jovens adultos em empregos mal remunerados. A parcela foi de 20,1% em 2023, em comparação com 18,9% em 2010.

A maioria dos jovens na região e sub-regiões trabalha nos setores de serviços tradicionais de comércio, transporte, hotelaria e alimentação.

Uma mudança setorial nas atividades econômicas que empregam jovens está em andamento nas últimas duas décadas, embora, como as Américas são compostas principalmente por economias avançadas, essa mudança tenha sido relativamente silenciosa em comparação com as transformações radicais vistas nas regiões em desenvolvimento do mundo.

De 2001 a 2021, na sub-região da América Latina e Caribe, a participação da agricultura no emprego jovem caiu 4,3 pontos percentuais para 17,3%, assim como a indústria em 2,9

pontos percentuais para 13,1%. As participações de emprego jovem em comércio, transporte, hotelaria e alimentação aumentaram mais, em 5,4 pontos percentuais para atingir 35,2%, tornando-se a maior fonte de empregos para jovens na sub-região.

Os setores mais “modernos” – comunicações, serviços financeiros e profissionais – também aumentaram como fonte de emprego jovem desde o início do novo século, em 3,5 pontos percentuais. Mas em 8,9%, a parcela de jovens trabalhadores nesses setores ainda era relativamente baixa em comparação com, por exemplo, a América do Norte com sua parcela de 14,1%.

Na América do Norte, houve uma ligeira mudança na alocação de emprego jovem também, com o domínio do setor de serviços. Os setores que ganharam em suas participações de emprego jovem de 2001 a 2021 foram serviços de assistência (+1,8%), comércio, transporte, hotelaria e serviços de alimentação (+3,1%). Este último é de longe a fonte dominante de empregos para jovens na América do Norte, com quase metade (46,4%) dos jovens trabalhadores no setor em 2021. Os serviços de assistência (incluindo trabalho em educação, saúde e assistência social) continuam como outra fonte importante de empregos para jovens: 16,5% dos jovens trabalhadores na sub-região trabalhavam em assistência em 2021.

Incidências crescentes de incompatibilidades educacionais¹¹⁵

As consequências da composição setorial do crescimento de empregos na região e os níveis crescentes de realização educacional entre os jovens são um aumento nas incompatibilidades educacionais e taxas crescentes de desemprego de graduados. O relatório principal investiga a questão de se o ensino superior melhora as chances dos jovens de acessar empregos e responde com um claro “sim”. As evidências mostram que o jovem adulto com ensino superior, entre 25 e 29 anos, tem uma chance muito menor de cair no status de NEET em comparação com aqueles com níveis mais baixos de escolaridade. O relatório mostra que em países de alta renda e países de renda média-alta, que compreendem a maioria dos países nas Américas, ter um ensino superior ainda diminui a chance de um jovem adulto cair em uma situação de subutilização da mão de obra, ou seja, estar desempregado ou em subemprego relacionado ao tempo.

Ter um diploma de nível superior, no entanto, não garante que um jovem consiga um emprego que corresponda bem ao seu diploma. A incidência de trabalhadores jovens com excesso de escolaridade para sua ocupação cresceu nas últimas duas décadas, especialmente entre os jovens em países de renda média-alta. Isso pode acontecer quando não há na economia empregos suficientes no “setor moderno” – aqueles esperados por um jovem escolarizado –, o que leva alguns jovens a aceitarem empregos para os quais são “super escolarizados”.

As ansiedades dos jovens estão aumentando

Houve uma incidência crescente de conflitos em todo o mundo, incluindo nas Américas. Em 2022, estimava-se que cerca de 57 milhões de jovens ao redor do mundo viviam em áreas afetadas por conflitos. A exposição dos jovens à violência organizada tornou-se especialmente problemática em áreas da América Central. Nessas áreas, os desafios à sua segurança pessoal

¹¹⁵ Segundo a OIT, um indivíduo “incompatível” é aquele que é super escolarizado (com o nível mais alto de escolaridade acima dos requisitos educacionais para sua ocupação) ou sub escolarizado (com o nível mais alto de educação abaixo dos requisitos educacionais para sua ocupação).

são adicionados aos muitos obstáculos que os jovens enfrentam em suas transições para a vida adulta e o mundo do trabalho.

As ansiedades dos jovens estão aumentando em todas as regiões das Américas em relação à guerra e ao conflito. Quando perguntados "até que ponto você está preocupado com uma guerra envolvendo seu país?", 67% dos jovens entrevistados na América Latina e no Caribe expressaram preocupação significativa.¹¹⁶ Na América do Norte, a parcela foi ainda maior, 73,1% nos últimos anos.

Um dos maiores desafios para a região continua sendo aumentar as taxas de crescimento econômico e tornar o crescimento mais inclusivo para elevar os padrões de vida. O *GET Youth 2024* relata os resultados da última rodada da **Pesquisa de Valores Mundiais**, descobrindo que apenas 45% dos jovens de 15 a 29 anos na América Latina e no Caribe sentiam que seus padrões de vida eram melhores do que os de seus pais. A parcela sobe para 48% na América do Norte, mas os resultados para ambas as sub-regiões ficaram abaixo da média global de 53,4%. Também com base na **Pesquisa de Valores Mundiais**, os resultados mostram que uma grande parcela de jovens na região estava preocupada em perder seus empregos; 76% dos jovens na América Latina e no Caribe e 52% dos jovens na América do Norte.

Seguir em frente

Houve desenvolvimentos positivos nos resultados do mercado de trabalho dos jovens nas Américas nos últimos tempos. As taxas de desemprego juvenil caíram, com a maior melhora na sub-região da América Latina. A América do Norte se aproxima de uma situação de pleno emprego e a taxa de desemprego juvenil foi a mais baixa do mundo, de 8,2% em 2023. As dificuldades que os jovens enfrentaram durante a pandemia e os anos de crise subsequentes parecem ter diminuído agora e uma recuperação total pode ser declarada.

No entanto, as altas taxas de NEET entre jovens, especialmente entre mulheres jovens, no Caribe e na América Latina, são sinais de que nem tudo está bem, assim como a continuação de grandes disparidades de gênero indicam as dificuldades extras das mulheres jovens para encontrar e manter um emprego.

Como as pressões para encontrar trabalho diminuíram um pouco para os jovens, a atenção se volta para as questões de obtenção de trabalho decente, e esta é uma área em que a região luta. Empregos que oferecem segurança e vêm com salários que compensam o aumento do custo de vida e proteção social são poucos. É a continuação dos déficits de trabalho decente na região que ajuda a explicar os crescentes níveis de ansiedade dos jovens sobre seu futuro, apesar dos sinais positivos de crescimento e recuperação de empregos.

Pesquisas destacadas neste relatório indicam que muitos jovens hoje se sentem estressados com a perda e estabilidade do emprego, o estado da economia, o aumento da violência e dos conflitos, sem mencionar os muitos outros estressores conhecidos, como as mudanças climáticas e o progresso tecnológico, que não são diretamente abordados aqui. Sejam confirmadas pela realidade ou não, as percepções dos jovens sobre o futuro desempenham um papel significativo em seu bem-estar pessoal e níveis de motivação e na formação de suas decisões sobre o futuro educacional, mercado de trabalho e engajamento cívico.

Para ajudar a aliviar as ansiedades dos jovens, as instituições precisarão orientar os jovens através das complexidades das transições da escola para o trabalho e da juventude para

¹¹⁶ The World Values Survey, Wave 7 (2017–22).

a vida adulta. Ajudar os jovens a manterem suas esperanças vivas deve se tornar uma missão compartilhada, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

Levar trabalho decente a todos os jovens e colocá-los em caminhos para futuros promissores requer uma ação ampliada de várias frentes e um compromisso "real" de longo prazo por parte dos formuladores de políticas para trabalhar com parceiros sociais e os próprios jovens na abordagem integrada ao emprego juvenil. Sem repetir as implicações políticas do relatório principal, a seguir estão algumas áreas prioritárias de ação que são especialmente relevantes para apoiar o emprego jovem nas Américas:

- Expandir políticas do lado da demanda voltadas para estimular a geração de empregos em setores dinâmicos e em crescimento. Em particular, as intervenções do lado da demanda precisam ter como alvo direto a criação de empregos para mulheres jovens.

- Enfrentar as desigualdades do mercado de trabalho jovem por meio de intervenções cuidadosamente direcionadas com o objetivo específico de apoiar a entrada no mercado de trabalho de jovens mais vulneráveis.

- Acelerar a implementação da proteção trabalhista e social e, por sua vez, impulsionar a transição para o emprego formal e a transformação de empregos em trabalho decente.

- Em todas as áreas de ação, manter os jovens no comando da formulação de políticas e promover e fortalecer as instituições de diálogo social inclusivo dos jovens.

Resumos sub-regionais: América do Norte

- A taxa de desemprego juvenil na América do Norte em 2023 foi de 8,2%, uma melhora de 0,5 ponto percentual em relação à taxa pré-pandêmica de 8,7% em 2019. Esta foi a menor taxa geral do mundo por sub-região e marca um ponto baixo histórico que remonta pelo menos às últimas duas décadas. No entanto, até 2025, a previsão é que cresça para 8,4%.

- A proporção de emprego juvenil em relação à população em 2023 foi igualmente forte, em 47,9%, marginalmente maior do que a taxa observada em 2019. Até 2025, a EPR juvenil deverá cair para 46,1%.

- A taxa de NEET entre jovens cresceu de 10,6 para 11,2% entre 2019 e 2023. Embora tanto a taxa de desemprego entre jovens quanto a EPR entre jovens apresentem uma ligeira distorção em favor das mulheres jovens, elas são muito marginalmente mais propensas a serem NEET com uma taxa de 11,3% em comparação com 11,1% para os homens jovens. A taxa de NEET entre jovens deve crescer 0,1 ponto percentual até 2025, para 11,3%.

- A incidência de trabalho temporário entre jovens adultos empregados com idades entre 25 e 29 anos cresceu nas últimas duas décadas, mas permaneceu comparativamente baixa em 12,3% em 2023. Pouco mais de um em cada seis jovens trabalhadores estava em uma forma de trabalho não seguro, a menor parcela de qualquer sub-região. No entanto, 26,3% dos jovens trabalhadores estavam envolvidos em trabalho mal remunerado.

Resumos sub-regionais: América Latina e Caribe

- Na América Latina, a taxa de desemprego juvenil em 2023 foi de 13,4%, tendo caído 4,5% desde 2019; isso marcou uma das maiores melhorias entre outras sub-regiões e uma baixa histórica para a América Latina. No Caribe, a taxa de desemprego juvenil caiu 1,1 ponto percentual para 18,1% em 2023, também uma baixa de longo prazo para a sub-região.

- Até 2025, a taxa de desemprego juvenil na América Latina deverá cair ainda mais para 13,2%, enquanto, em vez disso, deverá crescer no Caribe para 18,2% — uma das poucas sub-regiões com um aumento esperado.

- A taxa de NEET entre jovens na América Latina caiu de 21,3% em 2019 para 19,6% em 2023. No Caribe, aumentou de 19,9% para 20,2%.

- As mulheres jovens continuam em desvantagem em suas transições no mercado de trabalho. Na América Latina, a taxa de NEET entre mulheres jovens era quase o dobro da dos homens jovens (taxas de 25,9% e 13,5%, respectivamente). No Caribe, a taxa de NEET entre mulheres jovens era 1,6 vezes maior do que a dos homens jovens (taxas de 25,1% e 15,4%, respectivamente). Em ambas as sub-regiões, as mulheres jovens também enfrentavam taxas de desemprego mais altas e uma proporção emprego-população muito reduzida.

- Pouco mais da metade (51%) dos trabalhadores adultos jovens na América Latina e no Caribe trabalhavam em um emprego não seguro, em um emprego temporário remunerado ou em trabalho autônomo. Em comparação com todas as sub-regiões, a incidência de trabalho de tempo parcial entre os trabalhadores adultos jovens era alta, especialmente para as mulheres jovens, cujas participações atingiram 38,7% em 2023, assim como a taxa de subemprego relacionada ao tempo em 9,2% em 2023.

- Os setores de serviços tradicionais, comércio, transporte, hotelaria e serviços de alimentação foram a principal fonte de criação de empregos para os jovens no período de 2001 a 2021. Mais de um em cada três (35,2%) dos trabalhadores jovens estavam envolvidos neste setor em 2021.

- A maioria dos jovens trabalha no setor de serviços. Desde 2001, os únicos dois setores que mostraram um aumento em sua participação no emprego geral de jovens foram serviços de assistência (+1,8%) e serviços de comércio, transporte, hotelaria e alimentação (+3,1%). Menos de um em cada seis jovens trabalhava nos setores primário (agricultura) e secundário (indústria) combinados.

Comentários finais

Ademais dos aspectos demográficos, econômicos e sociais, chama a atenção uma dimensão inusitada e preocupante: as pesquisas destacadas neste relatório indicam que muitos jovens, atualmente, se sentem estressados com a perda e estabilidade do emprego, o estado da economia, o aumento da violência e dos conflitos, sem mencionar os muitos outros estressores conhecidos, como as mudanças climáticas e o progresso tecnológico, que não foram diretamente abordados aqui. Os autores do relatório da OIT reconhecem que “sejam confirmadas pela realidade ou não, as percepções dos jovens sobre o futuro desempenham um papel significativo em seu bem-estar pessoal e níveis de motivação e na formação de suas decisões sobre o futuro educacional, mercado de trabalho e engajamento na sociedade”.

Refugiados e Migração: Análise da Crise no Rio Grande do Sul e Roraima e o Controle no Aeroporto de Guarulhos

Refugees and Migration: An Analysis of the Crisis in Rio Grande do Sul and Roraima and Control at Guarulhos Airport

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Caio Murta e Deisy de Freitas Lima Ventura.

Resumo. O Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global explora a situação pós enchentes dos mais de 43 mil refugiados que viviam no Rio Grande do Sul. Também destaca os aspectos e desafios da migração indígena Warao pelo Brasil. Outro destaque é a decisão brasileira de inadmitir diversos passageiros, como resposta ao crescente uso do Aeroporto de Guarulhos como rota de contrabando de migrantes.

Palavras-chave: Migrações. Acnur. Saúde Global.

Summary. *The Migration, Refugee, and Global Health Working Group explores the post-flood situation of over 43,000 refugees who were living in Rio Grande do Sul. It also highlights the aspects and challenges of the Warao indigenous migration across Brazil. Another focus is the Brazilian decision to deny entry to several passengers in response to the increasing use of Guarulhos Airport as a route for migrant smuggling.*

Keywords: *Migrations. UNHCR. Global Health.*

A situação dos refugiados e as enchentes no Rio Grande do Sul

A ACNUR vem lançando relatórios frequentes, atualizando sobre a situação em que se encontra o Rio Grande do Sul e como estão sendo realizadas as ações de enfrentamento desse cenário complexo de adversidades. Cerca de 43.000 pessoas refugiadas e que precisam de proteção internacional, estavam morando no Rio Grande do Sul no período em que 96% do estado foi gravemente impactado, por conta das enchentes que ocorreram no mês de maio de 2024. Dentre as nacionalidades dos migrantes e refugiados que vivem na região, aproximadamente 67% são venezuelanos, 28% haitianos e 3% cubanos¹.

No dia 30 de julho, uma equipe do ACNUR teve a oportunidade de visitar um conjunto de famílias de origem indígena Warao da Venezuela, que estavam no bairro de Tristeza, na capital Porto Alegre. A equipe do realizou a visita juntamente com seus parceiros de colaboração, os Serviços Jesuítas para Migrantes e Refugiados (SJMR), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH).

O grupo Warao que estava em Tristeza, é formado por 43 pessoas, agrupadas em 10 famílias, que, atualmente, estavam vivendo em condições de insegurança e instabilidade. Todas as famílias apresentaram dificuldades para acessar os documentos necessários e precisavam de suporte para atender às suas necessidades básicas. Elas receberam informações e suporte do ACNUR e do SJMR, com relação à documentação e benefícios sociais, além de serem conduzidas para uma distribuição de emergência de produtos não alimentares do ACNUR¹.

No período de 2 a 4 de agosto, o ACNUR e seu colaborador SJMR realizaram uma ação de registro para 196 famílias na cidade de Encantado, uma das regiões do Vale do Taquari mais impactadas pelas enchentes que ocorreram em setembro e novembro de 2023 e, há pouco tempo, em maio de 2024. As famílias consideradas mais vulneráveis, sendo a maioria do Haiti e da Venezuela, bem como demais nacionalidades, passaram por um processo de entrevista detalhada para realizar o registro, identificação de vulnerabilidades, assim como instruções sobre documentação, acesso a benefícios sociais e assistência do ACNUR.

Grande parte dessas famílias reside ou residia no bairro Navegantes, localizado às margens do rio Forqueta, local onde cerca de 90% das moradias foram afetadas pelas enchentes. As famílias também apresentaram obstáculos para arcar com todos os gastos de reparo e reforma de suas residências, compra de aparelhos domésticos e móveis. Além da assistência com produtos materiais, é presente a necessidade de oferecer um suporte a comunidade com serviços relacionados a saúde mental e apoio psicossocial. O ACNUR organizou ações nas próximas semanas voltadas para a assistência material e atualmente está identificando possibilidades para o suporte psicossocial¹.

Em 6 de agosto, o ACNUR começou a distribuição de produtos não alimentares nas cidades de Arroio do Meio e Lajeado, localizadas na região do Vale do Taquari. A ação foi uma iniciativa para tentar responder aos obstáculos identificados e relatados durante as sessões de registro e orientação realizadas com as comunidades de migrantes e refugiados no final de julho. As distribuições ocorreram de modo simultâneo com o suporte de dois colaboradores do ACNUR, o SJMR e a organização liderada por refugiados ASHVAT (Associação dos Haitianos no Vale do Taquari). Dentre os produtos que foram distribuídos, estão kits de higiene, sabonetes, papel higiênico, conjuntos de cozinha e mochilas¹.

Mobilidade Warao, aspectos e desafios da migração indígena venezuelana no Brasil

A ACNUR destaca que cerca de 7500 pessoas da etnia Warao migraram para o Brasil e, apesar da dispersão pelo território nacional, mais da metade vive em Roraima (OPAS, 2024). A presença Warao no Brasil iniciou-se em 2014, e passou de 30 pessoas para o número supracitado. Os Warao, povo indígena originário da Venezuela, possuem forte ligação com suas entidades, com enfoque em sua divindade suprema Kanobo, e identidade formada associada ao seu território, no entanto, atravessam um processo de mobilidade para regiões urbanas da Venezuela e para uma ampla faixa do Brasil (LIMA, 2021, p. 90).

Diversos autores destacam o processo de mobilidade como uma “diáspora interna e externa em busca de novas alternativas de vida” (SILVA e BARBOSA, 2021, p.43), ocasionado pelo desenvolvimentismo como aposta dos governos venezuelanos, com alterações ambientais visando a pecuária extensiva, agricultura e exploração petrolífera (ACNUR, 2021, p.14-18), as decisões pela exploração causaram sérios danos aos territórios habitados pelos Warao. Estes processos são acentuados pela atual crise na conjuntura socioeconômica e humanitária no país.

As mudanças culturais e nos seus modos de vida, na organização de suas comunidades, atividades econômicas, recursos naturais disponíveis e localização geográfica de suas moradias (entre o campo, os centros urbanos e matas) impactaram diretamente as formas de organização e existência dos Warao. Contudo, vale-se destacar que apesar das alterações na realidade do povo, ainda há forte identificação com suas origens, a ancestralidade, crenças, cultura e as comunidades remanescentes na Venezuela. Esta manutenção de vínculo se dá pelas atividades econômicas desenvolvidas, como o artesanato - com destaque para o trabalho com a palha do

Buritizeiro - e o contato com suas comunidades na Venezuela, com o envio de recursos monetários quando possível e a importação de artesanatos para venda (ACNUR, 2021).

No Brasil, o povo Warao sofre com as dificuldades de adaptação ao idioma, vale destacar que o povo utiliza língua homônima e o espanhol como segundo idioma (em diversos níveis de fluência). Também há questões com a inserção no mercado de trabalho e precarização da mão de obra Warao, que por fim trabalham majoritariamente com artesanato, pesca, trabalho braçal (construção civil e afins) e a coleta de dinheiro e doações - prática majoritariamente feminina em famílias que os homens não conseguiram inserir-se no mercado de trabalho.

Dentro destes contextos existem diversas questões implicadas nas formas de vida dos Warao no Brasil e os desafios para o acesso à cidadania, educação, saúde, moradia e à assistência social. As lacunas nestes processos de migração implicam em formas de vida pautadas na exclusão, preconceitos vividos (com as categorizações de conotação pejorativa como 'Venezuelanos' e 'mendicantes', em tentativa expressa de apagamento da cultura Warao), e a submissão a condições precárias que chegam à óbitos por causas evitáveis, em casos já registrados de tuberculose e desnutrição (ACNUR, 2021).

Portanto, faz-se necessária uma abordagem interdisciplinar e intersetorial pautada no acolhimento e inserção na sociedade, por meio do acesso à documentação e a cidadania formal e a cidadania na sua forma ampla, com a possibilidade de participação em suas novas comunidades, acesso à rede de serviços, educação intercultural e bilíngue, respeito e aceitação da cultura e crença, formação profissional e trabalho digno. O envolvimento do poder público é crucial e, se baseado na escuta e acolhimento, potencializa a vivência e o desenvolvimento da população, tanto nativa quanto migrante, visando a integração e bem-estar da coexistência multicultural nas novas alternativas de vida aos Warao.

Brasil entra na rota de tráfico de pessoas

O relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre a nova política migratória destaca mudanças significativas para passageiros em trânsito sem visto de entrada no Brasil. A decisão de inadmitir diversos passageiros, surge como resposta ao que se afirma como o "crescente uso do Aeroporto de Guarulhos como rota de contrabando de migrantes", particularmente por grupos criminosos. A medida, portanto, visa coibir o abuso do instituto de refúgio, que, segundo o MJSP, tem sido indevidamente utilizado para facilitar a migração ilegal.

Uma análise rigorosa e crítica dessa nova política deve se atentar para três pontos principais: os impactos humanitários, as implicações legais e a eficácia da medida. Em termos humanitários, a decisão pode prejudicar indivíduos que, embora sem visto, tenham razões legítimas para buscar refúgio no Brasil. Ao priorizar a segurança, o MJSP corre o risco de negligenciar o direito internacional que protege refugiados.

Legalmente, a medida é amparada pela Lei de Migração, que permite a inadmissão de passageiros em trânsito. Contudo, a aplicação rigorosa da lei pode ser vista como uma restrição velada ao acesso ao refúgio, colocando em questão a tradição brasileira de acolhimento. Por fim, a eficácia da medida é incerta. Embora vise dismantelar redes criminosas, pode simplesmente desviar as rotas de contrabando para outros locais, sem resolver as causas profundas da migração irregular. O risco de criar uma política migratória excessivamente restritiva, que desestimule a entrada de migrantes vulneráveis, também deve ser considerado.

Nota-se, com isso, que embora a nova política busque enfrentar questões de segurança legítimas, há a possibilidade de marcantes retrocessos na posição internacional do Brasil e de sua legislação enquanto protetiva dos direitos humanos e o comprometimento com a justiça e a acolhida humanitária.

Referências bibliográficas

1. ACNUR. **Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2024/08/240806-Resposta-as-enchentes-no-Rio-Grande-do-Sul.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.
2. **SITREP: Health and Migration Americas June 2024**. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <arquivo PDF: sitrep-healthandmigration-americas-jun-2024-es.pdf>. Acesso em 26 ago. 2024.
3. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Os Warao no Brasil: um perfil sobre os Warao em contexto de refúgio no Brasil**. [S.l.], abr. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>\>. Acesso em: 26 ago. 2024.
4. ALMEIDA, André Baniwa; MARTINS, Sergio; MONTE, Tatiana. **Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas**. [S.l.]: UERN, 2023. Disponível em: <https://saltheebooks.com.br/wp-content/uploads/2023/12/E-book-Os-Warao-no-Brasil_-diaspora-politicas-e-direitos-indigenas-UERN-1-1.pdf\>. Acesso em: 26 ago. 2024.
5. RORAIMA EM FOCO. **Da miséria ao empreendedorismo em Roraima: Indígenas Warao transformam fibra de buritizeiro em fonte de renda**. [S.l.], 2024. Disponível em: <<https://roraimaemfoco.com/damiseria-ao-empreendedorismo-em-roraima-indigenas-warao-transformam-fibra-de-buritizeiro-em-fonte-de-renda/>\>. Acesso em: 26 ago. 2024.
6. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil vira rota de contrabando de migrantes e MJSP muda regra para entradas no país. 22 ago. 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil-vira-rota-de-contrabando-de-migrantes-e-mjsp-muda-regras-para-a-entrada-no-pais>>. Acesso em 26 ago. 2024

Promoção e proteção dos direitos das crianças: Relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência contra as Crianças

Promotion and protection of children's rights: Annual report of the Special Representative of the Secretary-General on Violence against Children

***Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes***

Resumo: O ano de 2024 marca o décimo quinto aniversário da criação do Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças. Esta é uma oportunidade para fazer um balanço dos esforços, abordar os fatores e manifestações de violência contra as crianças e para garantir sua proteção e bem-estar como uma dimensão fundamental para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A violência contra as crianças atingiu níveis sem precedentes, causada por crises multifacetadas e articuladas. Faltando seis anos para cumprir a promessa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Representante Especial reforça que é possível acabar com a violência contra as crianças.

Palavras-chave: Violência; Maus-tratos infantis; Exposição à violência; Desenvolvimento sustentável; Direitos humanos.

Abstract: *The year 2024 marks the fifteenth anniversary of the creation of the Office of the Special Representative of the Secretary-General on Violence against Children. This is an opportunity to take stock of efforts, address the factors and manifestations of violence against children and to ensure their protection and well-being as a fundamental dimension for achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development. Violence against children has reached unprecedented levels, caused by multifaceted and interconnected crises. With six years left to fulfill the promise of the Sustainable Development Goals, the Special Representative reinforces that it is possible to end violence against children.*

Key words: *Violence; Child abuse; Exposure to violence; Sustainable development; Human rights.*

A resolução [62/141](#), a Assembleia Geral estabeleceu o mandato da Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência contra as Crianças. Desde 1 de julho de 2019 o cargo é ocupado pela pediatra Dra. Najat Maalla M'jid, do Marrocos. Seu papel na agência é atuar como defensora global e independente na prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra as crianças.



Durante a 79ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 2024, foi apresentado o relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças. O documento aborda a promoção e proteção dos direitos da

infância, com foco na violência contra as crianças. As resoluções [76/147](#) e [78/187](#) reafirmaram o apoio da Assembleia ao trabalho da Representante Especial. A Conferência reconheceu os progressos alcançados e o papel do seu mandato na promoção de uma maior implementação das recomendações das Nações Unidas nas questões da violência contra as crianças e no apoio aos Estados-Membros na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Dra. Najat reuniu-se com representantes de 31 Estados-Membros que realizaram avaliações nacionais voluntárias em 2024, bem como com representantes das comissões e equipes regionais nos países. Essas reuniões tiveram como objetivo identificar práticas promissoras e também promover a participação das crianças. A seguir, são apresentados os principais pontos do documento.

Desde o relatório anterior à Assembleia Geral, de 2023, a Representante Especial visitou o Brasil, Costa Rica, Lesoto, Luxemburgo, Malta, Tailândia e Zâmbia, e acompanhou visitas ao Chade, Costa do Marfim, Espanha, Grécia, Indonésia, Jordânia, Letônia, Líbano, Lituânia, Marrocos, Omã, República Dominicana, Romênia e Senegal. Todas as visitas foram concluídas com a elaboração de roteiros para que os Estados-Membros tomassem medidas para fortalecer abordagens integradas para a prevenção da violência e garantir que os serviços prestados às crianças e seus cuidadores sejam conduzidos de forma eficaz.

Durante as visitas aos países, a Representante Especial constatou que os países que possuem um sistema de proteção das crianças integrado nos planos nacionais, com dotações orçamentárias claras, são aqueles que são mais suscetíveis a contribuir significativamente para a proteção de crianças da violência. Nesse contexto, o relatório afirma que mais Estados-Membros estão dando passos importantes para integrar os direitos e o bem-estar das crianças nos quadros nacionais do orçamento e das finanças públicas.

Dada a magnitude sem precedentes da violência contra a criança em todo o mundo, a Representante Especial concentrou o seu relatório na necessidade de garantir que os direitos de crianças em movimento continuassem a ser protegidos. Durante suas visitas aos países e em fóruns regionais e internacionais, incluindo o [Fórum Global de Refugiados 2023](#), a Representante Especial saudou os compromissos específicos empreendidos pelos Estados-Membros no que diz respeito a garantir a proteção das crianças em movimento e os seus direitos, por exemplo com medidas destinadas a acabar com o detenção de crianças imigrantes; garantir o acesso aos serviços e documentação; proteger as crianças da violência, da discriminação, exploração e tráfico; e garantir que, durante a procura de soluções duradouras, ouvir a opinião das crianças.

Destacou que é fundamental reforçar e ampliar a mobilização dos diferentes atores envolvidos (Estados-Membros; Parlamentos, instituições nacionais de Direitos Humanos e defensores da infância; sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais; setor privado; sociedade civil, organizações religiosas e líderes tradicionais; e as próprias crianças e jovens) em diferentes níveis (globais, regionais, nacionais e locais) para acelerar o progresso rumo à erradicação da violência contra crianças até 2030.

Algumas experiências exitosas destacadas pela Representante Especial incluem:

- **Zâmbia**, onde se priorizou uma abordagem transversal investindo na proteção social e aumentando o financiamento para programas sociais para transferência de renda, assistência social, empoderamento econômico das mulheres e dos agregados familiares vulneráveis, educação e programas de alimentação gratuita e escolar.

●No **Lesoto**, a Representante destacou a aprovação do plano nacional de prevenção e resposta à violência contra as crianças, apoiada por um compromisso com um plano nacional que visa reduzir a violência contra as crianças em 75% até 2028.

●Também ressaltou o plano nacional de uma agenda transversal para crianças e adolescentes do **Brasil**, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento em consulta com as principais partes interessadas.

●Na **Tailândia** foram promovidas alternativas à privação de liberdade para crianças em conflito com a lei e acabar com a apatridia.

●A Representante Especial também destacou as reformas constitucionais e legislativas empreendidas em **Luxemburgo**, a fim de garantir uma justiça adaptada às crianças, incluindo o desenvolvimento de uma abordagem multidisciplinar para crianças em conflito com a lei e vítimas de violência infantil.

●Na **Costa Rica**, o governo está focado numa abordagem preventiva, que inclui empoderamento comunitário e construção de uma cultura de paz para acabar com a violência armada e garantir a segurança pública, em particular através da criação de espaços adaptados a crianças e adolescentes.

●Em **Malta**, foram destacadas as medidas tomadas para garantir que as crianças participassem nos processos de tomada de decisão, por exemplo, com redução da idade de voto para 16 anos em eleições nacionais e locais.

●A Representante reforça a importância do acompanhamento sistemático das recomendações e apoio contínuo fornecido aos Estados. A este respeito, saudou a **Costa do Marfim** que definiu um pacote mínimo de serviços que garantem a proteção integral das crianças e parabenizou a implementação da primeira política de proteção nacional integrada juntamente com um plano de ação orientado para resultados no **Chade**.

●Também destacou a **República Dominicana** por ter lançado um quadro estratégico que reforça seus sistemas nacionais de proteção da criança e incorpora a proteção infantil no seu plano nacional de turismo.

Em todas as visitas aos países, o Representante Especial sublinhou a necessidade de prestar atenção específica às crianças que correm alto risco de sofrer violência.

Primeira Conferência Ministerial Mundial

A [1ª Conferência Ministerial Mundial para Erradicar a Violência Contra a Criança](#), que será realizada em Bogotá, é um evento que visa reunir líderes globais para reforçar os compromissos com a erradicação da violência. A conferência deve abordar temas como o fortalecimento de sistemas de proteção, a promoção de investimentos em programas de prevenção e a necessidade de monitoramento e avaliação contínuos das políticas implementadas.

Avanços e desafios

O relatório reconhece que houve progressos significativos em algumas áreas, como o aumento da conscientização sobre a violência contra as crianças e a implementação de novas legislações e políticas de proteção. No entanto, também aponta que ainda há muitos desafios a serem superados, como a persistência de formas de violência invisíveis, a falta de recursos

adequados e a necessidade de uma coordenação mais eficaz entre os diferentes setores envolvidos na proteção infantil.

Um dos pontos fortes do relatório é a ênfase na necessidade de investimentos sustentáveis em programas de prevenção e resposta à violência contra as crianças. Estes investimentos não apenas protegem as crianças, mas também têm um alto retorno social e econômico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a construção de sociedades mais justas e seguras. O documento destaca ainda a importância de uma abordagem global e coordenada para combater a violência contra as crianças, enfatizando a necessidade de compromissos renovados e ações concretas por parte dos governos e organizações internacionais.

As recomendações do relatório abrangem uma série de diretrizes direcionadas a Estados-Membros, organizações regionais e outros atores internacionais, com o propósito de erradicar a violência contra crianças de maneira eficaz e sustentável. A seguir, são apresentadas as principais orientações destacadas no documento.

1. Integração de Políticas e Estratégias de Prevenção

- **Desenvolvimento de políticas nacionais:** os Estados-Membros são incentivados a integrar a prevenção da violência contra as crianças em suas políticas nacionais, com a criação de estratégias abrangentes e intersetoriais que envolvam setores como saúde, educação, justiça e assistência social.

- **Enfoque nas raízes da violência:** as políticas devem abordar as causas profundas da violência, como desigualdade social, discriminação e falta de acesso a serviços básicos, garantindo que as medidas de prevenção sejam sustentáveis a longo prazo.

2. Fortalecimento dos Sistemas de Proteção Infantil

- **Capacitação de profissionais:** o relatório sugere a necessidade de capacitar profissionais que trabalham diretamente com crianças (professores, profissionais de saúde, assistentes sociais) para identificar sinais de violência e responder de maneira adequada.

- **Melhoria dos serviços de proteção à criança:** recomenda-se a ampliação e melhoria dos serviços de proteção infantil, garantindo que sejam acessíveis, adequadamente financiados e capazes de oferecer apoio eficaz às crianças vítimas de violência.

3. Promoção de Investimentos Sustentáveis

- **Investimento em programas preventivos:** a Representante Especial enfatiza a importância de investir em programas preventivos de qualidade, que demonstram ser eficazes na redução da violência. Esses investimentos devem ser priorizados no orçamento dos governos.

- **Financiamento adequado e sustentável:** os governos são orientados a assegurar que os programas de combate à violência contra as crianças recebam financiamento adequado e contínuo, evitando cortes que possam comprometer a eficácia das ações.

4. Engajamento de Crianças e Jovens

- **Incluir crianças nas decisões:** é recomendado que crianças e jovens sejam incluídos nos processos de tomada de decisão sobre políticas e programas que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

● **Promoção da participação infantil:** os Estados-Membros são incentivados a criar e apoiar plataformas que permitam a participação ativa das crianças e jovens em discussões sobre violência, como o exemplo da [Plataforma da União Africana](#).

5. Parcerias Regionais e Internacionais

● **Colaboração com organizações regionais:** as orientações sugerem que os Estados-Membros trabalhem em estreita colaboração com organizações regionais e sub-regionais para desenvolver e implementar diretrizes que abordem práticas nocivas, como o casamento infantil, e fortaleçam a proteção infantil.

● **Troca de Boas Práticas:** Recomenda-se que os países compartilhem boas práticas e aprendizados entre si, facilitando a adaptação de políticas bem-sucedidas em diferentes contextos culturais e sociais.

6. Atenção a Crianças em Situações de Vulnerabilidade

● **Proteção de crianças migrantes e refugiadas:** orienta-se que os Estados-Membros implementem medidas específicas para proteger crianças migrantes e refugiadas, que estão especialmente vulneráveis à violência, exploração e abuso.

● **Resposta a emergências:** Em situações de crise, como desastres naturais ou conflitos armados, os governos devem garantir que as necessidades das crianças sejam priorizadas em suas respostas humanitárias.

7. Monitoramento e Avaliação Contínuos

● **Estabelecimento de mecanismos de monitoramento:** é essencial que os Estados-Membros criem mecanismos eficazes para monitorar a implementação das políticas de prevenção da violência contra as crianças, avaliando continuamente seu impacto e fazendo os ajustes necessários.

● **Transparência e prestação de contas:** o relatório sugere que os governos mantenham transparência em suas ações, prestando contas regularmente sobre o progresso realizado na implementação das políticas e programas.

Para acessar outras informações e o site da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Violência contra as Crianças, [clique aqui](#).

Referência

Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children. 25/07/2024. United Nations, General Assembly, A/79/242. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/221/80/pdf/n2422180.pdf>

Mercados territoriais: um novo velho conceito para construir segurança alimentar e nutricional e resiliência

Eduardo Nilson e Denise Oliveira

Resumo: Nesse informe, discutimos o conceito e aplicação dos mercados territoriais, que traz muitos elementos que já conhecemos sob uma perspectiva mais ampliada e renovada, destacando seu potencial papel na garantia da segurança alimentar e nutricional e de resiliência dos sistemas alimentares locais, em contraposição aos sistemas alimentares hegemônicos, dominados pelas corporações e longas cadeias de produção, distribuição e consumo.

Em muitos informes vimos trazendo diferentes aspectos dos problemas dos sistemas alimentares globais e da necessidade de sua transformação para garantir a segurança alimentar e nutricional e a saúde humana e planetária. Choques recentes, tais como interrupções na cadeia de suprimentos devido à COVID-19 até os preços recordes dos alimentos em 2022, revelaram grandes falhas nas cadeias alimentares industriais globais, demonstrando a fragilidade e vulnerabilidade dos sistemas alimentares hegemônicos e sua incapacidade de garantir segurança alimentar em um mundo propenso a crises.

Conforme mostraram os últimos Relatórios sobre o Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo da FAO, está claro que os progressos em relação à fome global têm sido insuficientes e desiguais nas diferentes regiões. Segundo as mais recentes avaliações mais abrangentes de segurança alimentar desde a pandemia de COVID-19 atualmente quase 30% da população mundial está em situação de insegurança alimentar e nutricional média ou grave, e 42% das pessoas não têm condições de pagar por uma dieta saudável. Pior ainda, mantidas as atuais tendências globais, estima-se que cerca de 600 milhões de pessoas enfrentarão a fome em 2030, de modo que a meta mundial de 'Fome Zero' está mais distante do que nunca (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024).

Ao mesmo tempo, as crises persistentes também destacaram a importância dos mercados 'territoriais' locais resilientes, incluindo desde mercados públicos e vendedores ambulantes até cooperativas, agricultura urbana, vendas diretas online, centros alimentares e cozinhas comunitárias, que alimentam bilhões de pessoas todos os dias e garantem sua segurança alimentar e nutricional.

O relatório "*Food From Somewhere*" oferece uma visão abrangente dessas redes alimentares diversificadas. Ele documenta as contribuições críticas desses mercados para sustentar os meios de subsistência dos produtores, garantir o acesso a alimentos saudáveis para as populações mais pobres, preservar culturas e comunidades, e manter as pessoas alimentadas diante de choques. O relatório, ainda, recomenda aos governos reinvestirem na infraestrutura de abastecimento local e regional, realocarem as estratégias de compras públicas e de segurança alimentar, e conterem a captura corporativa dos sistemas alimentares. (IPES-Food, 2024).

Daí, a inspiração para o título deste informe, considerando que são trazidos conceitos já conhecidos, como a agricultura urbana e periurbana, os equipamentos sociais, os circuitos

curtos de produção e consumo e a agricultura familiar, para os dentro da discussão dos mercados territoriais, sem copiá-los ou reinventá-los, mas colocando-os em uma nova perspectiva muito útil para a transformação dos sistemas alimentares.

O contexto atual e a metodologia de construção do relatório

O relatório começa destacando como os dados alarmantes sobre a fome no mundo refletem um sistema alimentar global que foi abalado pela pandemia, pela guerra na Ucrânia e pela crise climática em escalada – e que se mostrou fundamentalmente carente de resiliência.

Particularmente, os últimos três anos revelaram grandes falhas nos mercados globais de commodities e nas cadeias de suprimentos controladas por corporações, como embarques de grãos interrompidos, escassez de fertilizantes, proibições de exportação, preços voláteis de alimentos, colheitas perdidas, de modo que prateleiras vazias tornaram-se a nova normalidade. Nesse contexto, as crises econômicas rupturas repentinas no fornecimento durante a pandemia de COVID-19. Por conta da conexão entre os mercados e sua interdependência, as consequências dessas rupturas foram sentidas globalmente. Por exemplo, a pandemia colocou em risco as exportações brasileiras de soja, que representam 34% do comércio global, enquanto fechamentos de indústrias e paralisações de compras nos EUA forçaram agricultores a abater 10 milhões de porcos e descartar 14 milhões de litros de leite por dia. O resultado dessas situações foi um verdadeiro caos no mercado de alimentos em 2022, fazendo com que os preços globais dos alimentos aumentassem 15%, minando o fluxo de importações de alimentos básicos para populações em situação de insegurança alimentar.

Segundo o relatório, essas rupturas destruíram as ilusões restantes sobre cadeias de suprimentos alimentares globais eficientes e sem atritos. As crises acentuadas pela pandemia deixaram muito claro que as cadeias alimentares globais controladas por corporações oferecem uma receita falha para a segurança alimentar e nutricional e estão repletas de riscos e vulnerabilidades. Dentre elas, podemos destacar a exposição da produção de commodities industriais a choques climáticos, o desvio de recursos valiosos para alimentos ultraprocessados e rações para animais e combustíveis, a padronização das dietas em torno do trigo, arroz e milho e a crescente dependência de um punhado de culturas e exportadores de commodities para a ingestão calórica global, os gargalos em cadeias globais fragmentadas e geograficamente dispersas, os vastos requisitos energéticos embutidos em cadeias de suprimentos digitalizadas de alta tecnologia e os perigos de tornar a segurança alimentar e nutricional global dependente de cadeias de suprimentos "*just-in-time*" que nem sempre funcionam.

Diante dessas fragilidades, fica evidente que novas abordagens são necessárias para fortalecer a autossuficiência alimentar, aumentar a resiliência a choques e reconstruir a segurança alimentar e nutricional em uma nova base, como enfatizado nos crescentes apelos por soberania alimentar. Nesse sentido, o interesse atualmente está crescendo em relação a uma variedade de sistemas de abastecimento de alimentos que existem além das cadeias globais de alimentos e do controle corporativo.

O que se observa, nesse contexto, é que há muitas populações pelo mundo que estão sendo alimentadas diariamente por redes alimentares, cadeias de suprimentos e mercados próximas de suas localidades. Essas diversas redes de chamados "mercados territoriais" são baseadas em pequenos produtores, processadores e vendedores, enraizadas em territórios e comunidades, e desempenham múltiplas funções dentro delas.

Particularmente após a pandemia, a importância dos mercados territoriais começou a ser mais reconhecida, contudo, com as cadeias corporativas em crise e mais choques que podem acontecer. Portanto, o relatório aponta que é urgente aumentar nossa compreensão dos mercados territoriais e do que eles podem oferecer. O relatório, então, traz uma revisão global abrangente dessas diversas redes alimentares, que descobriram que os mercados territoriais constituem a espinha dorsal dos sistemas alimentares em muitos países e regiões, e fazem contribuições críticas para a segurança alimentar e nutricional, equidade e sustentabilidade, enquanto constroem resiliência em múltiplas frentes.

Assim, a construção do relatório trabalhou a partir de uma metodologia de convocação de três diálogos regionais, liderados por membros do Painel IPES-Food, envolvendo reuniões virtuais sobre “Mercados territoriais e transformação do sistema alimentar: avançando agroecologia, soberania alimentar e direitos humanos” em que participaram cerca de 100 atores de mercados territoriais de 21 países de diferentes regiões do mundo, incluindo a América Latina, o Sul e Sudeste Asiático, e os Estados Unidos e Canadá, assim como representantes de territórios indígenas.

O conceito de “mercados territoriais” é emergente e, apesar das contribuições críticas desses mercados para a segurança alimentar nutricional e para a resiliência, eles receberam relativamente pouca atenção acadêmica ou política. Os mercados territoriais também são altamente específicos para o contexto no qual se inserem e são profundamente enraizados em culturas, comunidades e paisagens. Desse modo, o conhecimento local e a experiência vivida são fontes de informação particularmente importantes para os mercados territoriais.

Como resultado, com algumas exceções notáveis, referenciadas no relatório, há uma relativa falta de dados distintos, abrangentes e comparativos que especificamente adotem uma lente de sistemas alimentares territoriais e de formas e canais de comercialização dos alimentos. Por outro lado, uma documentação relevante de experiências e análises pode ser encontrada em campos intimamente relacionados, como os de sistemas alimentares locais, cadeias curtas de alimentos, mercados tradicionais e ou públicos etc., de modo que o relatório buscou unir uma diversidade de revisões da literatura acadêmica, relatórios da sociedade civil e estudos de caso para estabelecer um retrato mais completo do tema.

Mercados territoriais e a garantia da segurança alimentar e nutricional e o aumento do acesso aos alimentos

Embora as cadeias globais de commodities controladas por corporações dominem terras e recursos, a maior parte do mundo é, na verdade, alimentada por cadeias alimentares locais. Por exemplo, avaliações da sociedade civil estimam que mais de 70% da população mundial é alimentada por pequenos produtores e trabalhadores em “redes alimentares camponesas”, apesar de representarem menos de 1/3 das terras e recursos agrícolas.

Em algumas regiões, esse número pode ser ainda maior, com um estudo da FAO observando que pequenos agricultores familiares produzem 80% do abastecimento alimentar na África Subsaariana e na Ásia. Em média, globalmente, 80% das necessidades alimentares das cidades são supridas dentro de um raio de 500 km. A agricultura urbana e periurbana desempenha um papel crítico, envolvendo 50% dos habitantes das cidades na América Latina e 40% na África, e mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo.

Grandes volumes de alimentos frescos são fornecidos fora das cadeias corporativas, muitas vezes diretamente ao consumidor. Por exemplo, metade das frutas e vegetais são

vendidas em mercados ao ar livre no México, a agricultura familiar representa a principal produtora de frutas e verduras consumidas no Brasil, na Europa há crescente participação da agricultura comunitária e das compras diretas dos agricultores, e, mesmo nos Estados Unidos, os mercados de produtores quadruplicaram nas últimas décadas.

Embora as importações de alimentos sejam críticas em alguns contextos, menos de um quarto das calorias produzidas globalmente cruza fronteiras, e a parcela é ainda menor em termos de nutrientes, visto que os sistemas alimentares hegemônicos se baseiam em um pequeno número de commodities agrícolas. Em algumas regiões, em particular, como a Ásia e a África Subsaariana, as cadeias globais representam apenas 15-20% do consumo total de alimentos.

Assim, o relatório destaca que os mercados territoriais desempenham um papel crucial em tornar os alimentos acessíveis e disponíveis às populações de baixa renda e ajudando a protegê-las da volatilidade dos preços globais. Nesse sentido, há muitas evidências de bairros de baixa renda na Ásia, América Latina e África que mostram que frutas e vegetais são mais acessíveis em mercados públicos do que em supermercados. Por exemplo, um estudo africano mencionado no documento descobriu que os preços dos supermercados são até 125% mais altos. Além disso, os mercados localizados em ou próximos de bairros de baixa renda e que oferecem flexibilidade, desde a quantidade comprada até os preços e acordos de crédito, são bem adaptados às necessidades das populações de baixa renda e marginalizadas. Inclusive, em alguns locais, esses benefícios são amplamente ampliados por meio de vales, cupons de nutrição e outras iniciativas para melhorar o acesso aos alimentos.

Finalmente, ao fornecer acesso a uma variedade de alimentos frescos e saudáveis, os mercados territoriais também desempenham um papel fundamental no apoio à diversidade alimentar e às dietas saudáveis. Isso fica muito claro a partir de um mapeamento da FAO sobre os mercados públicos em sete países, que observou uma gama de 47 a mais de 100 tipos de alimentos não processados disponíveis nos mercados pesquisados, por país. Como resultado, os mercados públicos estão fortemente associados à melhoria da ingestão de micronutrientes para grupos de baixa renda.

Mercados territoriais e a resistência e adaptação a choques

Ao contrário das cadeias globais corporativas, as cadeias de suprimentos e mercados locais são robustos e altamente adaptáveis diante de choques e essas qualidades críticas foram demonstradas durante a pandemia de COVID-19. É notável, nesse sentido, que, apesar do fechamento de mercados, da supressão de vendedores ambulantes e outras políticas desfavoráveis, vários canais de comercialização territorial se adaptaram rapidamente e continuaram a fornecer alimentos para as comunidades durante a pandemia, introduzindo novas modalidades de comercialização, sistemas de pagamento (como opções de compra flexíveis para compradores de baixa renda) e modelos de governança (por exemplo, mudando para abordagens de certificação comunitária). Dessa maneira, a produção de alimentos pela agricultura urbana e periurbana foi crucial para apoiar a segurança alimentar urbana.

Além disso, durante a pandemia, redes locais da sociedade civil foram capazes de ampliar suas atividades e desempenhar um papel fundamental nas respostas alimentares de emergência, também utilizando-se dos mercados territoriais. Por exemplo, o relatório traz a experiência de um estado indiano em que o governo local recrutou uma rede feminina para administrar 1.000 “hotéis” temporários que forneceram 70.000 refeições subsidiadas todos os dias e menciona que, no Brasil, 45% das iniciativas de fornecimento de alimentos de emergência

foram baseadas em cadeias de suprimentos locais, e mais de 85% eram pelo menos parcialmente agroecológicas.

Não é mencionado no relatório, mas, ainda no Brasil, recentes iniciativas coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social têm buscado fortalecer a integração de equipamentos sociais como mercados públicos, cozinhas populares e solidárias e outros com os produtores locais de alimentos, reconhecendo a importância dos mercados locais para os ambientes urbanos e mais particularmente para as populações mais vulneráveis nesses territórios.

Os mercados territoriais como meio de subsistência e resiliência

O relatório reforça que os mercados territoriais representam os meios de subsistência de milhões de produtores de alimentos, geralmente proporcionando-lhes preços decentes e rendas estáveis. De fato, estudos da sociedade civil global e avaliações da ONU comprovaram que esses mercados locais são os mais rentáveis para pequenos proprietários e os dados disponíveis sobre agricultura comunitária sugerem alta viabilidade econômica.

Nesse contexto, programas de compras públicas de alimentos também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de mercados estáveis e substanciais para pequenos produtores e processadores de alimentos.

Em contraste com as cadeias corporativas, os atores em pequena escala geralmente são capazes de diversificar, fortalecer e manter o controle sobre seus meios de subsistência por meio de cadeias de suprimentos e mercados locais. Desde o plantio e colheita até a definição de preços, produtores, transportadores, processadores, distribuidores e vendedores geralmente têm mais autonomia e, fora das cadeias corporativas, os produtores tendem a vender em uma variedade de mercados e canais, ajudando a diversificar a renda e mitigar riscos. Por exemplo, um estudo envolvendo 12 países descobriu que produtores agroecológicos levam alimentos ao mercado usando até 20 canais diferentes, além de manter uma pequena parte para troca e consumo doméstico, associando, portanto, a diversidade no mercado com a subsistência.

O documento também mostra que o trabalho conjunto por meio de coletivos e cooperativas propiciou aos pequenos atores desenvolver seus próprios sistemas economicamente viáveis para agregar e levar alimentos ao mercado. Por exemplo, nos Estados Unidos, cerca de US\$ 80 milhões em vendas foram facilitados, e 175.000 acres de terras de propriedade de negros foram garantidos, ao longo de décadas de organização liderada por cooperativas entre agricultores negros no sul dos EUA. Adicionalmente, no Brasil, cerca de 4.500 famílias de produtores agroecológicos trabalham juntas para abastecer uma rede de mercados, incluindo modelos como os CSA (comunidades que sustentam a agricultura).

Além disso, embora ainda enfrentem uma série de barreiras, a participação feminina e o envolvimento de jovens são fortes nos mercados territoriais, especialmente nos mercados informais e no comércio ambulante. Isso foi inclusive demonstrado por um estudo da FAO em três países, segundo o qual mulheres representavam a maioria dos vendedores nos mercados públicos locais e regionais.

Um outro aspecto importante é que, ao apoiar a agricultura biodiversa e as culturas tradicionais, os mercados territoriais também desempenham um papel fundamental na sustentação das culturas alimentares e do conhecimento e benefícios associados. Um exemplo para isso no documento é o de Cusco, Peru, onde mulheres no Parque de la Papa têm seu próprio

mercado, onde compartilham produtos regionais e trocam e conservam cerca de 2.000 variedades de sementes de batata.

Em consequência, as cadeias de suprimentos e mercados locais constroem confiança, conexões, solidariedade e capital social. E elas vão além, podendo se ligar a iniciativas culturais e educacionais, formar empresas colaborativas e trazer abordagens de governança participativa que estão regularmente conectadas com mercados territoriais, aproximando produtores e consumidores de alimentos, e superando a alienação das cadeias corporativas e dos sistemas alimentares industriais.

O papel dos mercados territoriais na garantia da biodiversidade e preservação dos ecossistemas

O relatório mostra, ainda, que os mercados locais e cadeias de suprimentos próximas promovem a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental ao fornecerem saídas para a produção de alimentos em pequena escala, com grande biodiversidade e de baixo impacto ambiental, incluindo sistemas agroecológicos e culturas tradicionais com alto valor nutricional e ecológico. Assim, a agricultura urbana ajuda a manter a agrobiodiversidade e os mercados públicos também facilitam a troca de diversas sementes necessárias para a resiliência à seca e às mudanças climáticas.

Conforme mencionado antes, os mercados territoriais geralmente se baseiam em cadeias curtas, o que reduz as distâncias de transporte dos alimentos (os chamados "*food miles*") e com isso também diminuem a perda e o desperdício de alimentos, oferecendo canais para diferentes tipos de produtos. Somados a isso, as políticas de compras públicas de alimentos locais podem fortalecer as cadeias territoriais e os benefícios que elas proporcionam, conforme comprovado por uma meta-análise que evidenciou que a aquisição de alimentos locais e orgânicos potencializa os benefícios econômicos, ambientais e sociais.

Os mercados territoriais como forma de enfrentamento dos sistemas alimentares hegemônicos

Em contraste com as cadeias corporativas, uma rede diversificada de cadeias de suprimentos e mercados próximos alimenta a maior parte do mundo, alcançando populações de baixa renda, sustentando os meios de subsistência de agricultores e comunidades, promovendo a biodiversidade e oferecendo uma verdadeira tábua de salvação para milhões de produtores e consumidores em tempos de crise, segundo o relatório. Crucialmente, as cadeias locais estão trazendo alimentos ao mercado a preços acessíveis para grupos de baixa renda e remunerativos para os produtores, ou seja, os preços justos que as cadeias corporativas falharam sistematicamente em oferecer.

No entanto, os mercados territoriais estão entregando esses benefícios apesar de políticas e condições econômicas desfavoráveis, tendo em vista contra hegemônico em relação aos sistemas alimentares corporativos dominantes globalmente. Essas condições, portanto, precisam ser revertidas para desbloquear todo o potencial desses mercados. É sabido, nesse contexto, que, ao redor do mundo, o investimento e o apoio governamental têm sido desproporcionalmente voltados para a agricultura industrial de exportação, o comércio global e as grandes infraestruturas de commodities, como rodovias e redes de transporte que conectam grandes cidades e portos. Enquanto isso, mercados informais e vendedores ambulantes carecem de serviços básicos como água limpa e instalações sanitárias, enfrentando regras de saúde e higiene inadequadas e orientadas para corporações, além do risco de fechamentos

violentos e despejos. Em algumas regiões, como na África, em particular, os mercados atacadistas têm sido privados de investimentos governamentais, apesar de 80% dos alimentos transitarem por eles.

Como reflexo desse contraste, o relatório mostra que globalmente 70% das necessidades de financiamento dos pequenos agricultores não são atendidas, sendo maior ainda a vulnerabilidade na África, onde menos de 10% têm acesso a crédito formal. Em consequência, os pequenos agricultores atuam em ambientes sem instalações de armazenamento adequadas, sendo forçados a vender a preços baixos quando há excesso de oferta no mercado. Além disso, essa situação faz com que compradores institucionais como escolas e hospitais careçam de capacidade de processamento no local, forçando-os a recorrer a grandes fornecedores corporativos. Complementando essas dificuldades, ao longo da cadeia, falta treinamento e apoio para operar cadeias curtas e negócios alimentares.

É destacado, ainda, que, na ausência de apoio estatal adequado, a viabilidade econômica dos mercados territoriais é permanentemente pressionada. Esses mercados, sem o apoio público, podem se tornar dependentes de instituições externas e estruturas de apoio, enquanto a atuação das corporações pode restringir as oportunidades para pequenos agricultores e vendedores. Adicionalmente, a confiança dos produtores para participar e investir em mercados locais pode ser minada pela demanda imprevisível, pela dificuldade em diferenciar produtos de maior valor e pela natureza demorada de vender diretamente ao consumidor. Por fim, embora estejam fortemente envolvidos na sustentação dos mercados territoriais, as mulheres ainda enfrentam restrições em seu acesso às oportunidades de mercado mais lucrativas em vários contextos.

No contraponto dos mercados territoriais, o poder corporativo cresce à medida que as cadeias corporativas se expandem e substituem outros modos de fornecimento de alimentos. Com o tempo, isso permite que atores poderosos gradualmente fragilizem práticas tradicionais e culturas alimentares, cooptando cadeias locais e territoriais e reformulando dietas em torno de commodities básicas e alimentos ultraprocessados e esse fenômeno é acentuado em um contexto de urbanização e expansão rápida de supermercados. Há, portanto, uma necessidade urgente de investir em mercados territoriais.

Então, o documento reforça que há um enorme potencial para os governos fortalecerem e apoiarem esses mercados, fazendo deles uma pedra angular da segurança alimentar e resiliência climática para os próximos anos. Atualmente, cidades e regiões pioneiras já mostraram que o investimento público em mercados urbanos e cadeias locais de suprimento sustentável traz resultados, melhorando o acesso a alimentos saudáveis, impulsionando a biodiversidade e mais. Exemplos incluem o financiamento de infraestruturas-chave para os 39 mercados públicos de alimentos de Barcelona (Espanha) pelos governantes, que agora alcançam dois terços dos habitantes da cidade e as políticas de planejamento inovadoras e apoio local/nacional à agroecologia e mercados municipais em Rosario (Argentina) fizeram com que se tornasse líder mundial em agricultura urbana e aproximou a produção de alimentos dos habitantes da cidade. Como último exemplo, foi destacado o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil, que, além de contribuir para as políticas de enfrentamento da fome que ganharam reconhecimento internacional, transformaram os meios de subsistência de pequenos produtores e processadores locais por meio das compras públicas para a alimentação escolar que atende a cerca de 40 milhões de crianças e possuem a exigência de que pelo menos 30% dos alimentos para cantinas públicas sejam originados de propriedades familiares Além disso o

programa inclui atividades de educação alimentar e nutricional em todas as disciplinas e suas normativas restringiram ao mínimo a aquisição de ultraprocessados.

Esse conjunto de argumentos do relatório, corroborado por experiências locais exitosas, demonstra claramente que é necessária uma série de ações integradas para conter o poder das cadeias alimentares corporativas e aproximar as cadeias de suprimentos e mercados das comunidades, de forma a substituir as políticas alimentares fracassadas (como aquelas baseadas nos sistemas alimentares hegemônicos) e reconstruir a segurança alimentar e a resiliência em todo o mundo.

O relatório, então, é concluído com as principais recomendações para garantir as transformações dos sistemas alimentares a partir da perspectiva dos mercados territoriais, tais como:

- Usar sistematicamente esquemas de compras estatais para apoiar produtores sustentáveis de pequena escala e aproximar as cadeias de suprimento e mercados das comunidades, vincular políticas de acesso a alimentos aos mercados territoriais e colocar em prática as lições da pandemia com um planejamento aprimorado e fortalecimento das cadeias territoriais resilientes e das redes da sociedade civil que as sustentam.

- Transferir subsídios da cadeia alimentar industrial e investir na infraestrutura crítica, redes e pessoas que sustentam os mercados territoriais, incluindo a proteção e melhoria dos mercados públicos, apoio a coletivos e cooperativas, subsídios e crédito para atores de sistemas alimentares de pequena escala e investimento público tecnologia e desenvolvimento rural (incluindo ligações cidade-campo e serviços sociais).

- Proteger os mercados de produtores locais da cooptação e captura corporativa, apoiar esquemas de garantia participativa e desenvolver modelos de governança inclusivos para garantir que os mercados entreguem benefícios amplos para os atores locais.

- Reagir contra a captura e cooptação corporativa dos sistemas alimentares: documentar as ineficiências, fragilidades e os verdadeiros custos das cadeias alimentares corporativas globais; dismantelar os monopólios de varejo e cadeias de suprimento corporativos e reprimir práticas coercitivas; aproveitar a crescente conscientização pública para reagir contra os alimentos ultraprocessados e promover dietas saudáveis e diversificadas; e examinar criticamente as trajetórias tecnológicas emergentes.

- Melhorar os dados globais e o compartilhamento de conhecimento sobre redes alimentares locais; avançar na compreensão multidimensional da resiliência e segurança alimentar; construir narrativas positivas e poderosas em torno dos mercados alimentares territoriais, trabalhando em conjunto com movimentos de agroecologia e soberania alimentar, e em toda a sociedade civil para comunicar uma visão abrangente dos mercados, cadeias de suprimento e sistemas alimentares resilientes do futuro.

Conclusão

Na era atual de sindemia global, em que o aumento da fome e das doenças crônicas caminha junto com a fragilidade ecológica (Swinburn *et al.*, 2019), as cadeias alimentares industriais globais, além de causadoras dessa sindemia, estão catastróficamente propensas a colapsar sob a pressão de crises frequentes. Assim, para que exista uma verdadeira chance de alcançar a meta de fome zero no mundo até 2030, assim como outras metas relacionadas aos

sistemas alimentares, precisamos reinventá-los, transformá-los avançando em direção a mais diversidade, sustentabilidade, inclusão e resiliência.

Nesse contexto, os mercados alimentares mais próximos e cadeias de suprimento mais curtas podem oferecer resiliência e beneficiar as pessoas, o planeta e as comunidades. Remetendo à parte inicial do título do relatório ("*Food from somewhere*"), isso significa escolher "comida de algum lugar" em vez de comida de lugar nenhum, referindo-se ao contraste entre os alimentos locais, culturalmente aceitos e diversos, e os produtos associados aos sistemas alimentares corporativos globalizados que unem as monoculturas, a pecuária intensiva e os produtos alimentícios ultraprocessados. Nesses sistemas alimentares hegemônicos, os produtos têm ingredientes de diferentes origens, são transportados e processados em diferentes regiões, e atendem a um padrão alimentar sem identidade que gera doenças e degrada o meio ambiente, enquanto também destrói culturas alimentares e os meios de produção dos pequenos agricultores.

Evidências crescentes têm demonstrado que cadeias alimentares industriais globais e alimentos ultraprocessados não estão alimentando o mundo, pois os sistemas hegemônicos têm sucessivamente falhado em reduzir a fome. Pelo contrário, temos mais fome e desigualdades. Por isso, nossos sistemas alimentares precisam se tornar mais localizados e mais resilientes, com redes alimentares locais enraizadas em comunidades e culturas ou mercados territoriais, que são a melhor alternativa para combater a fome, gerar saúde, preservar o meio ambiente e sustentar os meios de subsistência de pequenos produtores, na África e em todo o mundo. Esses mercados territoriais representam, desse modo, as raízes robustas que nutrem comunidades e proporcionam estabilidade, enquanto as cadeias de suprimento globais balançam e se rompem na tempestade e nas crises.

As evidências são claras ao indicar que sistemas alimentares locais são vitais para alimentar o planeta e prevenir a insegurança alimentar e nutricional e a fome. São esses sistemas que fornecem alimentos nutritivos e acessíveis, e são muito mais adaptáveis aos choques e interrupções globais do que as cadeias de suprimento industriais. Esta é uma das importantes lições das crises recentes, em particular da pandemia de COVID-19.

Como reforça o final do relatório, maior nem sempre é melhor e é papel central dos governos agir de forma decisiva para usar compras públicas para fortalecer produtores sustentáveis de pequena escala e fornecer aos mercados alimentares locais e regionais a infraestrutura e os recursos de que precisam, além de outras medidas para protegê-los do domínio corporativo.

Referências

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 - Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>>.

IPES-FOOD. **Food from somewhere: building food security and resilience through territorial markets.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/06/FoodFromSomewhere.pdf>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

Informe UNESCO: educação, ciência e cultura

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros
Vitor Rodrigues

Abstract. *UNESCO reaffirmed its commitment to the Global Alliance against Hunger and Poverty during the G20 development ministerial meeting at the end of July, in Rio de Janeiro. The meeting marked a decisive step in Brazil's presidency of the G20, with the approval of a document that establishes this Global Alliance proposed by Brazil, and its official launch will occur during the G20 Leaders' Summit in November." We will also bring you more information about the Transforming Knowledge for Africa's Future Forum taking place in Ethiopia at the end of the month.*

Keywords: *UNESCO. G20. Educação. Ciência. Cultura. Transforming Knowledge. África.*

Resumo. A UNESCO reafirmou seu compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante a reunião ministerial de desenvolvimento do G20, final de julho, na cidade do Rio de Janeiro. A reunião marcou um passo decisivo na presidência brasileira do G20, com a aprovação de um documento que estabelece essa Aliança Global proposta pelo Brasil e seu lançamento oficial ocorrerá durante a Cúpula de Líderes do G20 em novembro. Também traremos maiores informações sobre o Fórum ***Transforming Knowledge for Africa's Future*** que ocorrerá na Etiópia no final do mês.

Palavras-chave: UNESCO. G20. Educação. Ciência. Cultura. *Transforming Knowledge*. África

UNESCO na reunião ministerial de desenvolvimento do G20

A UNESCO reafirmou seu compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante a reunião ministerial de desenvolvimento do G20, na sede do [Ação da Cidadania](#), em julho, no Rio de Janeiro. A reunião marcou um passo decisivo na presidência brasileira do G20, com a aprovação de um documento que estabelece essa Aliança Global proposta pelo Brasil e seu lançamento oficial ocorrerá durante a Cúpula de Líderes do G20 em novembro.

Como parceira privilegiada a UNESCO participa no G20 Brasil em nove dos 15 grupos de trabalho (GT), em cinco grupos de engajamento (GE) e nas duas iniciativas, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e Mobilização Global contra a Mudança do Clima:

- GT Educação: através do compartilhamento de materiais pedagógicos sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

- GT Cultura: participa nos temas da diversidade cultural e inclusão social; da cultura, ambiente digital e direitos autorais; da economia criativa e desenvolvimento econômico sustentável; e da preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural e da memória.

- GT Economia digital: participa nos temas da ética da Inteligência Artificial (Recomendação da Ética da IA e Metodologia de avaliação de prontidão) e da integridade da informação (Diretrizes para a governança das plataformas digitais).

- GT Pesquisa e inovação: contribui nos temas em relação à inclusão, diversidade e combate às desigualdades nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, a UNESCO traz sua expertise em função da Recomendação sobre Ciência e Pesquisadores Científicos, de 2017, e com o fortalecimento da presença das mulheres nas ciências.

- GT Empoderamento das mulheres: prioridade global da UNESCO desde 2007, sua contribuição nesse GT está relacionado à sua experiência ao fornecer soluções para reduzir as desigualdades na e por meio da educação, ao capacitar as mulheres nas áreas de ciência e tecnologia para a ação ambiental, ao promover a inclusão e o combate à violência baseada em gênero, ao atenuar a exclusão digital de gênero e apoiando o empoderamento das mulheres em situações de crise, de emergências e de contextos de início de recuperação.

- GT Sustentabilidade ambiental e climática: a UNESCO, por meio de sua Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) participa nesse GT contribuindo com o Planejamento Espacial Marinho (PEM); conhecimento indígena e local nessa área.

- GT Anticorrupção: contribui com o combate anticorrupção por meio de seu trabalho em elaboração preliminar de leis e normas protetivas relativas à liberdade de expressão, acesso à informação bem como integridade da informação.

- GT Emprego: a promoção da diversidade no mercado de trabalho é o foco da UNESCO nesse GT, fornecendo dados sobre igualdade de gênero e raça nos ambientes de trabalho.

- GT Redução do risco de desastres: ao operar na interseção das áreas de ciências naturais e sociais, educação, cultura e comunicação, a UNESCO procura fortalecer a resiliência das sociedades – por meio do desenvolvimento de capacidades, compartilhamento de conhecimentos e formação de redes (networking), alerta precoce e aconselhamento político, ao mesmo tempo em que trabalha com governos, sociedade civil, instituições de pesquisa, outras agências das Nações Unidas e organismos internacionais, assim como com todas as partes interessadas.

- GE Justiça 20 (J20): IA e sistemas judiciais, com foco no impacto das transformações digitais e no uso de tecnologias para aprimorar a eficiência judicial, com ênfase no combate à desinformação.

- GE Think Tank 20 (T20): a UNESCO apoia este grupo por meio de seu processo *Internet for Trust*, das Diretrizes para a governança das plataformas digitais, e da experiência no apoio ao desenvolvimento da *I4T Global Knowledge Network*, um grupo formado por mais de 50 *think tanks* e centros de pesquisa internacionais nas áreas de políticas digitais e de dados.

- GE Oceans 20 (O20): coordenado pela Cátedra UNESCO para a sustentabilidade do oceano da Universidade de São Paulo (USP), o O20 tem um papel importante ao envolver Organizações não governamentais, iniciativa privada, povos indígenas, comunidades tradicionais e cientistas.

- GE Youth 20 (Y20): participa como organização internacional convidada juntamente com outras organizações internacionais tais como a UNICEF, Organização Internacional do

Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) entre outras.



Foto: FAO/Fernando Reyes

Marlova Jovchelovitch Noletto, Diretora e Representante da UNESCO no Brasil, destacou a importância da educação na redução das desigualdades para criar um futuro mais justo e sustentável. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a urgência de colocar a fome e a pobreza no centro da agenda internacional, destacando que, no século 21, é inaceitável a persistência da fome e da pobreza diante de tantos recursos disponíveis.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é uma iniciativa proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a presidência brasileira do G20. O objetivo principal é combater a insegurança alimentar e a pobreza em todo o mundo, aproveitando a experiência e os recursos disponíveis para implementar políticas públicas eficazes.

A Aliança busca reunir governos, organizações internacionais e fundos multilaterais para criar um esforço conjunto na luta contra esses problemas urgentes. A missão é ampliar a adoção de programas nacionais bem-sucedidos em grande escala, garantindo o direito humano à alimentação adequada e nutritiva.

O lançamento oficial da Aliança está previsto para ocorrer durante a Cúpula de Líderes do G20 em novembro, no Rio de Janeiro. A ideia é mobilizar fundos e mecanismos existentes, focando nos mais pobres e vulneráveis, e implementar políticas nacionais consistentes.

Combatendo a desigualdade

A Reunião Ministerial do Grupo de Desenvolvimento do G20 precedeu a reunião da Força-Tarefa contra a Fome. Ela abordou questões relacionadas ao combate às desigualdades, promoção de serviços essenciais como acesso à água e saneamento, e cooperação trilateral em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fabio Eon, Coordenador de Ciências Humanas, Sociais e Naturais, participou da primeira reunião ministerial do Grupo de

Desenvolvimento do G20 sobre o tema central de água e saneamento para o desenvolvimento, realizada em 22 de julho.

O acesso a água limpa e saneamento adequado continua sendo um desafio significativo para o desenvolvimento global. Nesse contexto, a UNESCO reafirma a importância da cooperação internacional através do Programa Hidrológico Intergovernamental (Intergovernmental Hydrological Programme - IHP) e do Programa Mundial de Avaliação da Água (Sigla em inglês, WWAP). Essas iniciativas, juntamente com mais de 70 Cátedras da UNESCO e 20 centros relacionados à água, têm o potencial de apoiar os membros do G20 no cumprimento das metas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) – Água limpa e saneamento.

Nos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde nº 13/2024, período de 17 a 31 de julho de 2024, mencionamos sobre o papel do WWAP na perspectiva da diplomacia científica. Com relação ao combate às desigualdades, o WWAP coordena a produção de uma das principais atividades do WWAP é a produção do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (UN WWDR), que oferece uma análise abrangente dos desafios e oportunidades relacionados à água em nível global. Esse relatório é direcionado a gestores de recursos hídricos e formuladores de políticas, ajudando-os a desenvolver e implementar políticas sustentáveis de gestão da água. Além dos relatórios, o WWAP também se dedica ao desenvolvimento de capacidades, promovendo a igualdade de gênero no domínio da água e fornecendo recursos e ferramentas para melhorar a gestão da água em todo o mundo.

Por sua vez, o IHP da UNESCO, criado em 1975, é o único programa de cooperação intergovernamental do sistema das Nações Unidas dedicado à pesquisa e gestão da água, além de educação e desenvolvimento de capacidades relacionadas. O programa aborda desafios hídricos em nível nacional, regional e global, apoiando o desenvolvimento de sociedades sustentáveis e resilientes. Atualmente, o programa está na sua nona fase (2022-2029), conhecida como IHP-IX, que identifica áreas prioritárias para ajudar os Estados Membros a alcançar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 6, que trata de água limpa e saneamento.

Durante a reunião do G20, os ministros também aprovaram a Declaração Ministerial de Desenvolvimento do G20 sobre a Redução das Desigualdades, um marco significativo no compromisso dos países do G20 em abordar as desigualdades globais e promover o desenvolvimento sustentável para todos. A Declaração destaca a importância da Agenda 2030 e seus 17 ODS, com foco principalmente no ODS 10, que visa reduzir as desigualdades em todas as formas e dimensões.

Forum Transforming Knowledge for Africa's Future

A realização do Forum que ocorrerá entre 30 de setembro e 02 de outubro em Adis-Adeba, Etiópia, foi precedida por uma série de reuniões que tinham por objetivo preparar as discussões. Foram temas selecionados:

1. Seminário “Visão do Pacto pela Paz” (05 de março). Maior enfrentamento depois da 2ª Guerra Mundial, as múltiplas crises que o mundo contemporâneo enfrenta – desigualdades crescentes, conflitos, mudanças climáticas e perda da parte da biodiversidade – são consideradas graves ameaças para o mundo.

2. Seminário “Desenvolvimento sustentável e financiamento do desenvolvimento” (9 abril).

3. Seminário “Paz e segurança internacionais” (16 de maio), formado por estudiosos sobre a paz, dos diálogos interculturais, da educação para a construção da paz e dos direitos humanos, da Liberdade de expressão e da diplomacia cultural.

4. Seminário « Ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital » ocorrido a 05 de junho, se concentram nos objetivos expostos no capítulo 3 do Pacto para o Futuro, a saber: o desenvolvimento das capacidades, o direito à ciência, igualdade de gênero, saberes tracionais e/ou locais, e a cooperação internacional

5. Seminário “Pacto para o futuro”, ocorrido a 17 de julho de 2024 com o objetivo de revigorar, reformar e reforçar o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e das instituições financeiras multilaterais. Assim, o seminário é um convite à discussão dos temas e ações-chave da governança mundial, da cooperação internacional, da mobilidade internacional e dos direitos do homem – aí compreendido o direito ao desenvolvimento, tendo sempre uma perspectiva de futuro.

Os seminários preparatórios podem ser acompanhados diretamente no site da Unesco (<https://www.unesco.org/fr/unitwin/seminars?hub=84637>). Para o caso específico da África são selecionados 07 temas importantes:

- 1.Reforço da pesquisa científica;
- 2.Progredir a reflexão e a ação sobre a ética da IA;
- 3.Avançar a recomendação sobre a fonte de educação livre;
- 4.Promover o patrimônio cultural;
- 5.Decolonizar o ensino-aprendizagem sobre a História da África;
- 6.Reforçar o ensino superior na região;
- 7.Prioridade África:
 - a. educação,
 - b. cultura,
 - c. obra em favor de um renascimento africano através da cultura e da história
 - d. cultura de paz

Referências

Brasil. G20. **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é prioridade da presidência do G20**. Disponível em: https://www.g20.org/pt-br/noticias/alianca_global_contra_fome Acesso em 23 ago.2024.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **O que é a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza?**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/g20-o-que-e-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza-1> Acesso em 23 ago. 2024.

Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Relações Internacionais em Saúde. 2024. **Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde nº 13/2024, período de 17 a 31 de julho de 2024**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/08/cadernos-cris-fiocruz-informe-13-2024> Acesso em 23 ago.2024.

UNESCO. **G20 Brasil: a contribuição da UNESCO para combater a desigualdade.** Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/g20?hub=99910> Acesso em 24 ago.2024

UNESCO. Intergovernmental Hydrological Programme. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/ihp> Acesso em 23 ago.2024.

UNESCO. **IPH-IX Strategic Plan.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381318> Acesso em 23 ago.2024.

UNESCO. **UNESCO reaffirms commitment to the Alliance Against Hunger at a G20 Meeting in Rio.** 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-reaffirms-commitment-alliance-against-hunger-g20-meeting-rio> Acesso em 23 ago.2024.

UNESCO. World Water Access Programme. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/wwap> Acesso em 23 ago.2024.

O Combate ao Crime Organizado na América Latina e Caribe: BID e a Aliança para a Segurança, Justiça e Desenvolvimento

Facing the Organized Crime in Latin America and the Caribbean: IDB and the Alliance for Security, Justice and Development

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *To curb the rise of violence and organized crime in Latin America and the Caribbean, the Inter-American Development Bank (IDB) is proposing the creation of the Alliance for Security, Justice and Development. The region has been suffering greatly from high levels of violence and the Alliance aims to create measures that help change this scenario, thus promoting greater security and positive impacts on society.*

Keywords: *IADB . Latin America and Caribbean . Security . Violence . Organized Crime*

Resumo: Para conter o avanço da violência e do crime organizado na América Latina e no Caribe, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) propõe a criação da Aliança para Segurança, Justiça e Desenvolvimento. A região vem sofrendo fortemente com os altos índices de violência e a Aliança visa criar medidas que ajudem na mudança deste cenário, promovendo assim maior segurança e impactos positivos na sociedade.

Palavras-chave: BID. América Latina e Caribe . Segurança . Violência . Crime Organizado

A Aliança para a Segurança, Justiça e Desenvolvimento

Durante a realização da Cúpula de Segurança Regional, no Equador, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) propôs a criação da Aliança para a Segurança, Justiça e Desenvolvimento juntamente com os respectivos ministros de Segurança e Justiça da América Latina e do Caribe (ALC). O intuito desta Aliança é atuar nas áreas de coordenação e implementação de políticas públicas assim como no levantamento de recursos para encarar o recrudescimento do crime organizado e os seus efeitos econômicos e sociais na região¹¹⁷.

Ao anunciar a proposta da Aliança, o BID indicou que o trabalho da instituição será de fornecer “financiamento, assistência e assessoria técnica aos governos para expandir intervenções bem-sucedidas baseadas em evidências”. As outras ideias seriam: lançamento de iniciativas inovadoras que abordem sobre prevenção e enfrentamento do crime e a construção de como os governos podem fortalecer as suas capacidades institucionais. De acordo com o BID, com estas ações, as experiências regionais nesta área seriam ampliadas, apoiando as políticas criadas e intensificando a mobilização de recursos dos sistemas de justiça e segurança dos países que farão parte da Aliança¹¹⁸. A Aliança proposta pelo BID já conta com doze países que apoiam a iniciativa: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-proposes-regional-alliance-strengthen-security-latin-america-and-caribbean>

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-proposes-regional-alliance-strengthen-security-latin-america-and-caribbean>

BID, Banco Mundial e CAF contra o crime organizado

Na continuidade em criar estratégias para combater o crime organizado na ALC, o BID juntamente com o Banco Mundial (BM) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)¹¹⁹ irão atuar no apoio de políticas públicas que tenham relação com o crime organizado transnacional na ALC¹²⁰.

O acordo multilateral visa aumentar a cooperação no setor, sendo estabelecidos cinco áreas de atuação:

“Produção e disseminação de conhecimento e pesquisa; colaboração e desenvolvimento acadêmico; engajamento de formuladores de políticas e especialistas; integração e padronização estatística; e apoio político e mobilização de recursos. O domínio final envolve a exploração de oportunidades de colaboração e sinergias para apoiar a implementação de políticas de prevenção ao crime (inclusive por meio de plataformas, redes, cofinanciamento e desenvolvimento de capacidades) e mobilizar recursos para avançar nos esforços de combate à violência criminal na América Latina e no Caribe, com foco especial no crime organizado”. BID, 2024.

Ao falar sobre o crime organizado na ALC, o presidente do BID, Ilan Goldfajn pontuou que a região vive uma ‘grave crise de segurança’ e que isso se deve ao fato de que o crime está cada vez mais estruturado e organizado. De acordo com o presidente, a nova parceria com o BM e o CAF irá pavimentar os caminhos para tornar a região mais segura para todos, com os esforços dos países, dos bancos multilaterais e de outros parceiros¹²¹.

O vice-presidente do BID, Carlos Felipe Jaramillo, acrescentou que a violência e o crime organizado dificultam o processo de desenvolvimento dos países. Jaramillo afirmou ainda que se faz necessário o enfrentamento, uma vez que, os países precisam encontrar soluções para melhorar a vida de seus cidadãos¹²².

Para o presidente-executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, a ALC possui dados alarmantes quando se trata de violência. Segundo Díaz-Granados, um terço de todos os homicídios cometidos no mundo são oriundos da região, que apenas contém 9% da população global. Ele ainda pontuou que a culpa desta realidade preocupante está na conta do crime organizado transnacional e que sem a elaboração de medidas contundentes para frear o avanço da violência, o desenvolvimento sustentável ficará mais distante¹²³.

¹¹⁹ Fundado em 1970 e atualmente composto por 21 países – 19 da América Latina e Caribe, além de Espanha e Portugal – e 13 bancos privados, o CAF - Banco de desenvolvimento da América Latina - é uma das principais fontes de financiamento multilateral e um importante gerador de conhecimento para a região, tendo como missão principal promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional, financiando projetos dos setores público e privado, cooperação técnica e outros serviços. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/>

¹²⁰ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-and-support-security-policies-latin-america>

¹²¹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-and-support-security-policies-latin-america>

¹²² Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-and-support-security-policies-latin-america>

¹²³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-and-support-security-policies-latin-america>

No relatório *Marco de Apoio às Populações em Situações de Fragilidade, Conflito e Violência Criminal* elaborado pelo BID, o crime e a violência cortam em média 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, prejudicando o desenvolvimento e o crescimento na ALC, assim como a perda de capital humano e fundos públicos e privados direcionados para conter a criminalidade¹²⁴.

De acordo com o BID, os países de renda média da região vêm enfrentando dificuldades severas no combate ao crime organizado, mesmo com a presença de instituições de força moderada. A violência vem impactando severamente nas cidades e regiões, indo além das fronteiras. A 'governança criminosa' na ALC interfere nos âmbitos institucionais, econômicos e sociais, sendo a sua presença um real empecilho para estabelecer o desenvolvimento, provocando migração interna de pessoas, causando o alargamento das desigualdades¹²⁵.

Com o lançamento desta iniciativa, o BID quer aumentar a sua relevância, que já é muito percebida em projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. A instituição estar envolvida com projetos focados na segurança da região é muito positivo, pois é um importante *player* apoiando contra os avanços do crime.

Esta Aliança é uma nova empreitada que levará um tempo para ser colocada em prática. A Aliança teve uma adesão significativa para um começo, porém, merece ser acompanhada de perto, pois trata-se de um tema complexo e de não rápidas soluções. **Referências**

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Proposes Regional Alliance to Strengthen Security in Latin America and the Caribbean [acesso em 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-proposes-regional-alliance-strengthen-security-latin-america-and-caribbean>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB, World Bank, and CAF Unite to Generate Knowledge and Support Security Policies in Latin America and the Caribbean [acesso em 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-and-support-security-policies-latin-america>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Group Adopts New Territorial Approach to Address Criminal Violence in Latin America and the Caribbean [acesso em 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-adopts-new-territorial-approach-address-criminal-violence-latin-america-and>

Banco Mundial [homepage na internet] IDB, World Bank, and CAF Unite to Generate Knowledge and Support Security Policies in Latin America and the Caribbean [acesso em 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/08/19/idb-world-bank-and-caf-unite-generate-knowledge-support-security-policies-latin-america-and-the-caribbean>

¹²⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-adopts-new-territorial-approach-address-criminal-violence-latin-america-and>

¹²⁵ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-adopts-new-territorial-approach-address-criminal-violence-latin-america-and>

Relatório Anual da OMC de 2024

WTO Annual Report 2024

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *The World Trade Organization has published its Annual Report 2024, detailing the Organization's activities throughout 2023 and the beginning of 2024. The report underscores the ongoing efforts of WTO committees to address trade concerns, including issues related to intellectual property and technology transfer, while also working to prevent conflicts. It highlights the continued utilization of the dispute settlement system by member nations. Notably, WTO members are actively engaged in reforming the dispute settlement process, with the goal of establishing a fully functional system by the close of 2024.*

Keywords: *trade; WTO; intellectual property; technology transfer*

Resumo: A Organização Mundial do Comércio lançou o Relatório Anual de 2024, que abrange as atividades da Organização em 2023 e no início de 2024. O texto destaca o trabalho contínuo dos comitês da OMC para tratar das preocupações comerciais, inclusive propriedade intelectual e transferência de tecnologia, e evitar conflitos, bem como o uso contínuo do sistema de solução de controvérsias. Os membros trabalham para reformar o processo de solução de controvérsias, visando a um sistema funcional até o final de 2024.

Palavras-chave: comércio; OMC; propriedade intelectual, transferência de tecnologia

Relatório Anual da OMC de 2024

A [Organização Mundial do Comércio](#) lançou o [Relatório Anual](#) de 2024 (*Annual Report 2024*), que abrange as atividades da Organização em 2023 e no início de 2024. Seguem os principais destaques:

1. Mensagem da Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala

O comércio global enfrenta desafios significativos no atual clima geopolítico, com o aumento do protecionismo e sinais de fragmentação ao longo de linhas geopolíticas. No entanto, esses desafios também apresentam oportunidades para alavancar a digitalização para o crescimento, aumentar a segurança alimentar, acelerar o progresso em direção às emissões líquidas zero e tornar o comércio mais inclusivo. A Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenha papel fundamental para ajudar seus membros a aproveitar essas oportunidades e construir uma economia global mais sustentável e resiliente (OMC, 2024).

Apesar de declínio de 1,2% nos volumes de comércio de mercadorias em 2023, o comércio geral mostrou resiliência notável. O valor do total do comércio de bens e serviços comerciais atingiu níveis quase recordes de US\$ 30,4 trilhões, com o forte crescimento do comércio de serviços compensando parte do declínio dos bens. Ao comemorar seu 30º aniversário, a OMC continua a facilitar o comércio como meio de melhorar os padrões de vida, criar melhores empregos e promover o desenvolvimento sustentável, contribuindo para um

crescimento econômico significativo e para a redução da pobreza desde sua criação em 1995 (OMC, 2024).

A OMC e seus membros fizeram progressos significativos em 2023 e na 13ª Conferência Ministerial (MC13) em Abu Dhabi, com foco no futuro do comércio de serviços, no comércio digital e na sustentabilidade ambiental. As principais conquistas incluem novas disciplinas para a regulamentação doméstica em serviços, extensão de dois anos da moratória sobre as tarifas alfandegárias para transmissões eletrônicas e progresso contínuo nas negociações sobre comércio eletrônico. Entretanto, algumas questões importantes, como os subsídios à pesca e à agricultura, continuaram sem solução (OMC, 2024).

O Acordo sobre Subsídios à Pesca ganhou impulso, com quase 80 membros aceitando-o formalmente até julho de 2024, aproximando-o do limite de dois terços dos membros necessário para a implementação. O Fundo de Pesca da OMC, criado para auxiliar as economias em desenvolvimento na implementação do acordo, recebeu mais de CHF 14 milhões em contribuições e promessas. Embora uma segunda onda de provisões para o Acordo de Pesca não tenha sido finalizada na MC13, os ministros participaram de uma discussão inovadora sobre desenvolvimento sustentável, explorando o papel do comércio na abordagem de preocupações econômicas, sociais e ambientais (OMC, 2024).

A OMC fez avanços significativos na abordagem da mudança climática por meio de políticas comerciais, conforme evidenciado pelo Dia do Comércio dedicado na Conferência sobre Mudança Climática COP28 da ONU e pelo lançamento de publicação que mostra as opções de políticas comerciais para a ação climática. A organização também se concentrou na inclusão, com a adoção formal da filiação de Comores e Timor-Leste à OMC, decisões sobre tratamento especial para países em desenvolvimento e a finalização do Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (OMC, 2024).

Apesar dessas conquistas, o progresso na reforma agrícola permaneceu indefinido, embora o trabalho continue em Genebra para encontrar soluções. A OMC manteve seus esforços para apoiar as economias em desenvolvimento por meio de várias iniciativas, incluindo o programa Ajuda ao Comércio e o lançamento do Fundo para Mulheres Exportadoras na Economia Digital (WEIDE) na MC13 (OMC, 2024).

O relatório destaca o trabalho contínuo dos comitês da OMC para tratar das preocupações comerciais e evitar conflitos, bem como o uso contínuo do sistema de solução de controvérsias. Os membros trabalham para reformar o processo de solução de controvérsias, visando a um sistema totalmente funcional até o final de 2024. O relatório aborda os esforços de pesquisa da OMC, parcerias com outras organizações internacionais e apresenta histórias pessoais de pessoas cujas vidas foram melhoradas por meio do comércio (OMC, 2024).

2. 13ª Conferência Ministerial

A 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC13) foi concluída em 2 de março de 2024, em Abu Dhabi, com a adoção de dez decisões e declarações multilaterais que abordam os desafios comerciais atuais. A conferência, que reuniu cerca de 4.000 delegados de 164 membros e observadores da OMC, ocorreu em meio a um ambiente econômico e geopolítico global desafiador. Embora os ministros não tenham conseguido concluir as negociações em todas as áreas, eles concordaram em continuar as conversas sobre os tópicos não resolvidos (OMC, 2024).

Na MC13, houve a adoção de termos de associação à OMC para Comores e Timor-Leste, ambos países menos desenvolvidos. Pela primeira vez, os ministros participaram de discussões sobre como o comércio se relaciona com o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica. A conferência resultou em vários acordos importantes, incluindo o compromisso de ter um sistema de solução de controvérsias em pleno funcionamento até 2024 e a melhoria das disposições de tratamento especial para economias em desenvolvimento e países menos desenvolvidos (OMC, 2024).

Apesar de algumas conquistas, os membros não conseguiram concluir as negociações sobre novas disposições para o Acordo de Pesca ou chegar a um consenso sobre a reforma agrícola. No entanto, a conferência viu a entrada em vigor de novas disciplinas sobre a regulamentação doméstica de serviços e a finalização do Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento. A Diretora Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, enfatizou que, embora algumas metas importantes tenham sido alcançadas (Imagem 1), ainda há trabalho a ser feito em várias áreas (OMC, 2024).

Imagem 1 – Resultados da MC13

Fact box: MC13 outcomes

 <p>Abu Dhabi Ministerial Declaration</p> <p>WTO members resolved to strengthen the multilateral trading system to respond to current trade challenges, reiterated the centrality of development in the WTO's work and reaffirmed their commitment to work towards WTO reform.</p>	 <p>Accessions</p> <p>WTO members approved the WTO membership terms of Comoros and Timor-Leste, who will become the first new WTO members in almost eight years.</p>	 <p>Dispute settlement reform</p> <p>WTO members recognized progress made towards having a fully and well-functioning dispute settlement system accessible to all members by 2024. They instructed officials to accelerate discussions and work on unresolved issues.</p>
 <p>Small economies</p> <p>WTO members reaffirmed their commitment to the Work Programme on Small Economies, instructing the WTO Secretariat to provide analysis on challenges and opportunities for small economies in e-commerce, the importance of supply chains for food security and the integration of climate change action into trade policies.</p>	 <p>Graduating from LDC status</p> <p>WTO members agreed that countries graduating from the LDC category will continue to benefit from certain procedures under the dispute settlement system and WTO technical assistance for a three-year transition period.</p>	 <p>Technical barriers to trade</p> <p>WTO members affirmed that regulatory cooperation and transparency help to reduce technical barriers to trade (TBT), underlined the value of digital tools and stressed the importance of technical assistance and capacity-building.</p>
 <p>Special and differential treatment (S&DT)</p> <p>WTO members requested improvements in WTO technical assistance to help developing economies address sanitary and phytosanitary (SPS) and TBT issues. They also called for further work on enhancing implementation of Special and differential treatment provisions.</p>	 <p>Electronic commerce</p> <p>WTO members agreed to re-invigorate work under the Work Programme on E-commerce, with a particular focus on development, and to maintain the practice of not imposing customs duties on electronic transmissions until MC14 or 31 March 2026, whichever is earlier. The moratorium and Programme will expire on that date.</p>	 <p>TRIPS non-violation and situation complaints</p> <p>WTO members extended until MC14 the moratorium on "non-violation and situation complaints", which deal with situations where a WTO member may argue that it has been deprived of an expected intellectual property benefit, even if no agreement has been violated, under the TRIPS Agreement.</p>

3. Comércio e mudanças climáticas

A OMC desempenhou um papel significativo na COP28, co-liderando um “Dia do Comércio” para destacar a importância do comércio no enfrentamento das mudanças climáticas. A Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, enfatizou que o comércio é fundamental para disseminar globalmente a tecnologia de baixo carbono e melhorar a vida das pessoas. Ela pediu aos líderes mundiais que utilizem ferramentas de política comercial, como a reforma das tarifas de importação e a promoção da facilitação do comércio para aumentar a adoção de produtos de baixo carbono (OMC, 2024).

Durante a COP28, a OMC lançou várias iniciativas e publicações. Entre elas, um novo relatório intitulado “Trade Policy Tools for Climate Action” (Ferramentas de política comercial para ação climática), que apresenta um kit de ferramentas de política de dez pontos para lidar com a mudança climática por meio de medidas comerciais. A organização também colaborou em relatório conjunto com a IRENA sobre o comércio internacional de hidrogênio verde e desenvolveu os “Princípios de Padrões de Aço” com vários parceiros para estabelecer metodologias comuns para medir as emissões de gases de efeito estufa no setor siderúrgico (OMC, 2024).

Ao longo de 2023, as questões relacionadas ao clima foram cada vez mais discutidas em vários contextos da OMC. O Comitê de Comércio e Meio Ambiente realizou sua primeira sessão temática sobre contribuições comerciais para os esforços de transição energética. Outros comitês, como o Comitê SPS e o Comitê TBT, exploraram os impactos das mudanças climáticas em suas respectivas áreas. O banco de dados ambiental da OMC agora contém mais de 5.000 medidas comerciais relacionadas ao clima notificadas desde 2009 (OMC, 2024).

As iniciativas ambientais lideradas pelos membros da OMC também progrediram. As Discussões Estruturadas sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental (TESSD) compilaram as melhores práticas para o desenvolvimento de medidas climáticas relacionadas ao comércio. A iniciativa FFSR (Fossil Fuel Subsidies Reform, Reforma dos Subsídios aos Combustíveis Fósseis) trabalhou para eliminar gradualmente os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis. O Dialogue on Plastics Pollution and Environmentally Sustainable Plastics Trade (Diálogo sobre Poluição de Plásticos e Comércio de Plásticos Ambientalmente Sustentável) discutiu as emissões associadas a plásticos de uso único (OMC, 2024).

4. Adesão à OMC

Na 13ª Conferência Ministerial (MC13), em fevereiro de 2024, os membros da OMC convidaram Comores e Timor-Leste a se juntarem à organização, ampliando o número de membros para 166 países. Isso marca a primeira expansão desde 2016. Ambos os países, classificados como países menos desenvolvidos (LDCs), concluíram seus processos de adesão rapidamente, com o Timor-Leste estabelecendo um recorde de adesão mais rápida entre os LDCs (OMC, 2024).

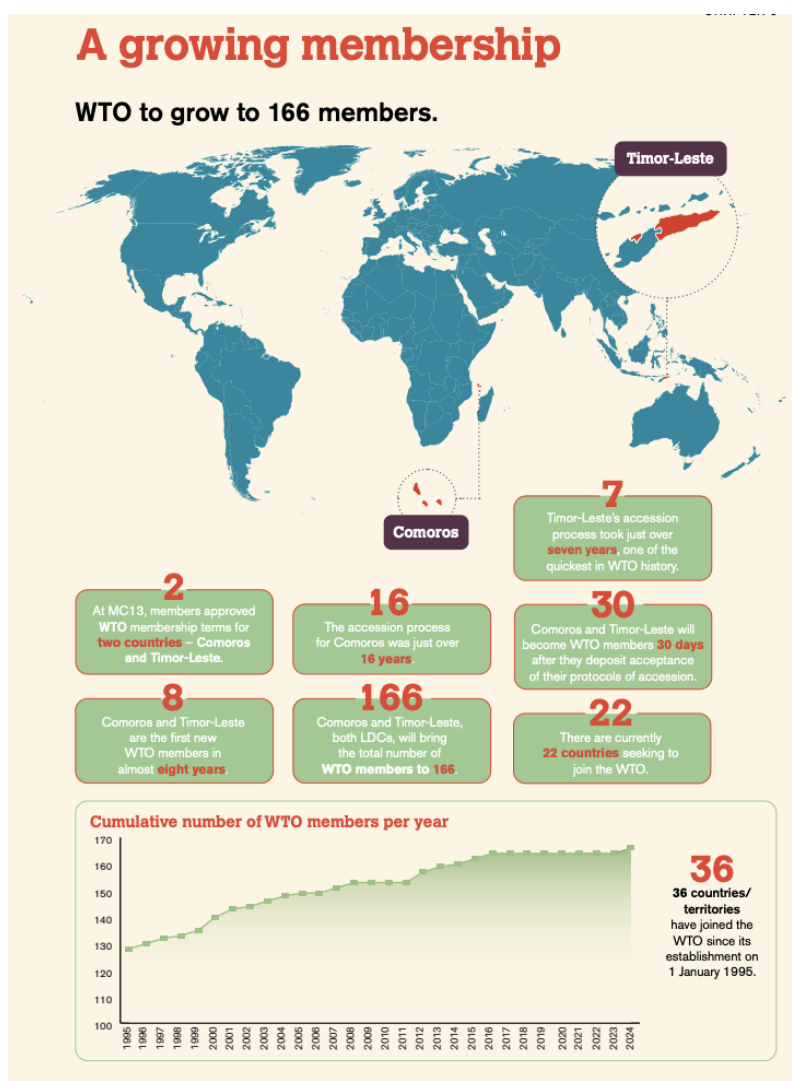
O Butão retomou seu processo de adesão após uma pausa de 15 anos, enviando os principais documentos entre agosto e novembro de 2023. Enquanto isso, os países da Ásia Central demonstraram maior atividade em seus esforços de adesão. O Uzbequistão realizou duas reuniões do grupo de trabalho em 2023, injetando um ímpeto renovado em seu processo. O Azerbaijão retomou as negociações após um hiato de seis anos, e o Turcomenistão deu o primeiro passo no processo de adesão ao estabelecer uma comissão para desenvolver seu Memorando sobre o Regime de Comércio Exterior (OMC, 2024).

O processo de adesão à OMC exige que os governos alinhem suas políticas econômicas e comerciais às regras e aos princípios da OMC e negociem níveis mínimos de acesso a seus mercados domésticos de bens e serviços. Esse processo promove a integração de novos membros na economia global e começa quando os membros da OMC aceitam uma solicitação e estabelecem um grupo de trabalho (OMC, 2024).

A assistência técnica e a divulgação desempenharam um papel fundamental no apoio aos países aderentes. A Secretaria da OMC, muitas vezes em colaboração com parceiros, realizou diversas atividades de treinamento que beneficiaram cerca de 1.000 participantes de governos aderentes. Em dezembro, foi organizado um curso de uma semana sobre as regras da OMC nas negociações de adesão, com a participação de 29 funcionários de 11 governos aderentes (OMC, 2024).

A 12ª Mesa-Redonda da China sobre as adesões à OMC foi realizada durante a MC13, com foco nas perspectivas árabes sobre as adesões e o sistema de comércio multilateral. Esse evento, a primeira mesa redonda realizada na região árabe, lançou um estudo sobre as melhores práticas em adesões à organização para a região árabe. Esses esforços visam aumentar a representação de regiões sub-representadas na OMC e apoiar o processo de adesão de membros aspirantes (Imagem 2) (OMC, 2024).

Imagem 2 – Crescimento do número de signatários



5. Negociações e discussões comerciais

Em 2023, a Diretora-Geral da OMC, Okonjo-Iweala, pediu aos membros que aproveitassem os sucessos da 12ª Conferência Ministerial (MC12), especialmente o acordo sobre a redução dos subsídios prejudiciais à pesca. Ao longo do ano, os membros receberam atualizações regulares dos presidentes dos órgãos de negociação sobre o progresso em áreas como agricultura, subsídios à pesca, desenvolvimento e serviços. O presidente do Conselho Geral também informou os membros sobre o documento final do MC13 e a reforma da OMC (OMC, 2024).

As negociações sobre agricultura abrangeram sete tópicos, desde subsídios agrícolas até acesso ao mercado. Em janeiro de 2024, foi apresentada uma minuta de texto para alcançar um equilíbrio entre posições divergentes. As negociações sobre subsídios à pesca tiveram como objetivo concluir uma “segunda onda” de disposições, com negociações realizadas em grupos de uma semana. Um texto da presidência sobre as disciplinas preliminares foi distribuído em dezembro de 2023, seguido por uma minuta revisada para o MC13 no início de 2024 (OMC, 2024).

As discussões sobre desenvolvimento se concentraram na melhoria do tratamento especial e diferenciado para economias em desenvolvimento e países menos desenvolvidos. Em serviços, os membros enfatizaram o aumento da participação das economias em desenvolvimento no comércio global. Uma reunião de altos funcionários do governo em outubro de 2023 teve como objetivo restringir os resultados da MC13, abrangendo questões como pesca, agricultura, desenvolvimento, comércio eletrônico e reforma da OMC (OMC, 2024).

A reforma da OMC continuou sendo um tópico importante, com os ministros concordando na MC12 em abordar os desafios enfrentados pela organização. As discussões abrangeram a reforma institucional, as funções deliberativas e de negociação e as possíveis áreas de trabalho futuras. Os membros também foram informados sobre o progresso das iniciativas conjuntas de facilitação de investimentos, comércio eletrônico e regulamentação interna de serviços, além de iniciativas ambientais (OMC, 2024).

A 13ª Conferência Ministerial (MC13) foi realizada em Abu Dhabi em fevereiro de 2024. Após cinco dias de intensas negociações, os ministros adotaram dez decisões e declarações acordadas multilateralmente, abrangendo desenvolvimento, reforma da solução de controvérsias, comércio eletrônico e outras áreas. Esse resultado demonstrou a capacidade da OMC de produzir resultados em questões cruciais do comércio global (OMC, 2024).

6. Aspectos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS) e saúde pública

Os membros da OMC continuaram as discussões ao longo de 2023 e no início de 2024 sobre a possibilidade de estender a decisão da MC12 sobre as vacinas contra a COVID-19 para diagnósticos e terapias. A decisão original, adotada na MC12, forneceu ferramentas para superar possíveis barreiras de propriedade intelectual para diversificar a produção de vacinas contra a COVID-19. Apesar dos esforços para apoiar discussões baseadas em fatos, não foi possível chegar a um consenso sobre a extensão dessa decisão, conforme relatado pelo presidente do Conselho do TRIPS, Embaixador Pimchanok Pitfield, da Tailândia, na MC13 (OMC, 2024).

A decisão da MC12 teve origem em duas propostas: uma da Índia e da África do Sul, que solicitava uma renúncia a determinadas obrigações do Acordo TRIPS, e outra da União Europeia, que se concentrava em esclarecer as opções existentes para que os governos anulassem os direitos de patente. A decisão ministerial confirmou o direito dos membros de anular os direitos de patentes, proporcionou uma isenção específica do TRIPS para agilizar a produção urgente de vacinas e simplificou os procedimentos relacionados à proteção de dados de ensaios clínicos (OMC, 2024).

Embora os membros tenham expressado apoio ao fornecimento de acesso oportuno a tecnologias médicas de alta qualidade, seguras e acessíveis, persistiu a discordância sobre se os direitos de PI constituem uma barreira ao acesso e se é necessária uma extensão da decisão. A Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos informou os membros sobre seu relatório a respeito da dinâmica do mercado de diagnósticos e terapias para a COVID-19 para informar as discussões sobre oferta, demanda e flexibilidades do Acordo TRIPS (OMC, 2024).

Em um assunto separado, as negociações sobre a criação de um registro multilateral de indicações geográficas (IGs) para vinhos e bebidas alcoólicas continuaram na sessão especial do Conselho do TRIPS. O embaixador Alfredo Suescum, do Panamá, presidente das negociações, realizou trocas informais com membros anteriormente ativos, mas concluiu que o momento não era propício para reuniões ou consultas formais (OMC, 2024).

As posições de longa data dos membros sobre o registro de IG permanecem inalteradas, com divergências persistentes sobre os efeitos legais de um registro prospectivo, se ele deve criar obrigações para todos os membros da OMC ou apenas para os participantes, e se sua cobertura deve ir além de vinhos e bebidas alcoólicas para incluir outros produtos, como alimentos e itens agrícolas. O ambiente de negociação atual não foi considerado propício para o engajamento substantivo ou para a evolução das posições dos membros sobre essas questões (OMC, 2024).

7. Entendimento sobre a solução de controvérsias

Em 2023, o Órgão de Solução de Controvérsias (DSB) não se reuniu em sessão especial, uma continuação da atividade limitada nas negociações do DSU desde novembro de 2019. Isso tem origem na Conferência Ministerial de Doha de 2001, onde os membros da OMC concordaram em negociar melhorias no Entendimento sobre Solução de Controvérsias. As preocupações dos membros sobre a produtividade do trabalho intensivo em sessões especiais do DSB levaram a essa inatividade. No entanto, na 12ª Conferência Ministerial, os membros se comprometeram com discussões destinadas a alcançar um sistema de solução de controvérsias totalmente funcional para todos os membros até 2024, resultando em discussões técnicas informais sobre a reforma da solução de controvérsias desde meados de 2022 (OMC, 2024).

8. Implementação e monitoramento

Aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS)

A aceitação do protocolo TRIPS pela Namíbia foi um marco significativo, elevando para 137 o número total de membros que facilitam o acesso a medicamentos a preços acessíveis. No entanto, as discussões sobre a extensão da decisão ministerial do TRIPS do MC12 sobre as vacinas contra a COVID-19 para incluir diagnósticos e terapias chegaram a um impasse, sem que se chegasse a um consenso. O Conselho adotou um relatório do presidente do Conselho do TRIPS, Embaixador Pimchanok Pitfield, da Tailândia, descrevendo o trabalho atual e futuro na

implementação da Declaração Ministerial da MC12 sobre a Resposta da OMC à Pandemia da COVID-19 e Preparação para Pandemias Futuras (OMC, 2024).

O Acordo TRIPS continua a desempenhar um papel central nos debates sobre desenvolvimento econômico, política de inovação e saúde pública. Como o tratado internacional mais abrangente que rege os direitos de propriedade intelectual, ele é administrado pelo Conselho do TRIPS, que oferece um fórum para discussões de políticas e analisa a legislação de PI dos membros. No âmbito da saúde pública, a emenda ao Acordo TRIPS criou um caminho legal adicional para que as economias em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos adquiram medicamentos a preços acessíveis, com o período de aceitação estendido até 31 de dezembro de 2025 (OMC, 2024).

A Secretaria da OMC, em colaboração com a OMS e a WIPO, organizou várias atividades de assistência técnica com foco nos vínculos entre o TRIPS, o comércio e a saúde pública. Essas atividades incluíram webinars, simpósios e workshops sobre tópicos como transferência de tecnologia, mudança climática e saúde humana e preparação para pandemias. O Conselho também continuou sua análise das medidas domésticas relacionadas à PI tomadas durante a pandemia e discutiu uma comunicação sobre propriedade intelectual, licenciamento voluntário e transferência de tecnologia apresentada pelo Reino Unido (OMC, 2024).

A transparência e o monitoramento do comércio continuaram sendo as principais áreas de foco, com o Secretariado da OMC emitindo seu terceiro Relatório Anual sobre Notificações e Outros Fluxos de Informações. Ao longo de 2023, vários membros notificaram o Conselho do TRIPS sobre legislação de PI nova ou atualizada, sistemas de aplicação e pontos de contato para cooperação. O Conselho também analisou as medidas relacionadas ao TRIPS abordadas em vários relatórios de monitoramento do comércio e questões de política de PI levantadas durante as revisões de política comercial dos membros (OMC, 2024).

As discussões sobre transferência de tecnologia, especialmente para os países menos desenvolvidos, continuaram com a 20ª revisão anual do Conselho dos relatórios das economias desenvolvidas. O Grupo Africano e a Índia apresentaram propostas sobre o papel da transferência de tecnologia na construção da resiliência e a relação entre o comércio e a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis. O Conselho também abordou questões em andamento, como reclamações de não violação e situação, a patenteabilidade de invenções de plantas e animais e a relação entre o TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica (OMC, 2024).

O Conselho explorou vários aspectos da PI e da inovação, inclusive a cooperação transfronteiriça entre os escritórios de PI, a colaboração em pesquisa e o apoio a start-ups que operam internacionalmente. Além disso, analisou uma apresentação da África do Sul sobre a operacionalização da transferência de tecnologia no contexto do Programa de Trabalho de 1998 sobre Comércio Eletrônico, enfatizando a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre questões de PI relacionadas ao comércio eletrônico. Essas diversas atividades enfatizam os esforços contínuos do Conselho do TRIPS para enfrentar os desafios complexos e em evolução da propriedade intelectual no cenário do comércio global (OMC, 2024).

Comércio e transferência de tecnologia

O Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia da Organização Mundial do Comércio (OMC), criado na Conferência Ministerial de Doha de 2001, analisou recentemente novas propostas do Grupo Africano e do Reino Unido. Essas propostas têm como

objetivo aprimorar a compreensão dos fatores que facilitam a transferência de tecnologia e aumentar o fluxo de tecnologia para as economias em desenvolvimento. O Grupo Africano sugeriu a reestruturação da agenda do Grupo de Trabalho para tratar de tópicos específicos, como aspectos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual, facilitação do comércio, resistência agrícola e mudanças climáticas. A apresentação do Reino Unido explorou maneiras de incentivar o licenciamento voluntário e as parcerias de transferência de tecnologia, extraíndo lições da pandemia da COVID-19 (OMC, 2024).

A Índia apresentou uma terceira comunicação com foco em revigorar as discussões sobre a relação entre o comércio e a transferência de tecnologias ambientalmente corretas para economias em desenvolvimento a fim de lidar com as mudanças climáticas. Essa proposta está programada para ser discutida na próxima reunião do Grupo de Trabalho em 2024. A presidente do Grupo de Trabalho, Embaixadora Sofia Boza Martinez, do Chile, recomendou que se considerasse um programa de trabalho para priorizar as áreas de transferência de tecnologia, estabelecer mecanismos de cooperação e desenvolver propostas para que o Grupo de Trabalho obtenha resultados (OMC, 2024).

A presidente enfatizou a importância do compartilhamento de experiências dentro do Grupo para aumentar a compreensão do vínculo entre comércio e transferência de tecnologia. O mandato do Grupo de Trabalho, conforme estabelecido em 2001, é examinar a relação entre o comércio e a transferência de tecnologia e fazer recomendações sobre as medidas que podem ser tomadas, dentro do mandato da OMC, para aumentar os fluxos de tecnologia para os países em desenvolvimento. Esses desenvolvimentos recentes demonstram os esforços contínuos para abordar esse aspecto crucial do comércio internacional e do desenvolvimento (OMC, 2024).

Referência

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). WTO Annual Report 2024. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/anrep24_e.htm

Tudo novo de novo: adaptações e mobilizações para uma saúde global para todos

***Matheus dos Santos da Silveira,
Tatiana Cerqueira Machado Medrado,
Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana
Zeballos, Renan Amaral Oliveira,
Laurenice Pires, Mateus dos Santos
Brito, Patrícia Lewis Carpio e Luis
Eugênio de Souza***

Resumo: Na última quinzena, das 53 organizações da sociedade civil monitoradas para este informe, 37 fizeram manifestações relevantes para o campo da saúde global. Como destaque, tanto as organizações de interesse público como as de interesse privado registraram preocupações com a Mpox, declarada emergência de saúde pública internacional. Em geral, as manifestações se referiram à necessidade de uma melhor preparação global. Ademais, as organizações de interesse público publicaram mensagens, salientando os diversos modos pelos quais as crises humanitárias em curso impedem ou dificultam o gozo do direito à saúde por parte das populações. As mudanças climáticas também foram tema frequente entre as organizações, em especial, no que tange à possibilidade de adaptação pelos sistemas de saúde. A questão dos direitos humanos de pessoas sem teto, migrantes e mulheres também foi citada pelas OSC. Um tema bastante mencionado pelas organizações da sociedade civil de interesse privado foram, como sempre, seus investimentos e parcerias em Pesquisa & Desenvolvimento. Por fim, vale registrar uma série de temas mencionados por uma ou outra organização: treinamento de profissionais da saúde, doenças negligenciadas, tabagismo, regulação de medicamentos, o caso de poliomielite em Gaza, após 25 anos sem registro da doença, a Cúpula do Futuro da ONU, a gripe aviária que está impactando aves em todo o mundo, e os surtos de sarampo que têm atingido crianças não vacinadas.

Palavras-chave: Saúde global. Organizações da Sociedade Civil.

Introdução

Durante o período em questão, 16 das organizações da sociedade civil monitoradas não apresentaram manifestações relevantes. Dentre as manifestações, tanto organizações de interesse público quanto as de interesse privado demonstraram enorme preocupação frente ao aumento do número de casos e à disseminação da Mpox, destacando as medidas a serem tomadas para evitar que se tornem uma emergência de saúde pública de interesse internacional com consequências similares a da Covid-19. Questões como a distribuição de vacinas enfrenta desafios logísticos e de aceitação pública, destacando a necessidade de conscientização sobre a vacinação e uma distribuição eficaz para evitar futuras epidemias. Um exemplo é o da FIND que está colaborando para garantir o acesso a testes eficazes nos primeiros 100 dias de uma crise de saúde, sublinhando a urgência de ampliar a produção de testes diagnósticos e garantir um acesso equitativo, especialmente para as comunidades vulneráveis.

Os conflitos geopolíticos que se sucedem em diversas partes do mundo – Gaza, Ucrânia, Sudão, Bangladesh – também foram assunto recorrente neste período, em especial a partir de

manifestações de organizações de ajuda humanitária. Tais manifestações revelam uma preocupação global com a intensificação das crises humanitárias em várias partes do mundo. As situações apresentadas são marcadas por uma confluência de violência, deslocamento forçado e colapso dos serviços básicos, agravando o sofrimento humano e desafiando a capacidade de resposta das organizações humanitárias. Acrescente-se que a passagem, em 19 de agosto, do Dia Mundial da Ajuda Humanitária foi motivo de várias manifestações.

Mais uma vez, questões relacionadas ao meio ambiente, em especial sobre a crise climática e suas consequências, foram bastante presentes nas manifestações das organizações, tanto as de interesse público, quanto as de interesse privado. Houve manifestações específicas sobre a poluição plástica, justiça climática e desenvolvimento sustentável. A Fundação Rockefeller, junto com outros parceiros internacionais, lançou o Plano Nacional de Adaptação da Saúde para Mudanças Climáticas em Uganda, enquanto a Wellcome Trust destacou a importância de integrar pesquisas em saúde com as ciências humanas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Essas iniciativas visam fortalecer a resiliência do setor de saúde frente aos impactos climáticos, como desastres naturais e doenças transmitidas por vetores. Nesse ponto, uma questão levantada se atém à dúvida se as intervenções propostas estão ou irão considerar as especificidades culturais e econômicas das comunidades afetadas.

Os direitos humanos, ou melhor, o desrespeito aos direitos humanos foi motivo de várias manifestações, incluindo a criminalização de pessoas sem teto, em Los Angeles, a questão do aborto, os migrantes e a desqualificação de uma atleta olímpica, refugiada afegã, por portar uma camisa com os dizeres “Free Afghan Women”.

Além desses, outros temas mencionados pelas OSC de interesse público foram: treinamento e migração de profissionais da saúde, respostas a futuras pandemias, doenças negligenciadas, tabagismo, regulação de medicamentos, pesquisa científica e desenvolvimento de testes diagnósticos. Chamou a atenção ainda a ocorrência de um caso de poliomielite em Gaza, após 25 anos sem registro da doença. A Cúpula do Futuro da ONU também foi lembrada.

As OSC de interesse privado ainda mencionaram o sucesso do uso de telas tratadas para prevenir a malária, a gripe aviária que está impactando populações de aves em todo o mundo, os esforços para aumentar a vacinação e os surtos de sarampo que têm atingido crianças não vacinadas.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Mpox como Emergência de Saúde Pública

Após a declaração da OMS de [Mpox como uma emergência de saúde pública](#) de interesse internacional, World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) publicou um podcast onde o médico Rajeev Fernando, membro da organização, discute sobre a transmissão de mpox, as vacinas e o impacto desproporcional dos surtos virais em comunidades marginalizadas e desfavorecidas.¹

Médicos Sem Fronteiras (MSF) reconheceu a declaração feita pela agência de saúde da União Africana (Africa CDC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o [surto de Mpox como uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental](#). A organização apoia fortemente o apelo da OMS às instituições doadoras para que disponibilizem os fundos necessários para uma resposta abrangente e coordenada ao surto em andamento, incluindo

vigilância, capacitação laboratorial, conscientização e engajamento comunitários e garantia do acesso das pessoas a tratamentos, vacinas e diagnósticos.²

A Fundação Huésped publicou informações sobre a [Mpox](#) após a OMS declarar uma emergência sanitária internacional devido a um novo surto da doença na África. A matéria inclui informações sobre as formas de transmissão, sintomas e medidas de prevenção direcionadas ao público geral. Além disso, a organização divulgou uma pesquisa sobre o tratamento, convidando indivíduos que suspeitam estar infectados a participar.³

A Public Citizen fez um apelo a Bavarian Nordic para [reduzir o preço da vacina Jynneos contra a Mpox](#). O custo atual da vacina é de 100 dólares, no entanto o preço oficial e a justificativa para o preço atual continuam desconhecidos. A organização considera como "inconcebível" a insistência da Bavarian Nordic em manter silêncio sobre o preço atual do Jynneos e a sua recusa em reduzir o preço.⁴

A STOPAIDS e mais de 55 grupos de saúde solicitaram ao Reino Unido, por meio de uma carta, que tome ações imediatas, ousadas e contínuas para [evitar que a Mpox se transforme em uma pandemia](#). Na carta também exigem apoio à rápida distribuição de vacinas para os países afetados na África, além de garantir que os produtores de vacinas, Bavarian Nordic e KM Biologics, compartilhem tecnologia com fabricantes africanos para aumentar o fornecimento global e reduzir os preços.⁵

A World Medical Association apelou aos governos que adotem os princípios da Declaração Política da ONU sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias de 2023 em [resposta à Mpox](#). A organização solicitou que os países intensifiquem a cooperação regional e internacional para adotar uma abordagem unida, multissetorial e de alto nível. Além disso, pediu que os governos assegurem acesso equitativo e oportuno a serviços de saúde de qualidade, para garantir que ninguém fique para trás durante esta emergência de saúde pública.⁶

A People's Medicines Alliance destacou a necessidade urgente de [distribuição global equitativa de vacinas](#), especialmente à medida que o surto de Mpox na África se agrava. A organização enfatizou que os países ricos devem aprender com a experiência da COVID e garantir acesso justo às vacinas, uma vez que os fundos disponíveis ainda são insuficientes.⁷

A Human Rights Watch divulgou matéria que revela que a [variante atual do Mpox parece ser diferente dos surtos anteriores](#), com uma transmissão aumentada heterossexualmente e a disseminação para crianças através de interações próximas dentro das famílias. A organização destacou a necessidade urgente de uma resposta global equitativa e criticou a possibilidade de medidas punitivas contra países africanos, reforçando o apelo por acesso justo a vacinas e tratamentos para enfrentar a emergência de saúde pública. A resposta ao surto de mpox de 2022, que afetou principalmente homens que fazem sexo com homens, destacou os riscos de estigmatizar os homens gays. Sobre esse tema, a Human Rights Watch alertou que alguns atores exploram crises de saúde pública para marginalizar grupos vulneráveis e enfatizou a necessidade de colocar os direitos humanos no centro de qualquer resposta.⁸

O International Council of Nurses pediu aos profissionais de enfermagem vigilância extra devido ao aumento dos surtos de Mpox e apoiou o chamado da OMS para cooperação internacional e coordenação de esforços para controlar a disseminação do Mpox. A organização incentivou os governos em todo o mundo a intensificar seus esforços para enfrentar esta Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional, para [evitar a falta de vacinas e equipamentos de proteção individual](#).⁹

Crises humanitárias

Bangladesh

Durante as últimas semanas, um número crescente de [pessoas da etnia Rohingya](#) tem cruzado a fronteira com Bangladesh com graves ferimentos relacionados à violência e agravamento da crise humanitária em Mianmar. Segundo a equipe de Médicos Sem Fronteira, esta é a primeira vez em um ano que os profissionais testemunham pacientes com ferimentos graves nessa escala. A organização manifesta profunda preocupação com o impacto do conflito sobre o povo Rohingya e faz um apelo para a proteção imediata de civis impactados pela violência.¹⁰

Faixa de Gaza

A CARE em conjunto com outras 26 organizações compartilhou [comunicado à imprensa](#) onde denunciou os [ataques a Deir al-Balah promovidos por Israel](#), uma das únicas áreas em Gaza com infraestrutura essencial e armazéns com material de ajuda, o que vem forçando milhares de pessoas a fugir do centro de ajuda humanitária. Os impactos das ordens de evacuações emitidas por Israel contra o povo palestino continuam a obstruir a ajuda promovida por agências humanitárias, afetando, segundo a ONU, 17 instalações e os serviços essenciais de saúde, principalmente a vacinação contra a poliomielite¹¹.

Assistentes Sociais Nórdicos se juntaram para pedir que seus governos “[exijam que o direito humanitário internacional seja respeitado em Gaza](#)”. Para isso, dizem eles, é crucial exigir o cessar-fogo, a liberação de reféns e uma ajuda humanitária abrangente. Lembram que ambos os lados estão a reviver traumas transgeracionais, que se não resolvidos impedirão a coexistência pacífica. Conclamam ao apoio da comunidade global neste esforço de cessar-fogo e de recuperação de indivíduos, das comunidades e da sociedade civil em Gaza¹².

Ucrânia

A CARE noticiou a [situação de crise humanitária na Ucrânia](#), na região de Pokrovsk, que fica a 10 quilômetros da linha de frente do conflito armado contra a Rússia. Os constantes bombardeios vêm desencadeando evacuação de famílias, porém mais de 59 mil pessoas permanecem na comunidade, entre elas 4 mil crianças. A organização apelou à comunidade internacional para aumentar o apoio à resposta humanitária na região¹³.

A OXFAM destacou recentemente a resposta vital da organização à crise na [Ucrânia](#), ampliando suas operações para apoiar deslocados internos e comunidades vulneráveis após a invasão russa em 2022. Com o apoio da Oxfam, a organização parceira Rokada aumentou sua equipe de 20 para mais de 400 funcionários, distribuindo kits de higiene, oferecendo apoio psicológico e conduzindo campanhas contra a violência de gênero. Histórias inspiradoras de funcionários mostram como eles enfrentam seus próprios traumas e desafios para ajudar os outros, ressaltando a resiliência e a importância do trabalho humanitário em tempos de crise.¹⁴

A OXFAM destacou recentemente o papel crucial dos [trabalhadores sociais](#) na Ucrânia na luta contra a violência de gênero, onde se dedicam a treinar jovens sobre esse tema. Eles utilizam uma abordagem informal e participativa para dismantelar preconceitos e promover discussões abertas entre estudantes, especialmente em áreas rurais, onde o acesso à educação sobre temas sensíveis é limitado. Acredita-se que, após a guerra, a demanda por serviços sociais aumentará ainda mais, e a paixão desses profissionais por ajudar os outros e promover mudanças significativas é evidente em seu trabalho diário.¹⁵

Sudão

A CARE publicou notícia sobre a [situação do surto de cólera no Sudão](#) após as inundações recentes. A entidade relatou a ocorrência de 300 casos confirmados, com 22 mortes, manifestando preocupação pelo cenário das instalações sanitárias inadequadas em locais de deslocamento forçado pela guerra interna¹⁶.

Dia Mundial da Ajuda Humanitária

No [Dia Mundial da Ajuda Humanitária](#), em 18 de agosto de 2024, a OXFAM, juntamente com mais de 400 organizações humanitárias e de direitos humanos, enviou uma carta conjunta à Assembleia Geral da ONU. As organizações apelaram à comunidade internacional para que tome medidas urgentes para enfrentar o alarmante aumento de ataques a civis e trabalhadores humanitários em meio a conflitos em andamento. A carta destaca o crescente nível de violência contra os trabalhadores da ajuda humanitária, com um aumento notável no número de fatalidades e riscos para funcionários locais e mulheres. O apelo é por ações imediatas para proteger os civis, garantir a segurança dos trabalhadores humanitários e responsabilizar os violadores do direito humanitário internacional. As organizações enfatizaram que essas proteções são essenciais não apenas para as crises atuais, mas também para prevenir futuras catástrofes humanitárias.¹⁷

A World Medical Association e profissionais de saúde de 76 países condenaram a [crescente violência contra instalações e pessoal de saúde](#) e apoiaram o apelo da World Health Professions Alliance para garantir proteção às áreas de saúde em zonas de conflito, conforme exigido pelo direito internacional humanitário. Esse apelo surge em resposta ao aumento alarmante de ataques letais aos serviços de saúde, com uma elevação de 75% em ataques fatais e um aumento de 240% nas mortes de pessoal e pacientes nos últimos três anos.¹⁸

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou a passagem do [Dia Mundial da Ajuda Humanitária](#). Em solidariedade à Campanha de 2024 da ONU, Act For Humanity, a IFA ecoou a posição da ONU em construir apoio público para ajudar os líderes mundiais a agirem na proteção de civis em zonas de conflito.¹⁹

O International Council of Nurses também assinou o chamado da World Health Professions Alliance para [garantir proteção às áreas de saúde em zonas de conflito](#), conforme exigido pelo direito internacional humanitário.²⁰

Em comemoração ao [Dia Mundial da Ajuda Humanitária](#), a OXFAM destacou um relato comovente sobre a crise contínua na Síria, que tem sido em grande parte esquecida pelo mundo. O relato enfatiza a devastação generalizada, as lutas diárias das pessoas afetadas pelo conflito e a incrível resiliência daqueles que enfrentam desafios inimagináveis. A destruição das cidades, como Harasta e Deir ez-Zor, contrasta com histórias de sobrevivência e esperança, como a de jovens que estudam sob postes de luz devido à falta de eletricidade e de mulheres que, apesar das dificuldades, garantem que suas filhas recebam educação. No entanto, o artigo também denuncia a falta de financiamento humanitário e a atenção decrescente da comunidade internacional, o que agrava ainda mais a situação de milhões de sírios que ainda precisam de assistência básica para sobreviver.²¹

Crise climática

O SHEM reproduziu artigo publicado em The Lancet que argumenta que soluções baseadas na natureza são essenciais para a [ação climática e de saúde](#).²²

O SHEM convidou o público a acompanhar a consulta sobre o [Plano Global de Ação sobre Mudanças Climáticas e Saúde](#), feita pela OMS, em 20 de agosto de 2024. Sugeriu que os participantes compartilhassem suas experiências, ajudando a moldar a resposta à emergência climática e sanitária.²³

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou sua participação na 4ª sessão do Comitê de Negociação Intergovernamental constituído pela Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Ottawa, Canadá, de 23 a 29 de abril de 2024. O encontro teve como objetivo desenvolver um [instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre poluição plástica](#), com foco significativo no ambiente marinho.²⁴

O SHEM lembrou da [Carta de Genebra para o Bem-Estar](#) em que a OMS recomenda que os países assumam compromissos globais para alcançar resultados sociais e de saúde equitativos sem prejudicar o planeta. A Carta, publicada em 2022, destaca a urgência de criar “sociedades de bem-estar” sustentáveis, comprometidas em alcançar saúde equitativa agora e para as gerações futuras sem violar os limites ecológicos.²⁵

A Public Citizen informou que uma carta, assinada por mais de 10.000 pessoas em todo o país, incluindo mais de 1.000 indivíduos que sobreviveram a desastres impulsionados pelo clima, foi entregue ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. A carta exigiu que as [empresas de petróleo e gás sejam responsabilizadas por contribuir para desastres climáticos](#), como enchentes, incêndios, furacões e ondas de calor extremas, que têm destruído propriedades e tirado vidas inocentes.²⁶

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou artigo sobre o [impacto das alterações climáticas na saúde na Itália](#), trazendo o alerta de várias instituições no mundo sobre o risco atual da crise climática, por conta do aumento de 0,76°C acima da média, que é a mais alta temperatura registrada entre 1991-2020 e de 1,64°C acima da média pré-industrial de 1850-1900. O artigo trouxe como desafios para a Itália, o aumento das ondas de calor, o declínio da qualidade de ar, o aumento das doenças zoonóticas, redução da qualidade da água e insegurança alimentar.²⁷

A Greenpeace destacou recentemente três razões para a proibição de [jatos privados](#), argumentando que essa medida é essencial para a justiça climática e social. Primeiro, os jatos privados são altamente poluentes, emitindo até 10 vezes mais CO₂ por passageiro do que voos comerciais, o que agrava a crise climática. Segundo, o uso desses jatos exemplifica a desigualdade de carbono, onde uma pequena elite global é responsável por uma poluição desproporcional, enquanto as consequências ambientais recaem principalmente sobre as populações mais vulneráveis. Por último, os jatos privados representam um símbolo de desperdício e ineficiência, consumindo grandes quantidades de combustível para transportar poucos passageiros, algo insustentável em um mundo que exige a utilização mais eficiente de recursos. Banir esses jatos seria um passo crucial para demonstrar o compromisso com a justiça climática.²⁸

A Greenpeace apontou os riscos que a [mineração](#) em águas profundas no Ártico representa para três espécies de baleias: a baleia-bicuda-de-garrafa-do-norte, o cachalote e a baleia-jubarte. Essas baleias, que dependem do som para comunicação e navegação, estão ameaçadas pela destruição de seu habitat e pela poluição sonora que a mineração pode causar. A atividade de mineração planejada pelo governo norueguês no Mar da Noruega se sobrepõe aos habitats dessas espécies, que já enfrentam outros desafios, como poluição e impactos causados pelo homem. A Greenpeace e cientistas estão trabalhando juntos na coleta de dados

que possam ajudar a proteger esses ecossistemas frágeis e impedir a mineração nessas áreas sensíveis.²⁹

A Greenpeace destacou recentemente como a [crise climática](#) e as crises sociais estão sendo abordadas por meio da arte, mencionando uma colaboração entre o Greenpeace Indonésia e os artistas Ines Katamso e Kanoko Takaya na exposição ARTJOG 2024. Ines Katamso, com sua obra "Post Strata", utiliza plástico reciclado e detritos de construção para criar "fósseis" que refletem os vestígios de nossa civilização e seu impacto duradouro no planeta. Por outro lado, Kanoko Takaya desenvolve instalações com materiais ecológicos que evocam a busca por harmonia entre o homem e a natureza, criticando a desigualdade econômica e a degradação ambiental. A exposição vai além de uma simples mostra artística, sendo um apelo coletivo à ação para transformar nossa relação com o meio ambiente e proteger o futuro da Terra.³⁰

A Greenpeace denunciou recentemente que a [poluição do ar](#) é uma crise silenciosa e letal que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, com impactos mais severos no Sul Global, especialmente em regiões como o Sudeste Asiático, Oriente Médio e América Latina. A principal causa desse problema é a queima de combustíveis fósseis, que resulta em doenças respiratórias, cardiovasculares e milhões de mortes prematuras anualmente. A falta de infraestrutura de monitoramento da qualidade do ar em muitas dessas áreas agrava ainda mais a crise, deixando grandes populações sem informações sobre os perigos que enfrentam. A Greenpeace destacou a necessidade urgente de ações coordenadas por parte de governos, corporações e indivíduos para combater a poluição, investir em energias limpas e promover transportes sustentáveis, com exemplos de comunidades que estão se mobilizando para garantir um ar mais limpo e saudável.³¹

Justiça Climática

A Greenpeace destacou recentemente um [caso histórico](#) movido pelo Greenpeace Nordic, em que seis jovens ativistas e a organização Natur og Ungdom apresentaram uma ação no Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) contra a expansão do petróleo e gás na Noruega, representando um momento crucial para o movimento global de justiça climática. O processo argumenta que a continuação da exploração de combustíveis fósseis no Ártico, promovida pelo governo norueguês, viola direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e a um ambiente saudável. Se o tribunal decidir a favor dos ativistas, isso poderá estabelecer um precedente legal global, reforçando a necessidade de os Estados protegerem os direitos humanos ao adotarem medidas efetivas contra as mudanças climáticas, como evitar a expansão de projetos de combustíveis fósseis e investir em fontes de energia renováveis.³²

Desenvolvimento sustentável

A InterAcademy Partnership anunciou o lançamento de seu [Relatório Anual de 2023](#), que destaca as suas conquistas, iniciativas importantes, colaborações globais e o seu compromisso em garantir que a ciência sirva à sociedade de maneira inclusiva e equitativa, apoiando o desenvolvimento sustentável global.³³

Profissionais da saúde

Treinamento

A Fundação Huésped realizou junto a Bayer um ciclo de formação com os Municípios de Rojas e Zárate, na Província de Buenos Aires, na Argentina, com o intuito de reforçar os conhecimentos e habilidades de suas equipes de trabalho para que possam oferecer assessoria

e aconselhamento em saúde, facilitar oficinas e planejar atividades que promovam o exercício dos [Direitos Sexuais e Reprodutivos e o acesso à saúde da comunidade](#).³⁴

A Fundação Huésped divulgou webinar que resume o conteúdo da [25ª Conferência Internacional de AIDS](#), AIDS 2024, em Munique, Alemanha. O resumo feito por Pedro Cahn, explora as apresentações mais destacadas e resultados de estudos apresentados na conferência.³⁵

A World Organization of Family Doctors (WONCA) divulgou o programa global “Train the Trainer” que está capacitando mais de 200 profissionais de saúde para aprimorar os [cuidados de saúde mental](#) em suas comunidades. Por meio dessa iniciativa, médicos de família do mundo todo estão adquirindo as habilidades para treinar seus colegas, criando um efeito cascata que melhorará o suporte à saúde mental em todo o mundo. Leia mais sobre essa [iniciativa](#).³⁶

Migração

O International Council of Nurses apresentou um relatório que destaca tendências preocupantes no recrutamento de enfermeiros revelando um [aumento significativo na migração de enfermeiros de países de baixa e média renda para nações de alta renda](#) nos últimos três anos, impulsionado por recrutamento ativo para enfrentar a escassez doméstica. Destaca o impacto negativo dessa migração nas carências e sistemas de saúde dos países de baixa renda e como o recrutamento internacional muitas vezes oculta problemas de retenção nos países de destino. O relatório também alerta para práticas abusivas por algumas agências de recrutamento, como informações enganosas e más condições para os enfermeiros migrantes, e aponta a falta de dados sobre o envolvimento das agências e fluxos de migração.³⁷

Ciência & Tecnologia

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) continua divulgando seu congresso que ocorrerá em setembro, no Rio de Janeiro. Um dos temas centrais será a [inteligência artificial](#). Os congressistas irão debater os desafios que os líderes dos hospitais enfrentam ao decidir como integrar IA em seus sistemas.³⁸

Resposta à futuras pandemias

A *DNDi* afirmou que a pandemia da covid-19 expôs grandes desigualdades no acesso e na acessibilidade de tecnologias de saúde que salvam vidas. Testes, tratamentos e vacinas foram produzidos rapidamente, mas os países de baixa renda tiveram dificuldades para garantir o acesso. Fez, então, um apelo para que isso não aconteça novamente, acrescentando que está trabalhando para que [quando a próxima pandemia ocorrer, TODOS — incluindo as comunidades mais pobres e vulneráveis — tenham acesso a testes, tratamentos e vacinas](#).³⁹

Poliomielite

A CARE também trouxe o [alerta de 26 agências humanitárias e profissionais médicos sobre os perigos da ocorrência de um surto massivo de poliomielite](#). As organizações apelam por um cessar-fogo imediato para que as vacinas sejam aplicadas, tendo em vista a confirmação do primeiro caso de poliomielite e a existência de outros casos suspeitos após 25 anos sem casos notificados em Gaza.⁴⁰

Equidade sustentável em saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) repercutiu correspondência publicada em The Lancet pelo Sustainable Health Equity Movement (SHEM) em que se afirma que [a luta contra a desigualdade na saúde](#) deve ser intensificada, garantindo-se que todos tenham acesso aos serviços de saúde de que precisam, independentemente do status socioeconômico.⁴¹

Doenças negligenciadas

A DNDi divulgou um novo estudo sobre tratamentos para a [filariose linfática e a oncocercose](#), destacando a necessidade urgente de mais pesquisa e desenvolvimento sobre essas doenças que afetam milhões de pessoas no mundo.⁴²

A DNDi repercutiu artigo publicado na Lancet Global Health que defende o [acesso global e equitativo à anfotericina B lipossomal](#), um medicamento crucial para o tratamento de muitas doenças infecciosas graves, como infecções fúngicas invasivas e leishmaniose visceral.⁴³

Tabagismo

A ACT Promoção da Saúde publicou matéria sobre o relatório da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas no Brasil que destaca os desafios da comercialização digital ao gerar obstáculos à [fiscalização e ao controle do tabagismo](#). O documento destaca os progressos e obstáculos no contexto brasileiro, enfatizando a necessidade de adaptar as regulamentações às novas realidades tecnológicas.⁴⁴

Ampliação de testagem de HIV

A Fundação Huésped informou que foi realizado um curso de [“Manejo Integral da Infecção por HIV”](#), destinado a profissionais de saúde de Santiago del Estero como parte do trabalho junto ao Movimento Camponês de Santiago del Estero (MoCaSe), que, após muito esforço e dedicação, conseguiu estabelecer seu centro de testagem de HIV.⁴⁵

Direitos humanos

Migração

A Progressive International denunciou a [exploração dos trabalhadores migrantes na agricultura italiana](#) e destacou a morte do trabalhador agrícola Satnam Singh que, após acidente de trabalho que lhe causou ferimentos graves, foi abandonado à morte pelo empregador.⁴⁶

Direitos reprodutivos

A Human Rights Watch publicou o relatório [“Navegando Obstáculos: Acesso ao Aborto no Estado do México”](#) que revela que a lei de aborto do estado não garante o acesso a esse serviço essencial, mesmo em casos legalmente elegíveis. As barreiras identificadas no relatório incluem a recusa ou atraso na prestação de serviços por parte dos profissionais de saúde, a retenção de informações necessárias, a dúvida sobre a veracidade das declarações de sobreviventes de violência sexual, o mau trato às mulheres e a imposição de requisitos arbitrários que contradizem a legislação e regulamentações existentes.⁴⁷

A Human Rights Watch divulgou relatório intitulado [“Direitos Reprodutivos na Crise de Incêndios Florestais dos EUA: Percepções de Profissionais de Saúde no Estado de Oregon”](#) que documentou os impactos recentes dos incêndios florestais na saúde materna e neonatal no

estado de Oregon e revelou que o governo dos EUA precisa fazer mais para enfrentar a crescente ameaça que os incêndios florestais representam para a saúde materna e neonatal, especialmente em comunidades marginalizadas.⁴⁸

A Human Rights Watch divulgou matéria que destaca a petição da Sport & Rights Alliance para [reverter a desqualificação da atleta de breaking olímpica Manizha Talash, por promover a igualdade de gênero](#). A matéria informa que Talash, uma refugiada afegã foi desqualificada da competição de breaking nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 por competir usando uma capa que dizia “Free Afghan Women”. A Aliança pediu que o Comitê Olímpico Internacional pare de punir atletas que defendem valores universais de igualdade, inclusão e respeito.⁴⁹

A Women in Global Health anunciou uma chamada para membros dos capítulos participarem do [programa Liderança Transformativa e Interseccionalidade de Gênero](#). O programa visa formar agentes de mudança que defendam a igualdade de gênero e práticas inclusivas em todos os níveis de atenção à saúde⁵⁰.

Descriminalização de pessoas sem teto

A Human Rights Watch divulgou relatório intitulado [“Você Tem que Sair! A Criminalização Cruel e Ineficaz das Pessoas Sem-Teto em Los Angeles”](#) que documenta as experiências de pessoas vivendo nas ruas, em veículos, abrigos temporários e parques em Los Angeles. O relatório destaca a luta dessas pessoas para sobreviver enquanto enfrentam a criminalização e falhas governamentais em priorizar a prevenção de despejos ou o acesso à moradia permanente. As operações de força e limpeza realizadas pela polícia e pelo serviço de saneamento deslocam as pessoas sem-teto para longe da vista pública, muitas vezes desperdiçando recursos em abrigos temporários e punições que não atendem às necessidades fundamentais.⁵¹

Regulação de medicamentos

A Public Citizen celebrou a decisão da Food and Drug Administration (FDA) de [recusar a terapia assistida por midomafetamina](#) (MDMA) como tratamento para o transtorno de estresse pós-traumático e solicitar que a Lykos Therapeutics realize um ensaio adicional de Fase 3 para estudar mais a fundo a segurança e a eficácia do medicamento. A organização destacou que essa ação incentivará a empresa e outros pesquisadores que estudam drogas psicodélicas a conduzir ensaios clínicos mais robustos.⁵²

Cúpula do Futuro da ONU

A [International Federation of Social Workers participou do fórum de consulta da Cúpula do Futuro da ONU que está trabalhando no Pacto para o Futuro](#) - um documento que visa fortalecer os compromissos dos Estados-Membros com a implementação dos ODS e a proteção dos direitos humanos - defendendo uma ação mais colaborativa, transparente e responsável. A Comissão pede a garantia do acesso universal aos cuidados de saúde e à proteção social, o reforço do compromisso com a ação climática em alinhamento com outras políticas e quadros da ONU, criação de um espaço mais inclusivo com a revigoração do multilateralismo e uma participação significativa e qualitativa da sociedade civil nos processos da ONU⁵³.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Mpox como Emergência de Saúde Pública

O surto de Mpox no continente africano está sendo monitorado de perto, e segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, [vacinas são uma ferramenta essencial para conter a propagação do vírus](#)⁵⁴. A distribuição de vacinas, no entanto, enfrenta desafios logísticos e de aceitação pública. Estrategicamente, melhorar a conscientização sobre a importância da vacinação e garantir uma distribuição eficaz pode ajudar a controlar o surto e prevenir futuras epidemias.

A FIND destacou a emergência do [Mpox](#) e a necessidade crítica de diagnósticos rápidos e precisos no atendimento primário. O aumento dos casos na República Democrática do Congo e em países vizinhos levou a OMS e o CDC da África a declararem uma emergência de saúde pública. Em resposta, a FIND, em parceria com outros organismos globais, está trabalhando para garantir o acesso a testes eficazes dentro dos primeiros 100 dias de uma crise de saúde. A FIND ressaltou a urgência de ampliar a produção e a distribuição de testes diagnósticos, além de garantir acesso equitativo, especialmente para as comunidades mais vulneráveis.⁵⁵

Malária

A Gates Foundation divulgou a história de pesquisa da Dra. Corine Ngufor, uma entomologista médica originária de Camarões, que desenvolveu [telas de pernilongos](#) tratadas com clorfenapir, um inseticida que atua de maneira diferente dos convencionais atacando a possibilidade de os pernilongos voarem. Inicialmente a sua equipe relatava dificuldades com a testagem do inseticida clorfenapir em laboratório, uma vez que ele não produzia bons resultados em ambientes controlados. A partir disso, a equipe de Ngufor adaptou os testes usando cabanas experimentais em território para avaliar a eficácia das redes tratadas. Os resultados foram promissores, mostrando que essas telas reduziram significativamente as infecções de malária em crianças, quase pela metade. O sucesso dessa pesquisa financiada pela Gates Foundation levou a Organização Mundial da Saúde a recomendar essas telas em 2023, marcando uma grande conquista na prevenção da malária.⁵⁶

Em 2019, a ativista Stephenie Rodriguez contraiu [malária cerebral](#) durante uma viagem de negócios à Nigéria, o que transformou drasticamente sua vida. Após uma longa recuperação que incluiu 47 cirurgias e a amputação de ambos os pés, ela se reinventou como atleta paraolímpica e se tornou uma defensora ativa na luta contra a malária. Atualmente, Stephenie, que é Changemaker do Fundo Global, utiliza sua plataforma para conscientizar sobre a gravidade da malária, uma doença que ela antes subestimava. Ela dedica sua vida a erradicar essa doença mortal, destacando a necessidade urgente de investimentos em programas eficazes e inspirando governos e organizações a se unirem na luta contra a malária.⁵⁷

Pesquisa & Desenvolvimento

A GAVI, the Vaccine Alliance reforçou que a expansão da [pesquisa clínica na África](#) tem o potencial de trazer benefícios substanciais para a sociedade e a economia⁵⁸. Esta ampliação pode aumentar a capacidade de resposta a doenças locais, melhorar os resultados de saúde e fortalecer a infraestrutura de saúde. Além disso, desenvolvimentos nesse setor podem atrair investimentos, criar empregos e fomentar inovação científica na região.

Surtos de sarampo

A Fundação Gates apontou que, apesar dos grandes avanços desde 2000, [surtos de sarampo](#) continuam a ser uma ameaça global, especialmente para crianças menores de cinco anos. A doença é extremamente contagiosa, podendo infectar até 90% dos não vacinados expostos ao vírus. Embora a vacina contra o sarampo seja altamente eficaz, a cobertura vacinal tem diminuído, especialmente após a pandemia de COVID-19, o que resultou em um aumento de surtos desde 2019. Em 2023, apenas 74% das crianças receberam as duas doses necessárias.⁵⁹

Vacinação

Um estudo recente divulgado pela GAVI, the Vaccine Alliance enfatizou a importância de quebrar [barreiras de gênero para melhorar o acesso às vacinas](#)⁶⁰. As barreiras relacionadas ao gênero podem incluir normas culturais que impedem as mulheres de acessar os serviços de saúde ou cuidar da saúde de seus filhos. Abordar essas questões pode melhorar significativamente a cobertura vacinal e os resultados de saúde em comunidades onde essas normas estão profundamente enraizadas.

O Core Group divulgou o "KT Toolkit" disponível no Zero-Dose Learning Hub, uma ferramenta projetada para transformar dados complexos em planos de ação práticos, oferecendo orientações passo a passo e foi desenvolvido com o objetivo de ajudar a [criar estratégias eficazes para garantir que todas as crianças recebam vacinas](#), especialmente para crianças que nunca foram vacinadas.⁶¹

Crise climática

A Fundação Rockefeller anunciou o lançamento do [Plano Nacional de Adaptação da Saúde para Mudanças Climáticas \(H-NAP\) 2025-2030 em Uganda](#), em parceria com o Ministério da Saúde de Uganda, a Organização Mundial da Saúde, e outros parceiros. O H-NAP foi desenvolvido para fortalecer a resiliência do setor de saúde diante dos impactos das mudanças climáticas, como inundações, secas e doenças transmitidas por água e vetores. O plano inclui intervenções estratégicas como governança climática, capacitação da força de trabalho em saúde e integração de informações climáticas em programas de saúde.⁶²

A Wellcome Trust publicou um artigo destacando a importância de [integrar as pesquisas em saúde e adaptação climática com as ciências humanas](#). Segundo Chris Pearson, entrevistado na matéria, as ciências humanas são essenciais para abordar as mudanças necessárias nos valores políticos, econômicos e culturais. Pearson argumenta que, embora os modelos científicos já previssem o cenário climático atual, eles não conseguiram promover as discussões societais fundamentais para enfrentar esses desafios.⁶³

O CORE Group convidou a sessão de capacitação intitulada ["Como as abordagens de responsabilidade social constroem a resiliência comunitária?"](#) que tem como objetivo discutir soluções equitativas para necessidades de saúde urgentes devido à interface entre comunidades, clima e como a colaboração pode melhorar a saúde, possibilitar programas de qualidade e promover políticas coerentes para a Atenção Primária à Saúde⁶⁴.

Gripe aviária

Segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, [a gripe aviária](#)⁶⁵, uma doença viral altamente contagiosa, está impactando gravemente as populações de aves em todo o mundo. Esta cepa de gripe pode se espalhar rapidamente entre diferentes espécies de aves e tem causado mortes

significativas em aves selvagens e domésticas. O impacto nas populações animais não se limita às aves, pois a gripe aviária também pode ser transmitida para mamíferos e, em raros casos, para humanos, o que levanta preocupações sobre uma possível pandemia zoonótica futura.

Testes diagnósticos

Preparação pandêmica

A FIND destacou que, em junho de 2021, os líderes do G7 lançaram a "[Missão dos 100 Dias](#)" em Carbis Bay, com o objetivo de desenvolver testes diagnósticos seguros, eficazes e acessíveis dentro de 100 dias após a identificação de uma ameaça pandêmica. O primeiro relatório da missão, elaborado por especialistas científicos, governamentais e da indústria, apresentou 25 recomendações para acelerar o tempo entre a descoberta de uma ameaça e a implementação de medidas médicas. FIND, junto com o Secretariado Internacional de Preparação para Pandemias e outros parceiros, está trabalhando para concretizar essa missão. O relatório mais recente sublinha a importância dos diagnósticos como uma ferramenta essencial na resposta a pandemias e sugere três medidas-chave: testes multiplex, diagnósticos conectados digitalmente e a integração dos diagnósticos ao tratamento. Essas práticas visam fortalecer os sistemas de saúde globais e garantir uma resposta mais ágil e eficaz a futuras crises sanitárias.⁶⁶

Testes para diabetes

A FIND destacou o início de seu trabalho em [diabetes](#) em 2020, com o objetivo de melhorar o acesso a ferramentas de diagnóstico existentes em países de baixa e média renda (PMRs). Muitas dessas ferramentas não estão amplamente disponíveis em PMRs devido a altos custos e desafios nos sistemas de saúde. O projeto da FIND visa avaliar a fabricação atual de tiras de teste de glicose e explorar a viabilidade da produção local em PMRs para aumentar a acessibilidade e reduzir custos. A FIND está buscando fabricantes de diagnósticos in vitro (IVD) interessados em produzir ou investir na produção dessas tiras nos PMRs.⁶⁷

EVENTOS

A NCD Alliance divulgou a [programação preliminar de seu 4º Fórum Global](#) que será realizado em Kigali, Ruanda, nos dias 20-22 de outubro. O evento contará com sessões, plenárias, conferências e atividades⁶⁸.

A InterAcademy Partnership divulgou evento sobre [crise climática, cidades e saúde](#) que acontecerá presencialmente e virtualmente no dia 17 de outubro e que está sendo organizado pela UK Academy of Medical Sciences e The Lancet⁶⁹.

CONCLUSÃO

Os temas discutidos pela sociedade civil mostram a complexidade dos desafios contemporâneos da saúde pública e a necessidade de abordagens multifacetadas que integrem inovações tecnológicas, pesquisa local, adaptação climática, assim como a efetiva consideração das desigualdades sociais e de gênero.

No que tange à questão da Mpox, a resposta internacional revela a interseção entre saúde pública e política global. Embora as vacinas e os diagnósticos sejam ferramentas essenciais, a desigualdade no acesso e a falta de infraestrutura adequada para distribuição nos países afetados evidenciam uma lacuna significativa na preparação e resposta a emergências de

saúde pública. A necessidade de uma abordagem mais equitativa e inclusiva é imperativa para assegurar que intervenções de saúde sejam eficazes e alcancem as populações mais vulneráveis.

Vê-se também que diversas organizações de interesse privado vêm conduzindo pesquisas em diversas regiões do mundo, reforçando a premissa de que o desenvolvimento de capacidades locais de pesquisa clínica é uma estratégia crucial para o fortalecimento de sistemas de saúde e a soberania científica. No entanto, a dependência de financiamento e infraestrutura internacional pode limitar a autonomia dos países de renda baixa. A construção de um ambiente de pesquisa sustentável requer investimento contínuo em educação, treinamento e recursos locais.

As manifestações registradas neste informe também destacam a necessidade urgente de uma resposta internacional coordenada e eficaz para lidar com as crises humanitárias em curso. A proteção dos civis e dos trabalhadores humanitários, o respeito ao direito humanitário e a prestação de ajuda humanitária abrangente são fundamentais para aliviar o sofrimento e promover uma recuperação sustentável. Para tanto, a comunidade internacional precisa não apenas aumentar o apoio financeiro e logístico, mas também garantir a responsabilização dos autores de violações e promover soluções políticas duradouras para os conflitos subjacentes.

Nesse contexto complexo e desafiador para a promoção da saúde e do bem-estar global, as organizações da sociedade civil (OSC) de interesse público e privado monitoradas reforçam, a partir de suas manifestações, a necessidade de superar as desigualdades sociais em saúde, que historicamente têm impactado negativamente grupos vulneráveis, especialmente em situações extremas como desastres climáticos, conflitos armados e crises sanitárias. Dessa forma, é fundamental buscar soluções sustentáveis e equitativas para os problemas de Saúde Global através da ampliação e valorização da participação da sociedade civil em todas as etapas das políticas de saúde, especialmente na tomada de decisões. Isso possibilita a inclusão de uma variedade de experiências e perspectivas na construção de objetivos comuns, visando um futuro mais sustentável e justo para todos.

REFERÊNCIAS

1. SoundCloud [Internet]. Mpox update - 21 august 2024; [citado 22 ago 2024]. Disponível em: <https://soundcloud.com/wadem-pdm/mpox-update-21-august-2024>
2. MSF Brasil [Internet]. Mpox: MSF reconhece declaração da OMS de emergência de saúde pública global - MSF Brasil; [citado 22 ago 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/mpox-msf-reconhece-declaracao-da-oms-de-emergencia-de-saude-publica-global/>
3. Fundación Huesped [Internet]. Mpox ¿qué sabemos hasta hoy?; 20 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/mpox-que-sabemos/>
4. Public Citizen [Internet]. Public Citizen urges Bavarian Nordic to Lower Price of Mpox Vaccine following Global Health Emergency Declaration; 23 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/public-citizen-urges-bavarian-nordic-to-lower-price-of-mpox-vaccine-following-global-health-emergency-declaration/>
5. STOPAIDS [Internet]. Over 55 leading UK Health Groups call for greater Government Action on Mpox; 23 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/08/23/over-55-leading-uk-health-groups-call-for-greater-government-action-on-mpox/>
6. World Medical Association [Internet]. WMA calls for governments' cooperation in mpox public health emergency; 19 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-calls-for-governments-cooperation-in-mpox-public-health-emergency/>

7. People's Medicines Alliance [X]. As Africa's #mpox outbreak worsens, equitable global vaccine distribution is urgently needed. Wealthy countries must learn from COVID and ensure fair access to vaccines, as funds remain insufficient.[...]; 13 Julho 2024 [citado em 13 Julho 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesmeds/status/1826567154021662990>
8. Human Rights Watch [Internet]. A Rights-Based Global Response to Mpox Emergency in Africa; 23 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/08/23/rights-based-global-response-mpox-emergency-africa>
9. International Council of Nurses [Internet]. ICN urges nurses to be vigilant after WHO declares mpox an international public health emergency; 22 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-urges-nurses-be-vigilant-after-who-declares-mpox-international-public-health-emergency>
10. MSF Brasil [Internet]. Bangladesh: MSF registra aumento de rohingyas feridos de guerra vindos de Mianmar - MSF Brasil; [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/bangladesh-msf-registra-aumento-de-rohingyas-feridos-de-guerra-vindos-de-mianmar/>
11. CARE [Internet]. Gaza: Novas ordens israelenses forçam milhares de pessoas em Deir al-Balah a fugir novamente e interrompem o último centro de ajuda; 22 Agosto 2024 [citado 23 Agosto 2024]; Disponível em <https://www.care.org/pt/news-and-stories/press-releases/gaza-new-israeli-orders-force-thousands-in-deir-al-balah-to-flee-again-and-disrupt-last-aid-hub/>.
12. INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. Nordic Social Workers Urge their Governments to Demand International Law is Upheld in Gaza – International Federation of Social Workers. 12 ago. 2024. Disponível em: <https://www.ifsw.org/nordic-social-workers-urge-their-governments-to-demand-international-law-is-upheld-in-gaza/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
13. CARE [Internet]. Crise na Ucrânia: situação humanitária na região de Pokrovsk deteriora-se rapidamente; 21 de Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]; Disponível em: <https://www.care.org/pt/news-and-stories/press-releases/ukraine-crisis-humanitarian-situation-in-pokrovsk-region-rapidly-deteriorates/>.
14. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Leaving no one behind: stories of resilience from Ukraine's "Rokada" | Oxfam International; 16 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/blogs/leaving-no-one-behind-stories-resilience-ukraines-rokada>
15. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Stepping up against gender-based violence: the story of Oleksandra from Ukraine's "Rokada" | Oxfam International; 16 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/blogs/stepping-against-gender-based-violence>
16. CARE [Internet]. Declaração da CARE sobre a propagação da cólera no Sudão; 20 Agosto 2024 [citado 23 Agosto 2024]; Disponível em: <https://www.care.org/pt/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-spread-of-cholera-in-sudan/>.
17. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Joint letter by Oxfam and over 400 humanitarian and human rights organizations to the UN General Assembly calling for the protection of civilians and aid workers | Oxfam International; 18 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/letters-and-statements/joint-letter-oxfam-and-over-400-humanitarian-and-human-rights-organizations>
18. World Medical Association [Internet]. On World Humanitarian Day, health professionals call for protection in conflicts; 19 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/on-world-humanitarian-day-health-professionals-call-for-protection-in-conflicts/>
19. IFA. International Federation of Ageing. Today marks World Humanitarian Day. 19 ago. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/IFAgeing/status/1825518512686653821>. Acesso em: 22 ago. 2024.
20. International Council of Nurses [Internet]. On World Humanitarian Day health professionals call for protection in conflicts; 19 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/world-humanitarian-day-health-professionals-call-protection-conflicts>

21. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. A Diary from a Humanitarian Worker in Syria: Bearing Witness to a Forgotten Crisis | Oxfam International; 19 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/blogs/diary-humanitarian-worker-syria>
22. SHEM. Sustainable Health Equity Moviment. Nature-based solutions are a powerful force for climate action & health! 22 ago. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1826553900721471987>. Acesso em: 22 ago. 2024.
23. SHEM. Sustainable Health Equity Moviment. Join @WHO on 20 Aug 2024. 19 ago. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1825511267773173823>. Acesso em: 22 ago. 2024.
24. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. 4th Session of the Intergovernmental Negotiating Committee Insights. 12 ago. 2024a. Disponível em: <https://www.wfpha.org/tackling-plastic-pollution-inc-4/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
25. SHEM. Sustainable Health Equity Moviment. The Geneva Charter for Well-being. 20 ago. 2024b. Twitter. Disponível em: https://x.com/hashtag/GenevaCharterits?src=hashtag_click. Acesso em: 22 ago. 2024.
26. Public Citizen [Internet]. Over 1,000 Survivors of Climate Disasters Demand Federal Investigation of Big Oil for Climate Crimes; 15 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/over-1000-survivors-of-climate-disasters-demand-federal-investigation-of-big-oil-for-climate-crimes/>
27. EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. O impacto das alterações climáticas na saúde em Itália: desafios, oportunidades e o papel do ISDE; 20 Agosto 2024 [citado 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://epha.org/the-impact-of-climate-change-on-health-in-italy-challenges-opportunities-and-isdes-role/>
28. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. 3 reasons why we need to ban private jets - Greenpeace International; 21 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69392/3-reasons-why-we-need-to-ban-private-jets/>.
29. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. 3 whales potentially at risk from deep sea mining in the Arctic - Greenpeace International; 20 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69370/3-whales-potentially-at-risk-from-deep-sea-mining-in-the-arctic/>.
30. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Exploring climate and social crises through art: prediction, transformation, action - Greenpeace International; 17 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69308/exploring-climate-and-social-crises-through-art-prediction-transformation-action/>.
31. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. A Diary from a Humanitarian Worker in Syria: Bearing Witness to a Forgotten Crisis | Oxfam International; 19 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/blogs/diary-humanitarian-worker-syria>
32. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. How a landmark case against Norway's oil and gas expansion could set a global legal precedent - Greenpeace International; 15 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69315/landmark-climate-justice-case-norway-oil-gas-expansion-global-legal-precedent/>.
33. InterAcademy Partnership [Internet]. The IAP Annual Report 2023 is now available!; 13 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-annual-report-2023-now-available>
34. Fundación Huesped [Internet]. +Salud +Futuro: Proyecto junto a Bayer; Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/salud-futuro-proyecto-junto-a-bayer/>
35. Fundación Huesped [Internet]. Webinario con todo el resumen de AIDS 2024 por Pedro Cahn; 19 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/webinario-con-todo-el-resumen-de-aids-2024-por-pedro-cahn/>

36. WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. MDD Minds has launched its global "Train the Trainer" program. 21 ago. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/WoncaWorld/status/1826267719408239030>. Acesso em: 22 ago. 2024.
37. International Council of Nurses [Internet]. ICN contributes to Global Code of Practice on the International Recruitment of Health Personnel; 15 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-contributes-global-code-practice-international-recruitment-health-personnel>
38. IHF. International Hospital Federation. What challenges do #HospitalLeaders face? 22 ago. 2024. Twitter. Disponível em: https://x.com/IHF_FIH/status/1826523487554732533 Acesso em: 22 ago. 2024.
39. DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. The #COVID19 pandemic laid bare gross inequalities in access & affordability of life-saving health tools. 22 ago. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1826628812722889208>. Acesso em: 22 ago. 2024.
40. CARE. Gaza: Agências humanitárias e profissionais médicos alertam sobre os perigos de um surto em massa de poliomielite - CARE. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.care.org/pt/news-and-stories/press-releases/gaza-aid-agencies-and-medical-professionals-warn-of-dangers-of-a-mass-polio-outbreak/>. Acesso em: 25 ago. 2024.
41. WFPFA - World Federation of Public Health Associations. Inequity in Sustainable Health Today: A Global Perspective | WFPFA. 14 ago. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/inequity-in-sustainable-health/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
42. DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. Lymphatic #filariasis & #onchocerciasis affect millions. 21 ago. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1826215597983547615>. Acesso em: 22 ago. 2024.
43. DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. @DNDi in @LancetGH calls for global access. 21 ago. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://x.com/MSFsci/status/1826182462197973079>. Acesso em: 22 ago. 2024.
44. ACT Promoção da Saúde [Internet]. Relatório da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas destaca desafios na venda ilegal de tabaco e dispositivos eletrônicos para fumar na internet; 14 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/relatorio-da-secretaria-nacional-de-politicas-sobre-drogas-destaca-desafios-na-venda-ilegal-de-tabaco-e-dispositivos-eletronicos-para-fumar-na-internet/4424>
45. Fundación Huesped [Internet]. Prevención sin fronteras junto al MoCaSe; Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/prevencion-sin-fronteras-junto-al-mocase/>
46. Progressive International [Internet]. Na Itália, trabalhador agrícola punjabi explorado é abandonado à morte.; 22 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-08-22-in-italy-an-exploited-punjabi-farmworker-is-left-to-die/pt-br>
47. "Human Rights Watch [Internet]. Navigating Obstacles
48. Human Rights Watch [Internet]. Reproductive Rights in the US Wildfire Crisis; 21 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/08/21/reproductive-rights-us-wildfire-crisis/insights-health-workers-oregon-state>
49. Human Rights Watch [Internet]. Olympics: Overturn Athlete's Disqualification for Speaking out; 16 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/08/16/olympics-overtturn-athletes-disqualification-speaking-out>
50. WOMEN IN GLOBAL HEALTH. Empowering Women in Global Health: Join Our Gender Transformative Leadership Program - Women in Global Health. 22 ago. 2024. Disponível em: <https://womeningh.org/gtli-program/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
51. "Human Rights Watch [Internet]. "You Have to Move!"

52. Public Citizen [Internet]. FDA was Right to Decline Approval of MDMA-Assisted Therapy for PTSD and Encourage Further Research; 9 Agosto 2024 [citado em 23 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-was-right-to-decline-approval-for-mdma-assisted-therapy-for-ptsd-and-encourage-further-research/>
53. INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. IFSW Advocacy at the UN's Summit of the Future – International Federation of Social Workers. 19 ago. 2024a. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-advocacy-at-the-uns-summit-of-the-future/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
54. Gavi, the Vaccine Alliance. Will vaccines help stop the mpox outbreak in Africa? Gavi; 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em:
55. FIND. FIND [Internet]. Mpox emergency demands immediate and equitable access to reliable diagnostics - FIND; 16 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/statement/mpox-emergency-demands-immediate-and-equitable-access-to-reliable-diagnostics/>.
56. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The researcher versus the mosquitoes; 19 ago 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/mosquitoes-malaria-research-chlorfenapyr>
57. Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Introducing Stephenie Rodriguez: A Champion and Changemaker for Malaria; 20 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/stories/2024/2024-08-20-introducing-stephenie-rodriguez-a-champion-and-changemaker-for-malaria/>.
58. Gavi, the Vaccine Alliance. How scaling up clinical research in Africa can benefit society and the economy. Gavi; 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-scaling-clinical-research-africa-can-benefit-society-and-economy>
59. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. What to know about recent measles outbreaks worldwide; 14 ago 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/measles-outbreaks-transmission-explained>
60. Gavi, the Vaccine Alliance. Study suggests breaking down gender-related barriers will increase access to vaccines. Gavi; 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/study-suggests-breaking-down-gender-related-barriers-will-increase-access-vaccines>
61. CORE group [X]. Check out the KT Toolkit from the Zero-Dose Learning Hub! [...]; 21 Julho 2024 [citado em 13 Julho 2024]. Disponível em: <https://x.com/COREGroupDC/status/1826373294062264495>
62. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Invests in Uganda's Climate Change Health National Adaptation Plan (H-NAP); ago 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-invests-in-ugandas-climate-change-health-national-adaptation-plan-h-nap/>
63. WellcomeTrust [Internet]. Dr Chris Pearson and his team at; 22 Agosto 2024 [citado em 22 Agosto 2024]. Disponível em: <https://x.com/wellcometrust/status/1826599301448978708>
64. CORE GROUP. Join #GHPC2024's skill-building session. 16 ago. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/COREGroupDC/status/1824548527541755989>. Acesso em: 25 ago. 2024.
65. Gavi, the Vaccine Alliance. How is bird flu affecting animal populations? Gavi; 2024 [citado 23 ago 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-bird-flu-affecting-animal-populations>
66. FIND. FIND [Internet]. 100 Days Mission for diagnostics - FIND; 15 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/100-days-mission-for-diagnostics/#:~:text=It%20proposed%2025%20recommendations%20to,of%20the%20next%20pandemic%20threat>
67. FIND. FIND | Diagnosis for all [Internet]. Request for information (RFI): regional manufacturing of blood glucose test strips; 21 ago 2024 [citado 21 ago 2024]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2024/07/20240723_cfp_glucose_test_strips_FV_EN.pdf

68. NCD ALLIANCE. Preliminary Programme - 4th Global NCD Alliance Forum. 25 ago. 2024. Disponível em: <https://forum.ncdalliance.org/programme/>. Acesso em: 25 ago. 2024.
69. IAP INTERACADEMY PARTNERSHIP. Climate crisis, cities and health. 12 ago. 2024. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/climate-crisis-cities-and-health>. Acesso em: 25 ago. 2024.

A Cooperação Sul-Sul cada vez mais em evidência

South-South Cooperation increasingly in evidence

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Tiago Nery

Abstract: *Considering the last Advanced Seminar “South-South Cooperation in the wake of the 3rd South Summit: the Voice of the Global South”, the authors presented a brief summary of the presentations. The UNOSSC highlighted the report of the SG on the state of South-South cooperation in 2024, including the implementations contained in the BAPA+40 outcome document with strategies and recommendations to enhance South-South and triangular cooperation.*

Brazil's South-South cooperation was quite intense during the period. From the strengthening and consolidation of programs of the Sustainable School Feeding Network of Latin America and the Caribbean, to the sharing of Brazilian practices in cashew cultivation and the protection of turtles and marine biodiversity with Benin. Also, the strategic workshop between Brazil and United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) to promote of South-South and Trilateral Cooperation and the cooperation project on solid waste and agriculture with Comoros. Together with the IBSA Fund and the Palestine Cooperation Agency, Brazil will contribute to a project to promote family farming and actions that protect the rights of the communities involved, through capacity building. Brazil participated in the 5th Seminar of the Observatory for Integrated and Sustainable Development, focusing on digital inclusion and sustainable development in Latin America, and contributed to the training of teachers in Timor Leste.

NAMYO emphasized the rise in global temperatures and the risk of irreversible loss of marine and coastal ecosystems and the importance of human rights. The World Humanitarian Day was a major highlight, and they released another post in the "History of the Non-Aligned Movement" series, this time focused on the 1992 NAM 10th Conference of Heads of State or Government, which included economic cooperation for the first time in its final declaration.

The South Centre highlighted the UN's call to strengthen international cooperation for the development of capabilities in artificial intelligence; the ToR for a United Nations Framework Convention on International Cooperation in Matters of Taxation; and the Lessons for the Global South from US Patent Legislation.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Considerando o tema do último seminário avançado, “**A Cooperação Sul-Sul no seguimento da 3ª Cúpula do Sul: A voz do Sul Global**” os autores apresentaram um breve sumário das apresentações dos painelistas. O principal destaque do UNOSSC foi o relatório de 2024, do SG sobre o estado da cooperação Sul-Sul, incluindo a implementação das recomendações contidas no documento final do BAPA + 40 com estratégias e recomendações para melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação Sul-Sul do Brasil foi bastante intensa no período, desde o fortalecimento e consolidação de programas da Rede de Alimentação Escolar Sustentável da América Latina e no Caribe, passando pelo compartilhamento das práticas brasileiras no cultivo do caju e proteção de tartarugas e animais marinhos com o Benin. Destaque também para a oficina de planejamento estratégico do Programa de Parceria Brasil e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para a Promoção da Cooperação Sul-Sul e Trilateral e o projeto de cooperação em resíduos sólidos e agropecuária com Comores. Junto com o Fundo IBAS e a Agência Palestina de Cooperação, o Brasil vai contribuir com um projeto para promover a agricultura familiar e ações que protejam os direitos agrários das comunidades envolvidas, por meio de capacitação. O Brasil participou do 5º Seminário do Observatório de Desenvolvimento Integrado e Sustentável como foco a inclusão digital e o desenvolvimento sustentável na América Latina e contribuiu para capacitar professores no Timor Leste.

O NAMYO destacou o aumento das temperaturas globais e o risco de perda irreversível dos ecossistemas marinhos e costeiros e a importância dos direitos humanos. Um grande destaque foi para o Dia Mundial Humanitário e publicou mais um post da série "História do Movimento dos Países Não Alinhados", desta vez, dedicado à 10ª Conferência de Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo do MNA realizada em 1992 que incluiu a cooperação econômica no Sul em sua declaração final.

Já o Centro Sul destacou o apelo da ONU para reforçar a cooperação internacional para o desenvolvimento de capacidades em inteligência artificial; os ToR para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação e as Lições para o Sul Global da Legislação dos EUA sobre Patentes.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

Os autores oferecem um resumo das apresentações do Seminário Avançado “**A Cooperação Sul-Sul no seguimento da 3ª Cúpula do Sul: A voz do Sul Global**” que foi realizado no dia 21 de agosto de 2024, como parte das atividades regulares do CRIS/Fiocruz.

Breve revisão histórica da cooperação internacional e um resumo das apresentações dos painelistas.

A Cooperação Sul-Sul em termos gerais, se refere aos esforços colaborativos e de trocas entre países em desenvolvimento, visando principalmente alcançar benefícios mútuos abordando os desafios compartilhados. Esse conceito ganhou destaque à medida que os países do Sul Global buscavam alavancar seus recursos coletivos, conhecimento e capacidades para promover o desenvolvimento e apoiar uns aos outros. Mas este conceito não é estático e vem evoluindo, destacando uma mudança na dinâmica global, onde os países em desenvolvimento estão cada vez mais influentes nas arenas econômica, social e política global.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa, precisava se reconstruir e não dispunha mais de recursos para manter suas colônias. Foi um período de grande incerteza política no continente devido à polarização entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética e o temor de que uma nova guerra pudesse eclodir.

Esse contexto abriu espaço para que grupos políticos internacionais discutissem o sistema econômico vigente que deveria se basear no uso e na necessidade, e não no lucro.

Ainda no período entre as duas guerras mundiais, uma pequena elite de líderes coloniais africanos e asiáticos passou a ser educada em universidades europeias e começava a cultivar ideias de independência.

Em 1955, dez anos depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, foi realizada a conferência de Bandung, na Indonésia, em que 29 países asiáticos e africanos (recém independentes) se reuniram em para discutir uma nova forma de cooperação. Uma cooperação entre eles. Nesta reunião, foi cunhado o termo “TERCEIRO MUNDO”. Esse termo designava os países que não faziam parte do grupo de países desenvolvidos, considerados do PRIMEIRO MUNDO, nem do grupo de países compostos pelo Bloco soviético, China, Cuba e seus aliados, chamados de SEGUNDO MUNDO. **Hoje este termo está obsoleto e deve-se utilizar somente os termos “países desenvolvidos e países em desenvolvimento”.**

A Conferência de Bandung tem sido, até hoje, considerada como uma referência histórica para a cooperação Sul-Sul, pois estes novos países independentes, se comprometeram em promover a cooperação econômica e cultural entre si e a resistir ao colonialismo ou neocolonialismo. E foi o primeiro grande movimento de resistência coletiva dos países pós-coloniais que se opunham à forma tradicional de ajuda internacional entre os países considerados desenvolvidos do Norte e os países considerados subdesenvolvidos do Sul.

Em 1959, a AGNU aprovou a resolução 1383 determinando que o ECOSOC substituísse o termo “assistência técnica aos países” para “cooperação técnica internacional”, unindo o programa regular de assistência técnica da ONU e o programa ampliado de assistência técnica.

A conferência de Bandung teve uma influência profunda na futura cooperação internacional, na criação do Movimento dos Não Alinhados (MNA) em 1961 e no Grupo dos 77 (G-77) em 1964. Impulsionou esses países a desenvolver uma autoconfiança coletiva e uma cooperação técnica pioneira para fortalecer seu poder de negociação internacional por meio do diálogo político.

Foi o início de uma mudança importante no cenário e no balanço de forças dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor dos países menos desenvolvidos, já que até 1960 haviam 102 países membros e durante a 15ª AGNU em 1961, 17 países recém independentes foram aceitos como novos membros das Nações Unidas.

Sem voz dentro da ONU e pressionados a tomar partido na Guerra Fria, estes novos países lutavam para superar sua herança colonial. Com interesses comuns, começaram a vislumbrar os benefícios de uma cooperação mútua para questionar o sistema de relações econômicas vigentes.

Começava a florescer a semente da cooperação Sul-Sul.

Em 1965, as Nações Unidas estabeleceram uma agenda para incentivar o desenvolvimento, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma fusão entre o Programa Alargado de Assistência Técnica e Fundo Especial das Nações Unidas.

Em 1974, 9 anos depois, foi criada dentro do PNUD, a Unidade das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul com o intuito de promover o comércio e a colaboração Sul-Sul dentro das agências das Nações Unidas e quatro anos depois, em 1978, foi realizada a primeira Conferência de Alto-Nível das Nações Unidas para Promover e Implementar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (TCDC) realizada na cidade de Buenos Aires em que foi adotado um

Plano de Ação, ratificado posteriormente pela AGNU e que ficou conhecido como BAPA (Plano de Ação de Buenos Aires).

O BAPA definiu a cooperação técnica como um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes. Além disso, incorporou os princípios básicos das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu uma série de recomendações destinadas ao financiamento nacional, regional, inter-regional e global.

Com o BAPA, a Cooperação Sul-Sul começou a tomar forma.

A partir de então e durante 8 anos, começaram grandes rodadas de discussões entre líderes, intelectuais e políticos dos países do Sul tentando encontrar soluções e formas de implementar a cooperação Sul-Sul. Com a premissa de que o Sul não conhece o Sul, não conhece as ideias de seus povos, desconhece seu potencial e não sabe como aproveitar da experiência de um país para alavancar o desenvolvimento de outro, o Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad da Malásia anunciou na reunião de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), em Harare, em 1986, a intenção de convidar o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere para liderar uma comissão para estudar o assunto.

Desta forma, nasceu em 1987, a Comissão do Sul que foi formada por 28 membros, trabalhando em suas capacidades individuais, que concordaram em olhar juntos para o Sul, analisar os problemas que os países enfrentavam, discutir as estratégias que haviam sido adotadas para lidar com estes problemas e compartilhar as lições que poderiam ser extraídas desta experiência à luz das condições internacionais vigentes.



Durante quatro anos trabalharam com o objetivo de ajudar os povos e governos do Sul a serem mais eficientes na superação de seus problemas, investindo em seu desenvolvimento e conseqüente melhoria das condições de vida de seus povos e finalmente, em 1990, o resultado deste enorme esforço foi publicado em um relatório conhecido como o **“O Desafio para o Sul”**.

O relatório foi um documento importante e significativo que enfatizava as disparidades entre o Norte e o Sul e questionava que as diferenças não poderiam ser somente atribuídas ao progresso econômico dos países desenvolvidos, mas também a um aumento do poder do Norte em relação ao resto do mundo. Discutia ainda a necessidade de abordar os desafios de desenvolvimento enfrentados por países no Sul global, buscando uma cooperação econômica e técnica e recomendava estratégias voltadas para o crescimento e desenvolvimento dos países do Sul. Desta forma, a responsabilidade pelo desenvolvimento do Sul deveria estar no Sul.

As principais áreas abordadas neste relatório, foram:

- Fortalecimento da Cooperação Econômica
- Alívio da Dívida e Reformas Financeiras
- Investimento em Recursos Humanos
- Transferência de Tecnologia
- Desenvolvimento Sustentável
- Governança Democrática

- Equidade Social

Dez anos depois da publicação do relatório da Comissão do Sul e convencidos da necessidade imperativa de agir para o propósito principal de buscar um caminho comum e construtivo para a promoção dos interesses coletivos e para o desenvolvimento dos países do Sul, e ainda sem uma visão clara de como poderiam agir para colocar em prática as recomendações do BAPA e da Comissão do Sul, o G-77 organizou no ano 2000 a **1ª Cúpula do Sul** que foi realizada em Havana, Cuba.

O objetivo era refletir sobre a situação econômica mundial à época, e discutir os desafios emergentes para o Sul no novo milênio, especialmente nas esferas econômica e social. Além disso, era preciso mapear um futuro melhor para os países em desenvolvimento e discutir um sistema econômico internacional que fosse mais justo e democrático. Era necessário também buscar soluções para estes desafios e criar uma voz unificada para o Sul Global e fortalecer sua influência política nos fóruns internacionais.

Ao final, adotaram a “**Declaração de Havana**” enfatizando a necessidade de solidariedade entre os países em desenvolvimento para enfrentar os desafios globais e defender seus direitos no cenário global.

Os principais pontos discutidos nesta cúpula foram:

- Estratégias de desenvolvimento
- Desigualdade econômica global
- Cooperação tecnológica
- Alívio da dívida
- Desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento de infraestrutura
- Multilateralismo
- Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Cinco anos depois, em 2005, foi realizada a **2ª Cúpula do Sul** em Doha, no Catar e os resultados incluíram:

1. Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul com a necessidade de aumentar a cooperação entre os países em desenvolvimento para impulsionar, seu desenvolvimento econômico e social.

2. Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, com foco na redução da pobreza e melhoria da educação e saúde.

3. Advocacia por um Sistema Econômico Global Mais Justo com reformas nas instituições financeiras e comerciais internacionais para garantir que os países em desenvolvimento pudessem ser tratados de forma mais justa.

4. Transferência de Tecnologia e Capacitação com destaque para as iniciativas de transferência de tecnologia e investimento em capacitação para ajudar as nações em desenvolvimento a atingirem suas metas.

5. Incentivo ao Diálogo Político entre os países do Sul Global para apoiar a ação coletiva em questões internacionais, como mudanças climáticas e segurança global.

6. Estabelecimento de Mecanismos de Acompanhamento dos compromissos assumidos durante a cúpula visando garantir que as metas articuladas resultem em resultados tangíveis.

7. Ações de continuação (follow-up) com a realização de consultas e reuniões para garantir a continuação do diálogo e da cooperação nas mais diversas áreas.

Passaram-se 19 anos para que a **3ª Cúpula do Sul** fosse realizada em Kampala, Uganda em janeiro de 2024.



Aproveitando a oportunidade do G-77 celebrar seus 60 anos e Uganda deter a presidência rotativa do grupo e do Movimento dos não-alinhados, ao mesmo tempo, a 3ª cúpula do Sul foi marcada por uma retomada intensa da presença do Sul Global no cenário político internacional. Reuniu mais de 130 países para articular e promover os seus interesses coletivos e para melhorar a sua capacidade de negociação conjunta dentro do sistema da ONU. O tema da Cúpula foi "Não deixar ninguém para trás".

O objetivo principal foi criar uma nova dinâmica para a cooperação entre os 134 Estados-membros do G-77 em um mundo mais competitivo e se concentrou para impulsionar a cooperação Sul-Sul nas áreas de comércio, investimento, financiamento, desenvolvimento sustentável, mudança climática, erradicação da pobreza, economia digital, importância da ciência e tecnologia, entre outras áreas.

O documento final tem 156 parágrafos focados na reforma da arquitetura financeira internacional que deveria refletir as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, países insulares em desenvolvimento e os países de renda média. Além disso destaca a necessidade de reforma da OMC e a construção de um sistema de comércio internacional mais justo. Clama ainda pelo fortalecimento da AGNU e do ECOSOC e destaca a crise do multilateralismo e a necessidade de intensificar a cooperação internacional e buscar uma melhor ordem internacional.

Com o sistema rotativo, a próxima Cúpula do Sul deverá ser realizada na América Latina.



A Sra **Yuefen Li**, especialista e consultora Sênior em Cooperação Sul-Sul e Financiamento para o Desenvolvimento do Centro Sul, abordou o tema do **“Financiamento para o desenvolvimento em meio ao enfraquecimento do multilateralismo e à crescente tensão geopolítica”**.

Yuefen, que participou da do 3ª Cúpula do Sul, trouxe toda a sua experiência e destacou a necessidade de reformar a arquitetura financeira

internacional e discutir a dívida dos países e as perspectivas para a próxima Cúpula do Futuro que será realizada entre os dias 22 e 23 de setembro de 2024 e a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) que está programada para ocorrer de 30 de junho a 3 de julho de 2025, na Espanha.

Yuefen disse ainda que o enfraquecimento do multilateralismo e o pequeno crescimento do PIB dos países em desenvolvimento, reflete em sua dificuldade de mobilizar recursos financeiros para serem aplicados em seu desenvolvimento e cumprimento de acordos internacionais. O crescimento mundial do comércio é projetado abaixo da média histórica para o mercado internacional. Se o crescimento é menor, há menos bens e commodities disponíveis e menos dinheiro circulando. Com a depreciação da moeda local e o aumento das taxas de juros aplicados nestes países, os empréstimos não são suficientes e coloca alguns destes países na ingrata situação de ter que escolher, desenvolvimento ou pagamento da dívida.

Além disso, as tensões geopolíticas atuais dificultam a mobilização de recursos e dependem de parcerias financeiras e instituições que tenham alta capacidade de investimento o que limita os recursos disponíveis para os países em desenvolvimento.

Para piorar o cenário, a ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) que deveria ser investido nos países em desenvolvimento, estão sendo direcionados para ajuda humanitária, principalmente da Ucrânia, e gastos nos países desenvolvidos que recebem refugiados.



Ana Estela Haddad, secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde do Brasil começou dizendo que nenhum país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes têm um sistema de saúde gratuito como o SUS do Brasil. E a Saúde Digital é uma inovação para fortalecer o SUS e é a primeira vez que o governo brasileiro financia um programa nacional voltado para a saúde digital com o objetivo de ampliar o acesso e a resolubilidade do atendimento ao usuário.

Com a adesão de 100% dos municípios brasileiros, o SUS digital oferece um diagnóstico da situação da rede de atenção e um plano de ação para ajudar aos Estados e municípios com: prontuário eletrônico e integração dos sistemas de informação com a possibilidade de um prontuário unificado e acessível durante o atendimento em qualquer Estado além de oferecer ao paciente, o acesso a seus dados de saúde. O sistema tem ainda a estratégia de telessaúde integrada, um avanço para diminuir as filas de atendimento.

Destacou o grande avanço da Telessaúde com crescimento em todos os Estados e prioridade para populações de maior vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas e comunidades desfavorecidas.

Falou do aplicativo “Meu SUS Digital” com mais de 50 mil downloads e 4 mil usuários ativos e crescendo todos os dias. Neste aplicativo o usuário pode acessar suas consultas, vacinas, exames e etc.



Marcio Lopes Correa, responsável pela Cooperação Técnica Recebida Multilateral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) trouxe a experiência do Brasil na Cooperação Sul-Sul e Triangular que oferece parcerias com mais de 100 países em desenvolvimento, 20 países desenvolvidos e 45 organismos internacionais envolvendo relações de trabalho com mais de 250 instituições nacionais, públicas e privadas. No momento, está envolvida com 7 mil projetos de cooperação Sul-Sul na América Latina, Caribe, África, Ásia e Oceania.

Esta cooperação pode ser:

Bilateral	Compartilhamento de conhecimentos técnicos e práticas entre dois países em desenvolvimento, por meio de capacitações e trocas de experiências
Trilateral	Compartilhamento de conhecimento e experiências entre três atores internacionais: 1 país em desenvolvimento + 1 país desenvolvido ou organismo internacional + 1 país de uma região geográfica beneficiária
Multilateral	Um organismo internacional (e.g. sistema ONU, organismos interamericanos, etc.) presta cooperação técnica a um país em desenvolvimento
Bloco	Cooperação com organizações e ou arranjos sub-regionais, regionais ou inter-regionais, concebidos e integrados por países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte, tais como o MERCOSUL e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Descentralizada	Compartilhamento de conhecimento e experiências entre duas ou mais entidades subnacionais –estados e municípios -de países em desenvolvimento
Humanitária	Conduzida em benefício de populações afetadas por calamidades. Inclui ações humanitárias



Carlos Eduardo Higa Matsumoto, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação do Brasil trouxe a perspectiva da ciência, tecnologia e inovação (CTI) no contexto do Sul Global destacando a importância da cooperação internacional para a CTI e a sua relação com a governança global, em um novo contexto para os países do Sul e como é a atuação do MCT&I na Implementação da cooperação internacional, com foco nestes países.

Existe uma visão tradicional de que a cooperação internacional ajuda a governança global levando em conta que a ciência oferece um ambiente não-ideológico para a participação livre de troca de ideias. Os desafios globais atuais não reconhecem fronteiras geopolíticas e requerem soluções unificadas (mudanças climáticas, perda da biodiversidade, pandemias, fome,

etc.). No entanto, a tecnologia de ponta é uma tecnologia de alto custo e muitos países não conseguem arcar isoladamente com estes custos, portanto, a importância da cooperação internacional para a CTI e a sua relação com a governança global

Ele trouxe o conceito da diplomacia científica e suas 3 dimensões.

A diplomacia científica é um campo interdisciplinar das relações internacionais envolvendo colaborações e iniciativas científicas para fomentar relações internacionais e promover a paz. O objetivo é encontrar soluções globais para problemas que ultrapassam as fronteiras dos países, compartilhando conhecimento e tecnologia de forma justa e equitativa. Inclui trocas científicas e técnicas, formais e informais, para dar suporte e aprimorar o entendimento mútuo entre nações. Procura aproximar as ciências de base com os tomadores de decisão. Isto garante que todos os países, independentemente do seu poder econômico ou político, tenham acesso às ferramentas necessárias para enfrentar desafios comuns, como as alterações climáticas e as pandemias.

Existe um novo contexto Global com novas tecnologias, novos atores e poder geopolítico com competindo para aumentar o domínio tecnológico e aumento das barreiras para cooperação científica e transferência de tecnologia.

A cooperação em CTI do Brasil é chave para os processos nacionais de desenvolvimento e de redução das assimetrias globais no acesso e produção científica e tecnológica.

As prioridades do MCT&I são:

- Complexo Econômico-Industrial da Saúde
- Transição Energética
- Transição Ecológica (descarbonização)
- Transformação Digital (acesso e uso universais)
- Complexo Industrial-Tecnológico de Defesa

O MCT&I vem trabalhando para manter e aprofundar suas cooperações históricas e bem-sucedidas com parceiros tradicionais, como os EUA e Europa, mas também para dar novo impulso à cooperação com países em desenvolvimento, com foco na cooperação regional com a América Latina e Caribe (Mercosul, CELAC, OTCA, etc.), com os BRICS, o continente africano e o sudeste asiático.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC



23 de agosto de 2024 - Relatório do Secretário Geral, António Guterres sobre o Estado da Cooperação Sul-Sul em 2024

O relatório é fruto da [resolução 78/167 da AGNU](#), em que foi solicitado ao SG que submetesse na 79ª sessão da Assembleia, um relatório abrangente sobre o estado da cooperação Sul-Sul, incluindo a implementação das recomendações contidas no documento final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul.

O Relatório discute as estratégias e recomendações para melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular, enfatizando seu papel no apoio aos estados-membros por meio de estruturas de políticas globais para abordar transições urgentes. Ele destaca a importância da colaboração entre países em desenvolvimento para atingir os objetivos compartilhados.

Além disso, o relatório contém uma análise do apoio da ONU aos Estados-Membros do Sul Global em 2023, por meio de políticas e programas, em todos os níveis, conforme descrito no Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA).

O relatório conclui com um conjunto de recomendações sobre como a cooperação Sul-Sul e triangular poderia acelerar as transições urgentemente necessárias para atingir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os destaques principais do relatório são:

- A cooperação Sul-Sul como uma ferramenta estratégica necessária para facilitar o desenvolvimento no Sul Global.
- A importância da cooperação triangular envolvendo múltiplas partes interessadas para melhorar os resultados do desenvolvimento.
- O apoio da ONU aos estados-membros na área de políticas que fomentam a cooperação entre as nações em desenvolvimento.
- As trocas colaborativas de comércio e tecnologia para enfrentar os desafios globais dos países do Sul Global.
- O relatório inclui recomendações para aumentar a eficácia das estratégias de cooperação Sul-Sul e são delineados os preparativos para futuras conferências da ONU sobre cooperação Sul-Sul, marcando um compromisso com a colaboração internacional sustentada.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#).

23 de agosto de 2024 – Cooperação JICA/SICA

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em parceria com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), composto por oito países, tem promovido a Cooperação Sul-Sul e Triangular, fortalecendo capacidades na Região da América Central através da troca de experiências de sucesso e boas práticas entre os países que fazem parte do SICA que são: Membros plenos: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá e a República Dominicana que é membro associado.



[Fonte](#)

Áreas de atuação:

- Mobilidade e Logística
- Meio Ambiente e Mudança Climática
- Autonomia económica das mulheres
- Desenvolvimento do Turismo Sustentável
- Desenvolvimento Agrícola e Rural
- Cooperação Sul-Sul e triangular



22 de agosto de 2024 - Evolução da Arquitetura Institucional na Europa e na Comunidade de Estados Independentes

Este estudo reflete alguns dos desenvolvimentos na região da Europa Central e Sudeste, Cáucaso e Ásia Central (ECIS) relacionados à institucionalização da cooperação Sul-Sul e sua incorporação na formulação de políticas por alguns países e regiões, conforme observado no Documento Final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40). Mais especificamente, o estudo oferece uma visão geral dos desenvolvimentos recentes e das últimas tendências na cooperação Sul-Sul e triangular na região e como os interesses nacionais dos países se entrelaçam na cooperação Sul-Sul e triangular.

O estudo também explora a diversidade institucional na região e destaca os principais elementos para o desenvolvimento institucional além de oferecer recomendações para a maior institucionalização da cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável na região do ECIS. Outras regiões também tiveram progressos e ofereceram lições aprendidas e experiências para colaborar com todos os esforços futuros nesta área.

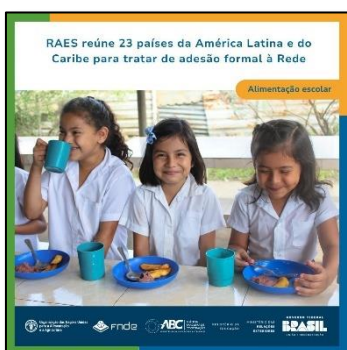
Para acessar o estudo, [clique aqui](#).

O Brasil na cooperação Sul-Sul

Por meio do desenvolvimento de projetos de cooperação técnica com países africanos e latino-americanos, o Brasil contribui para o desenvolvimento internacional e para a promoção de políticas alinhadas à Agenda 2030 no Sul global, como demonstrou Marcio Lopes Correa

durante o Seminário Avançado “A Cooperação Sul-Sul no seguimento da 3ª Cúpula do Sul: A voz do Sul Global” que foi realizado no dia 21 de agosto de 2024, em que ele destacou a Cooperação Sul-Sul e triangular da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), resumido na primeira parte deste informe.

Porém, uma análise entre os dias 08 a 28 de agosto de 2024, destaca a Cooperação do Brasil alinhada aos ODS nos seguintes temas: desenvolvimento urbano sustentável, redução da mortalidade infantil e neonatal, habitação, preservação da biodiversidade e combate à fome e à pobreza, além do ODS 17 (parcerias e meios de implementação).



23 de agosto de 2024 – RAES reúne 23 países da América Latina e do Caribe

A Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), uma iniciativa lançada em 2018 pela ABC, o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) e o secretariado da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A Rede contribui para o fortalecimento e consolidação dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe, com a construção conjunta de estratégias adequadas e adaptadas aos desafios dos países, tendo a alimentação adequada como princípio. Na troca de experiências, encontra-se pontos de articulação para consolidar a RAES.

O evento marcou a consolidação da REDE na América Latina e no Caribe, com a adesão de novos países.

Dois projetos de Cooperação com o Benim



22 de agosto de 2024 - Projeto “Benim Caju” avança!

Uma delegação do Benim esteve no Brasil para avaliar o potencial do caju no Nordeste, especialmente o benefício do pedúnculo do caju (a castanha do caju).

O objetivo de compartilhar as práticas brasileiras é contribuir com a diversificação dos produtos oriundos do cultivo do caju. Assim, a economia local é fortalecida e a renda dos agricultores locais ampliada.

A previsão é de que a iniciativa tenha duração de três anos. O Benim é considerado hoje um dos maiores produtores de caju no mundo.



21 de agosto de 2024 – Novo projeto de cooperação com o Benim para apoiar a proteção de tartarugas e animais marinhos. A ABC, o ICMBIO e o Projeto Tamar realizaram missão no país, quando compartilharam conhecimentos, visitaram comunidades e conheceram a realidade local para que, em conjunto com as instituições beninenses, possam definir quais serão as áreas prioritárias e elegíveis para o futuro projeto de cooperação técnica.

A ideia é que a parceria contribua não só para a proteção da fauna marinha, mas também para promover alternativas de renda e inclusão social para as comunidades do país africano.



Nos dias 20 e 21 de agosto de 2024, a ABC e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) realizaram uma oficina de planejamento estratégico para o desenvolvimento do Programa de Parceria Brasil-UNODC para a Promoção da Cooperação Sul-Sul e Trilateral, no Palácio Itamaraty, em Brasília. Os temas em destaque foram: drogas, crime organizado, corrupção, terrorismo, e outros de interesse nacional e global.

Na mesa de abertura, Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil, a Diretora-Executiva do UNODC no Brasil, Elena Abbati e o Coordenador-Geral de Planejamento e Comunicação da ABC, Conselheiro Paulo Lima, destacaram a relevância estratégica da Cooperação Sul-Sul e Trilateral para a implementação da Agenda 2030 e dos ODS.

Durante o evento, representantes de diversas instituições governamentais brasileiras e especialistas do UNODC de diversas partes do mundo alinharam suas expectativas e definiram prioridades de cooperação para o período de 2024 a 2028.



Entre os dias 10 e 23 de agosto de 2024, o diretor geral da ABC, embaixador Rui Pereira, chefiou uma missão ao arquipélago africano de Comores, para assinatura de projetos na área de agricultura.

Do lado brasileiro, especialistas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Agência Comoriana de Cooperação Internacional (ACCI), o *Centre Rural de Développement Économique* (CRDE) e a Agência Nacional de Gestão dos Resíduos, irão desenvolver um projeto de cooperação em resíduos sólidos e agropecuária. Após a assinatura, foram iniciados os diagnósticos técnicos nas áreas de resíduos sólidos e de agricultura.



13 de agosto de 2024 - Na saúde, o destaque foi a certificação internacional recebida pelo Banco de Leite Humano do Hospital Nacional San Juan de Dios de San Miguel, em **El Salvador**, o primeiro daquele país. El Salvador possui três bancos de leite bem como 64 centros de coleta de leite materno, uma estrutura que foi desenvolvida por meio da

cooperação brasileira executada pela Fiocruz.

O reconhecimento foi feito própria Fiocruz, após o a unidade no hospital nacional ter sido aprovada em auditoria. A vice-ministra das Relações Exteriores de El Salvador, Adriana Mira, participou da solenidade e agradeceu ao Brasil “por seu constante apoio, compromisso e colaboração para alcançar essas conquistas”.

A cooperação trilateral está também na agenda da ABC, tida como um meio de ampliar o alcance das ações internacionais do país e como um espaço para disseminar as práticas, modelos e valores brasileiros na cooperação técnica internacional.



14 de agosto de 2024 – Agricultura familiar e projeto Fundo IBAS na Palestina

Uma cooperação trilateral envolvendo o fundo IBAS, Brasil e Palestina, que tem como objetivo contribuir para a melhora das condições de sustento dos agricultores familiares na Palestina, assim como apoiar o fortalecimento e a resiliência dos mesmos, de modo a garantir sua segurança alimentar.

O projeto promoverá ainda ações que protejam os direitos agrários das comunidades envolvidas, por meio de capacitações em agricultura familiar. Entre os principais resultados esperados estão: o treinamento de agricultores, especialmente mulheres e jovens, sobre agronegócio, empreendedorismo, melhorias tecnológicas de produção e novas conexões de mercado.

O projeto, que seguirá os princípios da cooperação Sul-Sul, será alinhado à estratégia palestina de desenvolvimento agrícola. Contando com o apoio do Brasil, a iniciativa terá a participação do Ministério da Agricultura da Palestina, da Agência Palestina de Cooperação Internacional e ainda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil.



8 e 9 de agosto de 2024 - a ABC, em parceria com a Secretaria de Comunicações e Transportes do México (SCT), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Instituto Lula, coorganizou o 5º Seminário do Observatório de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (ODIS), na Cidade do México.

Esse evento teve como foco a inclusão digital e o desenvolvimento sustentável na América Latina, reunindo representantes de diversos países da região e consolidando

uma rede de cooperação e troca de conhecimentos em temas cruciais para o desenvolvimento socioeconômico sob a liderança de Brasil e México.

Cooperação com países de língua portuguesa

Tendo como foco a habitação saudável, técnicos brasileiros visitaram **Cabo Verde** com o objetivo de explorar possibilidades para um projeto de cooperação, reduzir o déficit habitacional e promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Durante a missão, foram realizadas visitas técnicas a projetos de habitação, reuniões com câmaras municipais e workshops para identificar prioridades e oportunidades para colaboração.



15 de agosto de 2024 - No Timor Leste, o tema foi a educação. Doze professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira estiveram em Díli, capital de Timor-Leste para capacitar 117 professores do Programa Produtivo do Ensino Secundário Técnico Vocacional (ESTV) do país.

A iniciativa atende a uma demanda do governo timorense ao Brasil, e é uma ação conjunta coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do sistema educacional de Timor-Leste. Os professores irão atuar durante quatro meses, em cinco municípios timorenses: Díli, Baucau, Bobonaro, Covalima e Ermera, oferecendo cursos de formação em áreas como contabilidade, comércio, secretariado, gestão de equipamentos informáticos, multimídia, linguagens de programação, produção agrária e construção civil.

Além das aulas, os docentes brasileiros também têm a importante tarefa de avaliar o programa ESTV, sugerindo eventuais aperfeiçoamentos e identificando as necessidades de infraestrutura e materiais didáticos para futuras fases do projeto. Essa ação-piloto é parte de um programa desenhado pelo governo timorense que, até 2027, pretende formar cerca de 500 professores em 17 cursos técnicos.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹²⁶, Nairóbi (UNEP)¹²⁷, Paris (UNESCO)¹²⁸, Roma (FAO/IFAD)¹²⁹, Viena (UNIDO)¹³⁰ e Washington (G-24)¹³¹.

¹²⁶ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹²⁷ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹²⁸ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹²⁹ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹³⁰ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹³¹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Sem destaque na quinzena

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

O NAMYO tem 60 Capítulos Nacionais.

Destaques do NAMYO



21 de agosto de 2024 - O aumento das temperaturas globais tem aumentado drasticamente o risco de perda irreversível dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Se a temperatura média global subir 2 graus Celcius, os recifes de coral, vitais para a vida oceânica e proteção costeira, correm o risco de desaparecer quase completamente.

Isto seria catastrófico não só para a biodiversidade marinha, mas também para os milhões de pessoas que dependem dos recifes para alimentação, rendimento e

proteção costeira.

Esta lembrança do NAMYO é um chamado para todas as pessoas.



20 de agosto de 2024. Questões Globais: Direitos Humanos.

Da série "Questões Globais", desta vez o destaque é a importância dos direitos humanos.

A [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#), adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, é o documento fundador da legislação internacional sobre direitos humanos. A proteção dos direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, religião, etnia ou outro status, está consagrada nesta declaração, que é um marco do direito internacional.

A declaração destaca três princípios abrangentes: universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e é o documento mais traduzido no mundo, possuindo traduções em 574 idiomas.

Para acessar a postagem, [clique aqui](#)



19 de agosto. Dia Mundial Humanitário

O dia, designado pelas Nações Unidas e celebrado todos os anos, marca o aniversário do ataque a bomba à sede da ONU no Hotel Canal em Bagdá, Iraque no dia 19 de agosto de 2003. O ataque matou 22 trabalhadores humanitários incluindo o enviado especial da ONU, o brasileiro Sergio Vieira de Mello.

A importância deste dia é homenagear os trabalhadores humanitários que perderam suas vidas ou que enfrentam grandes perigos enquanto trabalham para ajudar os outros.

O dia visa aumentar a conscientização sobre as crises humanitárias em todo o mundo e os desafios enfrentados pelas pessoas afetadas.

Neste dia, pode-se incentivar e apoiar os esforços humanitários e destacar a importância de prestar assistência aos necessitados, independentemente da sua origem. Além disso, o Dia Mundial Humanitário enfatiza a necessidade de proteger os direitos dos indivíduos afetados por conflitos e desastres.

Globalmente, o Dia Mundial Humanitário serve como um lembrete da importância do trabalho humanitário e da necessidade de ação coletiva para enfrentar os desafios globais e promover um sentido de responsabilidade e solidariedade globais, incitando os indivíduos e as comunidades a tomarem medidas em apoio às causas humanitárias.

Reconhecendo a importância do dia, a NAMYO prestou a homenagem aos esforços dedicados da comunidade humanitária global e sua dedicação em ajudar aqueles que estão em necessidade.

Assista ao [vídeo dedicado ao Dia Mundial Humanitário](#)



09 de agosto. História do Movimento dos Países Não Alinhados

Mais uma postagem da série "História do Movimento dos Países Não Alinhados", desta vez, dedicado à **10ª Conferência de Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo do Movimento** realizada em Jacarta, Indonésia, em 1992.

As discussões estiveram centradas em reforçar a soberania política, advogar pelo desarmamento e segurança, promover o desenvolvimento econômico e a cooperação, abordar a justiça social e os direitos humanos, examinar os desafios da globalização e incentivar a resolução pacífica de conflitos.

Ao adotar a Declaração de Jacarta, a **10ª Conferência de Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo do MNA** estabeleceu o rumo e as prioridades para o MNA. Até então, o MNA era puramente um Movimento político. A partir desta Conferência, a cooperação econômica também passou a ser prioridade. Foi feito um apelo para melhorar ainda mais a Cooperação Sul-Sul e os problemas comuns do Sul como população, dívida externa e pobreza foram identificados como áreas prioritárias. Também foi feito um apelo para reabrir o diálogo Norte-Sul.

Para saber mais, [clique aqui](#).

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o *Desafio para o Sul (The Challenge to the South)*, enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Destaques do Centro Sul



22 de agosto – SOUTHVIEWS n. 273: O apelo das Nações Unidas para reforçar a cooperação internacional para o desenvolvimento de capacidades em inteligência artificial

A Inteligência Artificial (IA) evoluiu rapidamente para se tornar uma tecnologia transformadora que permeia várias facetas da vida moderna, desde a saúde e a educação até as finanças e a segurança nacional.

Reconhecendo as profundas implicações e a natureza global da IA, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a [Resolução A/78/311](#)¹³², que visa promover a cooperação internacional em relação ao fortalecimento de capacidades em IA e garantir que seu desenvolvimento e implantação sejam éticos, justos e benéficos para todos.

O presente documento oferece uma análise da Resolução A/78/311, examinando seus elementos principais, princípios subjacentes e as principais ações propostas para promover a cooperação internacional no fortalecimento de capacidades para reduzir as desigualdades em IA e outras tecnologias digitais entre e dentro dos países.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#)



16 de agosto - Declaração do Centro Sul sobre a Adoção do Rascunho dos Termos de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação.

O Centro Sul saudou a adoção, em 16 de agosto, do Rascunho dos Termos de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação durante as recentes negociações intergovernamentais na 2ª Sessão do Comitê *Ad Hoc* para Elaborar os Termos de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação, realizada de 29 de julho de 2024 a 16 de agosto de 2024 na sede das Nações Unidas em Nova York.

O Centro Sul contribuiu ativamente para o processo, apoiando seus 55 Estados Membros e outros países em desenvolvimento nessas negociações, em parceria com instituições do Sul que compartilham a mesma visão, como a União Africana e a Plataforma de Tributação na América Latina e no Caribe (PTLAC).

O Centro Sul congratulou o Grupo Africano por sua liderança e outras delegações do Sul Global pelo papel ativo durante as negociações que contribuiriam para o texto final do Rascunho dos Termos de Referência. Acolhemos, em particular, o compromisso presente nos Termos de Referência de buscar uma alocação justa dos direitos de tributação.

Espera-se que a Convenção-Quadro estabeleça um sistema internacional de tributação inclusivo, justo, transparente, eficiente, equitativo e eficaz, capaz de produzir regras fiscais internacionais justas que proporcionem a todos os países, especialmente aos países em desenvolvimento, recursos adicionais e contribuam para o desenvolvimento sustentável. A unidade demonstrada pelos países em desenvolvimento e a colaboração entre eles durante os processos de negociação e votação do Rascunho dos Termos de Referência deram um exemplo poderoso de ação coletiva e como ela pode contribuir para definir uma agenda que reflita as necessidades do Sul Global.

¹³² A resolução A/78/311 da AGNU, adotada em 1º de julho de 2024, concentra-se no fortalecimento da cooperação internacional relacionada à capacitação em inteligência artificial. Esta resolução visa promover parcerias e apoiar as nações em desenvolvimento na gestão eficaz das tecnologias de IA.

O Centro Sul continuará a apoiar ativamente seus Estados Membros nas negociações futuras, com o objetivo de levar a uma conclusão bem-sucedida, o mais breve possível, de uma robusta Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria de Tributação.

Para ler o documento, [clique aqui](#)



08 de agosto – SOUTHVIEWS n. 272: Lições para o Sul Global da Legislação dos Estados Unidos sobre Patentes.

A aprovação pelo Senado dos EUA da Lei de Prescrição Acessível para Pacientes (*Affordable Prescription for Patients Act / S-150*) visa enfrentar os "patent thickets" ("patentes densas"), que são barreiras estratégicas usadas por empresas farmacêuticas para adiar a entrada de medicamentos biossimilares e manter altos preços.

Este ato legislativo dos EUA oferece lições valiosas para o Sul Global, onde reformas semelhantes podem fortalecer os processos de revisão de patentes, incentivar a concorrência e utilizar as flexibilidades do TRIPS para melhorar o acesso a medicamentos acessíveis, promovendo um sistema de saúde mais equitativo.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#)

Participação Social no G20 e Geopolítica no G7
Social Participation at the G20 and Geopolitics at the G7

Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves

Abstract: G20: *The fortnight at the G20 was highlighted by meetings that mobilized, above all, the importance of greater social participation in the bloc. The preparatory meeting for the Social Summit in November, for example, advanced dialogue with popular movements and launched new strategies for broadened participation. Meanwhile, the G20 Favelas held conferences throughout the country with the aim of integrating favela perspectives into the global dialogue.*

G7: *The highlight of the fortnight is the Italian Foreign Minister's pronouncements, in which he reiterates his support for Ukraine and instigates opposition parties when speaking in defense of migrant students acquiring Italian citizenship.*

OECD: *The OECD's highlights include three updates to its global economic statistical indices for the first months of 2024 and the publication of a study on digital tools and innovative technologies in the workplace and their impact on health and productivity.*

Keywords: *G20, Brazil, Ukraine; G7; Migration, OECD; international cooperation.*

Resumo: G20: A quinzena no G20 foi marcada por encontros que mobilizaram sobretudo a importância de uma maior participação social no bloco. O encontro preparatório para a Cúpula Social em novembro, por exemplo, avançou no diálogo com movimentos de base e lançou novas estratégias para a participação ampliada. Enquanto isso, o G20 Favelas promoveu conferências ao longo do país com o intuito de integrar perspectivas das favelas no diálogo global.

G7: O destaque da quinzena vai para pronunciamentos do Ministro das Relações Exteriores da Itália, em que reitera o apoio à Ucrânia e instiga a oposição ao assumir a posição contrastante de defender que estudantes migrantes adquiriram a cidadania italiana.

OCDE: Os destaques da OCDE se dividem entre três atualizações de seus índices estatísticos econômicos mundiais referentes aos primeiros meses de 2024 e a publicação de um estudo sobre ferramentas digitais e tecnologias inovadoras em ambientes de trabalho e seu impacto na saúde e produtividade.

Palavras-chave: G20, Brasil, Ucrânia; G7; Migração, OCDE, cooperação internacional.

Ampliação da participação social é passo inédito e necessário no G20

No dia 20 de agosto a cidade do Rio de Janeiro sediou mais um importante acontecimento no âmbito do G20, dessa vez, o encontro preparatório da Cúpula do G20 Social¹³³. A iniciativa inédita no fórum reuniu mais de mil participantes, divididos entre autoridades governamentais, especialistas e lideranças da sociedade civil e dos movimentos sociais, para debater e sistematizar as principais propostas até a realização do evento, que acontecerá de 14 a 16 de novembro na capital fluminense¹³⁴. É a primeira vez no bloco que ocorre uma tribuna popular aberta que traga a visão de tantos territórios, lideranças comunitárias, associações populares, ligas camponesas, juventudes e de outros movimentos sociais de base. Através dessa participação ampliada da sociedade civil espera-se que visões mais abrangentes e equitativas das questões globais passem a influenciar os diálogos e declarações do G20, em direção a construção de uma agenda e soluções mais inclusivas.

O evento organizado na Fundação Progreso contou com painéis divididos em torno dos três eixos definidos como prioritários para a gestão brasileira: (i) combate à fome, pobreza e desigualdades; (ii) reforma da governança global; e (iii) sustentabilidade, mudanças climáticas e transição justa. A programação contou ainda com a realização de uma mesa de abertura com a presença dos ministros Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral; Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Wellington Dias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e uma plenária final para sintetizar as discussões e identificar as principais propostas de cada eixo temático.

Junto da Secretaria-Geral da Presidência da República, atualmente seis entidades fazem parte do comitê organizador da Cúpula do G20 Social: Apib – Articulação dos povos indígenas do Brasil; Abong – Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Coalizão Negra por Direitos/Uneafro; Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, com a realização do encontro de preparação, buscou-se ampliar ainda mais essa base de participação, para que novas vozes de todo o mundo sejam ouvidas¹³⁵.

Com isso em mente, um dos principais destaques do evento foi o lançamento da plataforma [G20 Social Participativo](#)¹³⁶. Por meio dessa ferramenta interativa, até o momento bilíngue (inglês e português), qualquer cidadão poderá interagir com os documentos que serão entregues pela sociedade civil, participar de enquetes de opinião e fazer *upload* de novas contribuições e recomendações para os líderes mundiais. A plataforma também servirá como banco de dados dos documentos e materiais preparados pela sociedade civil, além de abrigar o processo de consulta pública. Ainda, pessoas e organizações poderão inscrever eventos e atividades autogestionadas relacionadas às prioridades do fórum até o dia 09 de setembro,

¹³³ Acontece hoje o Encontro preparatório da Cúpula Social do G20 no Rio de Janeiro. G20. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/acontece-hoje-o-encontro-preparatorio-da-cupula-social-do-g20-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹³⁴ Encontro preparatório da Cúpula Social do G20 tem mais de 2 mil inscritos. G20. 17 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/encontro-preparatorio-da-cupula-social-do-g20-tem-mais-de-2-mil-inscritos>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹³⁵ Movimentos sociais brasileiros mobilizados para participação no G20 Social. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/movimentos-sociais-brasileiros-mobilizados-para-participacao-no-g20-social>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹³⁶ G20 Social Participativo: Brasil lança plataforma para receber contribuições para os debates do fórum. G20. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-social-participativo-brasil-lanca-plataforma-para-receber-contribuicoes-para-os-debates-do-forum>. Acesso em: 25 ago. 2024.

marcando o início do processo de articulação para a Cúpula do G20 Social. Como afirma o ministro Márcio Macêdo: "Queremos que cada cidadão, seja do Brasil ou de qualquer outra nação, tenha a oportunidade de contribuir para a construção das políticas públicas que influenciarão diretamente suas vidas"¹³⁷.

Outra inovação foi a apresentação de uma nova estratégia de comunicação e mobilização no bloco¹³⁸. O intuito segue o movimento de ampliação da participação social, enfatizando a importância de "territorializar a comunicação" e adaptar as mensagens do G20 para diferentes realidades, assegurando que todos possam se sentir representados. De acordo com Brunna Rosa, secretária de Estratégia e Redes da Secretaria de Comunicação da Presidência da República do Brasil (Secom/PR), o plano de comunicação, em implementação desde o início da presidência brasileira do fórum, visa explicar como acontecem os debates por meio da produção de notícias, reportagens e entrevistas feitos para as redes sociais em diferentes formatos. O que se pretende fazer agora é envolver os movimentos sociais nessa produção por meio da participação de formadores de opinião, tanto no Brasil como nos demais países-membros do bloco e seguir investindo em conteúdos e formatos inovadores. Esta é a primeira sinalização de uma proposta robusta de envolver a sociedade civil na cobertura dos temas do G20 – os conteúdos produzidos por esses grupos já podem ser acessados na área de [collabs](#), no site oficial.

Em continuidade, tratando especificamente das discussões feitas em cada um dos painéis, alguns avanços foram alcançados. Em relação ao eixo "combate à fome, pobreza e desigualdades", o consenso apareceu em três momentos: (i) na necessidade de discutir políticas agrícolas que priorizem a segurança alimentar e a nutrição, em vez da produção em larga escala voltada exclusivamente para a exportação e o lucro; (ii) no entendimento de que a erradicação da pobreza requer mais do que programas de assistência temporários; e (iii) na defesa do investimento em estratégias que promovam a autonomia econômica das populações vulneráveis, incluindo o fortalecimento das micro e pequenas empresas, a promoção da economia solidária, e o apoio à agricultura familiar, que desempenha um papel central na segurança alimentar global. Para Elisabetta Recine, presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), é necessário articular ações de curto e longo prazo no combate à fome e à pobreza: "Precisamos de uma combinação de ações imediatas, como transferência de renda e alimentação escolar, com transformações estruturais que abordem as raízes da fome e da pobreza. Somente assim poderemos garantir que os avanços sejam duradouros," explicou¹³⁹.

Já sobre o tópico "reforma da governança global", as conversas pautadas orbitaram temas como a saturação e inoperância das atuais estruturas de governança internacional, particularmente no âmbito das Nações Unidas (ONU); as discrepâncias estruturais nas

¹³⁷ Rumo à Cúpula do G20 Social em novembro: ministros reforçam prioridades da presidência brasileira e canais de participação social. G20. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/rumo-a-cupula-do-g20-social-em-novembro-ministros-reforcam-prioridades-da-presidencia-brasileira-e-canais-de-participacao-social>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹³⁸ G20 terá comunicação colaborativa para aproximar o fórum da população. G20. 21 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-tera-comunicacao-colaborativa-para-aproximar-o-forum-da-populacao>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹³⁹ G20 Social no Rio: Brasil impulsiona debate global sobre fome e pobreza com participação ativa da sociedade civil. G20. 21 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-social-no-rio-brasil-impulsiona-debate-global-sobre-fome-e-pobreza-com-participacao-ativa-da-sociedade-civil>. Acesso em: 25 ago. 2024.

instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; e a importância de uma reforma tributária internacional, em consonância com os debates sobre a tributação de grandes fortunas. Tal miscelânea reflete uma compreensão das complexas dinâmicas globais e da necessidade de estruturas mais justas e representativas, com um forte apelo de incluir comunidades tradicionalmente marginalizadas nos processos de governança global. "É imprescindível repensar as cotas e a representatividade do Sul Global nessas instituições. A pouca participação das mulheres e de países em desenvolvimento nos processos decisórios reforça desigualdades históricas", ressaltou Tatiana Berringer, coordenadora do G20 Social na Trilha de Finanças do G20. Para tanto, ela propôs a construção de um roteiro para tornar os bancos nacionais de desenvolvimento mais efetivos, além de explorar novas formas de captação de recursos, como a tributação internacional e o fortalecimento de fundos verdes e climáticos. Indo além, Marcel Fukuyama, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), propôs a implementação de um modelo de governança distribuída e a unificação dos debates em torno de um novo paradigma econômico, alinhado com os limites planetários e a responsabilidade social¹⁴⁰.

Por fim, sobre "sustentabilidade, mudanças climáticas e transição justa", foram apresentadas as primeiras propostas que estarão na plataforma Brasil Participativo para receber considerações da população¹⁴¹. De modo geral, foi enfatizada a necessidade de integrar as questões sociais e ambientais nas políticas de descarbonização da economia, e a importância de um Plano Nacional de Mudança Climática focado na adaptação e construção de resiliência para os grupos mais vulneráveis. Entre as propostas, destacam-se:

- **Financiamento Climático:** O grupo defendeu que a natureza não deve ser financeirizada, mas tratada como um bem comum. Propuseram que os países do G20 liderem um processo para aumentar compromissos de financiamento climático, com recursos novos e adicionais, direcionados especialmente para os países em desenvolvimento mais vulneráveis às mudanças climáticas.

- **Inteligência Artificial e Dados:** Sugerem a criação de um sistema nacional de dados ambientais, com dados públicos e privados, que dialogue entre os níveis nacional e local, promovendo a geração cidadã de dados reconhecida pelo estado.

- **Transição Energética Justa:** Propuseram que o G20 promova o acesso universal e equitativo à energia limpa, com geração descentralizada e distribuída. Recomendaram salvaguardas para proteger ecossistemas e comunidades locais, incluindo uma moratória global para petróleo e gás.

- **Proteção da Biodiversidade Costeira:** Propuseram uma transição energética justa para o setor pesqueiro artesanal, com bloqueio de usinas eólicas offshore que impactam a biodiversidade e as comunidades tradicionais.

¹⁴⁰ Reforma da Governança Global com inclusão, justiça social e sustentabilidade. G20. 22 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/reforma-da-governanca-global-com-inclusao-justica-social-e-sustentabilidade>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹⁴¹ Propostas de Sustentabilidade e Transição Justa são apresentadas no encontro preparatório do G20 Social. G20. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/propostas-de-sustentabilidade-e-transicao-justa-sao-apresentadas-no-encontro-preparatorio-do-g20-social>. Acesso em: 25 ago. 2024.

● **Participação Social:** Defendem uma transição justa com ampla participação social, incluindo sindicatos e associações, garantindo negociações coletivas e trabalho decente, com especial atenção às crianças e adolescentes.

● **Agroecologia e Proteção Florestal:** Recomendam uma transição agroecológica, com desinvestimento em atividades que destroem a floresta e redirecionamento de investimentos para alternativas que garantam a proteção florestal e a demarcação de territórios indígenas.

Imagem 1: Autoridades reunidas no *Encontro preparatório da Cúpula do G20 Social*.



Fonte: G20, 2024.

As Conferências Estaduais das Favelas no âmbito do G20 Favelas realizadas nessa quinzena também apontaram para a necessidade de ampliação da participação social¹⁴². O projeto, também conhecido como IFC20 (*International Favela's Conferences 20*), faz parte da agenda do G20 Social, conta com o endosso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e abrange conferências em mais de 3 mil favelas do Brasil e de outras regiões do mundo. Ainda, a iniciativa faz parte das atividades do que se pretende ser o novo grupo de engajamento do G20, o F20 (Favelas 20), idealizado este ano em conjunto pela

¹⁴² O pobre tem o seu lugar na agenda global do G20. 25 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/o-pobre-tem-o-seu-lugar-na-agenda-global-do-g20>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Central Única das Favelas (CUFA), pela Frente Parlamentar das Favelas e pela Frente Nacional Antirracista (FNA). O objetivo principal é integrar as perspectivas dessas áreas marginalizadas no diálogo global, permitindo não somente que seja possível destacar as questões enfrentadas pelas favelas, mas também promover soluções colaborativas e inclusivas para desafios compartilhados globalmente. É o que destaca Celso Athayde, fundador da CUFA, ao dizer que: "Se os problemas são globais, as soluções também devem ser".

Ao todo foram realizadas 21 conferências simultâneas no país, reunindo milhares de pessoas das favelas, incluindo líderes, moradores e apoiadores, para discutir propostas sobre: (i) redução das desigualdades, combate à fome e à pobreza; (ii) sustentabilidade; (iii) direitos humanos, raça e gênero; e (iv) desafios globais enfrentados pelas favelas e periferias. As propostas apresentadas serão discutidas no evento nacional, que acontecerá no Fórum Mundial das Favelas, em outubro, e as mais destacadas serão apresentadas na Cúpula Social do G20. Apesar dessa fase de conferências ter acontecido em território brasileiro, ainda estão programadas outras para ocorrer até setembro de 2024, abrangendo todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, além de 41 países em diferentes continentes, incluindo América, Europa, África, Ásia e Oceania¹⁴³.

No evento realizado no Rio de Janeiro, por exemplo, as soluções destacadas com base nas propostas foram as listadas abaixo, importante frisar que a saúde aparece como uma das áreas destacadas pelo grupo. Deve-se ainda salientar o anúncio da iniciativa climática F30, que será uma contribuição das favelas para a agenda climática de 2025¹⁴⁴.

● **Infraestrutura e Urbanização:** melhoria das condições de moradia, saneamento básico, acesso à água potável e infraestrutura urbana adequada;

● **Segurança Pública:** redução da violência e fortalecimento das políticas de segurança que respeitem os direitos humanos;

● **Educação:** acesso à educação de qualidade, com escolas bem equipadas e programas de apoio para jovens e adultos;

● **Saúde:** ampliação e melhoria dos serviços de saúde, com atenção especial à saúde mental e prevenção de doenças;

● **Direitos Humanos e Inclusão Social:** combate ao racismo, discriminação e promoção de políticas de inclusão social e igualdade;

● **Meio Ambiente e Sustentabilidade:** ações para enfrentar os impactos das mudanças climáticas e promover práticas sustentáveis nas comunidades.

Cabe por fim destacar que o G20 Favelas também tem participado de ações paralelas ao G20, demonstrando sua relevância mesmo em pouco tempo de criação. Entre essas ações, destacamos a participação no *States of the Future*, evento debatido no Informe anterior onde foram discutidos temas sobre diversidade e inclusão, saúde e outros aspectos cruciais para as comunidades marginalizadas. Além disso, o MIDR (Ministério da Integração de Desenvolvimento

¹⁴³ A favela no centro do debate global: a relevância do G20 Favelas na agenda internacional. G20. 16 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/a-favela-no-centro-do-debate-global-a-relevancia-do-g20-favelas-na-agenda-internacional>. Acesso em: 26 ago. 2024.

¹⁴⁴ G20 Favelas promove conferências simultâneas em todo o Brasil. G20. 24 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-favelas-promove-conferencias-simultaneas-em-todo-o-brasil>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Regional) incluiu a CUFA e o G20 Favelas em discussões sobre Redução de Riscos e Desastres. Tendo em vista a atuação da CUFA durante crises humanitárias, como a pandemia de Covid-19 e os desastres causados por chuvas intensas em vários estados do país, a organização tem sido pioneira ao fornecer soluções práticas e adaptadas às necessidades das favelas de forma emergencial.

Ucrânia e Migrações na agenda do G7

O destaque deste informe vai para o pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores italiano, Antonio Tajani, na data que comemora o 33º aniversário da independência da Ucrânia. Em defesa ao país em guerra, Tajani escreve: *“Em 24 de agosto de 1991, a Ucrânia tornou-se independente e escolheu a liberdade. Hoje continua a defender essa escolha com orgulho e coragem. A Itália, juntamente com os seus parceiros do G7, reitera o seu apoio ao povo para alcançar uma paz justa”*¹⁴⁵. O pronunciamento demonstra a manutenção do apoio do G7 à Kiev e sua oposição aos russos na guerra.

Outro pronunciamento de Antonio Tajani, agora durante uma conferência política e empresarial católica em Rimini, na costa do mar Adriático, ganhou destaque na quinzena. Sob o tema da educação, o ministro das relações exteriores afirma que é do seu interesse que o país receba mais estudantes de origem africana¹⁴⁶. Aliado ao partido de centro-direita italiano, Forza Italia, Tajani alimenta a discussão sobre migração e direitos de cidadania num país liderado por Giorgia Meloni, do partido de extrema direita, Fratelli d'Italia, e abertamente anti-imigrantes. Em um governo onde se vê o endurecimento de leis de imigração para dificultar o asilo e aumento da fiscalização e segurança das fronteiras, críticas às ações de organizações não-governamentais e ações humanitárias no resgate e incentivo à migrantes, os acordos com países africanos para dificultar a migração via mar mediterrâneo e promover o retorno dos que se arriscam, o discurso de Tajani exacerbou a disputa dos partidos de direita italiana sobre o tema. Ao propor ao governo que considere a possibilidade de conceder a cidadania a menores migrantes que tenham completado a maior parte de sua educação na Itália, Tajani vai de encontro à oposição de Fratelli d'Italia e a Liga de Matteo Salvini.

O pronunciamento acontece em um momento em que a Itália enfrenta uma das maiores recessões demográficas da União Europeia. Segundo balanço do Istituto Nazionale di Statistica em janeiro de 2024, o número de habitantes no país era de 58 milhões de pessoas, 7 mil a menos quando comparado ao mesmo período do ano anterior¹⁴⁷. No momento, há um projeto de lei em tramitação na Itália que busca facilitar o retorno de jovens ítalo-descendentes nascidos no exterior e flexibiliza a concessão de vistos (de cinco anos) e até mesmo da cidadania italiana. Por enquanto, esse projeto visa apenas abarcar aqueles que não têm cidadania italiana europeia, mas que tenham ascendência italiana ou demonstre um forte vínculo cultural com o país, além do conhecimento da língua. Dito isso, estudantes de origem africana, ainda que não tenham ascendência italiana, poderiam ter acesso se demonstrarem o vínculo e conhecimento cultural

¹⁴⁵ Tajani: “Italy and the G7 partners alongside Kiev for a just peace”. AGENZIA NOVA. 2024. Disponível em: <<https://www.agenzianova.com/en/news/Tajani-Italy-and-the-G7-partners-alongside-Kiev-for-a-just-peace/>>. Acesso em: 25/08/2024.

¹⁴⁶ Italy's foreign minister says country needs more African students. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/italys-foreign-minister-says-country-needs-more-african-students-2024-08-22/>>. Acesso em: 25/08/2024.

¹⁴⁷ Com Itália envelhecida, projeto quer facilitar ida de imigrantes para trabalhar no país; entenda. EXAME. 2024. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/com-italia-envelhecida-projeto-quer-facilitar-ida-de-imigrantes-para-trabalhar-no-pais-entenda/>>. Acesso em: 25/08/2024.

e linguístico. Cabe a espera para ver o desenrolar da tramitação desse projeto e se terá o apoio dos demais partidos de direita italianos, principalmente num contexto de desenvolvimento do Plano Mattei, que possui dentre seus objetivos principais uma clara tentativa de barrar a migração africana para a Itália.

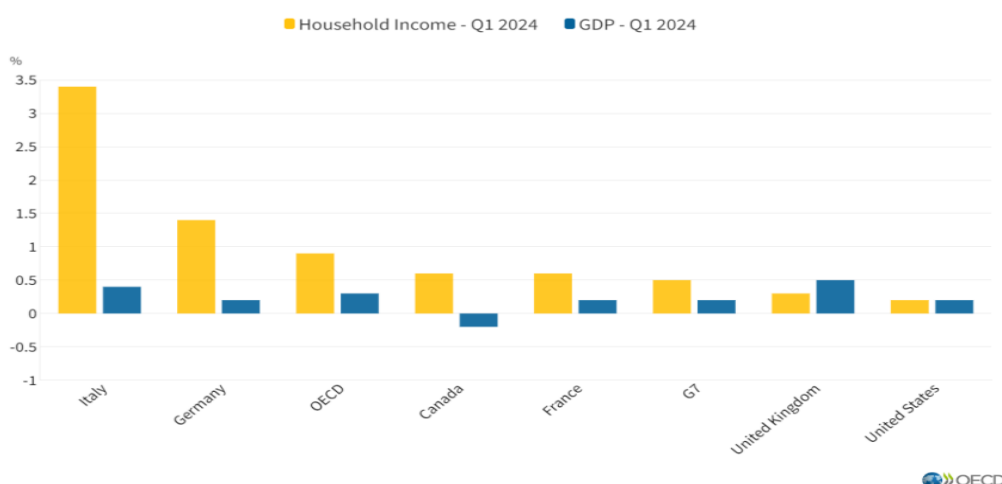
Renda, Comércio e Crescimento nos levantamentos de dados da OCDE

Ao longo do mês de agosto de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prosseguiu a divulgar atualizações de três de seus usuais mapeamentos de dados econômicos e análises estatísticas periódicas relativas à economia mundial, sendo eles os seguintes: a pesquisa da organização sobre o crescimento e o bem-estar econômico com a renda familiar nacional, a análise sobre o produto interno bruto trimestral da própria OCDE e o acompanhamento sobre o comércio de mercadorias e serviços do G20.

Em relação ao primeiro índice econômico, os resultados dos dados coletados pela organização econômica indicam que a renda familiar real per capita na OCDE registrou um aumento médio de 0,9% no primeiro trimestre de 2024, em comparação com 0,3% observado no trimestre anterior (o quarto trimestre de 2023)¹⁴⁸. O produto interno bruto (PIB) real per capita, por sua vez, obteve um crescimento de 0,3% entre os meses de janeiro e março deste ano. Entre as economias participantes do G7, que registraram durante todo o período aumento na renda familiar real per capita, a Itália apresentou o maior avanço na renda familiar (3,4%), impulsionado por um reajuste na remuneração dos funcionários e nas transferências sociais em espécie, revertendo assim o declínio do trimestre anterior.

Ademais, a maioria dos outros países da OCDE também apontaram expansão nos indicadores de renda familiar real, com destaque para o desempenho polônes (10,2%). A maior contração registrada no primeiro trimestre de 2024 foi na Grécia (menos 1,9%), embora o PIB real per capita grego tenha crescido (0,9%).

Figura 1: Renda familiar real per capita e PIB real per capita, economias do G7 e OCDE – 1º trimestre de 2024, variação percentual em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal

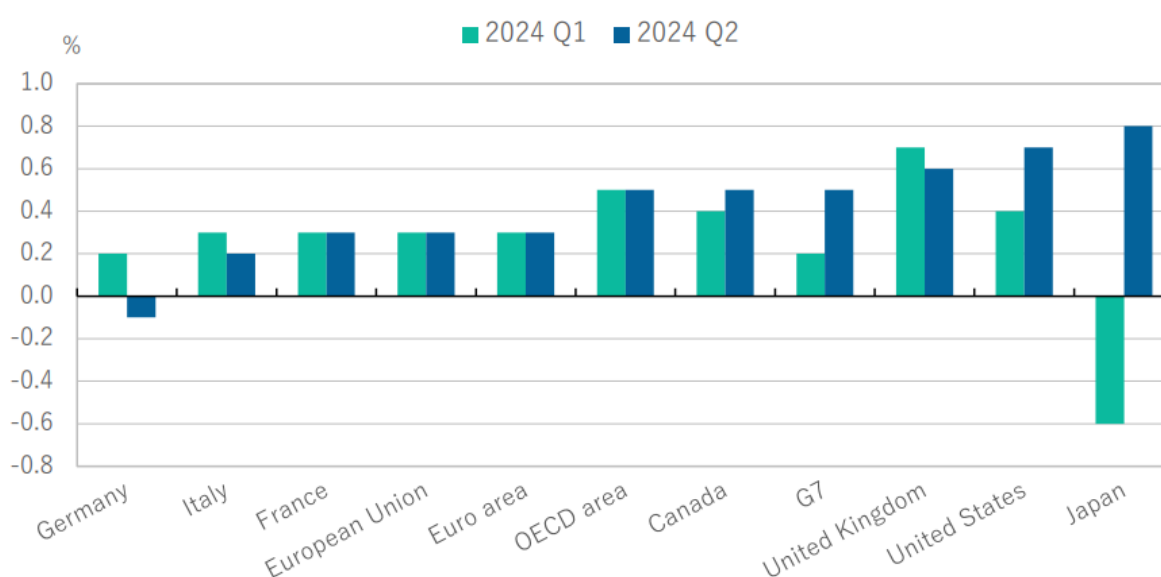


Fonte: OCDE, 2024.

¹⁴⁸ OCDE. Real household income increases in most countries in the first quarter of 2024. OCDE [Internet]. 2024 Aug 12 [cited 2024 Aug 23]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/08/growth-and-economic-well-being-first-quarter-2024-oecd1.html>.

Paralelamente, a organização intergovernamental também publicou a mais recente atualização sobre o produto interno bruto da própria OCDE, da União Europeia, da Zona do Euro e de países membros do G7¹⁴⁹. De acordo com os dados preliminares de relatório apresentados, o PIB da organização atingiu uma elevação de 0,5% no segundo trimestre de 2024, tal qual o ritmo do trimestre anterior¹⁵⁰, que também havia expandido 0,5% em relação ao último trimestre de 2023. Embora a taxa de crescimento geral do PIB da OCDE tenha permanecido inalterada no segundo semestre de 2024, no G7 o PIB registrou um avanço significativo no período, ganhando força ante o acréscimo de 0,2% observados no trimestre anterior. Na comparação anual, o PIB geral da OCDE teve alta de 1,8% no segundo trimestre, ligeiramente acima dos 1,7% observados no trimestre anterior.

Figura 2: Produto interno bruto (variação trimestral em relação ao trimestre anterior) – Variação percentual em relação ao trimestre anterior, dados com ajuste sazonal



Fonte: OCDE, 2024.

Outro índice estatístico atualizado na quinzena foi o “G20 International Trade”, iniciativa especializada no monitoramento de dados e tendências do comércio de bens e serviços do grupo econômico, referente a performance do segundo trimestre de 2024¹⁵¹. Segundo as estimativas preliminares, o comércio de mercadorias do G20 revelou desempenho misto no período, em meio à desaceleração do crescimento dos serviços.

O crescimento das exportações de mercadorias do G20 se estabilizou no segundo trimestre, após o aumento apresentado no trimestre anterior, com tal desaceleração impulsionada, em grande parte, por uma redução nos números das exportações da União

¹⁴⁹ OCDE. OECD GDP growth continues at a steady pace in the second quarter of 2024. OCDE [Internet]. 2024 Aug 22 [cited 2024 Aug 23]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/08/gdp-growth-second-quarter-2024-oecd.html>.

¹⁵⁰ Para mais informações sobre, consulte o informe de número 09 de 2024 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

¹⁵¹ OCDE. G20 merchandise trade shows mixed performance in Q2 2024, amid easing growth in services. OCDE [Internet]. 2024 Aug 23 [cited 2024 Aug 23]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/08/International-trade-statistics--trends-in-second-quarter-2024.html>.

Europeia. Já as importações de bens do G20 cresceram 1,2% após sete trimestres consecutivos de crescimento negativo, estimuladas principalmente pelas elevadas importações dos Estados Unidos e do Reino Unido. A organização estima em sua análise que o crescimento das exportações e importações de serviços do G20 tenha se reduzido para 1,9% e 1,1% no segundo trimestre de 2024, em comparação com os 3,4% e 3,7% registrados no primeiro trimestre de 2024.

Por fim, no que tange de destaque nas atualizações de seus tradicionais e variados acréscimos no rico acervo de documentos publicados e promovidos pela e na organização intergovernamental, é salientado o artigo intitulado *“Digital and innovative tools for better health and productivity at the workplace”*¹⁵².

Nele, seus autores apresentam a questão sobre o mercado de ferramentas digitais e tecnologias inovadoras empregadas em ambientes de trabalho e sua potencialidade para os sistemas de saúde e em programas de promoção da saúde, baseando-se sua análise em quatro estudos de caso, abordando, respectivamente, como os *wearables*, os aplicativos móveis para saúde feminina, os aplicativos de gerenciamento de estilo de vida orientados por inteligência artificial e as plataformas de engajamento de seguro saúde podem ser utilizados para promover a saúde no local de trabalho.

Assim, os pesquisadores ressaltam como tais tecnologias apresentam caminhos para aumentar a eficácia, a eficiência e a personalização das intervenções de promoção da saúde, frisando também os desafios encontrados nos mesmos, tal como preocupações com a privacidade, a exigência de proficiência digital, a necessidade de práticas organizacionais favoráveis para ambientes de trabalho mais saudáveis e a garantia de segurança e adequação clínica dos aplicativos e ferramentas de saúde que se proliferam no mercado.

¹⁵² Vazquez-Venegas PI, Devaux M, Aihara H, Cecchini M. Digital and innovative tools for better health and productivity at the workplace. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Aug 23];169. Available from: <https://doi.org/10.1787/2ce05eb6-en>.

Balanço dos compromissos políticos e de saúde dos países BRICS nos anos pandêmicos 2020-2022

Taking stock of political and health commitments of BRICS countries in the pandemic years 2020-2022

Claudia Hoirisch

Abstract: *This study intends to describe the history of the group, analyse the main commitments in the Leaders' Declarations during the Covid-19 pandemic (2020-2022) and understand to what extent health commitments were fulfilled during the period.*

Keywords: *BRICS. Health. BRICS Declarations. Covid-19. Pandemic. Pandemic years.*

Resumo: Esse estudo pretende descrever a história do grupo, analisar os principais compromissos nas Declarações de Líderes durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022) e, em que medida houve cumprimento dos compromissos em saúde no período.

Palavras-chaves: BRICS. Saúde. Declarações dos BRICS. Covid-19. Pandemia. Anos pandêmicos.

“...Houve momentos em que nós nos sentimos como mendigos no que diz respeito à disponibilidade de vacinas, quando precisávamos de acesso e os países do norte haviam comprado todas as vacinas do mundo, as monopolizaram e não quiseram liberá-las no momento que mais precisávamos. Nos sentimos como se estivéssemos implorando... Eram apenas migalhas sobre a mesa; ‘vamos lhe dar isso e aquilo’. Deixe-me expressar, isso nos gerou muito ressentimento e se agravou ainda mais quando dissemos que queríamos fabricar as nossas próprias vacinas. Quando fomos à OMC houve muita resistência e nós continuamos dizendo: O que é mais importante, vidas ou lucros de suas companhias farmacêuticas?”¹⁵³ Cyril Ramaphosa, líder sul-africano e ex-presidente da União Africana, destacando o descaso da comunidade internacional com a África, durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, organizada pelo presidente francês Emmanuel Macron, nos dias 22- 23 de junho de 2023, em Paris.

É sempre bom lembrar que em 2021, os BRICS contribuíram com o fornecimento de mais de 1 bilhão de doses de vacinas contra a Covid-19, incluindo subsídios e doações, bilateralmente, para organizações internacionais e para o mecanismo Acesso Global às Vacinas da Covid-19 (COVAX/OMS) programa que forneceu vacinas de potências mundiais para economias emergentes e países em desenvolvimento.

¹⁵³ <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/07/5106968-migalhas-na-mesa-diz-presidente-africano-sobre-venda-de-vacinas-da-covid.html>

Introdução

O interesse político, econômico e financeiro despertado pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul) deve-se inicialmente a sua participação cada vez mais importante no Produto Interno Bruto (PIB) mundial: entre 2003 e 2009, o grupo contribuiu para uma expansão de 65% do PIB global e representou em 2013, cerca de 30% deste. Atualmente, o BRICS contribui mais para o PIB mundial (31,5%) do que o G7 (30,8%) e tudo indica com a ampliação do bloco, passará a contribuir com mais de 50% do PIB global até 2030¹⁵⁴.

O BRICS é um grupo trans regional de potências em ascensão, em sua maioria não-ocidentais que surgiu em resposta à crescente demanda por governança global em um mundo rapidamente globalizado e a incapacidade das organizações multilaterais formais, isoladas, específicas e governadas pelo sistema Bretton Woods/ONU¹⁵⁵, para lidar com choques progressivos graves, sinérgicos, em meio a grandes mudanças de poder. O quinteto precisa ingressar na ordem internacionalmente institucionalizada herdada para reformar o sistema multilateral a fim de melhorar sua capacidade para lidar com os diversos desafios do nosso tempo e adaptá-lo às realidades do século 21.

O BRICS continua sendo um grupo proeminente na arquitetura de governança global devido à influência individual de cada Estado-membro e ao tamanho coletivo de suas economias. Além do desenvolvimento econômico e social, o bloco tem por objetivo ampliar a influência de seus países nas discussões políticas mundiais, se posicionando a respeito de diferentes temas, como a reforma das instituições multilaterais, a resposta à crise financeira global, a recuperação econômica, a melhoria da saúde e o combate a pandemias, a redução da pobreza, o meio ambiente, o comércio, a segurança, entre outras áreas estratégicas¹⁵⁶.

Os BRICS enfrentam desafios de saúde semelhantes, incluindo a dupla carga de doenças, o acesso desigual aos serviços de saúde e custos dos cuidados de saúde cada vez maiores. Em 2011, a então Diretora Geral da OMS, Margaret Chan afirmou que “os BRICS eram reconhecidos por seu potencial de influenciar a saúde global, com (...) um grande potencial para mover a saúde global na direção certa (...) para reduzir as lacunas nos resultados na saúde e conferir maior equidade na forma como os benefícios do progresso médico e científico são distribuídos...”¹⁵⁷.

Uma grande expectativa acompanhou os BRICS durante grande parte da última década e a pandemia da Covid-19 mostrou ser uma boa oportunidade para provar a liderança e iniciativa dos países do BRICS no cumprimento dos compromissos contidos em suas Declarações durante esse período.

¹⁵⁴[https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/dilma-diz-que-pib-do-brics-ja-superou-o-do-g7/#:~:text=2024\)%20que%20o%20Brics%20j%C3%A1,%2C%20a%C3%A9m%20da%20Uni%C3%A3o%20Europeia\).](https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/dilma-diz-que-pib-do-brics-ja-superou-o-do-g7/#:~:text=2024)%20que%20o%20Brics%20j%C3%A1,%2C%20a%C3%A9m%20da%20Uni%C3%A3o%20Europeia).)

¹⁵⁵ Estabelecidas na década de 1940.

¹⁵⁶ O Banco dos Brics pode emprestar para outros países que não os sócios (os fundadores são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Só que para conceder esses financiamentos seria necessário que o pedido de empréstimo viesse com a garantia do Tesouro de um dos países sócios. Por exemplo, se Bolívia, Venezuela ou El Salvador desejarem fazer um projeto de infraestrutura, terão de fazer o requerimento com o endosso obrigatório de algum sócio do NDB. Se esse endosso for do Brasil, o Tesouro brasileiro ficaria como fiador da operação para o caso de não pagamento. Em caso de calote, quem bancará são os pagadores de impostos brasileiros.

¹⁵⁷ WHO Director-General addresses first meeting of BRICS health ministers. Beijing, China, July 11, 2011. http://www.who.int/dg/speeches/2011/BRICS_20110711/en/index.html

Nesse sentido, este estudo pretende descrever brevemente a história do grupamento, analisar os principais compromissos nas Declarações de Líderes durante a pandemia de Covid-19 2020-2022 e, em que medida houve cumprimento dos compromissos em saúde nesses anos.

Antecedentes - Uma breve história dos BRICS: as Declarações dos líderes e compromissos com o multilateralismo, reforma das instituições multilaterais e desenvolvimento sustentável incluindo saúde

O BRIC surgiu de uma iniciativa russa quando os chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram pela primeira vez em 2006 às margens dos debates da Assembleia da ONU. A convergência com o G20 veio rapidamente quando os países do grupo foram golpeados pela crise financeira global. Os Ministros da Fazenda do BRIC se reuniram na véspera da reunião dos Ministros da Fazenda do G20, em 7 de novembro de 2008 e seu comunicado sinalizava a aspiração de reformar as instituições financeiras (FMI e BM) e multilaterais.

Os líderes do BRIC se encontraram pela primeira vez em Tóquio em 2008, informalmente durante a Cúpula do G8¹⁵⁸ e acordaram em realizar uma reunião formal no ano seguinte, em Ecatérinburgo, após duas cúpulas do G20.

Na Rússia, os líderes definiram a missão do grupo que, como o G20, é promover a reforma das instituições financeiras internacionais e a cooperação em questões prementes do desenvolvimento global. No primeiro ciclo do BRIC (até 2013) permaneceu seu apoio aos esforços do G20 como o principal fórum de coordenação econômica internacional para estabilizar os mercados financeiros internacionais, alcançar um crescimento forte, sustentável e equilibrado e cumprir a promessa de reformar o sistema monetário e arquitetura econômica e financeira internacional.

O presidente sul-africano foi convidado a unir-se ao BRIC em dezembro de 2010 e em 2011, a África do Sul ingressou no grupo já participando da 3ª Cúpula. A ordem de cada letra do acrônimo BRICS passaria a ser respeitada de modo a garantir a cada membro do grupamento uma oportunidade de moldar o desenvolvimento institucional e a agenda do BRICS no ano em que aquele país estivesse atuando como anfitrião.

O país-membro africano sediou a 5ª Cúpula do BRICS em Durban, em 2013. Seu ingresso no grupo conferiu um equilíbrio geográfico em termos globais e o alcance regional dos BRICS cresceu quando a África do Sul convidou líderes africanos para a Cúpula para discutir a cooperação do quinteto com o continente africano. No ano seguinte, o quinteto institucionalizou o modelo de alcance regional ao realizar uma sessão conjunta, dessa vez, com líderes sul-americanos.

Em 2010, em Brasília, os líderes do BRICS ampliaram a agenda e passaram para os domínios social e ecológico. Prometeram atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) até 2015, desenvolver sistemas de energia mais limpos, acessíveis e sustentáveis e promover a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Em 2011, em Sanya, os líderes se concentraram na excessiva volatilidade dos preços agrícolas, segurança alimentar e agricultura sustentável. Sanya estabeleceu o compromisso do BRICS em saúde global, incluindo a cooperação na luta contra HIV/Aids, TB e malária.

¹⁵⁸ <http://www.brics.utoronto.ca/docs/080709-leaders.html>

Em 2012, em Nova Delhi, os líderes do BRICS focaram na estabilidade macroeconômica e na criação de um Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês) ou Banco dos BRICS para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Nessa Cúpula discutiram acordos de *swap* entre suas moedas. Em meio a crescentes tensões geopolíticas e conflitos regionais, a cooperação em questões políticas e de segurança se expandiu significativamente. Em março de 2013, em Durban, os líderes do BRICS concordaram em estabelecer o NBD com um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões, um capital autorizado inicial de US\$ 100 bilhões e um Arranjo Contingente de Reservas (CRA) com um compromisso inicial de US\$ 100 bilhões.

Em 2014, no segundo ciclo de Cúpulas, cobriram as prioridades abordadas pelas presidências anteriores e incluíram proteção ambiental. Anunciaram as assinaturas do Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento e, do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, para ajudar os países a se contraporem a pressões por liquidez de curto prazo, promover a cooperação entre os BRICS, fortalecer a rede de segurança financeira mundial e complementar arranjos internacionais existentes.

Em 2015, na Declaração de Ufá, reafirmaram o direito de todos, sem qualquer distinção, ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental e à qualidade de vida necessária para se manter a saúde e o bem-estar. Expressaram preocupação com diversas doenças importantes como HIV/Aids, tuberculose, malária e outras, com o surgimento de infecções com potencial pandêmico, como influenza, novo coronavírus e Ebola. Considerando o fato de seus países terem experiência significativa no combate às doenças transmissíveis, se comprometeram a trabalhar conjuntamente para travar e erradicar essas doenças que dificultam o desenvolvimento (HIV/Aids, tuberculose, malária, doenças tropicais que afetam populações negligenciadas, poliomielite, sarampo) e na pesquisa, desenvolvimento, produção e oferta de medicamentos destinados a proporcionar maior acesso à prevenção e ao tratamento dessas doenças.

Cientes dos esforços de seus países para criar economias do conhecimento, cujos motores são a CT&I, reafirmaram sua disposição de fortalecer a cooperação nesse campo para promover o desenvolvimento social e econômico, diminuindo o hiato científico e tecnológico entre os países do BRICS e os países desenvolvidos. Com base nas disposições do Memorando de Entendimento (MdE) sobre cooperação em CT&I, reafirmaram a importância de uma Iniciativa de Pesquisa e Inovação do BRICS para coordenar os programas nacionais de seus países; o desenvolvimento e implementação de um Programa-Quadro do BRICS para financiamento de projetos conjuntos multilaterais para pesquisa e inovação envolvendo ministérios e centros de Ciência e Tecnologia, institutos de fomento e fundações nacionais e regionais que patrocinam projetos de pesquisa e o estabelecimento de uma plataforma conjunta de pesquisa e inovação.

Em 2016, saudaram a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos com ênfase na igualdade, equidade e qualidade de vida para todos. Apelaram aos países desenvolvidos para que honrem seus compromissos de fornecer 0,7% da Renda Nacional Bruta para os países em desenvolvimento para que estes possam implementar os ODS.

Ressaltaram que os países do BRICS enfrentam desafios de doenças transmissíveis, incluindo HIV e tuberculose e sublinharam mais uma vez a necessidade de avançar na cooperação dessas enfermidades em seus países, inclusive na produção de medicamentos e diagnósticos. Foi anunciada a criação da Rede de Pesquisa colaborativa BRICS em TB.

Enfatizaram a importância da cooperação entre seus países na promoção da P&D de medicamentos e diagnósticos para acabar com as epidemias e facilitar o acesso a medicamentos.

Cientes da ameaça que a resistência antimicrobiana (AMR) representa para a saúde, o crescimento e a estabilidade econômica global, se comprometeram em identificar possibilidades em potenciais áreas de convergência.

Em setembro de 2017, em Xiamen, Xi Jinping clamou por esforços redobrados para aprofundar ainda mais a parceria do BRICS e inaugurar a segunda “Década de Ouro” de cooperação do grupo. O tema energia voltou à pauta; reconheceram que o acesso à energia e a segurança energética são essenciais para a prosperidade e o futuro do planeta. Se comprometeram a trabalhar juntos para promover o uso mais eficaz de combustíveis fósseis e o uso mais amplo de gás e energia hidrelétrica para a transformação em direção a uma economia de baixas emissões e desenvolvimento sustentável.

No ano de 2019 foi criada a Rede BRICS de Bancos de Leite Humano. Este ano representou o início do terceiro ciclo do BRICS, rodada que ajudou o grupamento a enfrentar a crise da Covid-19. No Brasil, em especial, foi marcado a ferro e fogo pela entrada no poder de um líder (2019-2022) que se opunha à cooperação internacional em mudanças climáticas e à vacinação contra a epidemia e buscava aprofundar o comércio e os investimentos com os EUA. A Declaração de Brasília de 2019 enfatizou mais uma vez a importância de uma ação coletiva na promoção da pesquisa e desenvolvimento (P&D) de medicamentos e ferramentas de diagnóstico para acabar com epidemias, combater doenças transmissíveis e facilitar o acesso a medicamentos, isso antes mesmo da pandemia de Covid-19 brotar. A Cúpula produziu um Plano de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação BRICS 2019–2022. Em janeiro de 2021, Índia, Brasil e África do Sul figuravam entre os países que apresentavam elevados casos de Covid-19 e altas taxas de mortalidade por Covid-19 no mundo.

A Cúpula de Moscou de 2020 inicialmente marcada para julho foi reagendada para novembro, no formato virtual devido à eclosão da pandemia de Covid-19, em dezembro de 2019. No adiamento, pesaram não somente a questão pandêmica, mas também o impasse da região sob disputa - Linha de Controle Real China-Índia em Ladakh -, que irrompeu em junho e aumentou a tensão nas relações bilaterais desses dois países.

A agenda dos países BRICS tem testemunhado uma expansão constante de seu escopo desde sua criação. Durante os primeiros anos, centrou-se na resposta à crise financeira transatlântica, com especial incidência no multilateralismo, e em particular na necessidade de reformar a arquitetura monetária e financeira internacional. Posteriormente, os BRICS estabeleceram o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, duas iniciativas financeiras emblemáticas que são histórias de sucesso do grupo. Notadamente, com a eclosão do surto de Covid-19 no final de dezembro 2019-início de 2020 como o tema saúde causou enorme preocupação nos países BRICS e começou a figurar de forma consistente, adensando a agenda do grupo, serão apresentados os compromissos em saúde e posteriormente serão analisados em que medida houve cumprimento dessas pactuações.

As Declarações das Cúpulas de Chefes de Estado de 2020-2022

Declaração de Moscou (2020, Rússia)

Em 2020, a 12ª Cúpula do BRICS¹⁵⁹ aconteceu de forma virtual. Os líderes reconheceram os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e seu impacto na economia internacional, nos sistemas de saúde, no setor financeiro e no desenvolvimento, no bem-estar dos grupos mais vulneráveis e reafirmaram o compromisso de contribuir com a saúde e a recuperação econômica. Evidenciaram o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em fornecer recursos financeiros para reduzir as perdas humanas, sociais e econômicas causadas pelo surto de coronavírus e restaurar o crescimento econômico nos países do BRICS. Rememoraram as medidas tomadas pelo NBD para combater a pandemia do Covid-19 como as do Programa de Assistência Emergencial destinado a fornecer até US\$ 10 bilhões em empréstimos emergenciais a seus países membros¹⁶⁰ para assistência relacionada à crise na saúde e na economia.

Exaltaram o papel da imunização extensiva contra a Covid-19 para acabar com a pandemia e estimularam a vacinação assim que imunizantes eficazes e seguros estivessem disponíveis. Apoiaram as iniciativas da OMS, governos, organizações sem fins lucrativos, institutos de pesquisa e indústria farmacêutica para acelerar a P&D e produção da vacina e terapêutica contra a Covid-19, e apoiaram abordagens cooperativas a esse respeito. Garantiram que quando disponível, a vacina seria disseminada de forma justa, equitativa e acessível. Nesse sentido, apoiaram a iniciativa Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A)/OMS.

Recordaram a decisão da Declaração de Joanesburgo (2018) de estabelecer o Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas e incentivaram sua operacionalização.

Se comprometeram em cooperar para enfrentar os desafios à saúde por meio do desenvolvimento de respostas conjuntas eficazes à disseminação contínua das principais doenças como HIV/AIDS, tuberculose, malária e outras e o surgimento de infecções com potencial pandêmico.

Na área de vigilância, propuseram estabelecer um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e contribuir para a segurança internacional da saúde.

Reconheceram a importância do Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS (PQ-CTI BRICS)¹⁶¹ que atraiu diversas agências financiadoras do BRICS e mais de uma centena de projetos do BRICS foram apoiados em diferentes áreas temáticas. O PQ-CTI BRICS facilitou o trabalho em rede de organizações de pesquisa e cientistas do BRICS para trabalharem em conjunto e desenvolverem soluções para desafios comuns. O programa fomentou o combate da disseminação e os impactos do Covid-19, inclusive no lançamento de uma chamada especial conjunta de P&D e intercâmbios online de especialistas.

Declaração de Nova Delhi (2021, Índia)

Em 2021, os líderes do BRICS convocaram a 13ª Cúpula do BRICS¹⁶² que se deu por vídeo. Naquele ano, a pandemia do Covid-19 grassava há quase dois anos e continuava a causar danos políticos, econômicos e sociais imensuráveis em todo o mundo. Os líderes lamentaram a

¹⁵⁹ <http://www.brics.utoronto.ca/docs/201117-moscow-declaration.html>

¹⁶⁰ http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/24/c_139392838.htm

¹⁶¹ <http://brics-sti.org/>

¹⁶² <http://www.brics.utoronto.ca/docs/210909-New-Delhi-Declaration.html>

desigualdade no acesso a vacinas, diagnósticos e tratamentos, especialmente para os mais pobres do mundo e populações mais vulneráveis e reconheceram a importância de vacinas seguras, eficazes, acessíveis e baratas. Apoiaram as discussões que estavam em andamento na OMC sobre uma renúncia aos Direitos de Propriedade Intelectual da vacina contra a Covid-19 e o uso de flexibilidades do Acordo TRIPS e da Declaração de Doha sobre Acordo TRIPS e Saúde Pública.

Reafirmaram o compromisso de continuar seus esforços no apoio a países de todo o mundo para combater a pandemia por meio de financiamento, doação, produção local e facilitação da exportação de vacinas, terapêuticas, diagnósticos e outros equipamentos de saúde. Naquele momento, os países do BRICS haviam contribuído com o fornecimento de mais de 1 bilhão de doses de vacinas contra a Covid-19, incluindo subsídios e doações, bilateralmente, para organizações internacionais e para o mecanismo Acesso Global às Vacinas da Covid-19 (COVAX), programa da OMS para fornecer vacinas de outras potências mundiais para economias emergentes.

Notaram a cooperação intra-BRICS para fortalecer a preparação e resposta à pandemia, inclusive na cooperação de vacinas, e saudaram o progresso rumo ao lançamento “antecipado” do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS em formato virtual.

Apoiaram o progresso no estabelecimento de um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) e a Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos/OMS, para identificar futuras pandemias e prever surtos por meio de colaboração institucional.

Reiteraram seu compromisso de aprimorar a cooperação do BRICS para enfrentar outros desafios de saúde, especialmente a tuberculose (TB), e elogiaram o trabalho realizado pela Rede de Pesquisa em TB do BRICS no contexto da pandemia do Covid-19.

Reconheceram a importância da experiência e do compartilhamento de conhecimentos no Simpósio BRICS sobre Medicamentos Tradicionais, e incentivaram mais intercâmbios.

Reafirmaram seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental e conclamaram a comunidade internacional a promover parcerias de desenvolvimento global para enfrentar o impacto da pandemia e acelerar a implementação da Agenda 2030, avançando nos Meios de Implementação, dando atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

Agradeceram a importância da CT&I do BRICS em reunir pesquisadores dos cinco países para enfrentar desafios novos e emergentes e reconheceram o progresso alcançado pelos projetos de pesquisa conjuntos, especialmente nos vários grupos de trabalho temáticos. Mencionaram o Plano de Ação do BRICS sobre Cooperação em Inovação para 2021-2024.

Agradeceram o progresso do NDB na expansão de três novos membros¹⁶³, e reiteraram que o processo de expansão deve ser gradual e equilibrado em termos de representação geográfica de seus membros.

¹⁶³ Bangladesh, EAU e Uruguai. Egito foi admitido em dezembro daquele ano.

Declaração de Pequim (China, 2022)¹⁶⁴

Em 2022, na Cúpula de Pequim, o tema escolhido foi “Fomentar a parceria BRICS de alta qualidade, inaugurar uma nova era para o desenvolvimento global”. Os líderes do quinteto se concentraram em seis pilares: fortalecer e reformar a governança global, trabalhar em solidariedade para combater o Covid-19, salvaguardar a paz e a segurança, promover a recuperação econômica, acelerar a implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento institucional.

Apoiaram a disponibilidade de diagnósticos, medicamentos, vacinas e produtos médicos essenciais seguros, eficazes, acessíveis e com preços acessíveis para pessoas de diferentes países, especialmente países em desenvolvimento, e distribuição equitativa de vacinas e vacinação rápida, para preencher a lacuna de imunização globalmente. Apoiaram o protagonismo da OMS no combate à pandemia, bem como reconheceram iniciativas como a COVAX e a ACT-A. Reconheceram a importância das discussões na OMC sobre propostas relevantes de isenção de DPI, bem como da capacitação e fortalecimento da produção local de vacinas e outros instrumentos de saúde, especialmente em países em desenvolvimento. Ressaltaram a necessidade de continuar a fortalecer a cooperação em métodos de teste, terapêutica, pesquisa, produção e reconhecimento de vacinas.

Reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo e continuaram a apoiar a Organização Mundial da Saúde (OMS) para desempenhar o papel de liderança na governança global da saúde. Se comprometeram a fortalecer a cooperação técnica multilateral destinada a aumentar as capacidades nas áreas de resposta a grandes emergências de saúde pública, Cobertura Universal de Saúde (UHC), pesquisa e desenvolvimento de vacinas, prevenção e cuidados de saúde terapêuticos e sistemas digitais de saúde. Concordaram em aprofundar a cooperação existente por meio do estabelecimento de laços de cooperação mais estreitos entre as instituições de saúde do BRICS e da exploração de oportunidades para projetos conjuntos de colaboração no setor de saúde.

Saudaram a convocatória do Fórum de Alto Nível do BRICS sobre Medicina Tradicional.

Enfatizaram que os países do BRICS devem estar mais bem preparados para o Covid-19 e futuras emergências de saúde pública, e aprimorar os intercâmbios e a cooperação em alerta de emergência de saúde pública, preparação e resposta à prevenção de pandemias e melhores práticas em tratamento médico. Saudaram o lançamento virtual do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS e elogiaram a "Iniciativa de Fortalecimento da Cooperação em Vacinas e Construção Conjunta de uma Linha Defensiva contra a Pandemia". Estimularam a participação de outros países, especialmente os emergentes e países em desenvolvimento no Centro para aumentar a capacidade de controle e prevenção de doenças infecciosas.

Apoiaram a continuidade dos encontros da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, que contribuirão para o alcance da meta da OMS de acabar com a TB até 2030.

Observaram com preocupação que a pandemia da Covid-19 interrompeu os esforços para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reverteu anos de progresso na pobreza, fome, assistência médica, educação, mudança climática, acesso à água potável e proteção ambiental. Reafirmaram seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 em

¹⁶⁴ https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202206/t20220623_10709037.html

todas as suas três dimensões, econômica, social e ambiental. Enfatizaram que a comunidade internacional deve atribuir mais importância ao desenvolvimento, reunindo os recursos necessários para inculcar um novo impulso na implementação da Agenda 2030 e instaram os países doadores a honrar seus compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e facilitar a capacitação e a transferência de tecnologia. Ressaltaram a importância do diálogo entre as agências de desenvolvimento relevantes dos países BRICS.

Apoiaram a promoção do BRICS *Outreach* e BRICS Plus de acordo com os Termos de Referência atualizados adotados pelos Sherpas dos BRICS em 2021.

Comentários do cumprimento das pactuações em saúde

Cooperação econômica para aliviar as consequências na saúde ocasionadas pelo surto e apoio à recuperação econômica dos países membros

O NDB se comprometeu a fornecer até US\$ 10 bilhões por meio de seu Mecanismo de Assistência de Emergência para a concessão de empréstimos a seus membros para financiar despesas relacionadas ao combate da Covid-19 e apoiar medidas governamentais que pudessem contribuir para a recuperação econômica.

Dos projetos aprovados até meados de 2023, o NDB concedeu ajuda financeira de US\$ 9 bilhões. Cada país do BRICS recebeu do NDB US\$ 1 bilhão em Empréstimos para Resposta a Emergências relacionadas à Covid-19. A outra linha de financiamento foi destinada para empréstimos direcionados à recuperação econômica dos países. Nessa segunda modalidade, apenas a Rússia não recorreu ao seu quinhão.

Sob a rubrica “Empréstimos de Resposta a Emergências relacionadas à Covid-19”, no Brasil, esse montante contribuiu para conter a propagação do vírus, diminuir a taxa de infecção e minimizar as consequências sociais e econômicas das medidas de distanciamento social relacionadas ao surto de Covid-19. Na Rússia, forneceu apoio aos profissionais de saúde da linha de frente que prestaram assistência médica para o diagnóstico e tratamento de infecções por coronavírus. Na Índia, o Programa apoiou os esforços para conter a propagação do vírus e reduzir as perdas humanas, sociais e econômicas¹⁶⁵. Na China, ajudou a reduzir a perda de vidas humanas; aumentou a resiliência do setor de saúde pública e do sistema de resposta a emergências de saúde; ajudou a conter a transmissão progressiva da Covid-19; mitigou as lacunas financeiras do governo devido aos gastos inesperados causados pelo surto e os impactos sociais e econômicos adversos do surto e ajudou a recuperar as atividades sociais e econômicas para o desenvolvimento sustentável. Na África do Sul, o Programa permitiu a recuperação da atividade econômica e social por meio de aquisição e implantação de bens e serviços de saúde para aumentar a detecção e diagnóstico de doenças, as capacidades de prevenção e controle de infecções; e aumentou o valor dos subsídios sociais pagos aos beneficiários para fortalecer as medidas de assistência social do país durante o período do surto, o que ajudou a reduzir as perdas econômicas, principalmente para a população vulnerável¹⁶⁶.

¹⁶⁵ O Programa preveniu, detectou e respondeu à ameaça representada pela pandemia; financiou despesas críticas de saúde que melhoraram a capacidade de saúde na Índia e fortaleceu a preparação dos sistemas de saúde; e forneceu assistência econômica imediata aos grupos vulneráveis e afetados, facilitando assim a recuperação econômica e social.

¹⁶⁶ <https://www.ndb.int/projects/covid-19-emergency-assistance-info-hub/>

Devido à natureza ágil e enxuta em sua estrutura, o NDB, foi capaz de aprovar o primeiro empréstimo para a China em março de 2020 e logrou em responder rapidamente às necessidades urgentes de seus membros diante da pandemia.

Cooperação entre os países BRICS em Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas em tempos pandêmicos

O quinteto saudou a “colaboração biofarmacêutica endógena para aliviar o déficit relativo à situação pandêmica”.

Os BRICS foram responsáveis por boa parte da produção de vacinas e seu ingrediente farmacêutico ativo (IFA) para a Covid-19. No início de 2021, metade das vinte vacinas para a enfermidade foram pesquisadas, desenvolvidas e produzidas nos BRICS, sendo que a China respondeu por seis, enquanto a Índia e a Rússia por duas, cada¹⁶⁷.

A China ocupa hoje lugar central na inovação e produção de vacinas para diversas doenças contagiosas. A Índia abriga o *Serum Institute*, o maior complexo de produção de vacinas do mundo. A Rússia mantém intacta a sua capacidade científica e tecnológica, com ênfase na área de biotecnologia. A África do Sul tem histórico de êxito reconhecido em seus programas de saúde pública e liderança continental, e o Brasil, com o Sistema Único de Saúde (SUS), Bio-Manguinhos/Fiocruz e o Instituto Butantan, está estrategicamente bem-posicionado para fornecer vacinas para suprir suas necessidades domésticas de dimensões continentais, bem como para os países do Mercosul e da América Latina^{168,169}.

Durante a pandemia, a China coordenou ensaios clínicos de uma de suas vacinas, a CoronaVac, com o governo de São Paulo e o Butantan produziu o imunizante; forneceu insumo farmacêutico ativo (IFA) da CoronaVac para o Brasil; e exportou CoronaVac para a África do Sul. O Instituto Soroterápico da Índia exportou doses da Astra Zeneca para o Brasil. O Brasil produziu IFA e Astra Zeneca 100% nacional o que permitiu exportar para a América Latina. A Rússia fez acordos com biofarmacêuticas chinesas para produzir Sputnik-V (S-V) e a Índia encomendou o S-V e fabricou para atender necessidades domésticas e posteriormente exportou.

Os países do grupo colaboraram entre si sob a forma de clusters¹⁷⁰ no desenvolvimento tecnológico, forneceu IFA, fez transferência de tecnologia para acelerar a produção e facilitou as exportações em uma tentativa de diminuir a morbimortalidade e de destravar as economias em seus países.

Nacionalismo das vacinas nos países ricos, competência tecnológica dos BRICS e o uso das vacinas com fins diplomáticos

Nacionalismo vacinal foi o termo dado aos países ricos em 2020, que encomendaram milhões de doses de vacinas ainda não aprovadas em uma tentativa de serem os primeiros na fila, caso aquelas se mostrassem bem-sucedidas^{171,172}.

Em abril de 2021, a vacinação no mundo mostrou-se desigual já que das mais de 700 milhões de doses administradas, 87% haviam sido inoculadas nos países mais ricos e apenas

¹⁶⁷ <https://agencia.fiocruz.br/vacinas-pantagruel-e-diplomacia-da-saude-de-brics>

¹⁶⁸ <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinas-pantagruel-e-diplomacia-da-saude-de-brics>

¹⁶⁹ <https://cee.fiocruz.br/?q=o-brics-e-barbarie-global-das-vacinas>

¹⁷⁰ <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49972>

¹⁷¹ <https://diplomatie.org.br/vacinas-pantagruel-e-a-diplomacia-da-saude-de-brics/>

¹⁷² <https://cee.fiocruz.br/?q=o-brics-e-barbarie-global-das-vacinas>

0,2% foram para os países de menor renda, algo que o mais alto representante da OMS, Tedros Adhanom, descreveu como um “desequilíbrio escandaloso”. Nos países de alta renda, uma em cada quatro pessoas em média havia sido vacinada, enquanto nos países pobres essa proporção foi de uma em cada 500.¹⁷³ Além disso, alguns países receberam imunizantes para o combate do vírus, longos dezoito meses depois de terem sido liberados em outros países.

Para contrabalançar o nacionalismo vacinal, os BRICS apostaram na diplomacia vacinal ao garantirem que “quando estivesse disponível, a vacina seria disseminada de forma justa, equitativa e acessível”¹⁷⁴.

Até outubro de 2021, os países do BRICS já haviam fornecido mais de 1 bilhão de doses de vacinas, incluindo subsídios e doações, bilateralmente, para organizações internacionais e para o mecanismo Acesso Global às Vacinas da Covid-19 (Covax/OMS).

Somente a China havia exportado ou doado 1,26 bilhão de doses de vacinas para 115 países, sendo 95% por meio de vendas¹⁷⁵. O país foi o segundo maior doador individual de vacinas contra a Covid-19 (12%), atrás dos EUA (41%) e na frente da Alemanha (11%)¹⁷⁶. Em termos de número total de doses doadas, os dez maiores receptores de vacinas chinesas naquele ano foram Camboja, Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão, Mianmar, Nepal, Laos, El Salvador, Filipinas, membros da Iniciativa Cinturão e Rota. Em meados de 2021 a China anunciou a venda de meio bilhão de doses de vacinas para o Mecanismo Covax.

O Instituto Soroterápico da Índia (*Serum Institute of India*) assumiu inicialmente um papel de liderança na produção de vacinas para o mundo em desenvolvimento, mas teve que retroceder em seu compromisso de fornecer centenas de milhões de doses da vacina Astra-Zeneca para a África através da Iniciativa Covax¹⁷⁷ para atender a demanda local devido a uma segunda onda da pandemia em seu país no início de 2021, o que levou as autoridades nacionais a aumentarem o ritmo de vacinação, provocando uma redução da quantidade de doses destinadas à exportação.

A diplomacia vacinal indiana foi retomada poucos meses depois quando o país doou doses aos seus vizinhos imediatos- Bangladesh, Mianmar, Nepal, entre outros-, e à Covax em função de compromissos assumidos¹⁷⁸. Em 21 de fevereiro de 2022, a Índia havia distribuído cerca de 162,9 milhões de doses de vacinas para cerca de uma centena de países; destas, 14,3 milhões de doses foram doadas. Os 107,1 milhões restantes foram fornecidos pelos produtores de vacinas e 41,5 milhões foram entregues por obrigações da Covax.

Em agosto de 2020, a vacina russa contra a Covid a Sputnik V (S-V) tornou-se a primeira vacina registrada contra a doença em todo o mundo. Foi desenvolvida em um laboratório

¹⁷³ <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-09/o-escandaloso-desequilibrio-na-distribuicao-de-vacinas-contr-a-covid-19-entre-ricos-e-pobres.html>

¹⁷⁴ <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49972>

¹⁷⁵ <https://healthpolicy-watch.news/china-covax-led-vaccine-exports-lmic-2021/#:~:text=China%20and%20COVAX&text=Nevertheless%2C%20COVAX%20has%20supplied%20144,95%25%20of%20doses%20via%20sales.>

¹⁷⁶ No seu conjunto, os países da UE representaram um terço do número total de doses de vacinas doadas entregues em 2021

¹⁷⁷ <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/indias-serum-institute-let-africa-down-vaccines-says-africa-cdc-2021-12-09/>

¹⁷⁸ <https://oglobo.globo.com/mundo/india-anuncia-retomada-da-exportacao-de-vacinas-para-outros-paises-25204878>

estatal, teve um início lento, já que os produtores locais lutaram por meses no outono russo de 2020 para obter equipamentos de biotecnologia fabricados na China que estavam em falta¹⁷⁹. Diante da capacidade manufatureira limitada, Moscou recorreu a países parceiros com grande capacidade de produção de biofarmacêuticos como Brasil, Índia e Coreia do Sul para alcançar sua meta de inoculação de quase 10% da população mundial. Foram assinados contratos com dez países para a produção de 1,4 bilhão de doses, o suficiente para vacinar 700 milhões de pessoas.

Em maio de 2021, a Rússia registrou o Sputnik Light, uma vacina de dose única que continha somente o primeiro componente do Sputnik V e com eficácia menor que o S-V.

Em abril de 2022, menos de 2,5% das pessoas vacinadas em todo o mundo haviam recebido uma dose do Sputnik V¹⁸⁰. A capacidade de produção nacional reduzida do país aliada ao fato dos Estados Unidos e outros países terem incluído o Fundo de Investimento Direto Russo (RDIF) na lista de entidades russas sancionadas, devido a invasão russa na Ucrânia no início daquele ano, reduziu significativamente as perspectivas comerciais futuras do Sputnik V¹⁸¹.

O alcance da vacina russa foi conduzido principalmente em uma base comercial. Nos primeiros dezoito meses da pandemia, Moscou se absteve de fazer contribuições financeiras ou em espécie significativas para o Covax¹⁸², preferindo doar bilateralmente para vizinhos ou aliados como Bielorrússia, Síria e Quirguistão¹⁸³.

O Brasil logrou em doar 10 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 ao consórcio Covax e países da América Latina, Caribe e África¹⁸⁴.

A China e a Índia ajudaram a diminuir a desigualdade vacinal, e embora o papel da China tenha sido crítico para preencher as lacunas globais de fornecimento de vacinas (*apartheid* vacinal), o país operou majoritariamente de forma bilateral, fornecendo imunizantes para os parceiros da ICR, e em menor proporção na arquitetura multilateral, que a OMS, a GAVI e outras agências globais de saúde procuraram criar durante a pandemia¹⁸⁵.

Colaboração dos BRICS em CT&I

O BRICS lançou um Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação que atraiu agências financiadoras de seus países ao abrir chamadas conjuntas de P&D. Dentre as chamadas públicas, a de 2020, Resposta à Pandemia Global Covid-19, recebeu 111 projetos entre os quais, cinco projetos da Fiocruz foram contemplados. A chamada de 2021 se concentrou em Resistência Antimicrobiana (RAM), uma das 10 principais ameaças globais à saúde pública que a humanidade enfrenta atualmente. Pelo menos três países BRICS colaboraram na busca de

¹⁷⁹ <https://www.nytimes.com/2021/03/28/world/europe/sputnik-vaccine-russia.html>

¹⁸⁰ ["Como a invasão da Ucrânia pela Rússia condenou a vacina contra o coronavírus Sputnik V". *Washington Post*.](#)

¹⁸¹ Webster P (março de 2022). "Vacina russa COVID-19 em perigo após invasão da Ucrânia". *Medicina Natural*: d41591–022–00042-y

¹⁸² <https://carnegieendowment.org/2021/12/10/russian-covid-19-diplomacy-in-africa-mixed-bag-pub-85971>

¹⁸³ [COVAX, doações de vacinas e a política de desigualdade vacinal global - PMC \(nih.gov\)](#)

¹⁸⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-12/brasil-anuncia-doacao-de-10-milhoes-de-doses-de-vacina>

¹⁸⁵ <https://oglobo.globo.com/saude/china-anuncia-venda-de-550-milhoes-de-doses-de-vacinas-inclusive-coronavac-para-covax-25103267>

diagnósticos e novos antibióticos para o combate de infecções bacterianas resistentes a medicamentos, incluindo a TB.

Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas

Como já foi evidenciado em uma seção anterior, há enormes potencialidades nos BRICS em termos de P&D¹⁸⁶. Cientes disso, os países optaram por criar em 2018 um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas. O Centro foi ‘lançado’ e ‘inaugurado’ virtualmente em 2021 e 2022, respectivamente.

Os representantes nacionais do Centro são o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), Smorodintsev Research Institute of Influenza da Rússia; Indian Council of Medical Research (ICMR), Sinovac Life Sciences Co. na China, Ltd. e South African Medical Research Council (SAMRC).

Dada a crise da Covid-19, a competência tecnológica dos países do grupo e as pandemias que estão por vir, existe uma necessidade urgente de acelerar a implementação dessa iniciativa.

Rede BRICS de pesquisa em tuberculose

A Rede BRICS de TB tem como propósito acelerar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas, antimicrobianos e métodos diagnósticos, promovendo o intercâmbio de P,D&I entre os países do BRICS.

A TB é responsável por 10 milhões de novos casos, anualmente, em todo o mundo, o Brasil é um dos 30 países considerados prioritários pela OMS para o controle da doença por apresentar 90.000 novos casos/ano, sendo 10% por coinfeção HIV-TB¹⁸⁷.

Durante a pandemia de coronavírus, pesquisadores brasileiros juntamente com parceiros dos outros três países do BRICS, Índia, Rússia e África do Sul trabalharam para estabelecer interconexões entre a TB e a Covid-19¹⁸⁸.

O então Ministro da Saúde Indiano Dr. Mansukh Mandaviya, na reunião dos MS às margens da 76ª Assembleia Mundial de Saúde em 2023, reconhecendo a carga da tuberculose nos países BRICS, sugeriu expandir a colaboração dentro da Rede BRICS de Pesquisa de TB para criar uma vacina para os países tentarem erradicar a doença¹⁸⁹.

Sequenciamento genômico

As mutações ocorridas no Sars-CoV-2 na África do Sul e no Brasil só foram descobertas por meio de vigilância genômica. Por meio do sequenciamento genético das amostras é possível entender a origem e a história de um vírus, detectar suas variantes, estabelecer sua trajetória, discutir programas de ação e atualizar ou manter a composição de cepas vacinais¹⁹⁰.

Cientistas indianos, em parceria com investigadores da China, Rússia e Brasil realizaram o sequenciamento genômico do SARS-CoV-2 e estudos sobre a epidemiologia e modelagem

¹⁸⁶ <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49972>

¹⁸⁷ [https://www.furg.br/noticias/noticias-pesquisa-e-inovacao/professor-da-famed-e-indicado-para-representar-governo-brasileiro-na-rede-brics-tb-research#:~:text=A%20Rede%20TB%20BRICS%20visa,NUPEMM\)%20no%20campo%20da%20TB.](https://www.furg.br/noticias/noticias-pesquisa-e-inovacao/professor-da-famed-e-indicado-para-representar-governo-brasileiro-na-rede-brics-tb-research#:~:text=A%20Rede%20TB%20BRICS%20visa,NUPEMM)%20no%20campo%20da%20TB.)

¹⁸⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/pesquisadores-do-brics-buscam-interconexoes-entre-tuberculose-e-covid>

¹⁸⁹ [Gabinete de Informação à Imprensa \(pib.gov.in\)](https://gabinete.de.informacao.a.imprensa.pib.gov.in)

¹⁹⁰ <https://portal.fiocruz.br/noticia/sequenciamento-genomico-no-rastro-do-virus-0>

matemática da pandemia. O plano de pesquisa foi desenvolvido considerando os pontos fortes de investigadores do Instituto de Microbiologia da Índia, Academia Chinesa de Ciências da China, *Federal Research Center of Fundamental and Translational Medicine* da Rússia e do Laboratório de Vírus Respiratórios e Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. O estudo ajudou a rastrear mutações genéticas, recombinações e distribuição do vírus e fazer projeções sobre o futuro de sua disseminação e forneceu uma plataforma comum para compartilhar e analisar os dados de quatro países e entender as rotas de propagação e a dinâmica de transmissão do vírus¹⁹¹.

Sistema Integrado BRICS de Alerta Precoce para prevenir riscos biológicos

Na área de Vigilância, o Sistema de Alerta Precoce será útil para que os países possam identificar as próximas pandemias e prever futuros surtos por meio de colaboração institucional que poderá se dar por meio de uma rede multidisciplinar contendo epidemiologistas, infectologistas, bacteriologistas e virologistas que trabalharão para cessar a ameaça de patógenos de alto risco antes de progredirem para uma pandemia. O sistema também poderá contribuir para a segurança internacional da saúde.

Apenas o Brasil investiu mais de US\$ 300 milhões em inteligência epidemiológica e promoveu a expansão de Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, que totalizam 164 unidades¹⁹².

Considerações finais

O BRICS em pouco mais de uma década, produziu resultados concretos e continua sendo valorizado por seus cinco membros como uma importante plataforma de cooperação e diálogo e pelos principais objetivos que levaram à formação do grupo. Esses objetivos são a defesa do multilateralismo e a reforma das instituições multilaterais para tornar mais justa e eficaz a ordem internacional, legitimamente representativa e com uma maior participação dos países em desenvolvimento.

No momento da crise pandêmica-econômica-social, os BRICS resistiram à prova da pandemia e ao confronto militar entre seus maiores membros. Não produziram soluções transformadoras ou inovações institucionais, mas expandiram os membros em uma de suas instituições, o NBD^{193,194}; estendeu a participação para novos membros interessados em ingressar no grupo ou a líderes de Organizações Internacionais de relevância; começou a estudar o comércio entre seus países com base em moedas locais, se envolveu em questões de sustentabilidade social e de segurança política e continuaram o seu percurso de desenvolvimento.

Na Cúpula da África do Sul de 2023 discutiram o alargamento do grupamento e a criação de uma moeda única. Neste último ponto, Ramaphosa fez referência aos apelos de Lula à comunidade internacional para o estudo de moedas regionais e internacionais que pudessem substituir o dólar no comércio mundial.

¹⁹¹ <https://dst.gov.in/scientists-four-brics-countries-carry-out-genomic-sequencing-and-mathematical-modelling-covid-19>

¹⁹² <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/em-reuniao-dos-paises-dos-brics-queiroga-destaca-os-investimentos-brasileiros-em-inteligencia-epidemiologica>

¹⁹³ <https://www.ndb.int/about-ndb/members/>

¹⁹⁴ Bangladesh e EAU (2021), Egito (2023) e Uruguai como membro potencial.

A expansão do grupo foi positiva para Pequim, porque um grupo alargado formaliza a influência que a China já exerce globalmente; para Moscou também foi interessante porque ajudou a proteger o país do isolamento diplomático que foi duramente imposto pelo Ocidente devido ao conflito ucraniano. Para a Índia e o Brasil, a ampliação do grupo teve custos; um BRICS diluído não traz o mesmo prestígio que o grupo ostenta em seu formato atual e enquanto Nova Deli e Brasília tinham a capacidade de vetar decisões em um grupo de cinco países, é muito mais difícil exercer a mesma influência em uma aliança maior.

Em relação à moeda única, o grupo agora ampliado representa 46% da população mundial, 36% do PIB mundial e 20% do comércio mundial, isto já seria suficiente para ter ambições monetárias com vistas a um mundo multipolar sem a dominância dos EUA. O BRICS está estudando maneiras de reduzir a dependência do dólar americano, como o aumento do comércio em moedas locais.

Tudo leva a crer que as futuras expansões do grupo levem à perda de domínio do dólar americano como moeda de reserva e comércio mundial ¹⁹⁵.

Nas áreas de saúde, P&D e CT&I, os países do BRICS colaboraram em P&D de vacinas contra a Covid-19, forneceram insumos farmacêuticos, distribuíram vacinas entre seus países e entre os países em desenvolvimento e abriu chamadas de pesquisas para os membros do grupo.

A maioria das colaborações do grupo se dá sob a forma de clusters: bi, tri ou quadrilateralmente.

O Centro BRICS de P&D de Vacinas e o Sistema Integrado BRICS de Alerta Precoce para prevenir riscos biológicos precisam ser operacionalizados com a maior brevidade possível.

Um relatório recente constatou que o apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável terá um déficit de pelo menos US\$ 17.6 trilhões a cada ano pelo restante da década¹⁹⁶. Essa enorme lacuna exige que os doadores cumpram e até mesmo excedam seus compromissos em relação aos objetivos¹⁹⁷. A triste realidade é que os países não encontrarão esse montante adicional a cada ano para os objetivos globais. No ODS 3 (saúde), os países do BRICS podem ajudar nos esforços de prevenção contra tuberculose¹⁹⁸ e malária na criação de vacinas seguras e eficazes e em geral, na promoção de vacinas acessíveis para crianças e adultos. China, Índia e Brasil têm muito a colaborar em Medicina Tradicional, inclusive esse poderia ser o tema de uma próxima chamada de pesquisa. A Rede BRICS de Bancos de Leite Humano está estagnada; a sua instrumentalização ajudará a melhorar os resultados do ODS 2 e 3 (segurança alimentar e acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos).

¹⁹⁵<https://sputniknewsbrasil.com.br/20230620/expansao-do-brics-anda-de-maos-dadas-com-desdolarizacao-opina-economista--29294652.html>

¹⁹⁶ [https://www.reuters.com/business/sustainable-business/cost-hit-un-sustainability-goals-rises-176-trillion-report-2022-09-08/#:~:text=sustainability%20goals%20rises%20to%20%24176%20trillion%20%2D%20report,-By%20Simon%20Jessop&text=LONDON%2C%20Sept%208%20\(Reuters\),a%20report%20on%20Thursday%20said.](https://www.reuters.com/business/sustainable-business/cost-hit-un-sustainability-goals-rises-176-trillion-report-2022-09-08/#:~:text=sustainability%20goals%20rises%20to%20%24176%20trillion%20%2D%20report,-By%20Simon%20Jessop&text=LONDON%2C%20Sept%208%20(Reuters),a%20report%20on%20Thursday%20said.)

¹⁹⁷ O Globo. 6/7/2023. Nova chance aos objetivos globais. BILL GATES e BJØRN LOMBORG

¹⁹⁸ XI BRICS Health Ministers' Meeting Declaration India, JULY 2021. Theme: BRICS Requit to Covid-19: Towards Digitalised Holistic Framework for Pandemic Preparedness

Consensos políticos na América Latina ainda são possíveis?

¿El consenso político en América Latina aún es posible?

**Sâmia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo**

Resumen. En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana, destacando las repercusiones de la declaración de la OMS sobre MPOX en la región y el desarrollo de la crisis venezolana. También seguimos las agendas de las organizaciones regionales relacionadas con la salud y el desarrollo, como: ORAS-CONHU celebró agendas sobre vacunación y gestión de riesgos en emergencias, desastres y cambio climático, COMISCA celebró agendas sobre VIH, respuesta rápida y enfermedades zoonóticas, y OTCA celebró una reunión sobre cooperación policial en la región amazónica.

Palabras-clave: América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana, com destaque para a repercussão da declaração da OMS sobre o MPOX na região e desdobramentos da crise venezuelana. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU realizou agendas nos temas de vacinação e gestão de risco de emergências, desastres e mudanças climáticas, o COMISCA realizou agenda nos temas de HIV, Resposta Rápida e doenças zoonóticas e a OTCA que realizou reunião sobre cooperação policial na região Amazônica.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Apresentação

Durante a quinzena, alguns eventos ganharam destaque na agenda da região: como o anúncio da **Mpox** pela OMS como Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional¹⁹⁹. De acordo com a Atualização Epidemiológica Mpox da Região das Américas de 17 de agosto de 2024, a OPAS informa que houve 13 países que registraram casos: Argentina (n=8 casos), Bolívia (n=1 caso), Brasil (n=702 casos), Canadá (n=162 casos), Chile (n=7 casos), Colômbia (n=111 casos), Costa Rica (n=1 caso), Equador (n=4 casos), Estados Unidos (n=1.716 casos e uma morte), Guatemala (n=1 caso, México (n=53 casos), Panamá n=4 casos e Peru (n=77 casos)²⁰⁰

¹⁹⁹ <https://www.paho.org/es/documentos/actualizacion-epidemiologica-mpox-region-americas-17-agosto-2024>

²⁰⁰ A maioria dos casos notificados na Região das Américas foi identificada através de serviços de atenção a pessoas com o vírus da imunodeficiência humana (HIV), serviços de saúde sexual ou centros de atenção primária e/ou secundária à saúde, envolvendo principalmente, mas não exclusivamente, homens que fazem sexo com homens (HSH). A vigilância genômica identificou o clade IIb em todos os casos analisados, que continua a ser o único detectado até à data na Região.

Apesar de, até o momento, nenhum caso de Mpox pertencer à nova variante do clade I ter sido relatado na Região das Américas, sua introdução esporádica não pode ser descartada, razão pela qual a OPAS orientou autoridades de saúde da região a continuarem seus esforços de vigilância para avaliar a situação e responder rapidamente em caso de introdução desta ou de uma nova variante do Monkeypoxvirus (MPXV).

Neste sentido, o Presidente da Comunidade do Caribe, Dickon Mitchell, primeiro ministro de Granada, fez uma declaração em nome do CARICOM “Sobre O Aumento da Vigilância após o Surto De Mpox²⁰¹”. Mitchel exortou todos os cidadãos a permanecerem alertas e informados através de atualizações da CARPHA e das autoridades de saúde locais sobre o mpox e a sua transmissão. É importante estar atento a quaisquer erupções ou lesões incomuns, especialmente se as pessoas tiverem histórico de viagens para áreas onde foi relatado mpox, e procurar atendimento médico imediato se forem detectados sinais ou sintomas. Além disso, a notificação de quaisquer casos suspeitos às autoridades de saúde locais é um passo crítico para permitir uma investigação epidemiológica mais aprofundada.

Enquanto isso, no plano político, a novela das **eleições venezuelanas** continua. Os Estados Unidos e dez países latino-americanos²⁰² (Argentina, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai) assinaram uma dura declaração exigindo a publicação dos registos eleitorais. Do outro lado do Atlântico, a União Europeia não reconhece o suposto triunfo do líder chavista e cresce o isolamento do governo Maduro.

Também a Espanha e o México, que até agora permaneceram bastante ambíguos em relação às eleições na Venezuela, anunciaram que não reconheceriam os resultados até que os resultados fossem verificados de forma confiável com os números específicos das eleições que supostamente dão a vitória a Maduro.

Após o presidente Lula ter afirmado que as eleições na Venezuela deveriam ser repetidas²⁰³, o Brasil dialoga com a Colômbia para preparar um comunicado conjunto solicitando a ata e rejeitando a inconstitucionalidade da decisão da Suprema Corte venezuelana^{204,205}. A questão é se o papel de mediação a favor de um diálogo, que não parece levar a uma solução para o conflito, não isola e enfraquece a imagem e a liderança geopolítica do Brasil na região.

²⁰¹ <https://caricom.org/statement-by-the-chair-of-the-caribbean-community-honourable-dickon-mitchell-prime-minister-of-grenada-on-increasing-vigilance-following-the-mpox-outbreak/>

²⁰² https://www.clarin.com/mundo/escalada-internacional-repudio-fallo-valida-reeleccion-nicolas-maduro-venezuela-suman-mexico-espana_0_2AA5xpets3.html

²⁰³ Celso Amorin, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente Lula, expressou a necessidade de atas e transparência nos resultados das eleições na Venezuela como parte do Acordo de Barbados. O Governo não mostrou as atas e a oposição sim. Mas não parece oportuno reconhecer as atas que a oposição possui, mas sim as do Conselho Nacional Eleitoral. O Conselheiro Internacional destacou a necessidade da reconciliação nacional, mas é necessária a mediação de alguns países que têm ação e diálogo com os dois sectores. Tem de haver uma solução, que poderia ser a repetição das eleições, como parte de um pacote mais amplo que teria de ter garantias recíprocas entre o governo e a oposição, não só garantias de não perseguição, mas também garantias de participação nas eleições. processo nos processos municipais e parlamentares para participar livremente. Mesmo que esta ideia de repetição das eleições não tenha sido encarada de forma positiva pela líder Corina Machado, Celso Amorin destaca a necessidade de manter o diálogo na Venezuela, onde governo e oposição são quase dois países. <https://www.youtube.com/watch?v=ysljtORw10>

²⁰⁴ <https://www.infobae.com/america/opinion/2024/08/24/tribunal-supremo-de-justicia-la-notaria-de-maduro/>

²⁰⁵ <https://www.bbc.com/mundo/articles/c4gzkd3d1yno>

Este é a primeira cisma entre aliados de esquerda do governo brasileiro, que levou ao rompimento das relações formais com Nicarágua²⁰⁶. No MERCOSUL, o Brasil também está isolado com apoio apenas da Bolívia e a questão venezuelana gera irritação nos demais parceiros do bloco. Apesar da recente visita do Presidente Lula ao Chile, há uma clara diferença em relação à posição do Presidente Boric do Chile que rejeita os resultados das eleições de Venezuela.

Na Venezuela, o cenário se acirra. As atas dos resultados eleitorais ainda não foram publicadas pelo partido no poder e o ex-candidato da oposição Edmundo Gonzalez Urrutia foi intimado a depor, perante a Procuradoria-Geral da Venezuela, por ser o responsável pela publicação da ata na web²⁰⁷. O Governo da Venezuela acusa-o, juntamente com Maria Corina Machado, de estar por trás de um plano para ignorar os resultados eleitorais anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral e provocar violência nas ruas com o objetivo de depor o governo. O Governo Maduro utilizou uma propaganda feroz que coloca Gonzalez Urrutia como um personagem obscuro no mundo paramilitar e fascista latino-americano.

Outra novela que continua, diante de uma futura reunião entre o **Mercosul e a União Europeia**²⁰⁸ nos dias 4 e 6 de setembro em Brasília, é o acordo, cuja negociação bi-regional continua com final incerto. “*Estamos viajando para Brasília para uma rodada de negociações presenciais de 4 a 6 de setembro*”, disse um diplomata europeu. E com um tom otimista acrescentou “O cronograma de conclusão para o final do ano é realista²⁰⁹”

Passados 20 anos do início da negociação, continuam os esforços no sentido de tentar institucionalizar uma relação permanente, com sentido político e estratégico, com conteúdo econômico e social, e com compromissos preferenciais para bens, serviços, investimentos e outras questões relevantes. A questão que continua é: qual é o interesse específico de ambas as partes nesta negociação? Ainda não parece existir uma resposta de nenhum dos lados²¹⁰.

²⁰⁶ Só lembrando que A relação histórica entre Brasil e Nicarágua finalmente ruiu após vários meses de tensão. Como primeiro passo, o governo de Daniel Ortega anunciou a expulsão do representante diplomático brasileiro, à qual o Brasil respondeu reciprocamente após o chanceler, Mauro Vieira, ter se reunido com o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. “Confirmamos a expulsão do embaixador da Nicarágua ao nosso país e a saída do nosso embaixador da Nicarágua”, disse. <https://www.eldestapeweb.com/internacionales/america-latina/brasil-y-nicaragua-expulsaron-a-sus-embajadores-en-medio-de-una-crisis-diplomatica-20248816160>

²⁰⁷ O Ministério Público convocou-o a depor pela alegada prática dos crimes de “*usurpação de funções, falsificação (falsificação) de documento público, instigação à desobediência às leis, crime informativo, associação para a prática de crime e cosmportação*”. Tarek William Saab destacou: “*Que ele fale, de forma consequente e sucessiva, sobre as suas responsabilidades antes, durante e depois do 28 de julho, depois da sua intimidade e da sua desobediência às autoridades*”. A ata digitalizada e publicada num site pelo comando da campanha da oposição, que equivaleria a mais de 80% dos votos, confirma a vitória de Gonzalez Urrutia com 67% dos votos, contra 30% de Maduro. <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/el-giro-en-la-vida-de-edmundo-gonzalez-de-diplomatico-a-nuevo-blanco-del-regimen-de-nicolas-maduro-nid25082024/>

²⁰⁸ <https://exame.com/mundo/negociadores-do-mercosul-e-da-ue-se-reunirao-em-brasilia-em-setembro/>

²⁰⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/acordo-mercosul-ue-apos-suspensao-de-tratativas-negociadores-voltam-a-se-reunir-em-setembro/>

²¹⁰ O presidente da **França**, Emmanuel Macron, tem sido uma das autoridades mais críticas aos termos do acordo, por considerá-lo “obsoleto” por não contemplar medidas de proteção do ambiente. Especificamente, Macron criticou as supostas vantagens que o acordo ofereceria aos agricultores dos países sul-americanos, salientando que a legislação ambiental destes países é menos restritiva que a da Europa.

Peña, F²¹¹ (2024) aponta posições próximas à ideia de um “*bluff game*” (jogar aquilo que realmente se quer negociar) que seria então seguido por um típico “*blame game*” (culpar a outra parte por eventuais estagnações no processo de negociação). Neste sentido, levanta-se a questão de saber por que ambas as partes não capitalizaram as experiências adquiridas, propondo e acordando mudanças nas metodologias utilizadas para construir o espaço inter-regional preferencial.

Aparentemente, esta nova reunião bi-regional será uma oportunidade para avaliar o quão concreta é a ideia de avançar o acordo bi-regional que está em negociações há duas décadas. Será assinado antes do final do ano? Não perca o próximo capítulo!!!

Panorama político da Região

Na **Bolívia**, o presidente Luis Arce anunciou em 6 de agosto que enviaria uma proposta de referendo ao TSE, com a intenção de realizar uma consulta pública sobre a suspensão ou não dos subsídios aos combustíveis²¹². Os subsídios têm gerado “sangramento” os cofres do Estado. Políticos da oposição e analistas econômicos têm questionado esta proposta de Arce, salientando que cabe ao Executivo decidir se o subsídio deve acabar e, caso essa decisão seja tomada, aplicar os planos necessários. O Governo afirmou que a população tem o direito de decidir sobre esta questão²¹³. Enquanto isso, em relação ao processo eleitoral para Presidente, o Governo anunciou que atenderá às observações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ajustará a redação dos textos sobre a reeleição descontínua e o subsídio para gasolina especial e diesel em o referendo²¹⁴. A retirada dos subsídios aos combustíveis entra na agenda num momento em que a economia boliviana enfrenta falta de divisas e Luis Arce disputa com Evo Morales a continuidade do governo.

No **Chile**, o presidente Gabriel Boric²¹⁵ se pronunciou, em termos duros, sobre a validação, por determinação do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, da vitória de Maduro nas disputadas eleições de 28 de julho. “*Não há dúvida de que estamos perante uma ditadura que falsifica eleições, reprime quem pensa diferente e é indiferente ao maior exílio do mundo, só comparável ao da Síria em consequência de uma guerra*”.

Em sua conta X, Boric também se manifestou: “*Hoje, o TSJ da Venezuela termina de consolidar a fraude. O regime de Maduro acolhe obviamente com entusiasmo a sua sentença, que ficará marcada pela infâmia*” [...] “*Olhei nos olhos de milhares de venezuelanos que clamam pela democracia na sua pátria e que hoje recebem uma nova batida de porta*” [...] “*O Chile não reconhece este falso triunfo autoproclamado de Maduro e companhia*”.

²¹¹ <https://www.lanacion.com.ar/economia/comercio-exterior/mercosur-una-negociacion-birregional-con-final-incierto-nid22082024/>

²¹² A gasolina são compradas a preços internacionais (que podem ultrapassar Bs 8 por litro) e no país são vendidas a um preço fixo subsidiado: cerca de Bs 3,70 por litro.

²¹³ <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20240825/gobierno-retira-pregunta-escanos-pedido-referendum-ajusta-otras>

²¹⁴ <https://www.abi.bo/index.php/component/content/article/34-notas/noticias/gobierno/54224-gobierno-acepta-veto-del-tse-a-consulta-de-escanos-y-alista-ajustes-a-las-preguntas-sobre-subvencion-y-reeleccion?Itemid=101>

²¹⁵ <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2024/08/22/presidente-boric-no-reconoce-triunfo-de-maduro-estamos-frente-a-una-dictadura-que-falsea-elecciones.shtml>

Em resposta, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil²¹⁶, acusou Boric de ser um "peão americano submisso" por sua posição. *"As pessoas do mundo veem hoje o que o Chile notou há muito tempo: Boric é uma peça comprada pelos EUA, covardemente e arrastada para interesses que nada têm a ver com os desejos do povo da Nossa América. Quanto é necessário em! "Chile a Salvador Allende!", escreveu o chanceler venezuelano no Telegram em resposta à mensagem postada pelo presidente chileno"*.

Os presidentes do **Brasil** e da **Colômbia**, Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro, alinharam a posição sobre o processo eleitoral venezuelano após conversas telefônicas e sublinharam a importância da publicação dos registros eleitorais "desagregados por posto de voto", após a validação do Supremo Tribunal de Justiça (TSJ) da Venezuela da vitória de Nicolás Maduro. Em comunicado conjunto, os mandatários afirmam: "Ambos os presidentes continuam convencidos de que a credibilidade do processo eleitoral só pode ser restaurada através da publicação transparente de dados desagregados e verificáveis".

Lula e Petro²¹⁷ reafirmaram que *"a normalização política da Venezuela"* depende do *"reconhecimento de que não há alternativa duradoura ao diálogo pacífico e à coexistência democrática na diversidade"*. Da mesma forma, apelaram *"a todos os envolvidos para que evitem recorrer a atos de violência e repressão"*. Por outro lado, Lula e Petro *"tomaram nota"* da decisão do TSJ venezuelano de validar a vitória de Maduro nas eleições presidenciais de 28 de julho, questionada por grande parte da comunidade internacional. Neste sentido, reiteraram que *"continuam a aguardar"* a publicação, pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), da *"acta desagregada por mesa de voto"*. *"É importante lembrar os compromissos assumidos pelo Governo e pela oposição através da assinatura dos Acordos de Barbados, cujo espírito de transparência deve ser respeitado"*, sublinharam Brasil e Colômbia.

No **Equador**²¹⁸, o sistema de justiça eleitoral admitiu a queixa do vice-presidente Abad por alegada violência política baseada em gênero contra Noboa e a audiência oral terá lugar em setembro. Abad denunciou a prática de infração eleitoral gravíssima, prevista no n.º 14 do artigo 279º do Código da Democracia, que pune com multa de 21 a 70 salários, demissão e/ou suspensão do direito de participação de dois a quatro anos. para aqueles que cometem violência política de gênero.

A vice-presidente foi designada para o papel de embaixadora em Israel para mediar a paz com a Palestina a partir de dezembro de 2023 e, nesse sentido, afirma que Noboa *"diminuiu a sua participação como mulher nas decisões políticas do Estado"*. Na sua carta pede que Noboa e os seus colaboradores sejam multados em 70 salários base unificados, destituição do cargo e suspensão dos direitos de participação durante quatro anos. O governo de Noboa tem considerado a reclamação como uma tentativa de 'golpe de estado', na medida que a Vice Presidente solicita a demissão do Presidente o a suspensão dos seus direitos de participação para impedir o presidente de participar nas eleições gerais de 9 de fevereiro de 2025²¹⁹.

²¹⁶ <https://cooperativa.cl/noticias/pais/relaciones-exteriores/venezuela/canciller-venezolano-tacho-a-boric-de-sumiso-peon-norteamericano-por/2024-08-22/235014.html>

²¹⁷ <https://sumarium.info/2024/08/24/lula-y-petro-piden-las-actas-electorales-desglosadas-por-mesa-de-votacion-en-venezuela/>

²¹⁸ <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/elecciones-generales-2025-tribunal-contencioso-electoral-violencia-politica-veronica-abad-daniel-noboa-azin-denuncias-infraccion-electoral-nota/>

²¹⁹ <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/15-8-2024-noboa-abad-destitucion-denuncia-tce-AM7842398>

No **Haiti**, a Comunidade Caribenha-Caricom²²⁰ expressou preocupação com as alegações de corrupção²²¹ no Conselho Presidencial de Transição²²². Um relatório, divulgado após a visita de uma delegação da Caricom ao Haiti, indica que as alegações de corrupção exigirão uma resolução rápida para preservar a integridade da instituição e a confiança do público no processo de transição. O relatório aponta que “Em reuniões com um amplo espectro de representantes da sociedade civil e de partidos políticos não representados na CPT e no Governo, houve uma visão comum de que o que era necessário era uma redefinição e reconfiguração da CPT”.

Em meio às controvérsias, o Banco de Desenvolvimento do Caribe²²³ (CDB/Banco) aprovou uma doação de 5 milhões de dólares para financiar uma iniciativa transformadora para melhorar o acesso à eletricidade para várias comunidades rurais no Haiti, onde os residentes dependem atualmente de velas, querosene, madeira seca e carvão para cozinhar e iluminar as casas.

A Presidente de **Honduras**, Xiomara Castro, reuniu-se com a vice-chanceler da China²²⁴ e conversou sobre cooperação, educação e o acordo de livre comércio entre os dois países. Além disso, discutiram o futuro das relações regionais e as próximas reuniões entre a China e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), cuja presidência pro tempore é ocupada por Honduras.

No **México**, AMLO²²⁵ respondeu aos EUA: “Não queremos muros nem militarização da fronteira”. Diferenciando-se das posições de Washington, o presidente Andrés Manuel López Obrador assumiu a defesa dos migrantes que vivem em território estadunidense e exigiu que não fossem construídos muros ou militarizadas as fronteiras, muito menos permitidos maus-tratos aos cidadãos. López Obrador destacou o trabalho dos migrantes, cujas remessas enviadas ao México representam a principal renda do país e que, segundo ele, estima-se que atinjam pouco mais de 65 bilhões de dólares este ano. O mandatário mexicano ainda destacou o uso político que alguns políticos americanos²²⁶ têm dado à questão da imigração e afirmou que *“Sempre os defenderemos (os migrantes), gostem ou não. Não queremos muros nem militarização da fronteira. Não queremos maus tratos aos nossos compatriotas e que não se esqueçam que o México é um país livre, independente e soberano. Não é uma colônia de nenhum país estrangeiro.”*

²²⁰ <https://caricom.org/statement-by-the-eminent-persons-group-following-the-visit-to-haiti-11-16-august-2024/>

²²¹ A Unidade Anticorrupção (ULCC) recebeu oficialmente uma denúncia por suposta corrupção contra três membros do Conselho de Transição Presidencial Haitiano. Os três membros nomeados teriam exigido 100 milhões de gourdes (cerca de 757 mil dólares americanos ou 45 milhões de pesos dominicanos) do presidente do conselho de administração do Banco Nacional de Crédito (BNC), Raoul Pierre Louis, para mantê-lo no cargo. de acordo com Le Nouvelliste. A informação sobre a investigação foi confirmada pelo diretor-geral da ULCC, Hans Joseph, informando que o processo já foi enviado ao departamento jurídico da instituição para tomada de medidas legais, segundo o jornal Gazette Haiti.

²²² <https://www.diariolibre.com/mundo/haiti/2024/08/21/crisis-en-haiti-plantean-a-caricom-reconfigurar-consejo-presidencial/2825567>

²²³ <https://caricom.org/cdb-approves-usd-5-million-grant-to-improve-access-to-electricity-in-rural-haiti/>

²²⁴ <https://www.laprensa.hn/honduras/xiomara-castro-habla-vicecanciller-china-cooperacion-educacion-tlc-DN20870650>

²²⁵ <https://jornadaveracruz.com.mx/nacional/exige-amlo-a-eu-no-construir-muros-y-no-maltratar-a-migrantes-mexicanos/>

²²⁶ <https://aristeguinoticias.com/2508/mexico/en-cumbre-ultraderechista-trump-plantea-protger-la-frontera-y-el-estado-de-derecho-en-mexico-y-eu/>

A **Nicarágua** e a China²²⁷ iniciam uma nova fase de colaboração econômica e comercial. Com a assinatura de importantes acordos e a realização do Fórum Empresarial, a Nicarágua e a China, através da delegação empresarial oficial que visitou o país, reafirmaram a estreita colaboração e parceria econômica e comercial para benefício mútuo, colocando em prática o Acordo de Livre Comércio (TLC). A China em nota afirmou que *“Hoje, a visita da nossa delegação é uma iniciativa poderosa para implementar o importante consenso entre os Chefes de Estado. Os departamentos comerciais da China e as empresas chinesas estão dispostos a aprender mais sobre o mercado nicaraguense e as empresas nicaraguenses e a introduzir mais produtos nicaraguenses de alta qualidade no mercado chinês”*.

No **Panamá**, o ministro da Segurança, Frank Ábrego²²⁸, garante que 45 migrantes morreram este ano em Darién²²⁹. A selva de Darien continua a ser uma rota utilizada por migrantes, que enfrentam não só a perigos relacionados a geografia e a fauna da região, mas também grupos criminosos organizados. Seguindo as orientações dos Estados Unidos, o Panamá implementou uma medida para fechar diversas rotas no Darién, deportando assim os cidadãos que nos últimos dias se aventuraram em atravessar na fronteira.

Enquanto isso, o Canal do Panamá comemorou 110 anos de operação²³⁰ no dia 15 de agosto, em meio ao desafio de ter novos reservatórios que lhe permitam manter suas funções e fornecer água doce à população. No quadro da crise climática, o canal interoceânico foi atingido pelo fenômeno El Niño²³¹, limitando o trânsito de navios, causando também atrasos, aumento dos custos de transporte e um enorme funil de espera nas entradas do canal. Os resultados da diminuição na operação do canal devem ser um fator complicador para a economia panamenha²³².

No **Paraguai**, no primeiro aniversário do governo de Santiago Peña²³³, as ruas de Assunção foram palco de um protesto massivo que refletiu o crescente descontentamento popular. Centenas de camponeses, indígenas e membros de organizações sociais mobilizaram-se para expressar a sua rejeição à atual administração, argumentando que a situação no país piorou desde que Peña assumiu o poder. A marcha²³⁴, convocada pelo Partido Paraguai Pyahurã (PPP), partiu da Praça Itália e percorreu pontos emblemáticos da capital, incluindo o Ministério do Interior e o Ministério Público. Os manifestantes, carregando bandeiras e proferindo cantos

²²⁷ <https://www.el19digital.com/articulos/ver/titulo:155007-nicaragua-y-china-inicia-una-nueva-fase-de-colaboracion-economica-y-comercial>

²²⁸ https://x.com/MinSegPma?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1826600658340118672%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_%ref_url=https%3A%2F%2Fwww.nodal.am%2F2024%2F08%2Fpanama-el-ministro-de-seguridad-confirmando-que-45-migrantes-perdieron-la-vida-mientras-atravesaban-la-selva-del-darien%2F

²²⁹ <https://www.telesurtv.net/ministro-de-seguridad-de-panama-asegura-que-45-migrantes-han-muerto-este-ano-en-el-darien/>

²³⁰ <https://www.prensa-latina.cu/2024/08/15/canal-de-panama-cumple-110-anos-de-operatividad/>

²³¹ A queda das Chuvas tem gerado que o canal não tenha as quantidades de água suficiente para que o canal fique operativo pelo que também caíram os recursos cobrados dos navios para circulação pelo canal.

²³² <https://www.radiotembler.org/la-neoencrusijada-hidrica-del-canal-de-panama/>

²³³ <https://www.rdn.com.py/2024/08/15/protesta-masiva-marca-primer-ano-de-gobierno-de-santiago-pena/>

²³⁴ Com o slogan “Estamos piores. Eles são a crise”, criticam o presidente por não implementar políticas públicas que beneficiem os setores mais desfavorecidos. Líderes da oposição como a senadora Esperanza Martínez, o deputado Raúl Benítez e a ex-senadora Katty González aderiram à mobilização.

de protesto, denunciaram o que consideram um aumento da corrupção e das violações dos direitos humanos sob a atual administração.

No **Peru**, a Procuradoria-Geral da República²³⁵ apresentou duas denúncias constitucionais contra o ex-presidente Pedro Castillo²³⁶. Uma delas afeta também o ex-presidente do Conselho de Ministros e atual deputado, Guido Bellido. A primeira denúncia, relacionada a área de enriquecimento ilícito e reclamações constitucionais do gabinete chefiado pelo procurador Juan Carlos Villena, responsabiliza o ex-presidente como suposto autor do crime de nomeação ilegal em detrimento do Estado. A segunda denúncia responsabiliza o ex-presidente pelo suposto crime de desvio de uso em prejuízo do Estado.

Da mesma forma, os cidadãos apresentam a segunda denúncia criminal contra Boluarte pela morte de 49 pessoas nos protestos de 2022-2023²³⁷. A denúncia apresentada ao Tribunal Penal Internacional (TPI) contra as autoridades peruanas pela morte de 49 pessoas em protestos sociais entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 acusa o Estado pelo, entre outros motivos, atraso injustificado das investigações e consequente risco de impunidade²³⁸.

Dia Internacional de Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição (*Day for the Remembrance of the Slave Trade and its Abolition*)

Na **Comunidade Caribenha-CARICOM**, em memória do Dia Internacional de Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição (23 de agosto), a Dra. Hilary Brown, Diretora do Programa de Cultura e Desenvolvimento Comunitário da Secretaria da CARICOM, compartilhou uma mensagem sobre a importância de renovar o compromisso com a luta pela justiça restaurativa²³⁹.

A seguir a mensagem da Dra. Brown:

No dia 23 de agosto, que é o Dia Internacional da Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição, paramos para refletir sobre este capítulo sombrio da história e honrar a coragem e a resiliência daqueles que foram implacáveis na luta pela liberdade – na África, nos navios negreiros e no Caribe. Mas este dia não é apenas sobre lembrar o passado; é também sobre entender o impacto dos legados desses crimes contra a humanidade em nossas vidas hoje.

É por isso que a Comissão de Reparações da CARICOM continua a apelar aos colonizadores da Europa para que reconheçam a responsabilidade e reparem o dano causado aos africanos por mais de 300 anos, negando nossa humanidade e nossa liberdade, explorando nosso trabalho e sujeitando africanos escravizados a dor e sofrimento inimagináveis.

²³⁵ https://x.com/FiscaliaPeru?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1826647711502008585%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_%26ref_url=https%3A%2F%2Fwww.nodal.am%2F2024%2F08%2Fperu-la-fiscalia-presenta-dos-nuevas-denuncias-constitucionales-contr-pedro-castillo%2F

²³⁶ <https://elperuano.pe/noticia/250968-fiscalia-presenta-dos-nuevas-denuncias-constitucionales-contr-pedro-castillo>

²³⁷ <https://larepublica.pe/politica/2024/08/20/demora-en-investigaciones-y-riesgo-de-impunidad-impulsa-demanda-ante-la-cpi-1680460>

²³⁸ Essas acusações foram realizadas por quem assinou o documento apresentado à referida instituição com sede em Haia.

²³⁹ <https://caricom.org/international-day-for-the-remembrance-of-the-slave-trade-and-its-abolition-23-august/>

Vamos honrar a memória de nossos ancestrais com um compromisso renovado de aprender sobre nossa história, assumindo uma posição firme contra o racismo, promovendo o respeito pelos direitos humanos e sendo resolutos na luta pela justiça reparadora.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) realizou agendas nos temas de vacinação e gestão de risco de emergências, desastres e mudanças climáticas^{240,241}

O ORAS-CONHU, juntamente com os Ministérios de Saúde dos países membros da Organização, realizaram a Semana Andina de Vacinação em Fronteiras. A iniciativa teve como objetivo melhorar as coberturas de vacinação nas zonas fronteiriças com ênfase para crianças, adolescentes, gestantes e idosos. As doenças alvo da Semana foram: difteria, sarampo, poliomielite entre outras.

A secretária executiva do ORAS-CONHU, Maria Calle Dávila destacou que as imunizações nas zonas de fronteiras são cruciais devido à alta mobilidade de pessoas e risco de transmissão de doenças infecciosas. Além disso ressaltou a importância da vacinação nas áreas limdeiras como apoio ao combate de doenças, mas também à promoção de equidade e acesso a saúde para as populações da região. A secretária também sinalizou que a vacinação pode ser considerada como “ferramentas de solidariedade” entre os países dado que as doenças não tem fronteiras.

Por fim, Calle Dávila explicou que a semana faz parte de várias ações nos países andinos para levar a vacinação para grupos vulneráveis que tem pouco ou nenhum acesso a serviços de saúde habituais, como habitantes de periferias urbanas, zonas rurais, comunidades indígenas entre outras.

Também, em fins de Agosto, uma equipe técnica do ORAS-CONHU participou da reunião do Comitê Andino de Saúde para a Gestão do Risco de Emergências, Desastres e Mudança Climática. A agenda do evento contou com a apresentação dos resultados da III Conferência Interamericana sobre Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas, resultados da gestão da proposta elaborada pelo Comitê Andino: Cooperação e estratégias de integração para enfrentar as mudanças climáticas e seus efeitos e também a agenda preliminar do II Congresso Internacional de Investigação em Mudanças Climáticas e Saúde que será realizado no México em outubro de 2024.

240 <https://www.orasconhu.org/es/el-oras-conhu-celebra-la-semana-andina-de-vacunacion-en-fronteras-para-mejorar-las-coberturas-en>

241 <https://www.orasconhu.org/es/reunion-del-comite-andino-de-salud-para-la-gestion-del-riesgo-de-emergencias-y-desastres-y-el-0>

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) realizou agenda nos temas de HIV, Resposta Rápida e doenças zoonóticas^{242,243,244}

Na Guatemala, a Secretaria Excutiva da COMISCA realizou, no marco do projeto HIV “Estratégias para o alcance das metas 95-95-95 da cascata da atenção continuada”, a oficina de avaliação do meio termo das estratégias e prevenção no marco dos projetos. Participaram representantes das coordenações do programa de HIV das direções departamentais de redes integradas de serviços de saúde de regiões guatemaltecas como Petén, Zacapa entre outros. Na agenda de trabalhos, houve uma apresentação pelo Programa Nacional de HIV/AIDS das linhas nacionais de Notificação Assistida de Contatos, a situação nacional do HIV e o alcance a nível nacional de positivos de janeiro a maio. Durante a oficina se anualizou o desempenho do acordo cooperativo entre SECOMISCA E CDC-PEPFAR, especificamente no indicador HTS_TST_POS na Guatemala. Os participantes revisaram as estratégias de prevenção e implementação e acordou em atualizar os planos departamentais pelo DDRISS no qual se definem atividades para diminuir as brechas identificadas das estratégias de prevenção.

Em El Salvador, a SE-Comisca desenvolveu a oficina subnacional de Gestão de Equipes de Resposta Rápida (ERR), no marco do Acordo Cooperativo de Saúde Global com o CDC Estados Unidos. Os objetivos da oficina foram descrever como o ERR durante as fases operativas de preparação e resposta, estabelecer e fortalecer os planos que vão desenvolver e atualizar os procedimentos operativos padrão para a implementação da resposta para que essa possa refletir os processos administrativos e de implementação atuais. Participaram 31 representantes de diferentes unidades de saúde do departamento de San Salvador entre outros organismos.

Por fim, em Belize, foi realizado a oficina nacional para o Processo de Priorização de Doenças Zoonóticas de Saúde Única, a atividade foi realizada no marco do Acordo Cooperativo de Saúde Global sob o Programa Saúde Única que o SECOMISCA possui com CDC/EUA. O objetivo da oficina é priorizar as doenças zoonóticas mais preocupante para Belize, assim como, desenvolver os próximos passos e planos de ação para abordar as doenças zoonóticas prioritárias em colaboração com os sócios de Saúde Única. O processo é multi-setorial que reúne os representantes dos setores da saúde humana, animal e ambiental. O evento contou com 34 participantes, entre eles do Ministério de Saúde e Bem -estar, Departamento de Meio Ambiente, entre outros.

²⁴² https://www.sica.int/noticias/desarrollan-taller-de-evaluacion-de-medio-termino-de-las-estrategias-de-prevencion-de-vih-en-guatemala_1_134399.html

²⁴³ https://www.sica.int/noticias/realizan-taller-subnacional-de-gestion-de-equipos-de-respuesta-rapida-en-el-salvador_1_134413.html

²⁴⁴https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-nacional-de-belice-para-el-proceso-de-priorizacion-de-enfermedades-zoonoticas-en-una-salud-en-belice_1_134421.html

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) cumpre agenda no tema de cooperação policial na Amazônia²⁴⁵

A OTCA realizou uma reunião de alto nível que contou com representantes dos países membros para discutir a implementação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI), idealizada pela Polícia Federal do Brasil.

O CCPI-Amazônia, criado por decreto brasileiro, busca coordenar ações de segurança pública no combate ao desmatamento ilegal, mineração clandestina e outras atividades ilícitas na região da floresta amazônica. A Representante da polícia federal brasileira destacou que o CCPI-Amazônia vai permitir a coordenação mais eficaz entre os países amazônicos na área da segurança. Ainda ressaltou que o Brasil assumiu o compromisso de zerar o desmatamento na COP27 e que o Plano Amazônia, Segurança e Soberania, desenvolvido pela Polícia Federal e forças estaduais, é importante meio para alcançar a meta. A diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, destacou que não há desenvolvimento sustentável sem segurança na região.

Finalmente, representantes dos países membros da OTCA ressaltam a importância da iniciativa e da necessidade de esforços conjuntos no combate aos crimes transacionais.

²⁴⁵ <https://otca.org/pt/cooperacao-policial-na-amazonia-para-fortalecer-seguranca-e-combate-a-crimes-ambientais/>

África, terreno fértil para surtos de doenças

Africa, fertile ground for disease outbreaks

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report extensively presents the latest developments regarding simian smallpox which, for the first time in the continent's history, has been the subject of two official declarations: that of the Africa CDC as a Public Health Emergency of Continental Security, and that of the WHO, as a Public Health Emergency of International Concern. It is worth noting that the Africa CDC has worked closely with the heads of African States, such as South Africa and Angola, and with relevant international partners. The report also analyzes the new agreement signed between the African Union and UNHCR to apply what they call the Emergency Transit Mechanism for refugees from Libya to Rwanda, recalling the recent episode with the United Kingdom, although it has nothing to do with one another. The African Union's Commissioner for Agriculture continues to draw attention to the impact of the global economic crisis on the progress of agriculture on the continent. And of course, the report also echoes UNICEF's warning that thousands of children in Sudan could die in the coming months if protective measures are not adopted, including an immediate ceasefire and unhindered access for humanitarian aid to this African country. We also look at how the Organization of African, Caribbean and Pacific States collaborate with the European Union to support Small Island Developing States. And to close, we present an interesting analysis done by El País on Turkey's growing role in the geostrategy of the Horn of Africa.*

Keywords: *African Union. Africa CDC. WHO. UNHCR. Turkey.*

Resumo. Este informe repercute extensamente os últimos desenvolvimentos relativos à varíola símia que foi, pela primeira vez na história do continente, objeto de duas declarações oficiais: a do CDC África enquanto Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental, e da OMS, como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. Note-se grande articulação do CDC África com os Chefes de Estados africanos como o da África do Sul e o de Angola e com parceiros internacionais relevantes. O informe também analisa o novo acordo firmado entre a União Africana e ACNUR para aplicação daquilo que denominam Mecanismo de Trânsito de Emergência de refugiados da Líbia para o Ruanda, lembrando o episódio recente com o Reino Unido, embora não tenha nada a ver uma coisa com a outra. A Comissária de Agricultura da União Africana continua a chamar a atenção sobre o impacto da crise econômica mundial sobre o progresso da agricultura no continente. E como não poderia deixar de ser, o informe também repercute a chamada de atenção do UNICEF de que milhares de crianças no Sudão poderão morrer nos próximos meses se não forem adotadas medidas de proteção, incluindo um cessar-fogo imediato e o acesso sem entraves da ajuda humanitária a este país africano. Analisamos também como os Estados-Membros da Organização dos Estados de África, do Caribe e do Pacífico colaboram com a União Europeia para apoiar os Pequenos Estados Insulares em

Desenvolvimento. E para fechar, apresentamos uma análise interessante feita pelo El País sobre o papel crescente da Turquia na geoestratégia do Corno da África.

Palavras-chave: União Africana. CDC África. OMS. ACNUR. Turquia.

África não pode continuar a ser terreno fértil para surtos de doenças

A varíola, também conhecida como varíola dos macacos, foi esta semana declarada uma emergência de saúde pública em todo o continente pelo CDC África. A Organização Mundial da Saúde (OMS) também [declarou a situação como uma emergência de saúde pública de interesse internacional](#).

A varíola, uma doença altamente contagiosa, é transmitida por contato próximo, como sexo, contato pele a pele e falar ou respirar perto de outra pessoa, causando sintomas semelhantes aos da gripe e lesões cutâneas.

Desde o início do ano, registaram-se mais de 13.700 casos de mpox na República Democrática do Congo, [com pelo menos 450 mortes](#). Desde então, espalhou-se pelo Burundi, República Centro-Africana, Quênia e Ruanda.

Espera-se que a declaração de mpox como uma emergência de saúde pública leve à aceleração da investigação, do financiamento e da introdução de outras medidas internacionais de saúde pública.

Infelizmente, quantas vezes a África terá de soar o alarme para o mundo inteiro antes de perceber que as nossas vidas são assuntos nossos? Vamos ser sinceros, precisamos colocar nossa casa em ordem. Não podemos continuar a apelar ao mundo para nos salvar de doenças com as quais sabemos que podemos lidar.

Além da mpox, África conheceu muitos [surtos de doenças e pandemias](#), como a varíola, a cólera, o Ébola, o sarampo, a poliomielite e, mais recentemente, a Covid-19. Estas experiências deveriam ter-nos ensinado que precisamos de assumir seriamente os nossos assuntos.

Embora a mpox tenha sido declarada uma preocupação de saúde pública, a África terá que esperar mais tempo antes que o resto do mundo tenha misericórdia para que tenhamos acesso ao tratamento necessário, quanto mais às vacinas tão necessárias.

Para um continente que perdeu centenas de vidas para a Covid-19 e milhões de vidas para outras epidemias anteriores, não podemos nos dar ao luxo de continuar assistindo a isso acontecer. Devemos agir agora e com urgência.

A contínua propagação da varíola dos macacos na África envia uma mensagem de que precisamos investir na construção de resiliência para nossos sistemas de saúde.

Os Estados-Membros devem investir deliberadamente na expansão do acesso a serviços de saúde, co-investir na fabricação de medicamentos e vacinas básicos e dedicar fundos à saúde pública e à pesquisa médica.

A OMS acaba de declarar Mpox como emergência de saúde pública de interesse internacional. O que acontece agora em diante? Sim, a Organização Mundial da Saúde [declarou](#) a Mpox uma emergência de saúde pública de interesse internacional, após o aumento de casos na República Democrática do Congo e o potencial de maior propagação. Isso agora desencadeia uma resposta internacional coordenada a um evento extraordinário e a mobilização de recursos, como vacinas e testes de diagnóstico, para conter a propagação dessa doença infecciosa. Mas a

OMS não declarou a varíola dos macacos como uma pandemia. Em vez disso, as medidas que ela desencadeou são projetadas para evitar que ela se torne numa pandemia. E o que desencadeou este último alerta? Sabe-se, a varíola dos macacos, anteriormente conhecida como *monkeypox*, é uma [infecção viral](#) intimamente relacionada à varíola. Os sintomas iniciais incluem febre, dor de cabeça, inchaço dos gânglios linfáticos e dores musculares. Uma erupção cutânea típica se segue, principalmente no rosto, mãos e pés.

A propagação da varíola dos macacos em certos países africanos levou o CDC África a [declará-la](#) como uma emergência de saúde pública de segurança continental. Esta é a primeira vez que a organização emite tal alerta desde a sua criação em 2017. A situação na República Democrática do Congo, na África Central, tem sido particularmente preocupante há mais de um ano.

Recorde-se, existem [dois tipos ou clados de varíola dos macacos](#). O *clado II*, que se origina na África Ocidental, é menos grave. Tem uma taxa de mortalidade de até 1% (ou seja, aproximadamente um em cada 100 é esperado que morra). Mas o *clado I*, da África Central, tem uma taxa de mortalidade de até 10% (até um em cada dez morre). Isso se compara a uma [taxa de mortalidade de 0,7%](#) para a variante Ômicron do SARS-CoV-2, o vírus que causa a Covid-19. A República Democrática do Congo está vendo grandes epidemias do clado I de varíola dos macacos mais mortal. Isso se deve em parte aos baixos níveis de imunidade ao vírus mpox, que está relacionado ao vírus que causa a varíola. A vacinação em massa contra a varíola cessou há mais de 40 anos em todo o mundo, resultando em imunidade mínima nas populações atuais contra o mpox.

A designação anunciada pela OMS se refere ao *clado I*. Não apenas ele tem uma taxa de mortalidade mais alta, mas também possui novas mutações que aumentam a propagação entre as pessoas. Essas mudanças, e a falta de imunidade global à mpox, tornam a população mundial [vulnerável](#) ao vírus.

No entanto, existem duas epidemias diferentes: em 2022, uma epidemia de mpox varreu países não endêmicos, incluindo além da África. Esta foi uma variante do *clado II* originária da Nigéria, chamada *clado IIb*. Esta foi transmitida sexualmente, afetando predominantemente homens que fazem sexo com homens, e teve uma [baixa taxa de mortalidade](#). Essa epidemia atingiu seu pico em 2022, com vacinas disponibilizadas para pessoas em risco em países de alta renda, mas [houve um aumento](#) em 2024. Simultaneamente, grandes epidemias do *clado I* estavam ocorrendo na República Democrática do Congo, mas com muito menos atenção. Vacinas não estavam disponíveis lá, [mesmo em 2023](#), quando houve 14.626 casos e 654 mortes. A mortalidade foi de 4,5%, e maior em crianças. Na verdade, a maioria dos casos e mortes na República Democrática do Congo [foram em crianças](#). Isso significa que a maioria das transmissões lá não é sexual e [provavelmente ocorreu](#) por contato próximo ou aerossóis respiratórios. No entanto, [em 2023](#), um surto em uma parte não endêmica do país, Kivu do Sul, no leste, parecia ser por transmissão sexual, indicando mais de uma epidemia e diferentes modos de transmissão na República Democrática do Congo. Até meados de 2024, já havia [mais casos](#) no país do que em todo o ano de 2023 - mais de 15.600 casos e 537 mortes. A capacidade de testes é baixa na República Democrática do Congo, a maioria dos casos não é confirmada por testes laboratoriais e os dados que temos são de uma pequena amostra de sequências genômicas da região de Kamituga, no Kivu do Sul.

Um estudo mostrou mutações no vírus da *clade I* por volta de setembro de 2023, para uma variante denominada *clade Ib*, que é mais [facilmente transmissível](#) entre pessoas. Não se têm muitos dados para comparar esses vírus com os vírus que causam casos no resto do país.

Entretanto, a doença está se espalhando internacionalmente. Em julho, o vírus [se espalhou](#) para países que fazem fronteira com a República Democrática do Congo - Ruanda e Burundi. Também se espalhou para outros países da África Oriental, como Quênia e Uganda. Nenhum desses países havia tido casos de mpox anteriormente. Em um mundo interconectado e móvel, os casos podem se espalhar para outros continentes, como aconteceu com [a mpox em 2018](#), da Nigéria para o Reino Unido e outros países. Alguns casos relacionados a viagens entre 2018 e 2019 podem ter levado à [grande epidemia](#) de *clado Ib* de 2022 em vários países.

Uma constatação dolorosa: temos vacinas, mas não onde são necessárias. Como o vírus mpox e os vírus da varíola são relacionados (ambos são *ortopoxvírus*), as vacinas contra a varíola [oferecem proteção](#) contra o mpox. Essas vacinas foram usadas para [controlar](#) a epidemia do *clado Ib* de 2022. No entanto, a maioria do mundo nunca foi vacinada e não tem imunidade à varíola dos macacos. A vacina mais recente (chamada *Jynneos* em alguns países e *Imvamune* ou *Imvanex* em outros) [é eficaz](#). No entanto, os suprimentos são limitados e a vacina é escassa na República Democrática do Congo.

A declaração da OMS da mpox como uma emergência de saúde pública de interesse internacional ajudará a mobilizar vacinas para onde elas são necessárias. O CDC África já tinha iniciado negociações para [garantir](#) 200.000 doses de vacina, o que é uma fração do que é necessário para controlar a epidemia na República Democrática do Congo.

E agora? Em última análise, uma epidemia grave em qualquer parte do mundo é uma preocupação para todos os países, pois pode se espalhar globalmente por meio de viagens, como vimos com a pandemia de Covid-19. Controlá-la na fonte é a melhor medida, e a última declaração da OMS ajudará a mobilizar os recursos necessários. A vigilância da propagação desta versão mais grave da mpox também é essencial, tendo em conta que muitos países não têm capacidade para testes generalizados. Assim, teremos de confiar em "casos suspeitos", com base numa definição clínica, para acompanhar a epidemia. Uma complicação adicional é que [20-30% das pessoas](#) com mpox podem ter varicela ao mesmo tempo, uma infecção não relacionada que também causa erupção cutânea. Portanto, um diagnóstico inicial de varicela (que é mais fácil de testar) não descarta a mpox. A comunicação eficaz e o combate à resistência às medidas de saúde pública e à desinformação também são cruciais. Vimos como isso foi importante durante a pandemia de Covid-19.

Agora, a OMS coordenará a resposta global à varíola dos macacos, concentrando-se na equidade na prevenção da doença e no acesso a diagnósticos e vacinas. Cabe a cada país fazer o seu melhor para cumprir o [Regulamento Sanitário Internacional](#) e os protocolos para o gerenciamento de tal emergência global.

A Organização Mundial da Saúde tem mais informações sobre a mpox, incluindo sintomas e tratamento. Para informações sobre acesso e disponibilidade de vacinas, entre em contato com o departamento de saúde local ou seu médico, pois isso varia de país para país.

Esta é uma reflexão interessante feita pelo [Prof. Raina MacIntyre](#), chefe do programa de biossegurança do Instituto Kirby, da *University of New South Wales (UNSW)*, Sydney, Austrália.

Enquanto isso, O Comit  da União Africana [atribui fundos de emergência](#) de 10,4 milhões de dólares ao CDC África para a resposta ao mpox.

O financiamento disponibilizado pela RPC (*Permanent Representatives Committee*) complementar  os esforços nacionais dos governos africanos e o apoio de vários parceiros para reforçar cinco áreas críticas:

1. melhorar a vigilância do mpox e a capacidade de intervenção
2. aumentar a capacidade de testes laboratoriais e de sequenciação genômica
3. reforçar a recolha e análise de dados regionais e recolha e análise de dados a nível regional e nacional
4. melhorar a gestão dos casos, a prevenção e controlo das infecções, a comunicação dos riscos e o envolvimento da comunidade
5. melhorar o acesso e a distribuição de vacinas, diagnósticos e produtos em todo o continente.

O Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, expressou a sua gratidão pelo apoio oportuno da RPC.

“Estamos incrivelmente gratos pela parceria e apoio contínuos do Comit  de Representantes Permanentes da União Africana. Este financiamento ir  reforçar significativamente a nossa capacidade de liderar a resposta ao surto de surto de Mpox a nível continental e proteger a saúde e o bem-estar das nossas comunidades em estreita colaboração com os nossos Estados-Membros e os principais parceiros, como a OMS, o UNICEF, o Banco Mundial, AfreximBank, Fundação Bill e Melinda Gates, Banco Africano de Desenvolvimento, GAVI, CEPI, Wellcome Trust, União Europeia, Estados Unidos, MSF e muitos outros”.

O CDC África já alcançou marcos significativos na luta contra o mpox. Em março de 2024, a instituição apoiou o desenvolvimento de um plano de resposta nacional na RDC. Em abril de 2024, realizou-se na RDC uma reunião ministerial regional de alto nível para adotar uma abordagem regional contra esta doença. De abril a julho de 2024, foram realizadas avaliações de preparação em todos os Estados-Membros afetados. Até à data, o CDC África distribuiu 20.000 kits mpox RT-PCR e material auxiliar a 44 Estados-Membros da União Africana e apoiou-os com formação.

Mohamed Gad, Embaixador do Egito junto da União Africana e Presidente do Subcomitê do Orçamento do CRP salientou a importância da solidariedade e da a o coletiva.

“O CRP está empenhado em apoiar o CDC de África na sua missão de combater o mpox e todas as outras doenças. Ao reunirmos os nossos recursos e conhecimentos, podemos reforçar os nossos sistemas de saúde e sistemas de saúde e garantir uma resposta rápida e eficaz às emergências de saúde pública em toda a África”.

Esta afeta o de recursos demonstra um esforço unificado para combater o surto e reforçar a preparação do continente para futuras emergências sanitárias. O CDC África continua firme no seu propósito de trabalhar com os Estados-Membros e parceiros para alcançar uma África mais saudável e segura.

Preocupada com a situação, a [Comissão Europeia](#) pediu aos seus Estados-Membros para disponibilizarem vacinas e medicamentos para África devido ao surto da nova variante, mais perigosa, de monkeypox (mpox), indicando estar disponível para organizar as doações.

“Escrevi aos Ministros da Saúde da UE sobre os planos de doação de vacinas e terapêuticas contra o vírus mpox. A solidariedade mundial é fundamental para enfrentar as ameaças globais à saúde”, escreveu a Comissária europeia da tutela, Stella Kyriakides, numa publicação na rede social X (antigo Twitter).

“Contamos com os Estados-Membros para apoiarem os nossos parceiros africanos na gestão do surto”, sendo que “a Comissão está pronta a coordenar” a mobilização, acrescentou a responsável.

Na missiva, partilhada na mesma rede social, Stella Kyriakides defendeu que, perante o surto em vários países africanos, é necessário “agir em conjunto, de forma coordenada e sustentada”.

Depois de o executivo comunitário já ter organizado a mobilização de 215 mil doses de vacinas, a responsável admite que “as doses necessárias para combater o atual surto são, evidentemente, muito mais elevadas”.

“Vários Estados-Membros e países terceiros anunciaram a sua intenção de doar doses aos países afetados e a África. As doações europeias terão um impacto mais imediato se forem coordenadas e canalizadas com a abordagem da [iniciativa conjunta] Equipa Europa, já testada e comprovada, como foi feito com sucesso durante a pandemia de Covid-19”, adiantou.

Com a carta, Stella Kyriakides pede então que, até final de agosto, os países notifiquem Bruxelas sobre a “intenção de doar vacinas e terapêuticas contra o vírus mpox e quais os volumes disponíveis para doação”.

A posição surge depois de uma reunião técnica, em Bruxelas, em resposta à emergência de saúde pública internacional declarada pela OMS face ao atual surto de mpox na República Democrática do Congo, na qual não foram, porém, decididas novas medidas.

Há uma semana e após um primeiro caso importado na Europa, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças estimou ser “altamente provável” que a UE tenha mais casos importados de mpox, após a nova variante ter aparecido nesse caso detectado na Suécia importado de África.

Ainda assim, segundo o centro europeu, a probabilidade de transmissão sustentada na Europa é muito baixa, desde que os casos importados sejam diagnosticados rapidamente e que sejam aplicadas medidas de controlo.

Também nessa altura, a Direção-Geral da Saúde esclareceu que nenhum dos casos de mpox reportados em Portugal é da variante mais perigosa da doença (clade I).

Logo depois de a Suécia ter registado o primeiro caso de uma variante mais contagiosa e perigosa da doença, a OMS alertou para a possibilidade de serem detectados na Europa outros casos importados de mpox.

A OMS já tinha declarado, em meados de agosto, o surto de mpox em África como emergência global de saúde, com casos confirmados entre crianças e adultos de mais de uma dezena de países e uma nova variante em circulação.

Esta é a segunda vez em dois anos que a doença infecciosa é considerada uma potencial ameaça para a saúde internacional, um alerta que foi inicialmente levantado em maio do ano passado, depois de a sua propagação ter sido contida e a situação ter sido considerada sob controlo.

A nova variante pode ser facilmente transmitida por contacto próximo entre dois indivíduos, sem necessidade de contacto sexual, e é considerada mais perigosa do que a variante de 2022.

Por outro lado, o Unicef [apelou a donativos](#) no valor de 16,5 milhões de dólares para combater o vírus mpox na África Oriental e Austral.

“As crianças e as comunidades vulneráveis estão na linha da frente de um surto crescente de mpox na África Oriental e Austral. Foram detectados mais de 200 casos confirmados em cinco países (Burundi, Ruanda, Uganda, Quênia e África do Sul)”, declarou a agência da ONU, em comunicado.

Por esta razão, a organização sublinhou a reunião urgente de 16,5 milhões de dólares para aumentar a resposta e a preparação em toda a região.

“Os requisitos de financiamento serão revistos periodicamente, à medida que a situação evolui rapidamente”, salienta-se no comunicado.

A nova variante do vírus mpox (clade 1b) foi identificada em todos os países afetados, com exceção da África do Sul, o que suscita preocupação devido ao seu potencial de transmissão mais alargada entre grupos etários, em especial crianças pequenas.

O Unicef afirmou que o Burundi registou o maior número de infeções nas duas regiões. Até 20 de agosto, foram detectados 170 casos confirmados em 26 dos 49 distritos do país, 45,3% dos quais são mulheres.

As crianças e os adolescentes com menos de 20 anos representam quase 60% dos casos detectados no Burundi e as crianças com menos de cinco anos representam 21% das infeções, segundo a ONU.

“A nova estirpe constitui uma séria ameaça para as crianças e famílias vulneráveis”, afirmou a Diretora Regional do Unicef para a África Oriental e Austral, Etleva Kadilli.

“Para além da resposta imediata para salvar vidas, dos esforços de comunicação dos riscos e da colaboração transfronteiriça, deve ser dada prioridade aos investimentos no reforço global do sistema de saúde”, sublinhou Kadilli.

A OMS declarou no dia 14 um alerta sanitário internacional para o mpox, cuja doença infecciosa que pode causar glândulas inchadas e erupções cutâneas dolorosas ou com comichão, incluindo borbulhas ou bolhas.

O alerta sanitário da OMS está relacionado com a rápida propagação e a elevada mortalidade da nova variante no continente africano e com um primeiro caso na Suécia de um viajante que esteve numa zona de África onde o vírus circula intensamente.

Esta variante é diferente da *clade 2*, que causou um violento surto em África em 2022 e centenas de casos na Europa, América do Norte e países de outras regiões, e já levou à declaração de uma emergência sanitária internacional entre 2022 e 2023.

Doze Estados-Membros da União Africana (UA) notificaram 18.910 casos de mpox e 541 mortes até agora, embora a grande maioria das infecções esteja na República Democrática do Congo, disse o CDC África.

Fora da União Europeia, "O Governo britânico comprometeu-se a conceder até três milhões de libras a uma nova parceria com o Unicef - Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - para apoiar a resposta do Governo congolês às epidemias de mpox e cólera", declarou Ray Collins, Subsecretário de Estado britânico para África, numa conferência de imprensa na capital congolês, Kinshasa. A epidemia de mpox "não afeta apenas um país e está em todo o lado", disse. O político britânico apelou à solidariedade internacional face ao surto, cujo foco principal é a província de Kivu do Sul, no leste da RDC, região afetada por um conflito há mais de 30 anos. Este ano, a RDC, país que faz fronteira com Angola, registou 16.700 casos e 570 mortes devido à mpox, que afeta principalmente os jovens, disse o Ministro congolês da Saúde Pública, Higiene e Bem-Estar Social, Roger Kamba, numa conferência de imprensa. Kamba anunciou que a RDC espera receber mais de três milhões de doses de vacinas do Japão, da Bélgica e dos Estados Unidos.

"Graças à Bélgica, a RDC vai receber 215.000 doses. O Japão, por seu lado, vai enviar cerca de três milhões de doses (...). O Governo norte-americano também nos vai enviar vacinas", disse o Ministro congolês.

Dinamismo do CDC África

O Diretor Geral do CDC África, realizou uma reunião fundamental com João Lourenço, Presidente de Angola e Presidente *pro tempore* da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para abordar os desafios urgentes de segurança sanitária enfrentados pelo continente. Esse diálogo de alto nível ressaltou o compromisso inabalável do CDC África com a proteção da saúde de todos os africanos, principalmente após a recente declaração do mpox como uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental (PHECS, *Public Health Emergency of Continental Security*).

Durante as discussões, o Dr. Kaseya apresentou um resumo abrangente sobre os motivos que levaram o Grupo Consultivo de Epidemiologia (ECG) a aconselhar o Diretor-Geral do CDC África a declarar a PHECS, incluindo a mudança na epidemiologia do mpox, o enorme aumento do número de casos e mortes e o fato de que os países não endêmicos agora estão relatando casos. O Dr. Kaseya elogiou o Presidente João Lourenço por sua liderança exemplar na interrupção do surto de cólera na região da SADC e por seu papel fundamental na negociação de um cessar-fogo na parte oriental da República Democrática do Congo. Esses esforços não apenas trouxeram estabilidade à região, mas também fortaleceram as bases da segurança sanitária em toda a África.

Por sua vez, o Presidente João Lourenço elogiou o Dr. Kaseya por sua liderança inabalável no avanço do setor de saúde em todo o continente. Ele expressou seu total compromisso em apoiar a contenção do surto de mpox e concordou em convocar uma cúpula de Chefes de Estado africanos antes do final de agosto de 2024. Essa cúpula será crucial para a formulação de uma resposta coordenada ao surto, que já afetou 17 países.

Ambos os líderes ressaltaram a importância fundamental de aumentar a capacidade da África de produzir localmente vacinas, diagnósticos e terapias. Essa autossuficiência é essencial para a segurança e a resiliência da saúde em longo prazo do continente. O Dr. Kaseya expressou

sua profunda gratidão pela liderança do Presidente Lourenço e sua dedicação inabalável à agenda de segurança da saúde.

Declaração de Cyril Ramaphosa – Presidente da África do Sul

Na minha função de paladino da União Africana (UA) em Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR, *Pandemic Prevention, Preparedness, and response*), tenho monitorado de perto a evolução da situação da mpox, informado regularmente pelo Diretor-Geral do CDC África e pela Comissão PPPR. Estou profundamente preocupado com a rápida disseminação da Mpox em várias regiões da União Africana, com um aumento significativo de casos e fatalidades, refletindo uma mudança preocupante no padrão epidemiológico.

Desde o início de 2024, um total de 17.541 casos (2.822 confirmados e 14.719 suspeitos) e 517 mortes devido à mpox foram relatados em 13 Estados-Membros da União Africana. Nesta semana, outros três países notificaram casos que estão sendo investigados para confirmação. Isso pode elevar o total para 16 países. De forma alarmante, o número de casos registrados em 2024 aumentou 160% em comparação com o mesmo período em 2023.

Como paladino, fui consultado e apoio totalmente a declaração do Diretor-Geral do CDC África de que a mpox é uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental. Essa decisão crucial capacita o CDC África a liderar e coordenar nossos esforços de resposta coletiva, fortalecendo a resposta à mpox em todos os níveis - desde o envolvimento da comunidade até a colaboração com as mais altas autoridades políticas e nossos parceiros internacionais. A declaração também galvanizará a liderança política e o compromisso entre os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, facilitando a rápida mobilização de recursos financeiros e técnicos essenciais.

Elogio o Comitê de Representantes Permanentes por sua ação decisiva na liberação de US\$ 10,4 milhões do Fundo Covid-19 para apoiar a resposta ao surto de mpox. Exorto os órgãos de política da União Africana a agilizarem a finalização da estrutura para operacionalizar o Fundo Africano de Epidemias, conforme aprovado pelos Chefes de Estado durante a Assembleia da União Africana de 2023, até o final de agosto deste ano.

Peço aos Estados-Membros que aumentem a alocação de recursos domésticos, liderem suas respostas nacionais a surtos de mpox por meio de uma abordagem de Saúde Única e aprimorem suas capacidades, especialmente em áreas como capacitação, comunicação de riscos, envolvimento da comunidade, detecção de casos, rastreamento de contatos e vigilância transfronteiriça.

Também saúdo a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que a mpox é uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (PHEIC). Essa PHEIC deve ser diferente e corrigir o tratamento injusto da anterior, declarada em 2022, em que as vacinas e a terapêutica foram desenvolvidas e disponibilizadas principalmente para os países ocidentais, com pouco apoio estendido à África. Peço à OMS e a todos os parceiros que colaborem estreitamente com o CDC África para garantir que essa PHEIC desbloqueie o apoio adequado da comunidade internacional, garantindo o acesso equitativo a contramedidas médicas, incluindo diagnósticos, terapias e vacinas.

Estou animado com os esforços coordenados do CDC África, da OMS e do UNICEF no âmbito do Plano de Ação Conjunto de Preparação e Resposta a Emergências (JEAP, *Joint Emergency Preparedness and Response Action Plan*). Estou tranquilo com o compromisso do Diretor-Geral do CDC África de que o JEAP abrangerá todos os parceiros relevantes, garantindo uma ação bem coordenada liderada pelo CDC África sob uma equipe africana unificada de gerenciamento de incidentes.

Exorto a comunidade internacional, os parceiros e as organizações a mobilizarem estoques de vacinas e outras contramedidas médicas para distribuição na África, utilizando os mecanismos estabelecidos pelo CDC África para garantir distribuição equitativa, transparência e coordenação. A África precisa de um apoio robusto em termos de financiamento, pesquisa e compartilhamento de

tecnologias, com contribuições financeiras direcionadas ao *Africa Epidemic Fund* sob a liderança do CDC África.

Esta também é uma oportunidade de convocar a comunidade internacional para finalizar um Acordo Pandêmico justo e equitativo - um dever que deve ser perseguido com urgência e espírito de equidade. Ao promover parcerias globais, podemos acelerar a resposta da África e garantir que todas as nações, independentemente do status econômico, tenham acesso justo aos recursos necessários para proteger suas populações.

Como paladino da União Africana, continuarei a trabalhar em estreita colaboração com meus estimados colegas – Sua Excelência Mohamed Ould El-Ghazaouani, Presidente da Mauritânia e Presidente *pro tempore* da União Africana, sua Excelência Moussa Faki, Presidente da Comissão da União Africana, e Sua Excelência Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África - para garantir o apoio político adequado e a captação de recursos para a resposta continental e para evitar uma pandemia regional e global.

Declaração da Bavarian Nordic

A *Bavarian Nordic A/S* (OMX: BAVA) fornece uma atualização sobre os planos para garantir o fornecimento de vacinas para enfrentar o atual surto de varíola que o CDC África declarou como uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental (PHECS) em 13 de agosto, seguida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que declarou a varíola como uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (PHEIC) em 14 de agosto.

"A *Bavarian Nordic* está trabalhando em estreita colaboração com todas as partes interessadas para garantir o acesso equitativo à nossa vacina contra a mpox durante as atuais PHECS e PHEIC. É importante ressaltar que criamos uma forte parceria com o CDC África, tanto no fornecimento quanto na expansão de nossa rede de fabricação para incluir a África. Também estamos trabalhando com a OMS em um caminho regulatório para garantir o acesso a todos os países, enquanto, paralelamente, buscamos a aprovação para uso em adolescentes e realizamos estudos clínicos na África para expandir ainda mais o uso em crianças. Estamos preparados para trabalhar com o CDC África e com a comunidade internacional para desempenhar nosso papel na proteção e no salvamento de vidas em todo o mundo e para conter o último surto", disse Paul Chaplin, Presidente e CEO da *Bavarian Nordic*.

Por meio de parcerias com muitos governos e organizações como a HERA e a OPAS, a *Bavarian Nordic* forneceu mais de 15 milhões de doses da vacina contra a varíola para mais de 76 países em todo o mundo durante a PHEIC contra a varíola em 2022/23. Esse acesso equitativo à vacina desempenhou um papel importante na contenção desse surto, e a vacina demonstrou ser altamente eficaz após uma ou duas vacinações e reduziu a gravidade da doença, conforme avaliado por uma redução nas hospitalizações.

Desde 2022, a *Bavarian Nordic* criou um estoque de vacinas para aumentar sua capacidade para possíveis surtos. Em resposta aos eventos recentes, a empresa também planeja aumentar a fabricação de vacinas para garantir o acesso equitativo contínuo à vacina contra a varíola. Consequentemente, a empresa informou ao CDC África que tem a capacidade de fabricar 10 milhões de doses até o final de 2025, além dos pedidos atuais, e que já poderia fornecer até 2 milhões de doses este ano. Parece que a varíola continuará sendo uma ameaça constante à saúde pública, e a empresa está trabalhando em estreita colaboração com o CDC África para expandir ainda mais a capacidade de fabricação da vacina contra varíola na África por meio da transferência de tecnologia para fabricantes africanos selecionados.

Como a maioria dos casos atuais de varíola na África ocorre em indivíduos com menos de 18 anos de idade, a *Bavarian Nordic* enviou recentemente dados clínicos à EMA para potencialmente apoiar o uso da vacina contra varíola em adolescentes (12 a 17 anos de idade). Esses dados foram gerados por meio de uma colaboração com o NIAID, uma divisão dos Institutos Nacionais de Saúde

dos EUA (NIH), em um estudo clínico com mais de 300 indivíduos de 12 a 17 anos de idade (NCT05740982). Além disso, por meio de uma colaboração com a *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI), a empresa iniciará em breve um estudo clínico para avaliar a imunogenicidade e a segurança da MVA-BN em crianças de 2 a 12 anos de idade, com o objetivo de ampliar ainda mais a indicação da vacina para populações mais jovens.

Recorde-se, a *Bavarian Nordic* é uma empresa de vacinas totalmente integrada com a missão de proteger e salvar vidas por meio de vacinas inovadoras. É líder global em vacinas contra varíola e mpox, fornecidas aos governos para melhorar a preparação da saúde pública e dispõe de um forte portfólio de vacinas para viajantes e doenças endêmicas. Para obter mais informações, acesse www.bavarian-nordic.com.

União Africana - Acordo para continuar a retirada de refugiados e requerentes de asilo da Líbia

O Governo do Ruanda, a Comissão da União Africana e o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, [assinaram](#) em 22 de agosto o II Adendo ao Memorando de Entendimento (MOU) datado de 10 de setembro de 2019, estendendo o Mecanismo de Trânsito de Emergência (ETM, *Emergency Transit Mechanism*) da Líbia para o Ruanda.

Esse adendo garantirá a continuidade do ETM estabelecido em Ruanda até 31 de dezembro de 2025. O acordo reafirma o compromisso de todas as partes de fornecer proteção e buscar soluções duradouras para os refugiados e solicitantes de asilo evacuados da Líbia. Ao mesmo tempo em que mantém sua missão principal, a ETM em Gashora, Ruanda, continuará a oferecer um abrigo seguro para refugiados e solicitantes de asilo evacuados da Líbia. A esse respeito, o governo do Ruanda reafirma seu compromisso inabalável de receber e proteger esses indivíduos, bem como outros identificados como particularmente vulneráveis e em risco.

O segundo adendo enfatiza um processo de seleção mais transparente para os evacuados, a fim de garantir oportunidades iguais para todos os candidatos em potencial, independentemente de nacionalidade, etnia, raça, sexo, idade ou qualquer outro critério que não seja sua vulnerabilidade; ele também reforça e fortalece os mecanismos de compartilhamento de informações e relatórios entre o ACNUR, o Governo do Ruanda e a União Africana, na implementação de soluções para os indivíduos evacuados; expandir os esforços abrangentes para encontrar soluções alternativas duradouras para os evacuados que não se qualificam para o *status* de refugiado e não estão dispostos a solicitar uma estadia mais longa no Ruanda, incluindo a exploração de opções como retorno voluntário, reassentamento, reunificação familiar e acesso a outras soluções em países terceiros; e, por fim, reitera o compromisso de todas as partes de realizar missões de monitoramento conjuntas semestrais para inspecionar todo o processo, garantindo assim a transparência e a melhoria contínua das operações da ETM.

A Comissão da União Africana continuará a fornecer apoio político de alto nível, desenvolvimento de capacidade e mobilização de recursos, além de aprimorar os mecanismos de coordenação conjunta. O ACNUR continuará a fornecer proteção e a assistência necessária, incluindo abrigo, alimentação, assistência médica e outros serviços essenciais para os evacuados durante sua permanência no Ruanda.

Desde que o ETM no Ruanda foi estabelecido em setembro de 2019, 2.355 refugiados e solicitantes de asilo da Eritreia, Sudão, Sudão do Sul, Somália, Etiópia, Nigéria, Chade, Camarões, Guiné, Costa do Marfim e Mali foram evacuados de Líbia, em 18 voos. O ACNUR e as autoridades do Ruanda continuarão a realizar o registro individual de todos os indivíduos evacuados e a

emitir documentos de comprovação de registro (POR, *Proof of Registration*) que lhes permitam viajar dentro do país e acessar a assistência fornecida no centro. Um total de 1.813 refugiados foram reassentados em países terceiros, encontrando uma solução duradoura para o deslocamento.

A CUA e o ACNUR elogiam o apoio da comunidade internacional a esse respeito e pedem um compromisso renovado com a implementação desse acordo, incluindo a assistência às pessoas em questão atualmente na Líbia. Eles também incentivam outros países a seguir o exemplo de Ruanda, oferecendo abrigo seguro para refugiados vulneráveis e solicitantes de asilo.

Crise económica mundial trava progresso da agricultura em África

[Josefa Sacko](#), que falava no *workshop* de validação pós-Malabo da estratégia e plano de ação 2026-2035 para o Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), assegurou que para além disso, os imensos desafios, choques às alterações climáticas e a pandemia da Covid-19, tiveram uma influência negativa no progresso do programa.

“Como é do conhecimento de muitos de vós, após a declaração de Maputo em 2003, o nosso programa de desenvolvimento da agricultura em África tornou-se uma iniciativa emblemática da Agenda 2063 e quadro central para catalisar a transformação agrícola em África”, enfatizou.

Segundo a diplomata, apesar dos constrangimentos verificados ao longo dos 20 anos de implementação do CAADP, o Produto Interno Bruto (PIB) de África aumentou, enquanto a fome e a pobreza reduziram significativamente.

Fez saber ainda que no ano de 2000, a África Subsariana alcançou a taxa de crescimento agrícola mais elevada se comparada a qualquer outra região (cerca de 4,3 por cento).

Sublinhou, no entanto, que nenhum país conseguiu cumprir com os sete compromissos do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura de África.

“Os nossos Estados-Membros estão longe de cumprir com os sete compromissos de Malabo, como mostra o quarto relatório de revisão bienal. Esta situação exige intervenções robustas para apoiar os Estados-Membros a construir um sector agrícola resiliente no meio de uma crise alimentar mundial”, ressaltou a comissária da UA.

O CAADP tem como objetivo aumentar a segurança alimentar e a nutrição, reduzir a pobreza rural, criar emprego e contribuir para o desenvolvimento económico, bem como proteger o ambiente.

“A agenda CAADP pós-Malabo representa um momento crucial para a reformulação das prioridades de África. E, ao mesmo tempo que se baseia nos pontos fortes, adaptar-se-á estrategicamente para fazer face aos desafios emergentes e alinhar-se às tendências globais”, reforçou a embaixadora.

O Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África pós-Malabo assenta igualmente na necessidade de enfrentar os desafios persistentes, as tarefas inacabadas na consecução dos objetivos da declaração de Malabo, adaptação ao contexto global em mutação, alinhamento com a Agenda 2063 e aproveitamento de novas oportunidades para a transformação da agricultura e o crescimento inclusivo.

À margem do *workshop* que decorreu de 19 a 23 deste mês, Sacko manteve encontro com o Presidente do Uganda, Yoweri Kaguta Museveni, com quem analisou questões ligadas ao programa de desenvolvimento Agrícola de África para os próximos dez anos.

Guerra no Sudão: possibilidade de morte de milhares de crianças²⁴⁶

UNICEF alertou que milhares de crianças no Sudão poderão morrer nos próximos meses se não forem adotadas medidas de proteção, incluindo um cessar-fogo imediato e o acesso sem entraves da ajuda humanitária a este país africano.

"Há mais de um ano que andamos a dizer que as crianças do Sudão não podem esperar. Bem, agora estão a morrer", denunciou, em Genebra, o porta-voz do Fundo das Nações Unidas para a Infância, James Elder.

Recorde-se, o Sudão está envolvido numa guerra entre o exército e as forças paramilitares de apoio rápido (RSF), há mais de um ano, o que deu origem àquela que é já considerada a maior crise mundial a afetar crianças em termos brutos. Mais de cinco milhões de crianças encontram-se já fora das suas casas.

Segundo a agência internacional, pela primeira vez em mais de sete anos, o Comité de Avaliação da Fome emitiu um alerta máximo, com destaque para o campo de deslocados de Zamzan, no Darfur. Se a ajuda não chegar, "a fome que surgiu numa parte do Sudão corre o risco de se espalhar e causar uma perda catastrófica de vidas de crianças", referiu Elder, sublinhando, ainda, que 13 outras zonas do país, onde vivem cerca de 143.000 crianças, estão à beira de uma catástrofe alimentar.

Para o porta-voz do Unicef, está-se perante uma situação em que se trata também de "uma crise de negligência", na medida em que algumas das "inúmeras atrocidades" no terreno não são relatadas ou são desconhecidas. Por exemplo, num sábado, duas crianças foram mortas durante um jogo de futebol num espaço gerido pelo Unicef em Cartum, e a organização registou também casos de recrutamento forçado e de violência sexual, com vítimas, neste último caso, com apenas 8 anos de idade. "Muitas (destas raparigas e mulheres) foram mantidas em cativeiro durante semanas", disse o responsável, que alertou para um "aumento preocupante" do abandono de crianças nascidas em resultado de violações.

Se não forem tomadas medidas, dezenas de milhares de crianças sudanesas poderão morrer nos próximos meses. Mas, para Elder, este não é de modo algum o pior cenário possível. "Qualquer surto de doença fará com que a mortalidade dispare", alertou.

OEACP: 4ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)

No espírito do Acordo de Samoa, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas, a União Europeia e os Estados-Membros da Organização dos Estados de África, do Caribe e do Pacífico (OACPS, *Organisation of African, Caribbean and Pacific States*) esperam trabalhar em estreita colaboração e de forma construtiva para implementar a Agenda de Antígua e Barbuda para os PEID, um resultado fundamental da Conferência dos PEID4 (SIDS4, *4th International Conference on Small Island Developing States*) realizada em Antígua e Barbuda de 27 a 30 de maio de 2024.

²⁴⁶ <https://angop.ao/noticias/afrika/unicef-alerta-para-possibilidade-de-morte-de-milhares-de-criancas/>

O Acordo de Samoa proporciona um quadro para impulsionar iniciativas globais e chegar a um consenso sobre questões de importância global e de interesse comum. Esta cooperação reforçada abrange as principais prioridades dos PEID, incluindo a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática, a governação dos oceanos, a gestão sustentável dos recursos naturais e o apoio a um crescimento económico azul e verde inclusivo e sustentável, nomeadamente através do desenvolvimento do sector privado.

A OACPS e a UE congratulam-se com a cooperação mais estreita entre os PEID, as regiões ultraperiféricas da UE e os países e territórios ultramarinos, que partilham algumas características comuns.

A OACPS e a UE esperam igualmente trabalhar em estreita colaboração com os PEID antes dos próximos eventos multilaterais, nomeadamente a Cúpula do Futuro da ONU, as Conferências das Partes da Convenção do Rio, a 3.ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos e a 4ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento.

A OACPS e a UE congratulam-se com o desenvolvimento de um Índice de Vulnerabilidade Multidimensional, reconhecendo que muitos desafios e vulnerabilidades do desenvolvimento sustentável não estão suficientemente refletidos nos índices nacionais comuns, como o PIB e o GNI per capita. A OACPS e a UE incentivam todas as instituições de desenvolvimento a ter em conta estas vulnerabilidades no seu trabalho.

A OACPS e a UE apoiam os esforços internacionais para reformar a arquitetura financeira internacional e os bancos multilaterais de desenvolvimento a fim de lhes permitir enfrentar mais eficazmente os desafios globais, com base no roteiro do Pacto de Paris para os Povos e o Planeta, na Iniciativa de Bridgetown, e os trabalhos noutras instâncias multilaterais, incluindo o Grupo de Trabalho sobre a Arquitetura Financeira Internacional do G20, Instituições Financeiras Internacionais e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

Recorde-se, a [4ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento](#) (SIDS4) realizou-se de 27 a 30 de maio de 2024 em São João, Antígua e Barbuda, sob o tema geral “Traçar o caminho para uma prosperidade resiliente”. A Conferência avaliou os progressos dos PEID no sentido da Agenda 2030 e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e resultou num documento de resultados políticos acordado a nível intergovernamental, a Agenda de Antígua e Barbuda (ABAS, *Antigua and Barbuda Agenda for SIDS*) para os PEID.

Apoio da UE aos PEID - A UE e os seus Estados-Membros constituem, em conjunto, o maior doador dos PEID, fornecendo mais de 1,2 bilhões de euros sob a forma de ajuda pública ao desenvolvimento bilateral, bem como de contribuições canalizadas através de organizações multilaterais em 2022. No âmbito da estratégia Global Gateway, a UE e os seus Estados-Membros, numa abordagem da Equipa Europa, estabelecem parcerias com os PEID através de investimentos nos domínios digital, do ambiente, do clima e da energia, dos transportes, da saúde, da educação e da investigação. Além disso, em dezembro de 2022, a UE canaliza para os PEID, através do Banco Europeu de Investimento, 3,47 mil milhões de EUR sob a forma de linhas de crédito a instituições de crédito locais. A UE financia igualmente um programa de apoio aos PEID e aos países costeiros de África, das Caraíbas e do Pacífico no valor de 35 milhões de EUR, incluindo países costeiros de África, das Caraíbas e do Pacífico, incluindo o programa Bio Space nas Caraíbas, o programa Bio Space no Pacífico e o apoio ao Fundo de Parceria para os Ecossistemas Críticos no Oceano Índico Ocidental.

O papel da Turquia no Corno de África

A [recente declaração de Ankara](#) de que a Etiópia e a Somália estão a progredir nas negociações para resolver a disputa, demonstra o seu papel cada vez mais proeminente nesta parte do continente. A disputa entre a Etiópia e a Somália foi desencadeada pelo acordo do governo etíope com a região separatista da Somalilândia.

A Turquia organizou uma segunda ronda de conversações no dia 12 de agosto entre os vizinhos da África Oriental, para tentar resolver uma disputa sobre o referido acordo.

Recorde-se, as tensões entre os dois países africanos aumentaram desde que a Etiópia assinou um Memorando de Entendimento com a região separatista da Somalilândia, em janeiro, que a Somália denunciou como uma violação da sua soberania e integridade territorial. O Memorando pretendia permitir o acesso da Etiópia ao mar através da Somalilândia e, em troca, a Etiópia reconheceria a Somalilândia como um país independente.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Taye Atske Selassie, e o seu homólogo somali, Ahmed Moallim Fiqi, foram “capazes de ter separadamente um intercâmbio sincero, cordial e prospectivo” sobre as suas diferenças, de acordo com um comunicado divulgado pelo ministério. O Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Hakan Fidan, facilitou as negociações.

Uma segunda rodada de discussões está planejada na capital turca, Ancara, em 2 de setembro, informou o Ministério turco.

“Os Ministros da Somália e da Etiópia reiteraram o seu compromisso com a resolução pacífica das diferenças e expressaram o seu apreço à Turquia pela sua facilitação, bem como pelas suas contribuições construtivas”, dizia a [declaração](#).

É preciso sublinhar que a Somália e a Etiópia mantinham relações pacíficas antes de assinatura do Memorando de janeiro da Etiópia com a Somalilândia.

A Etiópia, sem litoral, deu passos para ter acesso ao mar, assinando esse acordo com a região separatista somali da Somalilândia para aceder à costa da Somalilândia. Como parte do acordo, a Somalilândia planeia arrendar à Etiópia uma extensão de terra de 20 km ao longo da sua costa para estabelecer uma base de forças marítimas. Com uma população estimada em mais de 120 milhões de habitantes, a Etiópia é o país sem litoral mais populoso do mundo. E segundo as intenções de Adis Abeba, o acordo reforça a parceria política, económica e de segurança entre a Etiópia e a Somalilândia. E da parte do Presidente da Somalilândia, o acordo incluiria o reconhecimento pela Etiópia e num futuro próximo, da independência do país.

De notar que a Somalilândia se separou da Somália há mais de 30 anos, mas não é reconhecida pela União Africana ou pelas Nações Unidas como um Estado independente. A Somália continua a considerar a Somalilândia como parte do seu território e as reações dos responsáveis deste país foram rápidas. "A Somália é indivisível. A sua soberania e integridade territorial são inabaláveis", declarou Abdirizak Omar Mohamed, Ministro do Petróleo e dos Recursos Minerais da Somália. A Somália publicou no antigo Twitter: "A Etiópia sabe bem que não pode assinar um pacto militar/MOU para arrendar um porto com o Chefe de Estado Regional - esse mandato é uma prerrogativa do Governo Federal da Somália".

A Etiópia perdeu o seu acesso ao mar quando a Eritreia se separou dela em 1993 e tem vindo a utilizar o porto do vizinho Djibuti para a maior parte das suas importações e exportações.

No seu esforço de mediação, Fidan, que se reuniu com o seu homólogo etíope, Taye Atske Selassie, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Somália, Ahmed Moallim Fiqi, não forneceu pormenores sobre as discussões. No entanto, afirmou perante os jornalistas que tinha proposto um acordo que garantiria o acesso da Etiópia ao mar através da Somália. Em contrapartida, a Etiópia reconheceria a integridade territorial e a soberania política da Somália. Num vídeo, Selassie agradeceu à Turquia pela sua mediação e reafirmou o desejo da Etiópia de "garantir um acesso fiável de e para o mar". "Aguardamos com expectativa um compromisso contínuo que, em última análise, nos ajudará a resolver as atuais diferenças e a restabelecer relações normais", afirmou. Fiqi disse ainda que se registraram progressos na última ronda de conversações e manifestou a esperança de que esta dinâmica conduza a uma solução. "A Somália continua empenhada em proteger a sua soberania, integridade territorial e unidade", afirmou.

E como é que a Turquia se meteu nessa mediação? A Somália tem um [acordo de defesa](#) com a Turquia que inclui o apoio aos meios marítimos do país do Corno de África e parece ter como objetivo dissuadir os esforços da Etiópia para garantir o acesso ao mar através da região separatista da Somalilândia. Ao mesmo tempo, a Turquia mantém igualmente laços económicos e comerciais com a Etiópia. O Primeiro-ministro da Somália, Hamza Abdi Barre, descreveu o acordo económico e de defesa com a Turquia como "histórico para o país", após a sua aprovação pelo Conselho de Ministros. "A Somália terá um verdadeiro aliado, um amigo e um irmão na cena internacional", afirmou.

Os pormenores do acordo entre a Etiópia e Somalilândia não foram tornados públicos, mas a Somália vê esse acordo como um ato de agressão, apesar de a Somalilândia gozar de uma independência de facto há três décadas.²⁴⁷

A Turquia aumenta a sua influência no continente através de programas de assistência e um discurso anti-imperialista: mediação no conflito diplomático entre Etiópia e Somália; a Turquia tem grande interesse no conflito do Corno da África: mantém uma grande base militar na Somália com um acordo para defesa das suas águas territoriais durante 10 anos e reconstrução da Marinha somali em troca de direito de exploração dos recursos haliêuticos e hidrocarbonetos offshore. Ao mesmo tempo, mantendo na zona uma certa guerra fria contra seus rivais: os Emirados Árabes Unidos e o Egipto.

Nesse diferendo, a Turquia é vista como uma mediadora mais confiável. "Vemos a Turquia como um amigo sério, que quer investir em África", afirmou o Ministro da Tanzânia, Ktila Mkumbo, num fórum há três anos em Istambul em que participaram 40 representantes de governo africanos.

A Turquia estava a fazer incursões num continente com o qual tinha poucos laços históricos. Mas os esforços diplomáticos, os investimentos em infraestrutura, os acordos de segurança e de defesa assinados com uma trintena de Estados africanos, as bolsas de estudo e um certo *soft power* cultural valeram-lhe a imagem de "potência benigna", afirma Murithi Mutiga, diretor de programa sobre África do *International Crisis Group*: Em 2011, no meio de uma das piores fomes da sua história, o Presidente Erdogan e a sua mulher Emine aterraram em Mogadíscio, capital da Somália. Este apoio, numa altura em que o mundo inteiro fechava os olhos à Somália, causou uma grande impressão.

²⁴⁷<https://apnews.com/article/somalia-ethiopia-somaliland-sea-deal-turkey-d4bc5ae5eaa023b34d9387b603457ff0>

Já no final do século passado, o ministro das Relações Exteriores de centro-esquerda, Ismail Cem, "identifica claramente a África e a América Latina como os espaços onde a Turquia não foi e não deve ser considerada um ator com peso global. E com a chegada de Erdogan isso é impulsionado ainda mais", explica Eduard Soler Lecha, professor de Relações Internacionais da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). O objetivo de Ancara é expandir sua profundidade estratégica, fortalecer sua imagem externa e ganhar aliados em instituições internacionais; garantir o fornecimento de matérias-primas e buscar novos mercados para seus produtos de consumo, empresas de construção e crescente indústria militar: já vendeu seus populares drones para Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Mali, Níger, Chade, Burkina Faso, Togo, Nigéria, Angola, Ruanda, Etiópia e Somália. "Aonde quer que eu vá na África, todo mundo quer drones", proclamou Erdogan com orgulho após uma de suas viagens pela África Ocidental. Uma das razões é que a Turquia não pede ou impõe condições à sua utilização.

Além disso, a influência da Turquia tem-se baseado noutras questões que não têm sido tão centrais para outras potências, mas que contribuem para a sua reputação". Por exemplo: a *Turkish Airlines* estabeleceu rotas para mais de 40 países africanos e mantém-nas, apesar de serem deficitárias. O Ministério dos Negócios Estrangeiros turco, que tinha apenas uma dúzia de embaixadas em África em 2002, tem agora 43, e o número de países africanos com missões diplomáticas em Ancara aumentou de 10 para 37.

Para além dos projetos de cooperação e de ajuda humanitária - através de agências públicas ou de ONG próximas do governo de Erdogan - a influência da Turquia estende-se às ondas hertzianas: para além das telenovelas turcas que são vistas em quase todo o mundo, em 2019, um canal privado de televisão por satélite em inglês e francês, o NTR, começou a emitir a partir de Ancara, visando as audiências africanas, e o canal público turco, TRT, criou plataformas para transmitir os seus conteúdos em suaíli e hausa. Mas o mais importante é a educação: o Instituto Yunis Emre, fundado em 2007 para o ensino internacional do turco, está presente numa dúzia de países e mais de 60 000 africanos estudam todos os anos com bolsas de estudo nas universidades turcas.

A outra chave da expansão da Turquia em África é um discurso anti-imperialista combativo, em que se apresenta como defensora dos oprimidos. "Os pontos em comum entre as visões africana e turca da ordem internacional em mudança e das desigualdades globais contínuas são impressionantes e ambas as partes procuram reformas no sistema das Nações Unidas", observa o *Africa Policy Research Institute* num relatório. É curioso que, apesar do seu interesse em matérias-primas que lhe faltam, a Turquia não seja vista como uma potência extrativa, diz Mutiga: "É claro que há atores turcos envolvidos em indústrias extrativas, mas o que os líderes africanos estão a deixar claro é que não querem ser forçados a interagir ou a fazer compromissos apenas com atores da metrópole colonial."



Saudamos a eleição do Dr Faustine Engelbert Ndugulile, médico da Tanzânia, como diretor-geral da OMS África, por um período de 5 anos, a partir de 2025. No próximo fascículo do Caderno veicularemos informações mais detalhadas sobre a mencionada asse anual, incluindo resoluções aprovadas e um sumário do discurso e plataforma de trabalho do novo Diretor.

União Europeia: nova gestão, novas prioridades – parte 2

European Union: new management, new priorities – part 2

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *Freire goes on remarking on the new management in the European Union. In this edition, the focus is on new health leaders taking on strategic roles in the European Union, such as the European Parliament Commissions, or the new ECDC manager and program. In a press release, the director general of WHO Europe, Hans Kluge, calls for European solidarity with the WHO African Region to contain the international Mpox emergency.*

Keywords: *Global Health; European Union; European Parliament; New priorities; European Health Union.*

Resumo. Freire segue comentando sobre a nova gestão na União Europeia. Nesta edição, traz o foco para novas lideranças que assumem cargos estratégicos em saúde na União Europeia, como as Comissões formadas no âmbito do Parlamento Europeu, como a nova gestora do ECDC e o novo programa da agência. Em nota à imprensa, o diretor-geral da OMS Europa, Hans Kluge, clama por uma solidariedade europeia para com Região Africana da OMS para conter a emergência internacional de Mpox.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Parlamento Europeu; Novas prioridades; União Europeia da Saúde.

A edição anterior do Informe Europa se dedicou às novas prioridades da União Europeia no âmbito do Conselho Europeu e da Comissão Europeia. Foi possível perceber que, a despeito de todo o drama vivido na pandemia da Covid-19, a saúde não está no rol das prioridades do bloco. Nossa tão importante temática está sendo tratada sob o viés da industrialização e da capacidade produtiva da Europa: o objetivo é melhorar o acesso a medicamentos e tecnologias médicas em toda a União. O argumento é que uma economia mais resiliente tem sua importância atrelada ao setor da saúde e ao farmacêutico, tendo em vista a escassez de dispositivos médicos e medicamentos, notadamente antibióticos, insulina e analgésicos. Para enfrentar a situação, Úrsula Von der Leyen, reeleita presidente da Comissão Europeia, propõe um ato legislativo sobre medicamentos críticos para reduzir as dependências, que integrará a União Europeia da Saúde, com cadeias de abastecimento diversificadas, acesso aos tratamentos mais avançados, sistemas de saúde mais resilientes e inventários estratégicos de medicamentos essenciais.

A reeleição de Von der Leyen para a presidência da Comissão Europeia, foi precedida pela divulgação de um conjunto de orientações políticas que estabeleçam as principais prioridades para sua próxima gestão. Conforme abordado na edição anterior do informe e sintetizado no primeiro parágrafo desta, a saúde não figura no rol das prioridades e é tratada sob o viés da industrialização e segurança no abastecimento. Contudo, há que se reconhecer outras prioridades anunciadas, que podem se reverter em melhores condições de vida para as populações do bloco. Dentre elas estão o reconhecimento da necessidade de um novo plano de ação para implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, uma Estratégia Anti-Pobreza e um

Plano de Habitação Acessível. Outras prioridades incluem a construção de uma União Europeia de Competências e uma pesquisa sobre os impactos das redes sociais no bem-estar geral e no bem-estar mental.

O Parlamento Europeu também se reorganizou após as eleições e [estabeleceu as lideranças de Comissões importantes para a área da saúde](#). A [Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar \(ENVI\), será comandada pelo italiano Antonio Decaro](#), do Partido Democrático, e seguirá trabalhando no Pacto Ecológico, na segurança alimentar e na saúde pública. O [subcomitê de Emprego e Assuntos Sociais \(EMPL\), será liderado pela eurodeputada finlandesa Li Andersson](#), ligada ao Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu. Este subcomitê centrar-se-á no impacto das transições ecológica e digital no mercado de trabalho e nas áreas sociais. [Adam Jarubas, eurodeputado polonês ligado ao PPE, Partido Popular Europeu, foi reeleito para liderar o Subcomitê de Saúde Pública](#). Ele defende a importância de um financiamento adequado para programas de saúde, como o EU4Health e o Horizonte Europa, no próximo Quadro Financeiro Plurianual.

A [Subcomissão de Saúde Pública](#) foi criada em fevereiro de 2023 e contará com 30 membros para esta legislatura. Ela é responsável pelas questões de saúde pública, e em particular, pelos programas e ações específicas no âmbito da saúde pública, dos produtos farmacêuticos e cosméticos, dos aspectos sanitários do bioterrorismo, da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e do Centro Europeu de Prevenção e Controle das Doenças (ECDC). Por ocasião de sua redesignação, Adam Jarubas reforçou a necessidade de motivar os Estados-membros a finalizarem suas posições para a conclusão do que chama de “maior reforma do mercado de medicamentos da UE em mais de 20 anos”, o pacote farmacêutico. Jarubas promete acompanhar a implementação do Plano de Luta contra o Câncer na UE e construir estratégias para doenças cardiovasculares, doenças diabéticas relacionadas e doenças neurodegenerativas. Ele reconhece a necessidade de um Plano de Ação para a Saúde Mental, com particular incidência nos jovens da era digital. A subcomissão também vai monitorar a implementação adequada do Espaço Europeu de Dados de Saúde, reconhecendo que a utilização de algoritmos de IA no setor saúde pode exigir uma regulamentação setorial específica. Nas palavras de Jarubas, “todas estas ações devem continuar a ter como objetivo, eliminar as desigualdades na saúde, tanto entre, como dentro dos países da UE – a saúde pode depender do código DNA, mas não deve depender do código postal”.

Em relação às eleições para o Parlamento Europeu, que registraram um expressivo crescimento de forças ultraconservadoras e de extrema direita, um [novo relatório afirma que França e Alemanha foram tomadas por grandes redes de desinformação antes das eleições europeias](#). O estudo sobre as potenciais influências de redes de desinformação sobre a opinião pública, foi encomendado para a consultoria holandesa Trollrensics pela Delegação Nacional Socialista e Democrática dos Países Baixos. A consultora conduziu pesquisas na Alemanha, França, Itália e Países Baixos, para além de uma investigação mais geral sobre palavras e hashtags em língua inglesa relacionadas com as eleições. "Podemos concluir com absoluta certeza de que uma grande rede coordenada de contas estava a influenciar o discurso público nas redes sociais em torno das eleições europeias na Alemanha e em França", diz o relatório. A Trollrensics estudou 2,3 milhões de publicações de cerca de 500 mil contas nesses países e identificou 50 mil contas que difundiam narrativas falsas. O estudo concluiu que a rede de desinformação na Alemanha era particularmente vasta. O relatório afirma que as redes na França, Alemanha e Itália não foram criadas especificamente para influenciar as eleições europeias - muitas das contas foram criadas logo após o início da invasão da Ucrânia pela Rússia,

em 2022, e algumas eram ainda mais antigas. O relatório afirma que as redes na França e na Alemanha estão se expandindo em "ritmo incrível", com mais contas a serem criadas para amplificar as que já fazem parte da rede.

Voltando à nova gestão dos organismos da União Europeia, o ECDC também está sob nova direção. [Pamela Rendi-Wagner, que assumiu o posto em junho de 2024, publicou um editorial na revista Eurosurveillance](#). No texto, ela reconhece a importância do impacto de ações em prol da saúde pública, identificando a guerra, as inundações e os efeitos das alterações climáticas como catalisadores de doenças infecciosas, cenário que é agravado pelo que chama de “desinformações”. Ela pretende compreender as razões por trás do ceticismo de parte da população em relação às medidas de proteção sanitária, como no caso da vacinação. Para ela, reforçar e restaurar a confiança na ciência, estão no rol grandes desafios do nosso tempo, sendo particularmente urgente no nosso campo.

Mencionando o novo e reforçado mandato conferido ao ECDC por ocasião da criação da União Europeia da Saúde, quando da pandemia de Covid-19, Rendi-Wagner afirma que a implementação do novo mandato está bem encaminhada. O ECDC apoiará os países nas suas atividades de preparação, através de avaliações e recomendações regulares, bem como fornecendo apoio de resposta no terreno e reforço de capacidades com o seu novo [Grupo de Trabalho Europeu Permanente para a Saúde](#). A vigilância continuará a ser uma pedra angular da estratégia do Centro, como principal fonte de informação crítica para a tomada de decisões em saúde pública. Para além de prosseguir a sua estreita cooperação com os países da UE, a Comissão Europeia e outros parceiros, a agência também expandirá as suas relações com outras organizações internacionais de saúde e os principais Centros de Controle de Doenças (CDC).

Ainda segundo a nova diretora do ECDC, o [Programa Prospectivo da agência](#) permitirá olhar para além do horizonte imediato para antecipar desenvolvimentos futuros e potenciais perturbações, enquanto a modelização matemática avaliará a evolução esperada a curto e médio prazo das ameaças à saúde pública, bem como o impacto das intervenções. Nos próximos anos, o ECDC também dará prioridade à prevenção da resistência antimicrobiana e das infeções associadas aos cuidados de saúde e apoiará os países da UE e a Comissão Europeia na consecução das metas dos ODS para erradicar o HIV, a tuberculose e a hepatite. Um objetivo fundamental adicional será melhorar a eficácia da vigilância digitalizada e integrada das doenças infecciosas e o reforço das capacidades nos países. Pretende-se utilizar todas as ferramentas tecnológicas disponíveis, incluindo a inteligência artificial e outras inovações, para apoiar o trabalho e garantir o preparo para a próxima pandemia.

Há alguns meses o ECDC publicou um [quadro conjunto com mais quatro agências da UE para apoiar a implementação da agenda «Uma Só Saúde»](#), conferindo um trabalho mais estreito nos setores da saúde humana, animal e vegetal, e segurança alimentar, para enfrentar a crise climática e a sustentabilidade ambiental. Assim, em parceria com a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), a Agência Europeia do Ambiente (AEA), a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) trabalharão juntas para apoiar a implementação da agenda Uma Só Saúde na UE. Entende-se que a implementação desta abordagem em diferentes setores será fundamental para tornar a UE e os seus Estados-Membros mais bem equipados para prevenir, prever, detectar e responder às ameaças para a saúde. Mitigará o impacto e o custo social de tais ameaças, ou mesmo impedirá a sua emergência, ajudando ao mesmo tempo a reduzir as pressões humanas sobre o ambiente e a salvaguardar as principais necessidades sociais, como a segurança alimentar e o acesso a ar e água limpos.

Um [grupo de trabalho interagências](#) trabalhará na implementação do quadro de ação conjunto durante os próximos três anos (2024-2026), centrando-se em cinco objetivos estratégicos: coordenação estratégica, coordenação de pesquisa, capacitação, envolvimento das partes interessadas e trabalho conjunto atividades interagências. Espera-se que isto garanta que o aconselhamento científico fornecido pelas agências seja cada vez mais integrado, que a base de evidências para Uma Só Saúde seja reforçada e que as agências sejam capazes de contribuir com uma voz comum para a agenda Uma Só Saúde na UE.

Agora voltando à pauta das forças ultraconservadoras e de extrema direita, dois atentados, um no Reino Unido e outro na Alemanha, chamaram atenção nas últimas semanas na Europa. O primeiro, inicialmente atribuído a um imigrante, gerou uma onda de violentos protestos organizados por forças da extrema direita. Apesar do forte contingente policial mobilizado pelo governo britânico, foi a população quem resolveu o problema, saindo às ruas numa espécie de “repressão popular”. Após uma semana de ataques e ameaças fascistas a centros de acolhida de imigrantes, a população reagiu, frustrando novas investidas com contramanifestações antifascistas que também se espalharam por todo o país, superando os grupos de ódio nas ruas.

O segundo atentado, mais recente, aconteceu na Alemanha e foi cometido por um refugiado sírio. Em consequência, o chanceler alemão, Olaf Scholz, prometeu endurecer a legislação para conter a imigração ilegal no país e os critérios de asilo. Este novo atentado fragiliza ainda mais a coalizão de governo alemã, em crise junto à opinião pública e a poucos dias de uma rodada de eleições regionais em três dos cinco estados que faziam parte da ex-Alemanha Oriental. A coalizão liderada por Scholz, formada por socialistas, liberais e verdes, está em dificuldades, criticada em relação ao arsenal legislativo e regulatório em questões de imigração, principalmente no que se refere aos pedidos de asilo e às expulsões de pessoas em situação irregular. O partido de extrema direita AfD (Alternativa para a Alemanha), xenófobo e anti-imigração, lidera as pesquisas de intenção de voto nos três estados do leste do país.

A OMS/Europa, revelou que pelo menos 100 novos casos diários da Mpox são registrados na Região. No briefing para imprensa, [o diretor regional da OMS, Hans Kluge, pediu “solidariedade internacional” para conter a disseminação da Mpox](#), infecção potencialmente mortal declarada como emergência de saúde global, pela segunda vez em dois anos. Ele salienta não se tratar de uma “nova Covid-19” e que já se sabe como controlar a Mpox, bem como os passos necessários para eliminar completamente a sua transmissão. Ele lembra como a Europa controlou a Mpox há dois anos, implementando vigilância robusta, investigando exaustivamente novos contatos de casos e fornecendo conselhos sólidos de saúde pública.

Kluge afirma que a necessidade de uma resposta coordenada é agora maior na Região Africana. Para ele, a Europa deve optar por agir em solidariedade: solidariedade com indivíduos e comunidades afetadas pela mpox, trabalhando diretamente com eles para cuidar da sua própria saúde; e solidariedade para com a Região Africana da OMS e os seus Estados-Membros afetados, tanto neste momento crítico como a longo prazo. Em 2022, a Mpox mostrou que pode se espalhar rapidamente pelo mundo: “Decidiremos implementar sistemas para controlar e eliminar o mpox globalmente? Ou entraremos em outro ciclo de pânico e depois negligência?”. Kluge encerra sua declaração com um desafio: “ A forma como respondermos agora e nos próximos anos será um teste crítico para a Europa – e para o mundo.”

Parceria de Diálogo Setorial ASEAN-Brasil 2024-2028: Saúde entra na pauta

Lucia Marques

Encruzilhada de culturas e foco antigo de disputas geopolíticas, o Sudeste Asiático soube sobreviver de forma pragmática e bem sucedida a sucessivas transformações internacionais.²⁴⁸

Resumo: A ASEAN é parceira de crescente relevância para o Brasil. Os países-membros da ASEAN (com Timor Leste em vias de se tornar o 11º membro) situam-se em região estratégica e em crescimento. Com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, a ASEAN representa a quinta maior economia do mundo. As relações do Brasil com o bloco do sudeste asiático ganharam força a partir agosto de 2022, quando o Brasil foi oficialmente reconhecido com o status de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN. E avançou com a adoção do documento “Áreas de Cooperação Prática 2024-2028”, que contempla temas e setores prioritários para a cooperação entre Brasil e ASEAN. Depois da bioenergia, do agronegócio sustentável e agricultura familiar, a Saúde entra na pauta da parceria desse diálogo. Brasil e os países aseanos são países tropicais de grande diversidade biológica e que, embora com níveis de desenvolvimento diferentes, vivem similaridades da dependência de tecnologias e financiamento do Norte Global: são grandes compradores de farmacêuticas internacionais. Seus sistemas de saúde enfrentam desafios semelhantes. Assim como o Brasil, os países aseanos são impactados por epidemias de doenças infecciosas tropicais, principalmente dengue. Cada país tem sua expertise – que pode interessar ao Brasil – e suas necessidades – nas quais o Brasil pode colaborar. Especialmente a Fiocruz com seu ecossistema de pesquisa e produção e por sua experiência internacional.

Palavras chaves: Brasil-ASEAN; Saúde; Fiocruz

Abstract: *As the Itamaraty points out, ASEAN is an increasingly important partner for Brazil. ASEAN member countries (with Timor-Leste on track to become the 11th member) are located in a strategic and growing region. With a population of approximately 670 million inhabitants and growth rates of around 5.7% over the last two decades, ASEAN represents the fifth largest economy in the world. Brazil's relations with the Southeast Asian bloc gained strength as of August 2022, when Brazil was officially recognized with the status of ASEAN Sectoral Dialogue Partner. And it moved forward with the adoption of the document “Areas of Practical Cooperation 2024-2028”, which includes priority themes and sectors for cooperation between Brazil and ASEAN. After bioenergy, sustainable agribusiness and family farming, Health is on the agenda of the partnership of this dialogue. Brazil and ASEAN countries are tropical countries with great biological diversity and, although with distinct levels of development, experience similarities in terms of dependence on technologies and financing from the Global North: they are large buyers of international pharmaceutical companies. Their health systems face similar challenges. Like Brazil, the countries are impacted by epidemics of infectious diseases, mainly dengue fever. Each country has its expertise – which may be of interest to Brazil – and its needs*

²⁴⁸ Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em artigo publicado no Correio Brasiliense <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaao/2023/10/5131740-brasil-e-asean-um-novo-olhar-ao-sudeste-asiatico.html>

– in which Brazil can collaborate, especially Fiocruz with its research and production ecosystem and its international experience.

Keywords: Brazil-ASEAN; Health; Fiocruz

Com um produto interno bruto (PIB) da **Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)** atingindo quase 3,2 bilhões trilhões de dólares americanos em 2019, este número coloca a ASEAN (10 países: Brunei, Camboja, Filipinas, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã) em terceiro lugar como a maior economia regional da Ásia e em quinto como a maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Na última década, o crescimento médio anual da ASEAN atingiu 3,98%, acima da média de crescimento econômico global de 2,6%. O aumento projetado na região da ASEAN em 2022 foi de 5,1%.²⁴⁹ O bloco reúne as economias mais dinâmicas do mundo na atualidade.

Como sinaliza o Itamaraty,²⁵⁰ a ASEAN é parceira de crescente relevância para o Brasil. Os países-membros da ASEAN (com Timor Leste em vias de se tornar o 11º membro) situam-se em região estratégica. Com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, a ASEAN representa a quinta maior economia do mundo. Segundo projeções do FMI, os países da região terão contribuído com 10% do crescimento do PIB global em 2023. Em seu conjunto, a ASEAN é hoje o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Em 2023, o fluxo atingiu U\$33,7 bilhões, tendo-se registrado recorde de superávit e de volume de exportações brasileiras para o bloco. Com um aumento de 30% nos fluxos comerciais com a ASEAN nos primeiros dois meses de 2024, as exportações brasileiras para o Sudeste Asiático já correspondem, no presente ano, a cerca de 80% do total exportado para a União Europeia no mesmo período.

As relações do Brasil com o bloco do sudeste asiático ganharam força a partir agosto de 2022, quando o Brasil foi oficialmente reconhecido com o status de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN.²⁵¹ Desde então o chanceler brasileiro Mauro Vieira realizou uma série de viagens à região, começando pela Indonésia, presidente do bloco em 2023.

Em outubro de 2023, às vésperas da primeira viagem aos países aseanos, Vieira publicou um artigo falando do momento da política externa brasileira que se volta para esses países que souberam sobreviver de forma pragmática e bem sucedida a sucessivas transformações internacionais. Para o chanceler, o Sudeste Asiático é berço do movimento não alinhado, a região é ator central para promover o diálogo na região da Ásia-Pacífico, consolidando sua capacidade de dirimir tensões, sobretudo no Mar do Sul da China.²⁵²

Em dezembro de 2023, em Jacarta, Indonésia, o Comitê Conjunto de Cooperação Setorial Brasil-Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) adotou o documento “[Áreas](#)

²⁴⁹ Saiba mais sobre ASEAN em Marques, L. **O grande mercado chamado ASEAN: cresce a importância do Sudeste Asiático**. In: [Cadernos Cris Fiocruz Informe 16-2023](#). P. 225-235.

²⁵⁰ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/adocao-do-documento-201careas-de-cooperacao-pratica201d-no-ambito-da-parceria-de-dialogo-setorial-brasil-asean#aseancoop

²⁵¹ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/admissao-do-brasil-como-parceiro-de-dialogo-setorial-da-asean

²⁵² <https://www.correiobraziliense.com.br/opinia0/2023/10/5131740-brasil-e-asean-um-novo-olhar-ao-sudeste-asiatico.html>

[de Cooperação Prática 2024-2028](#)". O documento contempla temas e setores prioritários para a cooperação que o Brasil desenvolverá com a ASEAN ao longo dos próximos cinco anos, no âmbito da sua Parceria de Diálogo Setorial com a Associação. As áreas de cooperação prática incluem inovação, energias renováveis, inclusão digital, educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, comércio e investimentos, entre outras. A adoção do documento reforça a crescente interação do Brasil com a ASEAN e seus países-membros.

Esse cenário requer do Brasil atenção às oportunidades que surgem do acelerado desenvolvimento vivido pelo Sudeste Asiático. O Brasil tem muito a se beneficiar, em especial na cooperação científica e tecnológica. O Itamaraty mapeou os sistemas de inovação das cinco principais economias da Asean

- Indonésia - <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/MapeamentoJakartaSetembro2022.pdf>
- Malásia - <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/MapeamentoKualaLumpurMaio2023.pdf>
- Singapura - <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/MapeamentoSingapuraFevereiro2023.pdf>
- Tailândia - <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/MapeamentoBangkokJunho2022.pdf>
- Vietnam - <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/MapeamentoHanoiAbril2023.pdf>

A capacidade de *Resiliência* foi uma constante na construção da perspectiva ASEAN para o futuro e para manter a posição do bloco como o epicentro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando a relevância do bloco como um ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Saúde Única, tecnologia digital e economia criativa interconectam todos os setores.

Construção de resiliência também estava na [Declaração dos Ministros da Saúde da ASEAN](#), que aconteceu entre 5 e 9 de agosto, no Laos – atual presidente do bloco. O aprendizado (negativo) com a pandemia da covid-19 segue direcionando as prioridades dos países, que avança em parcerias bilaterais ou trilaterais, tendo a ASEAN como o terceiro participante. Vigilância e capacidade laboratorial; intercâmbio técnico e compartilhamento de informações e conhecimento; desenvolvimento de vacinas e terapêuticos; fornecimento de suprimentos e serviços médicos; e, principalmente, recursos para preparação e resposta à pandemias estão entre os objetivos elencados pelos ministros que vão pautar as relações bilaterais nos próximos dois anos.

Saúde entra na Pauta do diálogo Brasil-ASEAN

Depois da bioenergia, do agronegócio sustentável e agricultura familiar²⁵³, a Saúde entra na pauta da parceria desse diálogo.

Brasil e os países aseanos são países tropicais de grande diversidade biológica e que, embora com níveis de desenvolvimento diferente, vivem similaridades da dependência de tecnologias e financiamento do Norte Global. Muitos desses países também se encontram em

²⁵³ <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1267>

posições similares no mercado internacional de medicamentos, com sistemas de saúde que são grandes compradores de farmacêuticas internacionais.

Seus sistemas de saúde enfrentam desafios semelhantes. Assim como o Brasil, os países aseanos são impactados por epidemias de doenças infecciosas tropicais, principalmente dengue. Os governos usualmente têm posições alinhadas na OMS, relativas à importância de preços acessíveis para vacinas, diagnósticos, medicamentos e outros produtos médicos.

Cada país tem sua expertise – que pode interessar ao Brasil – e suas necessidades – nas quais o Brasil pode colaborar. Especialmente a Fiocruz com seu ecossistema de pesquisa e produção e por sua experiência internacional.

A partir de uma visita à Fiocruz Rio de Janeiro, em novembro de 2023, de um encontro com a Coordenação para Cooperação com ASEAN (CASEAN), do Itamaraty, em Brasília, em março de 2024, e de uma visita dos embaixadores dos 11 países aseanos no Brasil, à Fiocruz Manaus em julho deste mesmo ano, um primeiro levantamento de demandas e prioridades já está em elaboração, considerando inclusive intercâmbio de pesquisadores.

Acompanhando esse movimento do Brasil, dois países, Indonésia e Malásia, avançaram para a assinatura de Memorandos de Entendimento com o Ministério da Saúde brasileiro e avançam para memorandos com a Fiocruz.

Um documento que está servindo como base para pensar na Saúde de forma ampla é o documento fruto da reunião dos Ministros de Saúde da ASEAN, durante a presidência da Indonésia, em 2023.

Considerações finais

Brasil e os países aseanos são países tropicais, de grande diversidade biológica e que, embora com níveis de desenvolvimento diferente, vivem similaridades da dependência de tecnologias e financiamento do Norte Global. Muitos desses países também se encontram em posições similares no mercado internacional de medicamentos, com sistemas de saúde que são grandes compradores de farmacêuticas internacionais. Seus sistemas de saúde enfrentam desafios semelhantes. Assim como o Brasil, os países aseanos são impactados por epidemias de doenças infecciosas tropicais, principalmente dengue. Os governos usualmente têm posições alinhadas na OMS, relativas à importância de preços acessíveis para vacinas, diagnósticos, medicamentos e outros produtos médicos.

A Fiocruz, com seu ecossistema que vai da pesquisa à produção de vacinas, medicamentos e kits diagnósticos, passando pela pesquisa clínica, capacitação e formação de profissionais, controle de qualidade e coleções biológicas, com institutos localizados em diferentes biomas, tem capacidade de contribuir para a construção da política de saúde da relação Brasil-ASEAN. E já integra o grupo de trabalho para pensar as prioridades para os próximos passos.

A capacidade de *Resiliência* foi uma constante na construção da perspectiva ASEAN para o futuro e para manter a posição do bloco como o epicentro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando a relevância do bloco como um ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Saúde Única, tecnologia digital e economia criativa interconectam todos os setores. Aprendizados da pandemia da Covid-19 e outras emergência destacaram a importância crítica de sistemas de saúde resilientes.

Mercado eficaz e Estado ativo

Effective Market and Active State

André Costa Lobato

Abstract. *President Xi Jinping congratulated Nicolás Maduro and Keir Starmer, reaffirming the importance of strategic relations with Venezuela and the United Kingdom. In Moscow, Chinese Premier Li Qiang met with Vladimir Putin to strengthen bilateral ties. In the United States, vice presidential candidate Tim Walz has a history of interacting with China, but his stances on China could complicate Sino-American relations. China has stepped up health surveillance due to mpox, while the Paris Olympics marked a milestone in Chinese sport. On the socioeconomic level, the government revised the "Negative List" for market access, reducing barriers and focusing on new areas such as artificial intelligence and energy. In addition, a symposium celebrated Deng Xiaoping's 120th birthday, highlighting his legacy of reform and opening-up.*

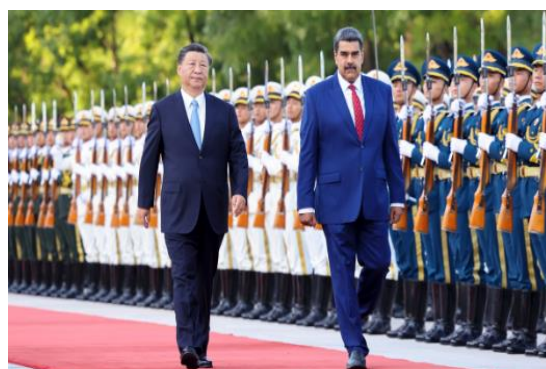
Keywords: USA, Venezuela & Russia, Olympic Health, Negative List

Resumo. O presidente Xi Jinping parabenizou Nicolás Maduro e Keir Starmer, reafirmando a importância das relações estratégicas com Venezuela e Reino Unido. Em Moscou, o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, se reuniu com Vladimir Putin para fortalecer laços bilaterais. Nos Estados Unidos, Tim Walz, candidato à vice-presidência, tem um histórico de interação com a China, mas sua postura em relação à China pode complicar as relações sino-americanas. A China intensificou a vigilância sanitária devido à mpox, enquanto as Olimpíadas de Paris foram um marco no esporte chinês. No plano socioeconômico, o governo revisou a "Lista Negativa" para acesso ao mercado chinês, reduzindo barreiras e focando em novas áreas como inteligência artificial e energia. Além disso, um simpósio celebrou os 120 anos de Deng Xiaoping, destacando seu legado de reforma e abertura.

Palavras-chave: EUA, Venezuela e Rússia, Saúde Olímpica, Lista Negativa

Diplomática

- O presidente Xi Jinping enviou uma mensagem de parabéns a Nicolás Maduro por sua reeleição como presidente da República Bolivariana da Venezuela. Segundo a nota, "a China, como sempre, apoiará firmemente os esforços da Venezuela para salvaguardar a soberania, a dignidade nacional e a estabilidade social, e sua justa causa de oposição à interferência externa. Xi disse que atribui grande importância ao desenvolvimento das relações China-Venezuela e está pronto para trabalhar com o presidente Maduro para continuar orientando a parceria estratégica a novos patamares para o



maior benefício dos dois povos²⁵⁴. Maduro se reuniu com Xi em Pequim no ano passado e elevaram sua as relações dois países a uma “parceria estratégica para qualquer tempo”²⁵⁵.

- Xi também parabenizou o novo primeiro-ministro britânico, Keir Starmer. E ressaltou que, atualmente, a situação internacional está passando por mudanças complexas, e tanto a China quanto o Reino Unido, como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e uma das principais economias globais, devem ver as relações bilaterais com uma perspectiva estratégica e de longo prazo²⁵⁶.
- Li Qiang, primeiro-ministro chinês, se encontrou, em Moscou, com o presidente russo, Vladimir Putin para a 29ª Reunião Regular entre Chefes de Governo Chineses e Russos²⁵⁷.

- Tim Walz, candidato a vice-presidente dos EUA pelo Partido Democrata, possui uma história de interação com a China. Ele apoiou sanções contra a china por questões de “direitos humanos”, se encontrou com Dalai Lama e com os líderes secessionistas de Hong Kong, como Joshua Wong²⁵⁸. Walz frequenta a China desde 1989. É o caso, razoavelmente comum, dos sinólogos anti-China: admiram e compreendem razoavelmente as culturas chinesas, mas se recusam a aceitar os rumos que os chineses decidem para si próprios²⁵⁹. Se eleito, Walz provavelmente entrará numa armadilha anti-China. Apesar de ser um opositor público aos princípios fundamentais da diplomacia chinesa, como a soberania territorial, quaisquer sinais de arrefecimento nas relações serão vistos como parciais e pró-China influenciados por um homem que passou sua lua de mel na China²⁶⁰.



²⁵⁴ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202408/t20240801_11464750.html

²⁵⁵ <https://www.globaltimes.cn/page/202309/1298154.shtml>

²⁵⁶ <https://www.pekingnology.com/p/readouts-of-xi-starmer-call>

²⁵⁷ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202408/t20240821_11477351.html

²⁵⁸ <https://www.bbc.com/news/articles/cvgewpzyd91o>

²⁵⁹ <https://edition.cnn.com/2024/08/09/china/tim-walz-china-ties-intl-hnk/index.html>

²⁶⁰ <https://www.dailymail.co.uk/news/article-13773553/tim-walz-china-gop-investigation.html>

Sanitária

- A Administração Geral da Alfândega anunciou medidas de vigilância mais rigorosas para pessoas e mercadorias que chegam de regiões afetadas pela Mpox. Os viajantes que exibem sintomas como febre, dores de cabeça, dores musculares ou erupções cutâneas são obrigados a relatar sua condição na entrada.²⁶¹ . O aumento da vigilância sobre mpox ocorre dias antes da OMS decretar, no dia 14 de agosto, a mpox uma emergência de saúde pública de preocupação internacional. Ano passado, a Mpox foi classificada como Classe B pelo governo chinês. Há casos de transmissão interna. Com o encerramento do período pandêmico, o vírus causador da mpox passou a ser um tópico emergente na pesquisa laboratorial chinesa.

- As Olimpíadas de Verão em Paris representaram um marco para o esporte chinês. A China ficou empada com os EUA no número de medalhas de ouro, com 40 cada. E a equipe de natação quebrou a hegemonia estadunidense em algumas competições, como no revezamento masculino. O incentivo à prática de esportes foi um dos primeiros movimentos de saúde pública na China, com Mao Zedong sendo um nadador amador. Como em outros campos do mundo globalizado, o sucesso olímpico chinês foi fortemente contestado. Os atletas chineses foram os mais testados pelos procedimentos anti-dopping e suas vitórias consideradas “impossíveis” por habituais frequentadores do pódio global. Como normalmente ocorre, a projeção acaba por se refletir sobre o projetor, e inúmeras suspeitas de que a supremacia histórica olímpica dos EUA pode ser explicada em parte por regulamentos distintos aos aplicados por outros país sobre as práticas biomédicas para aumentar o

HIGHER FREQUENCY OF DOPING TESTS ON CHINESE SWIMMERS AT PARIS OLYMPICS

CHINESE SWIMMERS ARE THE MOST TESTED ATHLETES AT PARIS OLYMPICS

Since January 1, 2024, Chinese swimmers competing in Paris have each been tested 13 times on average by World Aquatics, while each has been tested 21 times on average including tests by other anti-doping organizations.

The ten largest national swimming delegations:	Number of swimmers	Average tests per swimmer
U.S.	46	6
Australia	41	4
Italy	36	5
China	31	21
UK	30	4
France	29	4
Canada	28	4
Japan	27	4
Germany	25	4
Hungary	21	5

MOST COMPREHENSIVE AND RIGOROUS TESTING IN WORLD AQUATICS HISTORY

(From January 1 until the start of the Olympic Games)

By World Aquatics:



Including tests by other anti-doping organizations, athletics athletes competing in Paris have been tested an average of 3.4 times, with 4,774 tests in total.

²⁶¹ <https://news.cgtn.com/news/2024-08-17/China-tightens-precautions-at-ports-as-global-mpox-risk-rises-1w8made0fBe/p.html>

desempenho de atletas. A Olimpíada, marcada por divisões geopolíticas, também foi sinal de esperança de paz e amizade, como em várias cenas registradas. Entre elas, atletas de ambos os lados do estreito de Taiwan compartilhando o pódio e coreanos de ambas as coreias tirando um autorretrato, também no pódio.

Socioeconômica

- O Comitê Central do Partido Comunista da China realizou simpósio para comemorar os 120 anos de Deng Xiaoping, que liderou o processo de reforma e abertura²⁶². Uma nova coleção de três volumes com trabalhos iniciais de Deng foi publicada pelo Instituto de História do Partido²⁶³.



- Com um “Mercado Eficaz e Estado Ativo” como um de seus fundamentos, a “Lista Negativa” emitida em 2018 para “remover barreiras de mercado” foi reformada. Até agora, a lista negativa para acesso ao mercado foi revisada três vezes e o número de itens foi reduzido de 151 em 2018 para 117 atualmente, com o número de itens de licenciamento proibidos reduzido em cerca de 23%. O Escritório Geral do Comitê Central do Partido Comunista e Escritório Geral do Conselho de Estado emitiram um Parecer sobre “a melhoria do sistema de acesso ao mercado”. O parecer propõe foco em 10 novas áreas, incluindo águas profundas, aeroespacial, aviação, vida e saúde, novas energias, inteligência artificial, computação autônoma e confiável, segurança da informação, trânsito ferroviário inteligente e indústria de sementes moderna.²⁶⁴²⁶⁵

- A gigante de entregas Meituan anunciou um novo serviço de drones para turistas famintos visitando a muralha da China²⁶⁶.



²⁶² https://www.idcpc.org.cn/english2023/ttxw_5749/202408/t20240823_164908.html

²⁶³ https://english.www.gov.cn/news/202408/23/content_WS66c7d497c6d0868f4e8ea300.html

²⁶⁴ http://paper.people.com.cn/rmrb/html/2024-08/22/nw.D110000renmrb_20240822_4-01.htm

²⁶⁵ <https://trackingpeoplesdaily.substack.com/>

²⁶⁶ <https://chinatravelnews.com/article/183729>

Reformulando a saúde como uma questão econômica: a visão estratégica da vice-presidente Kamala Harris

Guto Galvão

Resumo: Reformulando a saúde como uma questão econômica: a visão estratégica do vice-presidente Harris. A vice-presidente Kamala Harris introduziu uma mudança transformadora na forma como os cuidados de saúde são discutidos na arena política, enquadrando-os como uma questão econômica essencial que afeta diretamente a estabilidade financeira de milhões de americanos.

Os democratas lutam para alcançar o sistema de saúde universal há um século. Temos orgulho de ser o partido do Medicare, Medicaid e do Affordable Care Act. Devido à administração Obama-Biden e do Affordable Care Act, mais de 100 milhões de americanos com condições pré-existentes, de doenças cardíacas a asma, estão seguros de que as seguradoras não podem mais discriminá-los. As mulheres não podem mais ser cobradas mais do que os homens apenas pelo seu gênero. E mais americanos podem obter cobertura de saúde do que nunca.

Palavras-chave: saúde, eleições

Summary: *Reframing Healthcare as an Economic Issue: Vice President Harris' Strategic Vision. Vice President Kamala Harris has introduced a transformative shift in the way health care is discussed in the political arena, framing it as a key economic issue that directly affects the financial stability of millions of Americans.*

Democrats have fought to achieve universal health care for a century. We are proud to be the party of Medicare, Medicaid, and the Affordable Care Act. Because of the Obama-Biden Administration and the Affordable Care Act, more than 100 million Americans with pre-existing conditions, from heart disease to asthma, are secure in the knowledge that insurance companies can no longer discriminate against them. Women can no longer be charged more than men just because of their gender. And more Americans are able to get health coverage than ever before.

Keywords: *health, elections*

A vice-presidente Kamala Harris introduziu uma mudança transformadora na forma como os cuidados de saúde são discutidos na arena política, enquadrando-os como uma questão econômica essencial que afeta diretamente a estabilidade financeira de milhões de americanos. O autor Drew Altman em um [artigo](#) diz que ela em vez de defender reformas abrangentes e complexas como as vistas no passado, Harris está focada em medidas pragmáticas e direcionadas que falam diretamente às preocupações de bolso dos cidadãos comuns. Essa reformulação estratégica foi projetada para ressoar com os eleitores cada vez mais preocupados com os custos crescentes de seus cuidados de saúde.

As principais propostas de Harris são baseadas na simplicidade e praticidade, tornando-as facilmente compreensíveis e altamente relacionáveis para o eleitor médio. Entre essas propostas está um plano para limitar as despesas com medicamentos em US \$ 2.000 por ano,

uma política que oferece alívio imediato para aqueles que enfrentam custos esmagadores de prescrição. Além disso, ela propõe limitar os copagamentos de insulina em US \$ 35 por mês, uma medida que aborda diretamente uma das despesas mais significativas e onerosas para os diabéticos. Harris também estenderá o suporte premium aprimorado fornecido pelo Affordable Care Act (ACA), garantindo que mais americanos possam pagar pelo seguro de saúde. Além disso, ela planeja acelerar o cronograma para o Medicare negociar preços mais baixos de medicamentos, uma política que há muito tempo é uma questão controversa no Congresso. Finalmente, Harris está expandindo os esforços para trabalhar com os estados para cancelar a dívida médica, um fardo financeiro que deixou inúmeras famílias lutando para sobreviver.

Essas propostas se destacam não apenas por seu foco na acessibilidade, mas também por sua habilidade política. Eles são projetados para serem diretos e facilmente digeríveis, um afastamento total das complexidades das reformas anteriores da saúde. Por exemplo, o Affordable Care Act, embora seja uma conquista histórica, foi frequentemente criticado por ser muito complicado, com muitos americanos lutando para entender suas várias disposições e benefícios. A Lei de Segurança da Saúde de Clinton, com seus gráficos infames e complicados, é outro exemplo de um esforço de reforma da saúde bem-intencionado, mas esmagador. Em contraste, as propostas de Harris são claras e concisas, tornando-as difíceis de serem atacadas pelos oponentes políticos.

Um elemento-chave da estratégia de Harris é a decisão de apresentar essas iniciativas de saúde não como parte de um plano de saúde independente, mas como um componente integral de uma agenda econômica mais ampla. Durante um discurso na Carolina do Norte, Harris revelou essas propostas juntamente com outras medidas econômicas, como créditos fiscais expandidos, aumento da assistência habitacional e políticas destinadas a combater a manipulação de preços nos supermercados. Ao fazer isso, ela está enfatizando a ligação inextricável entre os cuidados de saúde e o bem-estar econômico geral das famílias americanas. Essa abordagem ressalta sua crença de que os custos de saúde não são apenas uma questão de saúde, mas uma preocupação econômica fundamental que afeta a estabilidade financeira das famílias em todo o país.

Essa reformulação estratégica marca um afastamento significativo da retórica de saúde do passado. As campanhas anteriores geralmente se concentravam em temas como cobertura universal, assistência médica como direito fundamental ou melhoria da qualidade e do acesso aos cuidados. Embora essas sejam, sem dúvida, questões importantes, Harris optou por se concentrar no aspecto dos cuidados de saúde que afeta mais diretamente a vida diária dos eleitores: acessibilidade. Os dados das pesquisas mostram consistentemente que os americanos estão mais preocupados em como pagarão seus cuidados de saúde do que em outras questões econômicas, como preços da gasolina, aluguel ou pagamentos de hipotecas. Ao se concentrar nessa preocupação, Harris aborda a questão mais urgente na mente dos eleitores.

A abordagem atual de Harris representa uma mudança em relação ao seu apoio anterior a reformas de saúde mais amplas, como sua versão do “Medicare for All”. Agora, ela se alinhou com as propostas mais moderadas apresentadas pelo presidente Biden, um movimento que conquistou o apoio da esquerda democrata no Congresso. Se a Vice-Presidente Harris ganhar a presidência, é provável que os pedidos de reformas de saúde mais ambiciosas, como a opção pública ou um plano completo do Medicare for All, ressurgam, especialmente da ala progressista do partido.

Ao mesmo tempo, o Partido Democrata está cada vez mais enquadrando as questões de saúde, como o direito ao aborto, no contexto mais amplo dos cuidados de saúde. Ao compartilhar histórias comoventes e comoventes de indivíduos afetados por restrições ao aborto ao nível estadual, os democratas estão chamando a atenção para as consequências profundamente pessoais e muitas vezes trágicas dessas políticas. A decisão de Harris de enquadrar a saúde como uma questão econômica neste contexto é oportuna e estrategicamente astuta. Os dados das pesquisas há muito sugerem que os eleitores veem os custos de saúde como uma de suas preocupações econômicas mais significativas, mas essa perspectiva só recentemente ganhou força entre os líderes políticos.

As propostas de saúde de Harris, inseridas em uma agenda econômica mais ampla, refletem sua compreensão profunda das ansiedades financeiras que pesam sobre as famílias americanas. Ao se posicionar como a candidata que realmente entende e prioriza os encargos econômicos associados aos cuidados de saúde, Harris não está apenas abordando uma das questões mais urgentes do nosso tempo, mas também reforçando seu compromisso com o bem-estar econômico de todos os americanos. Essa reformulação dos cuidados de saúde como uma questão econômica é um claro reconhecimento das crescentes preocupações dos eleitores e posiciona Harris como uma líder que está em sintonia com as necessidades das pessoas que procura servir.

A plataforma de saúde do Partido Democrata

A proposta da Vice-Presidente Harris também pode ser vista como um avanço da ação histórica do presidente Biden e dos democratas com a Lei de Redução da Inflação para reduzir os custos de saúde para as famílias americanas e, pela primeira vez, permitir que o Medicare negocie os preços dos medicamentos com as grandes empresas farmacêuticas para reduzir os custos para os beneficiários. A Lei de Redução da Inflação limita os gastos diretos dos idosos com medicamentos prescritos em US\$ 2.000 por ano e limita os preços da insulina para idosos no Medicare em US\$ 35 por mês.

Joe Biden e Kamala Harris acreditam que a saúde é um direito, não um privilégio. Sob sua liderança, mais americanos têm seguro de saúde do que nunca, com aumentos consideráveis na cobertura para negros e latino-americanos. Eles fortaleceram o Affordable Care Act para reduzir os prêmios e expandir o acesso a cuidados acessíveis. Eles enfrentaram a oposição e interesses e venceram - limitando o preço da insulina a US \$ 35 por mês e os custos anuais de medicamentos prescritos a US\$ 2.000 para idosos e outros no Medicare. Eles capacitaram o Medicare a negociar com as empresas farmacêuticas para reduzir o custo de alguns dos medicamentos mais caros que custam aos idosos US\$ 3,4 bilhões anualmente. Agora, eles estão lutando para expandir o atendimento acessível, reduzir os preços dos medicamentos prescritos para todos os americanos e limitar o preço da insulina e dos custos diretos dos medicamentos para todos.

As alternativas podem aumentar os custos de saúde e remover as proteções de saúde para quase todos os americanos. Ele estava a um voto de revogar o "Affordable Care Act" em seu primeiro mandato e disse que "encerraria" a lei se fosse reeleito. Outras alternativas podem fazer com que mais de 100 milhões de americanos com condições pré-existent tenham a cobertura negada ou cobrar milhares de dólares a mais pela cobertura do seguro de saúde, além de destruir o Medicare e revogar os limites dos custos dos medicamentos.

O documento fornece um exame aprofundado da dedicação inabalável do Partido Democrata em estabelecer um sistema de saúde que seja universalmente acessível e da mais

alta qualidade para todos os americanos, independentemente de sua condição socioeconômica. Ele traça a liderança histórica do Partido na criação e expansão de programas de saúde essenciais, como Medicare, Medicaid e Affordable Care Act (ACA), que transformaram coletivamente o cenário da saúde americana. Essas iniciativas são destacadas não apenas como conquistas políticas, mas como tábuas de salvação para milhões, particularmente aqueles que lutam com condições pré-existentes e os encargos financeiros dos cuidados médicos.

Central para a filosofia do Partido Democrata é a convicção de que a saúde é um direito humano fundamental, não um privilégio reservado aos ricos. Essa crença impulsiona a oposição aos esforços de outros para reverter as expansões da cobertura de saúde e minar os benefícios essenciais à saúde. O documento contrasta os valores das duas partes, ilustrando essa divisão de forma mais nítida através das lentes da pandemia COVID-19. Durante esta crise, argumentam os democratas, a resposta do governo não foi apenas inadequada, mas desproporcionalmente prejudicial às comunidades marginalizadas, expondo desigualdades profundamente arraigadas no sistema de saúde.

Os democratas traçam uma estratégia abrangente e detalhada para construir um sistema de saúde além da mera cobertura. Seu plano busca reduzir o custo exorbitante dos medicamentos prescritos, abordar as disparidades generalizadas no acesso e nos resultados da saúde e garantir que o sistema de saúde priorize os pacientes em detrimento dos lucros corporativos. Um componente vital dessa estratégia é a proposta de introduzir uma opção pública no mercado da ACA. Essa opção pública foi projetada para oferecer cobertura acessível e de alta qualidade para aqueles deixados para trás, particularmente americanos de baixa renda em estados onde houve recusas de expandir o Medicaid.

Ao abordar os custos crescentes dos cuidados de saúde, o Partido Democrata descreve medidas específicas para combater os altos preços dos medicamentos prescritos, que há muito são uma fonte de tensão financeira para muitas famílias. Seu plano inclui permitir que o Medicare negocie os preços dos medicamentos diretamente com as empresas farmacêuticas, o que eles argumentam que reduzirá significativamente os custos do consumidor. Além disso, eles propõem reformas para reduzir as despesas gerais de saúde e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do atendimento. Isso inclui a expansão do acesso a serviços de saúde mental e tratamento de uso de substâncias, os quais são áreas críticas frequentemente negligenciadas em discussões mais amplas sobre saúde.

A plataforma do Partido enfatiza a necessidade de reforçar os serviços de cuidados de longo prazo, reconhecendo a crescente demanda à medida que a população americana envelhece. Os democratas propõem aumentar o financiamento e o apoio aos cuidadores, sendo muitas vezes mal pagos e sobrecarregados, para garantir que idosos e deficientes recebam os cuidados de que precisam com dignidade.

Além disso, os democratas estão comprometidos em erradicar as disparidades raciais, de gênero e geográficas profundamente enraizadas que assolam o sistema de saúde. Eles descrevem iniciativas específicas para salvaguardar os direitos reprodutivos, com foco particular na melhoria dos resultados de saúde materna, que têm sido alarmantemente ruins, especialmente para mulheres negras. O Partido também planeja melhorar os serviços de saúde para indivíduos LGBTQ+, que enfrentam muitas vezes discriminação e cuidados inadequados, e enfrentar os desafios de saúde únicos enfrentados pelas comunidades nativas americanas, que historicamente têm sido mal atendidas.

Ao reconhecer o papel crítico da força de trabalho de saúde, o documento detalha planos para investir em treinamento e apoio aos profissionais de saúde. Os democratas pretendem garantir que a força de trabalho seja suficiente em número e equipada para atender às diversas necessidades da população, incluindo competência cultural e atendimento especializado.

Por fim, o documento ressalta a importância de um investimento robusto em ciência e pesquisa em saúde. Os democratas propõem aumentar o financiamento para pesquisas médicas para impulsionar a inovação e enfrentar desafios urgentes de saúde, incluindo doenças crônicas e ameaças emergentes à saúde. Eles também enfatizam a necessidade de proteger a autonomia dos cientistas, garantindo que as políticas de pesquisa e saúde sejam guiadas por evidências e livres de interferências políticas.

Em resumo, a abordagem do Partido Democrata aos cuidados de saúde é multifacetada e profundamente enraizada na crença de que todo americano merece acesso a cuidados de saúde acessíveis e de alta qualidade. Seu plano não é apenas expandir a cobertura, mas criar um sistema de saúde equitativo, eficiente e centrado nas necessidades das pessoas que atende. Por meio de reformas direcionadas, investimentos na força de trabalho de saúde e um compromisso de eliminar as disparidades, os democratas pretendem construir um sistema de saúde que realmente funcione para todos, sem deixar ninguém para trás.

A lei da Terra e o desmando dos homens

Adhemar Bahadian

A semana foi vivida em Chicago, “*the wind city*”, a nos trazer bons ventos com a Convenção do Partido Democrata e a nos recordar os Estados Unidos que sempre admiramos.

“Longe vá temor servil” da Convenção do Partido Republicano, em que Trump andava pelos salões com o mesmo passo e gingado atrevidos dos *bang-bang* dos anos 50, sempre resolvidos a tiros no pôr do sol dos currais sem lei do Oeste americano.

Em Chicago, ouviram-se os tambores da paz diante dos obsessivos gestos de guerra, sempre presentes nas palavras e atitudes de Trump.

Talvez você seja admirador dos Obamas, os Fred Astaire e Ginger Rogers, da oratória política contemporânea de um Estados Unidos à busca do tempo perdido. Ou, talvez, você tenha preferido a inesquecível determinação de Hillary Clinton, e da própria Kamala, em defesa da democracia e da liberdade, em especial da liberdade sobre os destinos de nossos corpos e de nossas vidas. Ou, finalmente, você se tenha surpreendido com as palavras de Oprah Winfrey, ao sair de sua zona de conforto para registrar sua defesa inquestionável da democracia, num país hoje tão dividido, exceto no reconhecimento de Oprah como uma das mais importantes formadoras de opinião nos Estados Unidos. E ela sabia do risco que corria ao se definir tão publicamente em favor de Kamala nos tempos enviesados de hoje.

Fato é que Kamala Harris abre uma nova era nos Estados Unidos da América. Ela veio para defender a lei da terra e alertar os homens e seus desmandos diante do direito das gentes. Kamala não teme Trump. Como ela mesmo disse, seus anos na defensoria pública lhe permitem catalogar o perfil lombroseano dos criminosos de todo os gêneros, inclusive daqueles vestidos com o manto sagrado da causa pátria para fazer da nobre política a manjedoura de ambições inconfessáveis.

Curiosamente, na aparência, tanto Trump quanto Kamala parecem desejar a volta de um país como o sonhado pelos primeiros imigrantes trazidos pelo Mayflower. Ledo engano.

Trump estimula o renascimento de um Estados Unidos patologicamente desviado das aspirações dos primeiros que nele aportaram em busca de liberdade cívica e religiosa. Trump confunde hoje o destino maior dos Estados Unidos, com a desunião de raças, com o não reconhecimento do papel do Estado como protetor de seus cidadãos, e almeja apenas uma sociedade em que só os detentores de capital tenham acesso ao melhor sistema escolar e ao mais bem sucedido sistema de preservação da saúde. A lei da terra nas montanhas de Trump são as que levaram os Estados Unidos da América a desmontarem todo o sistema de “*Checks and Balances*”, pedra de sustentação de um capitalismo progressista, contrário ao abuso do poder autocrático que se tornou evangelho, segundo o globalismo e o neoliberalismo parasitários.

Ao contrário de Kamala, que reconhece nos direitos fundamentais do Homem o ponto de apoio para finalmente se repararem as injustiças econômicas e sociais dos últimos 50 anos, Trump defende e apregoa o aprofundamento do ódio como parte essencial de uma ideologia

econômica excludente, de uma saúde pública estiolada, em que os preços de medicamentos e procedimentos hospitalares se tornam proibitivos para a classe média que deles tanto necessita.

De tudo que vi e ouvi nas Convenções dos Partidos americanos, o que mais me preocupou foi a advertência, tanto de Clinton, quanto de Obama: não nos iludamos, as eleições de 2024 não estão nem de longe resolvidas – e a vitória de Trump, digo eu, significará o abastardamento ainda maior do Brasil.

De todos os males por que passamos ao longo da História, nada se poderá comparar ao eventual sucesso da criminologia política extremista com que estamos a conviver. Uma Europa garroteada pela extrema direita e os Estados Unidos ameaçados de se acreditar o líder do mundo ocidental, com uma política obscurantista culturalmente e antropofágica economicamente.

Ou será que você não vê que partem das mesmas mentes equivocadas, quando não predatórias, os ataques ao Capitólio nos Estados Unidos da América e aos três poderes da República em Brasília? Ou será que não vemos a incoerência de criticarmos o Supremo Tribunal Federal quando unanimemente decide dar pelo menos transparência a emendas parlamentares jamais tão onerosas ao orçamento público e tão indefensáveis, até pelo mais mezinho princípio ético?

A hora, portanto, é de acreditarmos na sensibilidade política da maioria do povo americano. O erro eventual que leve Trump de novo ao poder fará desta geração hoje vivente – dentre as quais está a minha – ser conhecida como a mais irresponsável e mais carcomida politicamente desde os ingênuos anos do pós-guerra, em que chamávamos os Estados Unidos da América de “Tio Sam”.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Embaixador aposentado, colunista do Jornal do Brasil online

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Horisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Giacomo Giannelli - Membro do GT sobre Migração, Refúgio e Saúde Global do CRIS

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jeffrey D. Sachs - Diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e Presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU

João Miguel Estephanio – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Mariam Yacoub – Graduada em Ciências da Saúde, mestre em Saúde Pública e Inteligência de Doenças Infecciosas. Trabalha no Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário.

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023, **22** seminários e, em 2024, estão previstos 24 seminários, todos acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

04 de setembro – Saúde na África

18 de setembro – Saúde nos movimentos sociais globais

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 15/2024

Período de 15 a 27 de agosto de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024

232 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz